

A CIDADE NO DEBATE CONTEMPORÂNEO



ORGANIZADORES:
LUCIA MARIA M. BÓGUS
IRACEMA B. GUIMARÃES
LUCIO HANAI V. VIANA



**SOCIEDADE BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA**

Organizadores:
Lucia Maria M. Bógus
Iracema B. Guimarães
Lucio Hanai V. Viana

A CIDADE NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

São Paulo
Max Editora
2024



Livro com Registro de ISBN, Câmara Brasileira do Livro.
Reprodução não autorizada.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A cidade no debate contemporâneo [livro eletrônico] / organizadores Lucia Maria M. Bógus, Iracema B. Guimarães, Lucio Hanai V. Viana.
-- São Paulo : Max Editora, 2024.
PDF

Vários autores
ISBN 978-65-86504-23-1

1. Cidades 2. Cidades - Aspectos sociais
3. Sociologia 4. Urbanismo I. Bógus, Lucia Maria M.
II. Guimarães, Iracema B. III. Viana, Lucio Hanai V.

24-201088

CDD-711.13

Índices para catálogo sistemático:

1. Urbanismo : Aspectos sociais 711.13

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Capa e Diagramação: Raquel Venturini
Max Editora: www.maxeditora.com.br

Sumário

Prefácio.....	05
Apresentação	13

Parte 1

1. Aspectos do urbano no Estado de São Paulo: o que nos dizem as teses e dissertações?	26
<i>Bianca Freire-Medeiros, Alexandre Magalhães, Gleicy Silva, Ana Carolina Machado, Gabriela Rocha</i>	
2. Internacionalização entre cidades: estratégias para cidade inteligente em Porto Alegre, Montevidéu e Barcelona.....	58
<i>Vanessa Marx, Joana Winckler, Bernardo Lersch da Silveira</i>	
3. Urbanidades Tecnocentradas e Inovadoras em Bairros de Lisboa, Portugal: disputas por espaço, imaginários e futuros.....	82
<i>João Felipe Pereira Brito</i>	
4. Entre a objetividade do presente e a precipitação do futuro: Criatividade e smartificação urbana como paradigmas contemporâneos da espetacularização das cidades	105
<i>Ewerthon Clauber de Jesus Vieira</i>	
5. Nas encruzilhadas dos deslocamentos: trajetórias da população de situação de rua nas cidades de São Paulo e Paris	131
<i>Lidiane Maria Maciel</i>	
6. As zonas sem futuro e a vida supranumerária	153
<i>João Arthur Macieira</i>	

Parte 2

7. A cidade como ator político: interesses privados e indução do desenvolvimento turístico.....	186
<i>Helder Freitas do Bomfim, Iracema Brandão Guimarães</i>	

8. Entre a Ville e a Cité: sociabilidades e patrimônio histórico212
Rogério Proença Leite, Eder Claudio Malta Souza

9. Cidades em disputa: valorização dos centros históricos de João Pessoa, Brasil e Tours, França 237
Alzilene Ferreira Da Silva

10. Cidades excludentes: desigualdade e direitos no Brasil contemporâneo..... 259
Luiz Belmiro Teixeira, Maria Tarcisa Silva Bega

11. Rede Urbana e Meio Ambiente: um olhar sobre a construção de redes sustentáveis..... 281
Fábio Bacchiogga

Parte 3

12. Favelas na macrometrópole paulista: tendências atuais300
Suzana Pasternak, Lucia Maria Machado Bógus

13. Mulheres e Direito à Cidade: Análise interseccional sobre a vida urbana na vivência da mobilidade 327
Mércia Maria Alves da Silva, Mônica Rodrigues Costa

14. Cidade e imigração: territorialização em polo têxtil paulista346
Juliana Carvalho Ribeiro, Rosana Baeninger, Luís Felipe Aires Magalhães

15. A gestão das políticas “públicas” nas metrópoles: a privatização estrutural do conceito de “público”368
Francisco Fonseca, Lúcio Hanai V. Viana

PREFÁCIO

A CIDADE NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Edna Castro

Este livro, *A cidade no debate contemporâneo*, organizado por Iracema Brandão Guimarães, Lucia Maria Machado Bógus e Lucio Hanai V. Viana, nos traz excelentes contribuições às análises transversais sobre as cidades e suas transformações contemporâneas. Trata-se de um conjunto de trabalhos apresentados no Comitê de Pesquisa Sociologia Urbana, da Sociedade Brasileira de Sociologia, no seu Congresso de 2023, realizado na cidade de Belém. A pesquisa feita pelas Ciências Sociais, notadamente a Sociologia, com um acúmulo expressivo de trabalhos publicados, tem produzido clareza e compreensão sobre a complexidade dos processos de urbanização, a constituição de redes urbanas, a transformação das cidades sob diversas perspectivas e o acompanhamento atencioso da emergência de novas questões urbanas a serem exploradas. Estamos sem dúvida diante de uma coletânea de textos instigantes sobre processos diversos que envolvem o mundo urbano.

O conhecimento do urbano e sua crítica é o desafio dos capítulos que compõem esta obra. Além de processos mais gerais, interrogam sobre as políticas de integração tecnológica à vida urbana, as estratégias de cidades inteligentes, uberizadas e tecnocentradas e a inovação como base das transformações atuais. São bastante elucidativas as análises sobre os espaços centrais e as periferias urbanas, as cidades do presente que refletem de forma aguda as desigualdades sociais crescentes, os deslocamentos migratórios forçados, a rua como espaço de vida e de morte, e as zonas sem futuro. Mas as cidades do presente dizem também muito do passado que as instituíram, muito mais do que somos capazes de perceber pelos cânones teóricos e metodológicos construtores do nosso olhar.

Estamos diante de mudanças contemporâneas que desafiam o entendimento tal a complexidade dos processos sociopolíticos reinventados a cada instante e que alteram as formas existentes de organização econômica e do mundo do trabalho. Essas turbulências também ameaçam as formas sociopolíticas coexistentes da democracia, e até mesmo a vida coletiva organizada em estruturas de *commons*. Pode-se dizer que a urbanização conseguiu, sob um ideário progressista-desenvolvimentista, alguns efeitos positivos de inclusão social e de criação de empregos nas últimas décadas, embora tenham sido mudanças incapazes de operar as transformações estruturais necessárias para reverter o quadro da exclusão social.

Nas últimas décadas, emergiram novas conjunturas econômicas, entre elas a entrada da China de forma intensa na economia de mercado, alterando crescentemente a rota dos produtos gerados nas economias oriundas de monoculturas agrícolas, de minas de ferro e outros metais, de poços de petróleo, e ainda, de bens essenciais para a vida como a água e a biodiversidade. Cadeias produtivas de extração de bens primários, extrativistas que buscam continuamente eficiência e resultados, estão redefinindo, de certa forma, a densidade e os tempos dos fluxos de matéria e energia no planeta e o metabolismo do capitalismo no século XXI.

Este livro está composto de quinze capítulos organizados em três partes, todas elas integradas no debate urbano contemporâneo, cujas contribuições são extremamente relevantes para o entendimento dos movimentos que ocorrem no espaço urbano. As autoras e os autores examinam situações diversas de cidades mundiais, ícones de espaço e tempo da modernidade construídos numa perspectiva da crítica social à vida na cidade e suas contradições. Trazem dados e fontes importantes para o debate, teorizações e experiências sociais localizadas em vários países e acenam para repensar o planejamento urbano e as políticas públicas a partir dos balanços sobre os processos de intervenção no território. Ressaltam, assim, os desdobramentos analíticos e as interpretações teóricas, considerando o marco narrativo da crítica sociológica. Nesse alinhamento, o livro nos convida para uma reflexão sobre a produção, as dinâmicas constitutivas e as mudanças próprias desse campo de conhecimento.

A primeira parte do livro constitui um esforço analítico-interpretativo para apreender as transformações e dinâmicas que têm caracterizado as lógicas de produção e de gestão urbana contemporâneas. Formada por seis capítulos, aborda, preliminarmente, o próprio campo de conhecimento sobre o urbano, ao interrogar os conteúdos produzidos em teses e dissertações escritas sobre São Paulo, nas últimas décadas. Examina as mudanças nas condições de produção e circulação de conhecimentos, sobretudo nas ciências humanas e sociais e esboça, com base em dados, as dimensões metodológicas que constituem o fio condutor da observação e da pesquisa sobre o espaço urbano.

Na seqüência dos capítulos, as ricas reflexões sobre os processos emergentes que tomam o espaço urbano como *locus* de experimentação e intervenções técnicas de médio ou largo alcance e os impactos sobre os territórios. Um deles problematiza as relações e conexões de bairros de três cidades: Porto Alegre, Montevideu e Barcelona, na perspectiva multiescalar, e sobre a internacionalização das cidades. Busca interpretar alguns pontos de ligação entre os bairros, considerando as mudanças dos últimos anos, oriundas de projetos com influência internacional, ao adotar o conceito *sasseano* de internacionalização das cidades. A intenção é demonstrar que a ação internacional das cidades e a emergência de papéis são definidas pela transformação desses espaços em atores políticos. O tema das *smart cities* (cidades inteligentes) dá-se em razão também da frequência que o termo tem aparecido em discursos e práticas de governanças urbanas.

Essa perspectiva vincula-se com o tema de urbanidades tecnocentradas e inovadoras, com informações de pesquisa desenvolvida em bairros de Lisboa. O estudo ressalta que a capital portuguesa vem passando por uma nova rodada de empreendedorismo urbano articulada a novos modelos de negócios e expectativas da economia digital. Esse é um movimento que tende a se expandir enquanto concepção de empresas, de processos e de produtos que buscam refinar tecnologias disruptivas. O Estado teve papel importante no processo decisório de políticas, aliado ao setor privado da indústria turística e do capital imobiliário, na reconstrução da cidade de Lisboa que se quer ver como integrante cosmopolita, global, atraente, turística, no contexto de reestruturação digital do sistema capitalista global.

No sentido atribuído a modelos ligados à economia digital e/ou à reestruturação produtiva o livro interroga espaços diversos de pesquisa e reflexão. De um lado o foco pode ser as *startups*, especialmente ligadas à economia digital, as *scaleups*, que já agenciam negócios em espaços de escala global com alta performance de inovação tecnológica e digital e largo alcance de mercado. Emergem no cenário do trabalho, novos agentes individuais que podem trabalhar em ambiente virtual tais como os nômades digitais, criativos, techies e city users, um novo universo de urbanidades tecnocentradas e *digitalizadas* que se reproduzem de várias maneiras nas grandes cidades. De outro lado, a problemática da reestruturação produtiva, tomando como fio condutor a dimensão temporal do espaço, para discutir a criatividade e *smartificação* como paradigma contemporâneo da espetacularização das cidades.

O debate sobre a reestruturação produtiva e a acumulação flexível enquanto modelo de produção, de regulação e de consumo continua relevante na crítica sobre as relações de trabalho que se vulnerabilizam no mundo e são portadoras de maior fragilidade quanto aos direitos ao trabalho e à cidade. Uma percepção reducionista do urbano enquanto *lôcus* de trabalho, de serviços e de culturas apropriáveis para investimentos de mercado, como os grandes projetos de infraestrutura, de requalificação dos espaços urbanos, e os novos modelos de cidades *criativas* e *smartificadas*.

A abordagem adotada em outro capítulo desta coletânea traz novas questões sobre o processo de deslocamento de população em duas cidades do capitalismo global: São Paulo, no Brasil; e Paris, na França. Um olhar direcionado para entender as situações de rua e de migrantes, estudos de caso a partir de etnografias multissituadas que mostram o aumento da população em vulnerabilidade social e sob tensões sociais, naquelas cidades. Desigualdades também analisadas no capítulo que aponta a divisão espacial do perímetro urbano contemporâneo por zonas. Reflete sobre as zonas de espera e conclui com uma proposta conceitual das zonas sem futuro, nas quais se ressaltam o vazio, e podem sugerir valores e interesses mercadológicos.

Na segunda parte deste livro, as leitoras e os leitores são brindados com estudos que se referem especialmente à expansão do capital para novos territórios. A partir da década de 1970, processos desencadeados pelo movimento de globalização geraram sérios

impactos na economia e no uso e apropriação do espaço urbano por grupos subalternizados. O Estado teve papel importante na formulação de estratégias e na gestão associada aos grandes projetos urbanos, tonando-se central, nas suas políticas, a associação ideológica do desenvolvimento urbano à cultura local pelo potencial que ela contém enquanto espaços densos de vida, de histórias, de culturas e de subjetividades. Razão da cultura se tornar central para a gestão urbana, no sentido de um modelo de cidade-mercadoria que ocupa todos os espaços, até mesmo os aparentemente vazios, voltado ao consumo de massa, uma “city-marketing” que projeta uma outra representação da cidade sob um discurso político-midiático.

A emergência dos conflitos gerados pela desapropriação de áreas e a disputa na ocupação do território e o acesso desigual da infraestrutura produzida fomentaram um campo de novas interrogações sobre a eficácia desses empreendimentos do ponto de vista do acesso social aos benefícios do *progresso* e da *modernidade*, colocando em questão o acesso democrático dos equipamentos e serviços coletivos localizados nessas áreas financiadas pelo Estado, e do ponto de vista do reconhecimento e da reparação social.

Nessa perspectiva da cidade como ator político, estão os trabalhos sobre os processos de transformação de áreas históricas das grandes cidades latino-americanas que identificam as formas operacionais do Estado e de suas políticas e como atuam no espaço local. O que ocorreu no processo de Requalificação da Orla Marítima de Salvador, conforme observaram Bomfim e Guimarães (2024), com impactos sociais no âmbito do trabalho e do consumo pela redução dos serviços ali consolidados, tornou-se um dos principais alvos das transformações que seus moradores experimentam na atualidade. Do ponto de vista da legitimação desses processos, a cidade é reconstruída física e discursivamente, e seu léxico integra termos tais como: mudança, *job*, inovação, case, criatividade, cultura, mindset e ainda empreendedorismo urbano, evocando o novo como parte do planejamento e da inovação. Tal concepção tem os marcadores das gestões públicas associadas ao ideário empresarial-publicitário como parte do planejamento estratégico. Podem se constituir em espaços para criação de cenários representativos em termos de vantagens competitivas, imagéticas e de conservação patrimonial, notadamente sob perspectiva conservadora.

Os termos Ville e a Cité são utilizados no estudo que analisa, em perspectiva comparada, dois centros históricos urbanos – Olinda, em Pernambuco, e Ouro Preto, em Minas Gerais –, referidos aos atuais usos dos espaços públicos que integram as áreas tombadas pelo IPHAN. Ele mostra as duas tradições que marcaram o debate moderno sobre a cidade industrial emergente e reafirma a habitabilidade dos centros históricos e sua própria vitalidade, com lógicas particulares de funcionamento.

Os centros históricos são territórios vivos de existência social, mas também são áreas de vulnerabilidade social. Por isso, o questionamento sobre que dispositivos urbanos integrativos concorreriam para manter as áreas centrais ativas e conectadas às principais dinâmicas sociais e urbanas, evitando os processos que os segregam no espaço e geram conflitos de usos. Tem ocorrido situações de aumento da sensação da perda do bairro ao erigirem-se fronteiras simbólicas e físicas e novas estruturas, em que as disputas são permanentes, como em um dos estudos aqui divulgados, com a patrimonialização do centro histórico e o enobrecimento residencial e comercial decorrente das políticas urbanas voltadas para o turismo em Ouro Preto, Minas Gerais.

Algumas dessas tendências de requalificação e gentrificação urbana são encontradas neste livro sobre os Centros Históricos das cidades de João Pessoa, no Brasil, e de Tours, na França. Uma questão levantada é sobre o significado de habitar áreas de requalificação urbana, embora permaneçam singularidades reconfirmadas ou ressemantizadas, como a relação da cidade com o rio (João Pessoa) e da cidade com a natureza (Tours).

Os estudos sobre exclusão e desigualdades mostram a face da violação de direitos nas cidades brasileiras. A desigualdade social cresce no mundo e a sua presença mais visível é nas áreas urbanas, onde observa-se formas de segregação social e espacial com marcadores da pobreza extrema, com a vida transcorrida na rua, sem moradia e emprego, e a supressão lenta ou rápida da própria existência.

A construção de redes sustentáveis, que se colocam no debate como projetos inovadores, e de larga aplicabilidade do ponto de vista ambiental é a questão abordada em um dos estudos. Este traz sem dúvida um interessante questionamento sobre as cidades enquanto redes contemporâneas, o que envolve pensar em redes estabeleci-

das que podem alcançar escalas planetárias. Parte do reconhecimento de múltiplas inserções são estabelecidas em redes por diferentes cidades. Também crescem os estudos urbanos feitos na perspectiva transversal que incorpora o debate ambiental, um campo de disputas de interesse em torno de conceitos, como o de redes urbanas sustentáveis. Conecta-se portanto com o debate sobre as perspectivas ambientais e de sustentabilidade inseridas nas análises da rede urbana e dos limites de produção de espaços entrelaçados ao interior dessas redes urbanas sustentáveis pensadas a partir de uma razão oficial, organizamos internacionais e o Estado e suas políticas.

A terceira parte do livro inicia com o capítulo *Favelas na macrometrópole paulista: tendências atuais* que parte de duas inquietações bem pertinentes, referindo-se à Região Metropolitana de São Paulo, sobre as dinâmicas de expansão de favelas e de seus limites físicos, ou seja, ligadas a um processo de interiorização no padrão de habitação de favelas pois estas estão majoritariamente localizadas em áreas metropolitanas. A outra inquietação é sobre a construção de um olhar para além da metrópole tradicional, capaz de captar as novas dinâmicas em curso. Perspectiva que busca entender as favelas no contexto da precariedade de moradia na macrometrópole e questiona como seria a precariedade habitacional nestes possíveis novos espaços analíticos.

A partir de uma grande cidade, Recife, são examinadas as condições e os espaços em que as mulheres moradoras das periferias urbanas circulam, e quais são esses lugares de circulação e as dificuldades por elas experimentadas, considerando que a mobilidade urbana exprime as desigualdades da sociedade capitalista, racista e patriarcal, como mostram os interditos inscritos nos códigos urbanos, os preconceitos e a insegurança ao transitar pelas ruas e lugares. Na perspectiva do feminismo e da interseccionalidade, no campo da crítica social, tem sido produzida abordagens sobre a produção capitalista do espaço e rupturas dos impasses à liberdade de mulheres, de ir e vir, e a garantia isonômica do direito à cidade.

O direito à cidade é um tema presente na discussão dos processos migratórios de trabalhadores que vem de países da América Latina e são direcionados para a tradicional indústria têxtil paulista em Americana, São Paulo. Migração que configura, no âmbito de periferias metropolitanas, espaços de tensão, de conflitos, de inse-

guranças e de vulnerabilidades inerentes a esses processos migratórios permitindo visualizar as condições e as tendências em territórios conectados por diferentes dimensões do local ao global e revelam novas territorialidades.

Para finalizar a coletânea, uma leitura do Estado e de suas políticas, localizando como a perspectiva crítica interpreta o campo da privatização de bens públicos, das regulações e interesses privados e, mais além, do papel do público e dos processos de transformação do conceito de “público” percebido nas alterações dos modelos de gestão e de privatização concebidos para realidades sociais bastante distintas.

As cidades são diferentes e singulares nas relações cotidianas, mas, ao mesmo tempo, são sínteses culturais na temporalidade, de sujeitos sociais que construíram seus modos de vida através de diversos processos no entrecruzamento de acontecimentos, pertencimentos, subjetivações e historicidades. Ou seja, as cidades, enquanto mundos diversos, têm a ver com a história e com os sujeitos e seus movimentos no interior de um dado território. A perspectiva voltada para os agentes e suas práticas permite entender os efeitos da mediação simbólica que exercem sobre o espaço da cidade. São também mediações entre o urbano e a natureza. Nessa perspectiva, a cidade deve ser um lugar de apropriação da vida social pelos sujeitos sociais, em seus espaços diversos, de praças, de ruas, de parques, espaços públicos em geral, as pessoas que ali vivem e transitam, os migrantes, as trabalhadoras e os trabalhadores.

Estamos portanto diante de uma obra que capta de forma singular realidades urbanas, contextualizadas, olhares em movimento na busca de percepções e tendências. ***A cidade no debate contemporâneo*** que vem ora a público, antecipa pelas análises alguns importantes desafios para o conhecimento produzido nas áreas das ciências sociais e em especial da sociologia que tem incentivado novas pesquisas sobre as cidades nesses momentos de nossa época caracterizada por mudanças tão profundas, inseguranças e turbulências de diversas origens.

Belém, 12 de março de 2024

APRESENTAÇÃO

A CIDADE NO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Este livro, último de uma série de quatro e-books organizados pelas coordenadoras do CP28. Sociologia Urbana, da Sociedade Brasileira de Sociologia- SBS, assinala mais uma etapa do trabalho dos pesquisadores participantes, em diferentes estágios de suas trajetórias profissionais, cujos resultados foram apresentados e debatidos no anterior Grupo de Trabalho (GT) de Estudos Urbanos e, mais recentemente, no Comitê de Pesquisa em Sociologia Urbana da SBS. Representa, ao mesmo tempo, a oportunidade de ampliar as discussões realizadas sobre as cidades contemporâneas nas sessões desses Grupos de Trabalho, ao longo dos últimos 12 anos, apontando para a consolidação dos debates e o compromisso dos pesquisadores envolvidos com a questão urbana em suas diferentes dimensões e escalas.

A possibilidade de reunir trabalhos apresentados e debatidos nas sessões dos Congressos, sempre nos mobilizou e criou um círculo virtuoso de discussões entre os pesquisadores que, com reiterado interesse se envolveram na importante tarefa de criar sinergias para um trabalho coletivo voltado à crítica teórica e aos estudos empíricos. Na organização deste e-book contamos também com a colaboração de Lucio Hanai Valeriano Viana, autor de um dos textos e que já integra, há alguns anos, os quadros de pesquisadores do Comitê de Pesquisa em Sociologia Urbana.

O livro está organizado em três partes que dialogam entre si, demonstrando a convergência dos temas e a convergência dos debates realizados nas sessões do Comitê de Pesquisa.

A primeira parte reúne trabalhos que realizam desde um balanço da produção acadêmica recente sobre o urbano, até textos de teor analítico sobre cidades no contexto neoliberal nacional e internacional, onde a vida urbana apresenta, para além de peculiaridades, grandes desafios ao planejamento urbano, frente às desigualdades e desequilíbrios sociais e às condições de vida e as vulnerabilidades das populações residentes.

O texto de abertura **“Aspectos do urbano no Estado de São Paulo: o que nos dizem as teses e dissertações?”** é de autoria da equipe da

pesquisadora Bianca Freire-Medeiros, da USP e do CEM- Centro de Estudos da Metrópole- e trata de aspectos do urbano no Estado de São Paulo, a partir de um balanço exaustivo das teses e dissertações defendidas entre 1940 e 2004, com base nos dados do Urban-Data Brasil, banco de dados bibliográfico criado pela reconhecida pesquisadora Licia do Prado Valladares. Cerca de 2000 títulos defendidos, sobretudo em Programas de pós-graduação brasileiros, entre os anos de 1940 e 2004, foram coletados e classificados, a partir de uma demanda feita pelo CEM- Centro de Estudos da Metrópole em 2000.

Conforme os autores, observa-se, no século 21 um ponto de inflexão na produção científica brasileira, particularmente no que se refere à pós-graduação. Em duas décadas, nossa população cresceu 21%, enquanto o número de pesquisadores com doutorado aumentou em 380%: de 27 mil para 130 mil. Em 2000, havia 11,7 mil cadastros no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); atualmente são mais de 37 mil, sendo 7447 apenas no Estado de São Paulo. Quanto ao número de cursos de pós-graduação, passa-se de 2.249 no ano 2000 para 4.294 em 2010. Cerca de 2000 títulos defendidos, sobretudo em Programas de pós-graduação brasileiros, entre os anos de 1940 e 2004, foram coletados e classificados. O artigo aqui publicado é um dos frutos desse esforço de pesquisa que resultou no trabalho “São Paulo em Teses: catálogo bibliográfico (1940-2015)”, trabalho coletivo realizado pelo UrbanData-Brasil que há décadas produz e disponibiliza informações dessa natureza e teor.

Cabe destacar os esforços de estudiosos do urbano, pesquisadores e pesquisadoras que atuam, inclusive, no âmbito do GT de Sociologia Urbana da Sociedade Brasileira de Sociologia, e a elaboração de balanços do campo e de análises bibliométricas tal como apresentado pelo trabalho dos autores. Nesse sentido, o artigo e o levantamento disponibilizado pelo UrbanData-Brasil/CEM constituem uma importante contribuição a essa cartografia intelectual, cujo potencial reside na identificação das correlações existentes entre temáticas duradouras e emergentes, ao longo do recorte temporal considerado.

O segundo texto, **“Internacionalização entre cidades: estratégias para cidade inteligente em Porto Alegre, Montevidéu e Barcelona”** reúne as reflexões de Vanessa Marx, Joana Winckler e Bernardo Lersch

da Silveira, da UFRGS, a partir de pesquisa que problematiza as relações e conexões de bairros de três cidades: Floresta (Porto Alegre), Ciudad Vieja (Montevidéu) e Poblenou (Barcelona), com base em mudanças observadas nos últimos vinte anos, oriundas de projetos com influência internacional.

Para estudar as três localidades os autores optaram pelos conceitos de Internacionalização das Cidades – à medida que estas se transformam em atores políticos - e Direito à Cidade, conceito abordado por Henri Lefebvre (2001) como o direito à vida urbana, transformada e renovada e por David Harvey (2014), para quem o direito à cidade é o direito de mudá-la e reinventá-la de acordo com os desejos da população, a partir do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização.

A partir desses referenciais teóricos, os autores pretendem verificar se a internacionalização de Porto Alegre, Montevidéu e Barcelona, com base nos bairros mencionados, focaliza somente o marketing da cidade e a promoção de determinados agentes econômicos, ou se reverte em melhoria das condições de vida da população e ao direito à vida urbana.

De acordo com os autores, o artigo é o início de um caminho para traçar pontos de conexão entre os três bairros, a partir do tema das cidades inteligentes (smart cities), incluindo a criação de zonas de potencial tecnológico e incentivo para a instalação de empresas de alta tecnologia — e gerando contrapartidas para a melhoria das infraestruturas urbanas, tais como habitações de interesse social e espaços públicos.

O terceiro texto do livro intitula-se **“Urbanidades Tecnocentradas e Inovadoras em Bairros de Lisboa, Portugal: disputas por espaço, imaginários e futuros”** de autoria de João Felipe Pereira Brito, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

O autor examina a profunda recessão econômica e o crescimento das mazelas sociais em Portugal, após a última crise financeira global de 2008. Avalia que os acordos do Estado português com a Troika (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) em 2012 tiveram como importantes efeitos a redução do Estado, reformas pró-mercado e reformulação de estratégias político-econômicas para atração de investimentos externos e de novos agentes econômicos.

Nesse contexto considera que a capital portuguesa vem passando por uma nova rodada de “empreendedorismo urbano” articulada a novos modelos de negócios e expectativas da economia digital, em ascensão em todo o mundo. Empresas e empreendedores com processos e produtos inovadores, buscando desenvolver e aprimorar tecnologias disruptivas, ao lado da indústria turística e do capital imobiliário, foram tornados prioridade nas estratégias e ações público-privadas para reconstrução dessa Lisboa pós-crise – que se pretende cosmopolita, global e que se reestrutura a partir de “imaginários sociotécnicos” (Jasanoff, 2015).

O autor expressa estas inquietações no desfecho do artigo para problematizar ainda mais as dinâmicas que destacou. A cidade está, sim, em disputa e ele tende a simpatizar com aqueles que são subalternizados e menos fortes.

O quarto trabalho, de autoria de Ewerton Glauber de Jesus Vieira, da UFS, intitula-se **“Entre a objetividade do presente e a precipitação do futuro: Criatividade e smartificação urbana como paradigmas cotidianos de smartificação das cidades”**

O texto segue um percurso interpretativo sobre algumas características e dinâmicas que se apresentam nas lógicas de produção e gestão urbana contemporânea, numa perspectiva diacrônica, desde a configuração do modelo de acumulação flexível, os fenômenos da desindustrialização, financeirização e competição interurbana que marcaram uma reestruturação do modo como as cidades são produzidas e geridas. Destaca a tendência de declínio da pauta política do direito à cidade, no âmbito das governamentalidades locais, em detrimento da ascensão dos planejamentos estratégicos, processo que se intensificou com o advento da COVID-19 tornando ainda mais complexos os debates acerca da inclusão/exclusão urbana, com uma lógica pautada não somente nas cidades-empresas-mercadorias, como também em indivíduos-cidadãos-empreendedores. Nesse contexto, os referenciais de criatividade e smartificação urbana funcionam como reificações imagéticas que forjam novos paradigmas acerca dos processos de espetacularização das cidades. O texto se estrutura a partir de correlações teórico conceituais, tomando algumas experiências empíricas específicas, como forma de exercitar uma reflexão sobre o urbano que, em um nível multiescalar, transita entre narrativas do presente e do futuro das cidades.

O quinto texto, **“Nas encruzilhadas dos deslocamentos: trajetórias da população de situação de rua nas cidades de São Paulo e Paris”**, de autoria de Lidiane M. Maciel, socióloga e professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR/Univap) apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa sobre os processos de deslocamento de população em situação de rua em duas cidades do capitalismo global. Para a primeira fase do estudo foram selecionadas as cidades de São Paulo, no Brasil, e de Paris, na França problemáticas nas quais se apresentam, nas últimas décadas, muitas similaridades relacionadas à população em situação de rua e migrante. O texto apoia-se na tradição de estudos de casos ampliados e de etnografias multisituadas.

Nesse sentido, a autora assinala que não é objetivo do trabalho confrontar a situação da população de rua e migrante em São Paulo e em Paris, mas sim verificar como as forças estruturais no capitalismo conduzem a situações similares nos dois casos analisados.

A partir das trajetórias socioespaciais da população em situação de rua, a autora apresenta três reflexões centrais. A primeira sobre a estruturação do mercado de trabalho, a segunda sobre o enfraquecimento dos direitos sociais afirmados e geridos pela máquina pública e a terceira sobre a questão da vulnerabilidade social da população em situação de rua. Nas duas cidades estudadas verificam-se diferentes estratégias de expulsão dessas populações em que se vivenciam aspectos da necropolítica nos tempos de neoliberalismo.

O sexto texto, de autoria de João Arthur Macieira, doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ, tem como título **“As zonas sem futuro e a vida supranumerária”** e procura mostrar, a partir do filme Project Florida, e em diálogo com bibliografia atual e muito pertinente, como a formação das zonas de investimento de capital privado e “consumo de espaços” deu origem também a outras que, desprovidas do capital cultural necessário para se tornarem espaços consumíveis, tornam-se zonas sem futuro. Conforme destaca o autor, não são apenas os recursos materiais ou simbólicos que são distribuídos desigualmente pelas zonas urbanas das grandes cidades contemporâneas, mas também as possibilidades e perspectivas de futuro. Enquanto zonas de acumulação dos detritos sociais e mercadológicos do mesmo sistema neoliberal

emergente no século XXI, as zonas sem futuro surgem no contemporâneo enquanto fenômeno praticamente intocado pela teoria sociológica e pela sociologia urbana. “Se há zonas de produção de mercadorias culturais, assim como uma reorganização das zonas industriais de produção no sistema global, as franjas sociais que sobraram estão destinadas à completa aleatoriedade quando o assunto é sua perspectiva de futuro”. Essa conclusão do autor decorre não apenas da antropologia urbana preocupada com a infraestrutura e sua política-poética, mas também do tipo de sujeito social produzido depois do fim do Estado de bem-estar social, os supranumerários- conforme o conceito de Robert Castel - a população “sobrante”. Como destaca o autor, com o fim do Estado de bem-estar social e desaparecida a intenção de totalizar o conjunto da sociedade sob a administração estatal, a tendência que se observa nas zonas sem futuro e nos supranumerários é de um gradual e rápido abandono das franjas sociais urbanas à própria sorte. Esse processo combina seus efeitos com a divisão espacial dos perímetros urbanos em zonas: para os supranumerários - os sujeitos sem futuro -restam as zonas igualmente sem futuro. Conforme as ponderações do autor, esse não é um processo homogêneo e nem todas as cidades apresentam uma nítida fragmentação urbana por zonas. Da mesma forma que no filme, transitando entre a narrativa ficcional e a realidade, o autor destaca que “é interessantíssimo que nenhum dos personagens de Projeto Florida tenha sonhos ou planos. Ninguém sabe o que vai acontecer e está seguindo aquilo que o mundo externo oferece. O texto é instigante e convida a ver, rever e debater o filme.

A Segunda parte do livro reúne trabalhos que, em diálogo com as questões tratadas na primeira parte, dedicam-se ao debate sobre as cidades e os processos de patrimonialização, no contexto da urbanização neoliberal, destacando os conflitos de interesse presentes nos processos de gestão e governança das cidades.

O texto de Helder Freitas do Bomfim e Iracema Brandão Guimarães intitulado **“A cidade como ator político - interesses privados e indução do desenvolvimento turístico”** atualiza os debates sobre os processos de transformação de áreas históricas das grandes cidades latino-americanas, destacando algumas relações importantes para pensar a cidade como ator político, que, no caso da cidade de Salvador, na Bahia, referem-se à ação da Prefeitura Municipal. Nesse sen-

tido, os autores buscam compreender o modo pelo qual a cidade de Salvador esteve no centro de uma disputa política. Em uma primeira aproximação, destacam as grandes obras, a exemplo do processo de Requalificação da Orla Marítima de Salvador, e na aproximação seguinte, os impactos sociais que vêm ocorrendo, tanto no âmbito do trabalho, quanto no âmbito do consumo e mídia, como nos bairros da Barra e do Rio Vermelho.

Esta concepção resulta da adesão das gestões municipais a propagandas publicitárias nas quais o uso do termo “novo” se ergue sob o signo do planejamento estratégico e do turismo de experiência. Nesse ponto, o turismo e a cultura se tornam elementos centrais para a gestão urbana contemporânea, visando a construção de um modelo de cidade-mercadoria, cuja principal característica é a sua transformação em um produto para consumo, espetacularizado.

E esse talvez seja, conforme os autores, um dos mais importantes desafios para as políticas de preservação de Centros Históricos residenciais: garantir a preservação do patrimônio e assegurar, ao mesmo tempo, as possibilidades de usos relativamente regulares e normais de uma diversa e, por vezes, conflitante vida pública cotidiana.

O capítulo **“Centros históricos brasileiros em perspectiva comparada: Olinda e Ouro Preto”** apresenta uma análise sobre a relação entre a Ville e a Cité, conceitos fundamentais que representam a dicotomia entre a cidade construída e a vida urbana e social. Os autores Rogerio Proença Leite e Eder Claudio Malta Souza ressaltam a importância de compreender a complexidade dessa relação, especialmente nas cidades históricas, onde as demandas de preservação do patrimônio histórico muitas vezes entram em conflito com os interesses comerciais e a vida cotidiana dos moradores. Os autores apontam a necessidade de conciliar a preservação do patrimônio com a manutenção de uma vida pública diversa e dinâmica nos centros históricos. Nesse sentido, destacam o desafio central de encontrar um equilíbrio entre a proteção dos bens culturais e arquitetônicos e a garantia de usos relativamente regulares e normais dos espaços urbanos, considerando as diferentes demandas e interesses em jogo.

Além disso, enfatizam a importância de considerar os usos dos espaços públicos da Cité para compreender a relação entre os habi-

tantes e o patrimônio cultural. Outro ponto relevante abordado pelos autores é a complexidade das relações entre os interesses preservacionistas e os interesses comerciais, especialmente em cidades com forte apelo turístico. A coexistência de diferentes modos de viver e habitar nas cidades históricas gera tensões recorrentes, exigindo políticas de preservação que garantam a salvaguarda do patrimônio ao mesmo tempo em que assegurem a diversidade e a vitalidade da vida pública cotidiana.

Em síntese, o estudo destaca a importância de uma abordagem integrada que considere tanto a dimensão física e patrimonial das cidades quanto os aspectos sociais, culturais e de uso dos espaços públicos. A análise comparativa dos centros históricos de Olinda e Ouro Preto oferece insights valiosos sobre a gestão urbana, a preservação do patrimônio e a promoção de uma convivência harmoniosa entre a história e a vida contemporânea nas cidades brasileiras.

No capítulo **“Cidades em disputa: valorização dos centros históricos de João Pessoa, Brasil e Tours, França”** Alzilene Ferreira Da Silva aborda conceitos fundamentais para a compreensão das transformações urbanas e os processos de requalificação e gentrificação. Um dos principais aspectos discutidos é a extensão urbana, que se refere à expansão das cidades para além de suas fronteiras tradicionais, em função dos crescentes investimentos direcionados para as regiões urbanizadas. Nesse contexto, a competição entre cidades surge como um elemento crucial, destacando a disputa por reconhecimento internacional e outros atributos que sejam atraentes aos investidores.

A autora ressalta a importância da valorização dos centros históricos por meio de políticas de preservação e intervenções urbanas que promovam a requalificação dos espaços abandonados e estigmatizados. Além disso, a estreita ligação entre o urbanismo e as políticas culturais é enfatizada como um elemento essencial na revitalização dos centros urbanos, evidenciando a valorização do patrimônio histórico e cultural como fator determinante para o desenvolvimento local e turístico.

Outro ponto abordado pela autora é a crescente utilização de estratégias de marketing para promover a imagem das cidades como uma “marca a ser consumida”, visando a atrair investimentos e gerando, por fim, a competição entre as cidades. Nesse sentido, o aumento do preço do solo urbano tende a gerar processos de gentrificação que, ao revitalizar áreas urbanas, podem resultar na expulsão de moradores de baixa renda e alterar as dinâmicas de sociabilidade e identidade dos lugares.

O capítulo **“Cidades excludentes: desigualdade e direitos no Brasil contemporâneo”** aborda questões fundamentais relacionadas à desigualdade so-

cial, exclusão e direitos no contexto urbano brasileiro. Os autores Luiz Belmiro Teixeira e Maria Tarcisa Silva Bega exploram conceitos-chave, como os de capitalismo periférico, superexploração da classe trabalhadora e subcidadania, para analisar a fragilidade da democracia brasileira e a construção de cidades excludentes.

Para os autores, o conceito de capitalismo periférico é essencial para a compreensão da dinâmica econômica do Brasil, caracterizada por relações de dependência, modernização e formas de extração da mais-valia que resultam em exclusão social e econômica. A superexploração da classe trabalhadora é destacada como um processo intenso de exploração, sem uma distribuição justa da riqueza gerada, contribuindo para o agravamento do quadro de desigualdade e a exclusão social.

Além disso, os autores discutem a urbanização acelerada e desordenada, ressaltando a concentração de atividades econômicas em determinadas regiões, o que gera desigualdades espaciais e sociais nas cidades brasileiras. A linha analítico-argumentativa enfatiza a relação entre a desigualdade social, a fragilidade da democracia e a construção de cidades excludentes no Brasil. Os autores apontam para a necessidade de compreender a trajetória dos direitos sociais no país, de analisar os impactos da desigualdade na qualidade de vida das populações e promover políticas públicas que combatam a exclusão e promovam a equidade social.

O capítulo **“Rede Urbana e Meio Ambiente: um olhar sobre a construção de redes sustentáveis”** aborda a temática das redes urbanas e sua relação com a sustentabilidade ambiental, destacando a importância de considerar as cidades como parte de redes integradas e globais. O autor Fábio Bacchiogga discute a relevância das redes urbanas como produtos sociais historicamente contextualizados, que desempenham um papel fundamental na articulação da sociedade em determinados espaços, garantindo sua existência e reprodução.

Além disso, ressalta a necessidade de repensar as estruturas das redes urbanas para promover a cidadania e reduzir desigualdades, considerando aspectos ambientais na formulação de políticas públicas. A inserção do critério de sustentabilidade nas políticas urbanas é apontada como fundamental para preservar os recursos naturais e promover uma rede urbana mais resiliente.

O autor aborda também a influência da globalização e dos circuitos econômicos na formação das redes urbanas, destacando a importância de considerar a hierarquia urbana e os fluxos de produção e reprodução de capital na análise das dinâmicas urbanas contemporâneas. A reflexão sobre a formação espacial das cidades a partir da perspectiva das redes urbanas e seus fluxos é

essencial para compreender os desafios e oportunidades das novas dinâmicas urbanas na era da globalização.

Os capítulos que compõem a terceira parte do livro apresentam e discutem resultados de pesquisas empíricas recentes, com base em dados quantitativos e qualitativos. Apontam a urgência da elaboração e implementação de Políticas Públicas voltadas à população de baixa renda residente em favelas, às comunidades imigrantes dos recentes fluxos Sul-Sul e à democratização dos serviços de saúde, marcados por forte privatização.

No capítulo **“Favelas na macrometrópole paulista: tendências atuais”**, as autoras Suzana Pasternak e Lucia Bógus abordam questões fundamentais relacionadas à precariedade habitacional e à expansão das favelas na macrometrópole paulista. Um dos principais conceitos discutidos é o de metropolização regional policêntrica, que reflete a dispersão das atividades econômicas e da população em uma vasta mancha urbana. A macrometrópole é definida como uma cidade-região que abrange cerca de 150 quilômetros de raio a partir do centro geográfico da cidade de São Paulo.

As autoras argumentam que as dinâmicas urbanas identificadas historicamente na Região Metropolitana de São Paulo ultrapassaram seus limites físicos e são perceptíveis em municípios e regiões contíguas, indicando a necessidade de um olhar para além da metrópole tradicional. Questionam se a precariedade habitacional, que estruturava o espaço na metrópole periférica de São Paulo, segue sendo um elemento estruturante na macrometrópole. Além disso, destacam um forte aumento no número de domicílios favelados na macrometrópole entre 2000 e 2019, com taxas de crescimento superiores às dos domicílios totais, concentrando-se principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, com forte verticalização das moradias em favelas. As autoras analisam, ainda, a precariedade habitacional, a expansão das favelas e os desafios enfrentados na macrometrópole paulista, destacando a importância de compreender as novas dinâmicas urbanas e a necessidade de políticas públicas eficazes para enfrentar as complexas questões do ambiente urbano.

No capítulo 13, intitulado **“Mulheres e Direito à Cidade: análise interseccional sobre a vida urbana na vivência da mobilidade”**, as autoras Mércia Maria Alves da Silva e Mônica Rodrigues Costa, exploram a interseção entre gênero, raça e classe no contexto da mobilidade urbana das mulheres negras, destacando conceitos-chave como “espaço social”, entendido como o local onde as experiências, vivências e ações se desdobram no cotidiano urbano, marcado por relações de poder e desigualdades.

Nesse sentido, as autoras destacam a importância de compreender a cidade como um espaço que reflete e perpetua o sistema de dominação-exploração, estruturado por desigualdades de classe, gênero e raça, promovendo

processos segregadores e de violência sexista, profundamente racializados na vivência territorial.

Outro conceito central é o de interseccionalidade, que propõe uma abordagem que considere a interação entre diferentes formas de opressão, como gênero, raça e classe, para compreender as experiências e desigualdades vivenciadas pelas mulheres negras na cidade. As autoras argumentam que as mulheres enfrentam interdições na mobilidade urbana, marcadas por violências sexistas racializadas, resultando em insegurança, medo e controle político-sexual sobre seus corpos.

O estudo enfatiza a necessidade de uma análise interseccional para compreender as desigualdades de gênero no espaço urbano, evidenciando as interações complexas entre gênero, raça e classe na mobilidade urbana das mulheres negras e destaca a importância das resistências e estratégias de enfrentamento adotadas por essas mulheres para reivindicar seu direito à cidade e sua autonomia no espaço urbano.

No capítulo **“Cidade e imigração: territorialização em polo têxtil paulista”** Juliana Carvalho Ribeiro, Rosana Baeninger e Luís Felipe Aires Magalhães destacam a importância contemporânea das cidades no acolhimento de diferentes comunidades de imigrantes, ressaltando a complexa interação entre territorialidades, vulnerabilidades e resistências. Os conceitos de migrações Sul-Sul e territorialidades emergem como pilares fundamentais para compreender a experiência dessas comunidades em um contexto globalizado e marcado por desigualdades estruturais.

A territorialização de imigrantes na cidade de Americana-SP revela as formas de inserção e a construção de espaços de pertencimento em meio a barreiras e desafios, como o xenorracismo, a precariedade econômica, a discriminação e a insegurança. A pandemia de COVID-19 acentuou as vulnerabilidades, evidenciando a necessidade de políticas públicas inclusivas e sensíveis às demandas específicas dessas populações.

Os relatos das entrevistas destacam as resistências e estratégias de sobrevivência adotadas pelas comunidades imigrantes, que enfrentam diariamente a exclusão, a violência e a marginalização em um mundo globalizado neoliberal, heterossexual e patriarcal. A produção de territorialidades surge como uma forma de resistência e afirmação de identidades, revelando a luta desses imigrantes pelo direito à cidade e pela construção de um espaço de acolhimento e pertencimento em terras estrangeiras.

O capítulo **“A gestão das políticas públicas nas metrópoles: a privatização estrutural do conceito de público”** aborda a influência da agenda neoliberal na transformação das cidades metropolitanas no Brasil, notadamente, a partir dos anos 1990. Os autores Francisco Fonseca e Lúcio Hanai V. Viana

destacam a ascensão do gerencialismo privatizante como um elemento central na formulação e implementação de políticas públicas nas áreas urbanas. Para os autores, os princípios neoliberais não se restringem apenas a um discurso ideológico, mas se manifesta concretamente na gestão pública urbana, influenciando dinâmicas, características e práticas que refletem a lógica do setor privado.

O texto analisa a atuação das Organizações Sociais (OSS) na gestão de políticas públicas, com destaque para a área da Saúde. São apontadas mudanças significativas na utilização dos instrumentos jurídicos, sobretudo os Contratos de Gestão (CG), que distanciam o poder público da gestão de suas políticas além de destinar a transferência de vultosos recursos públicos para as OSS. Essa realidade levanta questões sobre a transparência, controle e eficácia na gestão dos serviços públicos, bem como sobre a crescente influência do capital privado na esfera pública e nas tomadas de decisão relacionadas às políticas públicas metropolitanas.

Por fim, o texto ressalta a necessidade de investigar com rigor as transformações no Estado brasileiro, especialmente nas metrópoles, em que a governança assume novas configurações. Assim, a privatização das políticas públicas, sob o predomínio privado, demanda crescente reflexão e aprofundamento. Os autores destacam que a análise crítica dessas questões é essencial para compreender os desafios e as contradições presentes na gestão das políticas públicas nas metrópoles sob a égide do neoliberalismo.

A riqueza das informações e as questões trazidas para debate são um convite à leitura destes excelentes textos, marcados pela curiosidade intelectual e pelo rigor teórico-metodológico dos autores nas pesquisas realizadas. Agradecemos o esforço coletivo que resultou neste livro de grande importância para as discussões na área de estudos urbanos e contamos com a participação de todos na continuidade dos trabalhos do nosso Comitê de Pesquisa.

Boa leitura!

Lúcia Maria M. Bógus, Iracema B. Guimarães e Lúcio Hanai V. Viana



PARTE I

Aspectos do urbano no Estado de São Paulo: o que nos dizem as teses e dissertações?¹

Bianca Freire-Medeiros
Alexandre Magalhães
Gleicy Silva
Ana Carolina Machado
Gabriela Rocha

INTRODUÇÃO

No século 21 observa-se um ponto de inflexão na produção científica brasileira, particularmente no que se refere à pós-graduação. Entre 1999 e 2018, saltou de 13,5 mil para 74 mil o número de artigos publicados em revistas indexadas na base Scopus e com pelo menos um autor pós-graduado vinculado a instituições de pesquisa e ensino sediadas no Brasil. Em duas décadas, nossa população cresceu 21%, enquanto o número de pesquisadores com doutorado aumentou em 380%: de 27 mil para 130 mil. Em 2000, havia 11,7 mil cadastros no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); atualmente são mais de 37 mil, sendo 7447 apenas no Estado de São Paulo. Quanto ao número de cursos de pós-graduação, passa-se de 2.249 no ano 2000 para 4.294 em 2010².

¹ Agradecemos a Lucia Bógus e Iracema Guimarães, organizadoras, pela condução generosa do GT de Sociologia Urbana da Sociedade Brasileira de Sociologia. Somos gratas à equipe de assistentes de pesquisa: Bruno Vieira Borges, Isis Gabrielle Belon Fernandes, Jacqueline Custódio da Silva e Mateus Cardoso; aos bolsistas UrbanData-Brasil/CEM (2018-2023): Beatriz Lobo, Danilo Gonçalves Cursino, Francisco da Cunha Costa Santos, Luis Guilherme Nobrega Amorim, Luma Munding, Marcelo Mikley Vinturini, Marcos Filipe Ratte Claro, Matheus Gastão de Matos Batista e Victoria Boim; aos colaboradoras/es: Apoena Mano, Clara Campetelli Amaral, Diego Peralta, João Freitas, Martha Lins Michelino, Maurício Piatti Lages e Nathalia Pereira da Silva. O UrbanData-Brasil conta com o apoio do Programa Unificado de Bolsas (PUB/USP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP (Processo nº 2018/13863-0).

² Cf. CIRANI, C., ABREU CAMPANARIO, M., DA SILVA, H. “A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil: análise exploratória e proposições para pesquisa”. *Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 20, 163-187, 2015; MARQUES, F. (2019) “A expansão em números”. *Revista Pesquisa FAPESP*, outubro | ano 20, n. 284. Ver também: <http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/relatorios/reIndicadoresGerais.jsf>

No início dos anos 2000, o Centro de Estudos da Metrópole (CEM) interessou-se por mapear as teses e dissertações que se voltavam a diferentes dimensões do urbano em São Paulo (a capital e/ou qualquer um de seus 645 municípios). Estado mais populoso da Federação, o que possui a capital mais urbanizada – nossa única “grande metrópole nacional”³ – e onde se concentra a maior parte dos recursos públicos voltados para pesquisa, era notório que São Paulo havia se consolidado como objeto e território de produção intelectual privilegiados dos mestres e doutores. A equipe do UrbanData-Brasil: banco de dados bibliográfico sobre o Brasil, então liderada por Licia do Prado Valladares⁴, foi convocada. Cerca de 2000 títulos defendidos, sobretudo em programas de pós-graduação brasileiros, entre os anos de 1940 e 2004, foram coletados e classificados.

Este artigo remete a esse esforço longo de pesquisa que derivou em *São Paulo em Teses: catálogo bibliográfico (1940-2015)*. Trata-se de mais um resultado do trabalho coletivo realizado pelo UrbanData-Brasil que há quatro décadas produz e disponibiliza informações con-

³ De acordo com os dados apresentados no livro *Regiões de Influência das Cidades (Regic)*, publicado pelo IBGE em 2018, as cinco metrópoles mais influentes do país são: São Paulo (49.295.747), Rio de Janeiro (17.296.239), Distrito Federal (11.649.359), Recife (23.601.254) e Belo Horizonte (21.069.799). Note-se que não se trata do número de habitantes, mas do tamanho da população sob sua influência, daí o ranking expressar a posição de cada uma dessas regiões na hierarquia urbana brasileira. Em número absoluto de habitantes, a ordem se altera, mas a RMSP continua no topo da lista, com 21,5 milhões, sendo a única com status de “grande metrópole nacional” na classificação do IBGE. Segundo dados do Censo 2022, a população do Estado é de 46.024.937, com 11.451.245 vivendo na capital. Ver: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp.html>

⁴ A trajetória profissional de Licia do Prado Valladares e sua relevância para os estudos urbanos têm sido discutidas – e celebradas – em várias frentes. Ver: GONDIM, L. M. “A trajetória de Licia do Prado Valladares e a Constituição do campo dos estudos urbanos no Brasil”. *Caderno CRH*, v. 35, 2022; FREIRE-MEDEIROS, B. “Licia do Prado Valladares”. In LIMA, J. C., BOMENY, H. (orgs.) *SBS Memória Retratos: sociólogos e sociólogas brasileiras* (vol.1). Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021; SANTANA, G. C. A. *A sociologia da favela no Rio de Janeiro: círculos e configurações sociais a partir de Licia do Prado Valladares*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; CUNHA, J. B. *et al.* “Encontros com Licia do Prado Valladares: biografia, trajetória acadêmica e reflexões sobre o seu trabalho de campo na Rocinha em 1967-1968”, *Antropolítica*, v. 44, p. 282-313, 2018. Vale acessar, no site do UrbanData-Brasil, o registro audiovisual referente a três eventos: i) “Celebrando Licia Valladares”, realizado em 2019 na UERJ; ii) “Seminário de lançamento do site UrbanData-Brasil/CEM e homenagem a Licia Valladares”, realizado de modo remoto em março de 2022; Mesa de Homenagem a Licia do Prado Valladares no 46 Congresso Anual da ANPOCS em outubro de 2022.

cernentes a pesquisas publicadas, sob diferentes formatos editoriais, acerca das várias dimensões do urbano brasileiro. Das muitas iniciativas que realizamos, destacam-se *URBANIDADES: o podcast do urbano brasileiro* e a produção de balanços críticos e propositivos⁵. A base de dados do *São Paulo em Teses*, com 5.930 referências, encontra-se disponibilizada na íntegra para consulta pública em nosso site⁶ (<https://urbandatabrasil.fflch.usp.br>).

Como salientam Alegria, Bulgarelli e Pinheiro-Machado (2020, p. 4), teses e dissertações constituem um formato de difusão do conhecimento cuja “ascendente proliferação” decorre sobretudo do alargamento dos programas de pós-graduação e da “consequente diversificação das linhas de pesquisa a esses vinculadas”⁷. Tais transformações têm impactado o perfil discente, bem como as condições de produção e circulação de conhecimentos, sobretudo nas ciências humanas e sociais. Ainda assim, trata-se de um acervo raramente abordado em seu caráter coletivo, i.e. como uma “coleção científica” que, por derivar de regras e princípios compartilhados pelos pares, nos permite jogar luz sobre arranjos institucionais e disciplinares que são hegemônicos ou não em um dado momento⁸.

Essa “ascendente proliferação” é visualmente apreensível no gráfico abaixo, referido ao nosso universo empírico: teses e dissertações vinculadas às Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas que tomam aspectos do urbano em São Paulo como foco central de análise ou que, pela natureza de seu objeto de pesquisa, revelam dimensões importantes para a compreensão do espaço urbano ao qual estão empiricamente referidos (na capital ou em qualquer um de seus 645

⁵ Vale mencionar o trabalho que realizamos para a *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*. Agradecemos aos editores Fernanda Ester Sánchez Garcia (UFF) e Pedro de Novais Lima Jr. (UFRJ) pelo acompanhamento cuidadoso e interlocução instigante. Acesse o relatório completo em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/publicacoes-urbandata-brasil>.

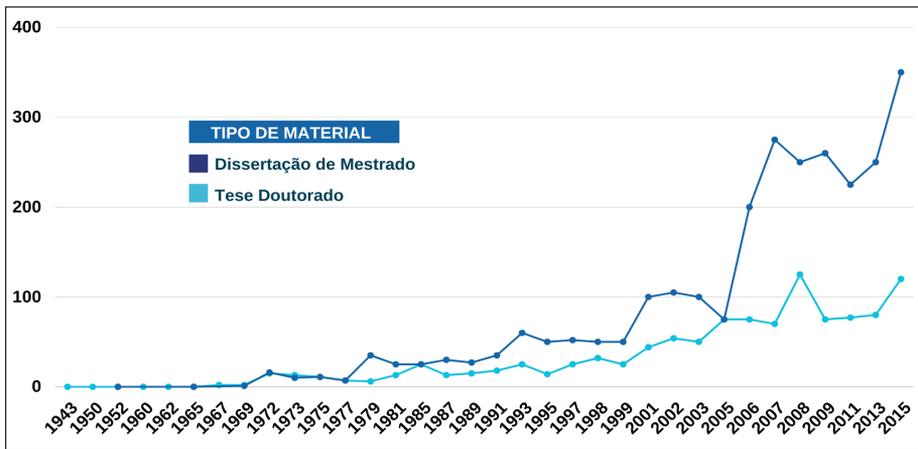
⁶ São citadas em rodapé as referências bibliográficas mencionadas ao longo do texto e que não fazem parte do acervo contemplado neste catálogo.

⁷ “Movimentos sociais contemporâneos: um balanço da produção de teses e dissertações em antropologia (2008–2018)”. *BIB*, São Paulo, n. 93, pp. 1-27. Para um balanço da produção da pós-graduação sobre planejamento urbano no Brasil, ver ULTRAMARI, C.; FIRMINO, R. J. e SILVA, S. F. P. (2011). Uma abordagem bibliométrica do estudo do Planejamento Urbano no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. In: *XIV Encontro Nacional da ANPUR. Anais*. Rio de Janeiro/RJ.

⁸ LATOUR, B; WOOLGAR, S. *A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1997.

municípios). Entre pesquisas da cidade e na cidade⁹, ambos os recortes nos interessam: os espaços, em suas diferentes escalas, podem corresponder tanto ao objeto pesquisado em si quanto ao contexto onde se pesquisaram determinadas questões e fenômenos. É desnecessário que o/a autor/a se reconheça como pertencente aos estudos urbanos *strictu sensu*, mas que sua reflexão, ainda que derive de um interesse circunstancial, nos ajude a compreender melhor determinada espacialidade.

Gráfico 1: Teses e Dissertações sobre São Paulo por ano (todos os idiomas)¹⁰



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

Seriam muitas as possibilidades de análise postas por essas milhares de teses e dissertações. A equipe que assina este texto optou por trazer alguns recortes que tanto ilustram as potencialidades desse acervo reunido em nossa base de dados, quanto remetem aos nossos interesses de pesquisa. Segmentos específicos desse universo foram

⁹ Esta é uma distinção cara sobretudo à Antropologia e à Sociologia, mas também presente em outros campos disciplinares. Para um interessante panorama do debate, ver: ROCHA, A. L. C e ECKERT, C. *Antropologia da e na cidade, interpretação sobre as formas da vida urbana*, Porto Alegre: Marcavisual, 2013; FREHSE, F.; LEITE, R. P. Espaço urbano no Brasil. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (coords.). *Horizontes da Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: Barcarolla, ANPOCS e Discurso Editorial, 2010.

¹⁰ Estão contabilizados aqui trabalhos em português, espanhol, francês e inglês.

criticamente comentados levando em conta três arcos temporais propostos em ocasião prévia por dois de nós¹¹:

1. **1940-1980**: “passagem para uma sociedade urbano-industrial”, capitaneada por São Paulo e Rio de Janeiro¹²; criação das regiões metropolitanas em 1974; a profissionalização da carreira universitária e o financiamento público à pesquisa ocorriam em um contexto de controle das expressões intelectuais imposto pela ditadura civil-militar; grande influência do paradigma marxista com sua ênfase na infraestrutura econômica e no mundo do trabalho¹³, porém o legado da Escola de Chicago de Sociologia e Antropologia seguia reverberando em certos contextos institucionais¹⁴.
2. **1981-1999**: aumento acelerado da pauperização e espoliação da população urbana identificados no período anterior¹⁵, mas também de retomada democrática, com destaque para a promulgação da Constituição de 1988 e as lutas pela reforma urbana; drástica redução dos investimentos em C&T e do número de bolsas (especialmente mestrado) via CNPq¹⁶; novas correntes teóricas

¹¹ FREIRE-MEDEIROS, B.; MAGALHÃES, A. *O urbano paulista em foco: Sete décadas de reflexões produzidas no contexto da Pós-Graduação em Sociologia do Estado de São Paulo*, 2019.

¹² LOPES, J. B. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. Brasília e São Paulo: Companhia Nacional, 1968; TASCHNER, S. P. e BÓGUS, L. M. M. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 3(2), 87-129, 1986; OLIVEIRA, F. "O Estado e o urbano no Brasil". *Espaço & Debates*, n. 6, 1982.

¹³ KOWARICK, L., BRANT, V. C. e CAMARGO, C. P. de (orgs.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976; MARICATO, E. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979; SINGER, P. e BRANT, V. C. (orgs.). 1980. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo e Petrópolis; Cebrap e Vozes; SANTOS, M. *A cidade nos países subdesenvolvidos*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

¹⁴ Nessa influência, destaca-se a tradução e publicação do livro *O fenômeno urbano*, organizado por Otávio Velho (1967). Ver também: VALLADARES, L. (Org.). *A escola de Chicago*. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte, UFMG; Rio de Janeiro, Iuperj, 2005; FRÚGOLI, H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

¹⁵ BÓGUS, L. M. M. Urbanização e Metropolização: o caso de São Paulo. In: (Org.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Editora Cortez/OBSUR, 1992, p. 29-51.

¹⁶ “Em 1995 a queda dos investimentos foi de 36% em relação ao último ano do governo Itamar. (...) Ao compararmos os investimentos do último ano do governo Itamar Franco com o último dos governos FHC vemos que a queda foi de 55%”. Ver: OLIVEIRA, A. e BIANCHETTI, L. “CNPq: política de fomento à pesquisa nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC)”. In *Perspectiva*, v. 24, n. 1, p. 161-182, jan/jun. 2006.

orientam as pesquisas sobre os processos de empobrecimento, segregação e discriminação em direção às periferias; atenção empírica e esforços teórico-conceituais voltados à presença de novos grupos na cena urbana¹⁷.

- 3. 2000-2015:** diversificação nas atividades econômicas do estado de São Paulo e novas nuances no esquema centro-periferia na capital¹⁸; dinâmicas urbanas acentuadamente marcadas pela presença dos mercados ilícitos e dos regimes normativos do crime¹⁹; criação do Ministério das Cidades em 2003; novos campi universitários e políticas de ações afirmativas diversificam as espacialidades e temáticas abordadas.

Além destas linhas introdutórias e das breves considerações ao final, este texto traz outras quatro seções. A primeira recupera os parâmetros de coleta e classificação do UrbanData-Brasil/CEM, com atenção especial para o acervo de teses e dissertações sobre o urbano no Estado de São Paulo. As outras três se organizam a partir dos recortes temporais a que nos referimos acima, visitando Áreas Temáticas tanto clássicas quanto emergentes, no cruzamento com alguns campos disciplinares e indexadores que nos pareceram mais interessantes. Ainda que a nossa atenção se volte sobretudo àquilo que é resultado da pós-graduação brasileira, fazemos menções pontuais ao que foi produzido nas universidades estadunidenses²⁰.

Apresentamos dados quantitativos e algumas ponderações qualitativas (especialmente para o primeiro período, quando o número

¹⁷ CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T. de (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo, Brasiliense. 1983, p. 215-238; CARLOS, A. F. (org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, Edusp, 1994.

¹⁸ MARQUES, E. e BICHIR, R. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. *Espaço e Debates*, n.42, p.9-30. 2001; MARQUES, E. (org.). *As políticas do urbano em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp e Centro de Estudos da Metrópole, 2018.

¹⁹ TELLES, V., CABANES, R. (orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Humanitas, 2006; FELTRAN, G. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*. v.23, n.58, jan/abr. 2010.

²⁰ A partir sobretudo de FREIRE-MEDEIROS, B. *Pensando a periferia: Um estudo comparativo das teses sobre o urbano paulistano (Brasil e Estados Unidos, anos 1940 - anos 2010)*. Relatório científico referente à Cátedra Fulbright Ruth Cardoso de Estudos Brasileiros em Georgetown University (2021). FAPESP, Processo: 2019/25594-7

de trabalhos é mais modesto) na intenção de estimular a curiosidade investigativa de pesquisadoras e pesquisadores frente às vinculações disciplinares, possíveis tendências temáticas e suas lacunas. Sempre que possível, fazemos referência às dinâmicas institucionais, que envolvem a criação e desenvolvimento de linhas de pesquisa, linhagens teóricas e um conjunto importante de mudanças nos cursos de pós-graduação que, em maior ou menor medida, ecoam no que é dito a respeito das cidades paulistas.

PARÂMETROS CLASSIFICATÓRIOS E ALGUMAS APRECIACÕES GERAIS

A estrutura de funcionamento do UrbanData-Brasil/CEM organiza-se em torno de quatro eixos principais: monitoramento, coleta, classificação e análise. Para o monitoramento e a coleta, uma pergunta orienta a verificação de pertinência: dado o recorte empírico da obra, sua leitura permite conhecer melhor algum aspecto do urbano brasileiro? Atendem ao critério, portanto, trabalhos acadêmicos que aportam empiricamente em alguma cidade brasileira, podendo incluir, em perspectiva comparada, espacialidades urbanas de regiões e países. Uma vez coletadas, as referências são classificadas segundo os indexadores convencionais, aos quais se somam critérios originais Referência Espacial, Referência Temporal, Sexo da Autoria e Disciplina, com destaque para Áreas Temáticas (ATs).

As ATs permitem um nível maior de generalização e precisão do que encontramos nas palavras-chave. Ainda que respondam a campos semânticos previamente elencados, as ATs pretendem ser suficientemente flexíveis para contemplar temas consolidados, quanto incorporar outros que surjam. Esses campos semânticos advêm do nosso *Tesouro de Áreas Temáticas*, ferramenta por meio da qual reunimos, para cada AT, um conjunto específico de termos. A cada referência bibliográfica podem ser atribuídas até cinco de um total de 35 ATs, o que permite uma cartografia conceitual traçada pelo encaideamento dos termos contidos em uma mesma AT ou no contraste entre ATs diferentes. Inicialmente havia um repertório de 25 ATs. Em duas décadas, algumas perderam a relevância ou passaram a responder a novas nomenclaturas; outros temas, antes subsumidos em determinada AT, ganharam volume. Esse remanejamento nos levou

a incluir dez novas ATs as quais, queremos crer, permitem a classificação da totalidade dos trabalhos que vêm sendo produzidos²¹.

Fig.1 Áreas Temáticas

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	ARTE E ESTÉTICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	ESPAÇO URBANO
ESTRUTURA SOCIAL	ESTRUTURA ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO	ESTRUTURA REGIONAL E METROPOLITANA	EVOLUÇÃO URBANA
FLUXOS POPULACIONAIS E MIGRAÇÕES	GÊNERO/ SEXUALIDADE	HABITAÇÃO	IDEOLOGIA E POLÍTICA
INFÂNCIA E JUVENTUDE	INFRAESTRUTURA URBANA, SERVIÇOS URBANOS E EQUIPAMENTOS COLETIVOS	MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	MEMÓRIA, PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO
MÍDIA E COMUNICAÇÃO	MOBILIDADE URBANA	MODO DE VIDA, IMAGINÁRIO SOCIAL E COTIDIANO	MOVIMENTOS SOCIAIS
NOVAS TECNOLOGIAS E MEIO URBANO	ONGS E TERCEIRO SETOR	PLANEJAMENTO URBANO	POBREZA E DESIGUALDADE
PODER LOCAL E GESTÃO URBANA	POLÍTICAS PÚBLICAS	PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO	RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
RELIGIÕES, RITUAIS E COMEMORAÇÕES	SERVIÇOS, ESPAÇOS E PRÁTICAS DE LAZER	SERVIÇOS, ESPAÇOS E PADRÕES DE CONSUMO	SETOR INFORMAL/ INFORMALIDADE
SOLO URBANO	TURISMO E CULTURA DE VIAGEM	VIOLÊNCIA	

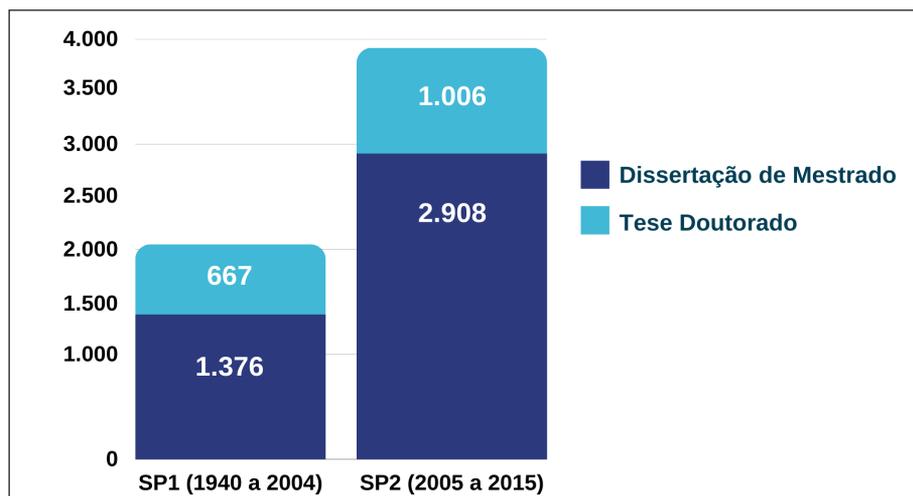
Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

Como foi dito, no que se refere especificamente ao acervo do *São Paulo em Teses*, a coleta do material – dissertações de mestrado, teses de doutorado, teses de livre docência e de provimento de cátedra -- foi realizada em duas etapas, separadas por um intervalo de uma década. A primeira iniciativa (SP1) contemplou a produção, sobretudo nacional, entre os anos de 1940 e 2004. Cerca de 30 catálogos, 28 bases de dados on-line (incluindo-se CAPES, IBICT e a Base Dedalus da USP), assim como inúmeras listagens de teses publicadas em periódicos da área, foram consultados. A partir de 2018, enquanto uma parte da equipe se dedicava ao monitoramento e coleta das novas referências, outra revia minuciosamente a totalidade do banco de dados original, tanto em função das dez novas Áreas Temáticas, quanto do preenchimento de informações que se encontravam incompletas ou

²¹ As novas ATs são: Arte e estética; Gênero/sexualidade; Memória, preservação e patrimônio; Mídia e comunicação; Novas tecnologias e meio urbano; Relações étnico-raciais; Religiões, rituais e comemorações; Turismo e cultura de viagem; Serviços, espaços e padrões de consumo; Serviços, espaços e práticas de lazer. Outras já existentes, foram renomeadas: de Transporte urbano para Mobilidade urbana; de Aumento populacional e migração para Fluxos populacionais e migração.

inconsistentes. Finalizamos com cerca de 6000 referências. Ou seja, em dez anos produziu-se, em média, três vezes mais teses e dissertações sobre o Estado de São Paulo do que nos 65 anos anteriores.

Gráfico 3: Dissertações e teses sobre São Paulo urbano: comparativo entre os levantamentos realizados



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

Ao final desse trabalho minucioso de garimpagem, padronização e classificação, chegamos a um material extremamente rico que, embora não esgote a totalidade da produção pós-graduada sobre os aspectos do urbano no Estado de São Paulo, sem dúvida permite alguns exercícios interrogativos interessantes. Que campos disciplinares despontam como produtores de conhecimento sobre o urbano paulista? Dos vários programas de pós-graduação onde tal conhecimento é gerado, quais profissionais se destacam na orientação das pesquisas? No cruzamento entre Áreas Temáticas, em contextos disciplinares específicos, o que é possível dizer sobre certas dinâmicas de gênero? Como se distribui geograficamente o foco das pesquisas?

Tabela 1: Total de trabalhos por campo disciplinar (frequência > 100)

Disciplina	Frequência	Disciplina	Frequência
Arquitetura e urbanismo	1042	Serviço social	280
Sociologia	866	Antropologia	276
História	672	Engenharia	221
Geografia	642	Ciência política	216
Educação	485	Comunicação	177
Planejamento urbano	430	Psicologia	133
Economia	333	Ciência ambiental	126
Medicina social / Saúde pública	311	Artes	103

Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

A partir dos anos 2000, a um repertório já consagrado de disciplinas somam-se outras, como Psicologia, Ciência Ambiental e Artes. Chama particular atenção a presença da Educação e Serviço Social, antes ausentes no ranking das disciplinas mais frequentes, e que passam do 13º para o terceiro lugar e do 19º para o quinto lugar respectivamente. Mestres e doutores/as tomam esses campos de reflexão disciplinar como parte de outros sistemas interconectados à vida urbana mais geral, incorporando fatores históricos e políticos da cidade à compreensão de seus objetos de estudo. A circunscrição territorial onde instituições (escolas, iniciativas comunitárias, ONGs etc.) e indivíduos (estudantes, profissionais, ativistas, voluntários etc.) se localizam ganha relevância descritiva, quando não teórico-conceitual.

No caso dos Programas de Pós-Graduação paulistas, estes podem estar vinculados a universidades públicas ou privadas, ser menos ou mais longevos, com tradição consolidada nos estudos urbanos ou representando um movimento mais recente de ampliação da área. Essas características ficam evidentes se tomarmos, para efeitos de ilustração, os dois campos disciplinares mais frequentes e sua distribuição institucional apenas no estado de São Paulo (tabelas 2 e 3).

Tabela 2: Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo

PPG	Instituição	Fundação/Modalidade
Arquitetura e Urbanismo	USP São Carlos	1971 ME 2002 DO
Arquitetura e Urbanismo	USP	1972 ME 1980 DO
Arquitetura e Urbanismo	Mackenzie	2000 ME 2011 DO
Arquitetura, Tecnologia e Cidade	Unicamp	2012 ME 2016 DO
Arquitetura e Urbanismo	UNESP Bauru	2013 ME

Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

Tabela 3: Programas de Pós-Graduação em Sociologia/Ciências Sociais do Estado de São Paulo²²

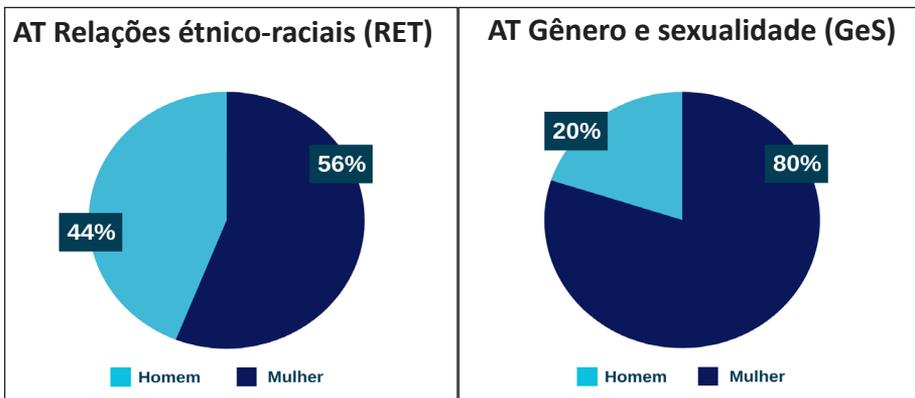
PPG	Instituição	Fundação/Modalidade
Sociologia	USP	1971 ME 1971 DO
Ciências Sociais	PUC-SP	1973 ME 1982 DO
Sociologia Ciências Sociais	Unicamp	1974 ME 2003 DO 1985 DO
Ciências Sociais	UNESP Araraquara UNESP Marília	1981 ME 1993 DO 1999 ME 2006 DO
Sociologia	UFSCAR	2008 ME 2008 DO
Ciências Sociais	UNIFESP	2010 ME 2020 DO
Ciências Humanas e Sociais	UFABC	2010 ME 2011 DO

Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

²² No caso da USP, o PPG em Sociologia é de 1945, mas o atual formato foi constituído apenas em 1971. O PPGS da UFSCar formou-se em 2007. Já o PPG em Ciências Sociais da Unesp-Araraquara surgiu em 2011, em substituição ao antigo PPG em Sociologia. No caso da Unifesp, o PPG em Ciências Sociais surgiu em 2010, mesmo ano em que foi constituído o PPG Ciências Humanas e Sociais da UFABC.

Um outro conjunto interessante de questões diz respeito à distribuição das Áreas Temáticas de acordo com o sexo da autoria. Pode haver variações significativas no contexto de um mesmo campo disciplinar, como o gráfico 6 ilustra em relação à Antropologia. Ainda que se trate de PPGs em que há uma presença equilibrada de homens e mulheres, assim como uma representação institucional variada (com USP e UNICAMP concentrando um número maior de trabalhos), a distribuição por duas ATs distintas muda significativamente:

Gráfico 6: Sexo da autoria na Antropologia e nas ATs RET e GeS

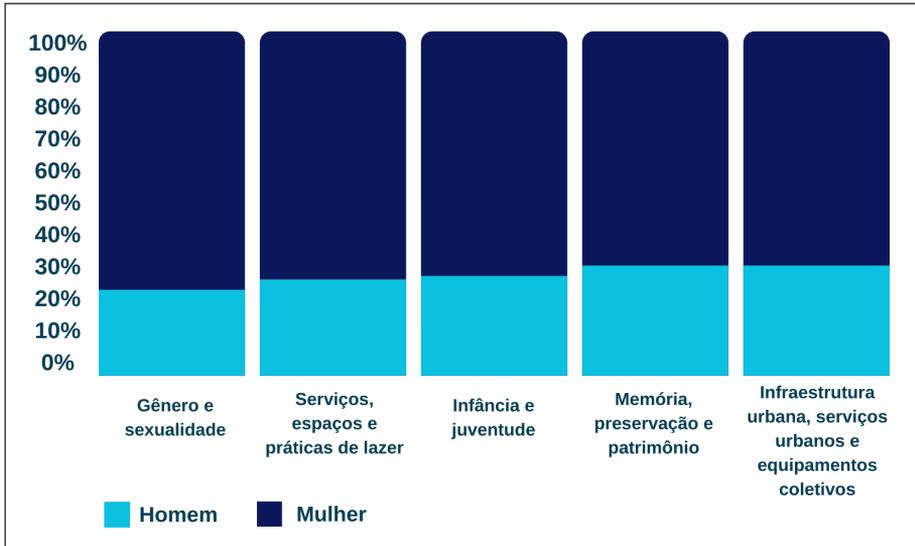


Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

No caso dos PPGs de Sociologia e Ciências Sociais²³, **Gênero e sexualidade** volta a figurar, sem surpresa, como uma AT mais frequente entre as mulheres. Elas são presenças majoritárias em ATs cujo léxico remete ao cuidado dos outros ou à garantia de reprodução da vida em suas dimensões tanto práticas quanto simbólicas (**Infância e juventude; Infraestrutura urbana, serviços urbanos e equipamentos coletivos**), assim como a temporalidades, redes e instituições que não aquelas voltadas exclusivamente ao trabalho (**Serviços, espaços e práticas de lazer; Memória, preservação e patrimônio**).

²³ Os PPGs brasileiros: IUPERJ, FESPSP, PUC (diversos estados), UEL, UEM, UERJ, UFABC, UFPB, UFRJ, UFRRJ, UFSCAR, UnB, UNICAMP, UNESP, UNIFESP, USP. Entre os estrangeiros: Cornell University, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Emory University, LSE-University of London, IEP-Paris, The Ohio State University, The University of Wisconsin – Madison, Université Paris V - René Descartes, University of California Berkeley, University of Florida, University of Michigan

Gráfico 7: PPGs de Sociologia e Ciências Sociais: ATs mais frequentes entre as mulheres



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

E se voltamos a atenção para uma Área Temática menos “tradicional”, como é o caso de **Turismo e cultura de viagem**? Da nossa amostra, foram identificados 119 trabalhos pertencentes a essa AT, dos quais aproximadamente 86% foram defendidos entre 2000 e 2015. As teses e dissertações se distribuem por um conjunto de aproximadamente 20 disciplinas e por PPGs em Arquitetura, Planejamento Urbano, Geografia, Sociologia, Antropologia e História, com destaque para o PPG em Comunicação da Universidade de São Paulo, cuja linha de pesquisa em Turismo foi bastante relevante até meados de 2005, quando encerrou suas atividades²⁴.

Ao analisarem a representatividade feminina em PPGs vinculados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Coelho, Mayer, Andrade-Matos e Alvares (2021)²⁵ observam que

²⁴ A linha concentrava importantes referências dos estudos do turismo no Brasil, como Olga Tulik, Américo Pellegrini Filho, Sarah Bacal, Mário Carlos Beni, Mirian Rejowski e Wilson Abrahão Rabahy.

²⁵ COELHO, M. de F.; MAYER, V. F.; ANDRADE-MATOS, M. B. de; ALVARES, D. F. REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA ÁREA ACADÊMICA DE TURISMO: uma análise dos programas de pós-graduação filiados à ANPTUR. Turismo - Visão e Ação, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 595-615, 2021. Editora UNIVALI. <http://dx.doi.org/10.14210/rtva.v23n3.p595-615>.

de 128 docentes ativos em 2020, 53% eram do sexo masculino, sendo que no caso do PPGTur da USP essa discrepância chegava a 88% em favor dos homens. Eles eram maioria em papéis representativos, de supervisão e ocupação de cargos oficiais e de docência. No caso da nossa amostra, quando tomamos a AT **Turismo e cultura de viagem** (que não reúne exclusivamente trabalhos defendidos nos PPGs em Turismo, mas em que estes são maioria), essa desproporção se repete: enquanto temos uma distribuição equilibrada em relação à autoria das teses e dissertações, os homens desempenham majoritariamente o papel de orientação. É o que o gráfico abaixo expressa.

Gráfico 8 – Autoria X Orientação na AT Turismo e Cultura de Viagem por sexo



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

Antes de passar à análise mais detida que leva em consideração os três eixos temporais propostos, vale encerrar este panorama geral com uma nota breve sobre orientadoras e orientadores, sem os quais não teríamos este vasto universo empírico. Há uma pulverização expressiva de nomes e nem sempre docentes “especializados” nos estudos urbanos estiveram à frente do processo de orientação. O caráter pervasivo das questões urbanas marca presença em diversas subáreas, como é o caso das interfaces entre a Sociologia Urbana e a Sociologia da Violência, aqui representada pelo Prof. Sérgio Adorno (PPGS/USP).

Tabela 4: Orientadores/as com 20 ou mais trabalhos orientados

Orientador/a	Frequência	PPG
Silvio Soares Macedo USP	29	Arquitetura e Urbanismo
Salvador Sandoval PUCSP	29	Psicologia, Educação, Serviço Social
Myrian Veras Baptista PUCSP	28	Serviço Social
Lúcia Maria Machado Bógus PUCSP	28	Sociologia
Maria Lucia Carvalho da Silva PUCSP	28	Serviço Social
Gilda Collet Bruna Mackenzie	27	Arquitetura e Urbanismo
Martinelli, Maria Lucia PUCSP	24	Serviço Social
Sergio Adorno USP	22	Sociologia
Candido Malta Campos Filho USP	22	Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano
Maria Ruth Amaral de Sampaio USP	22	Arquitetura e Urbanismo, Habitação
Rafael Antonio Cunha Perrone USP	20	Arquitetura e Urbanismo
Pasquale Petrone USP	20	Geografia

Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

ORIGENS: 1940-1980

As três primeiras teses cujo foco recai sobre o urbano em São Paulo datam da década 1940, anos antes da expansão do ensino superior, da consolidação institucional das Ciências Sociais e da criação dos programas de mestrado em Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional no Brasil. Vinculados à Geografia, campo disciplinar que preparava

muitos quadros para atuação junto ao IBGE (fundado na década anterior), Maria Conceição Vicente de Carvalho defende a tese intitulada “Santos e a Geografia Humana do Litoral Paulista” (CARVALHO, 1944, USP) e Aroldo de Azevedo apresenta “Subúrbios Orientais de São Paulo” (AZEVEDO, 1945, USP) no Concurso à Cadeira de Geografia do Brasil, ambos na Faculdade de Letras, Ciências Humanas e Filosofia (FFLCH/USP).

Também em 1945, mas no contexto da então Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), Virgínia Leone Bicudo defende a dissertação de mestrado intitulada “Estudos sobre atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo” (BICUDO, 1945, ELSP). Sob orientação de Donald Pierson, sociólogo estadunidense vinculado à Escola de Chicago – que então publicara uma pesquisa sobre as relações raciais na Bahia –, a dissertação representou um marco nos estudos sobre raça, mobilidade social e discriminação, propondo uma articulação entre Sociologia, Antropologia e Psicologia Social num momento de institucionalização das Ciências Sociais no país. Posteriormente professora da ELSP e única mulher a se formar no curso de Ciências Políticas e Sociais em 1938, Virgínia Bicudo analisa as relações socioeconômicas e étnico-raciais na cidade de São Paulo por meio de entrevistas e da análise documental da Frente Negra Brasileira e do jornal *Voz da Raça*.

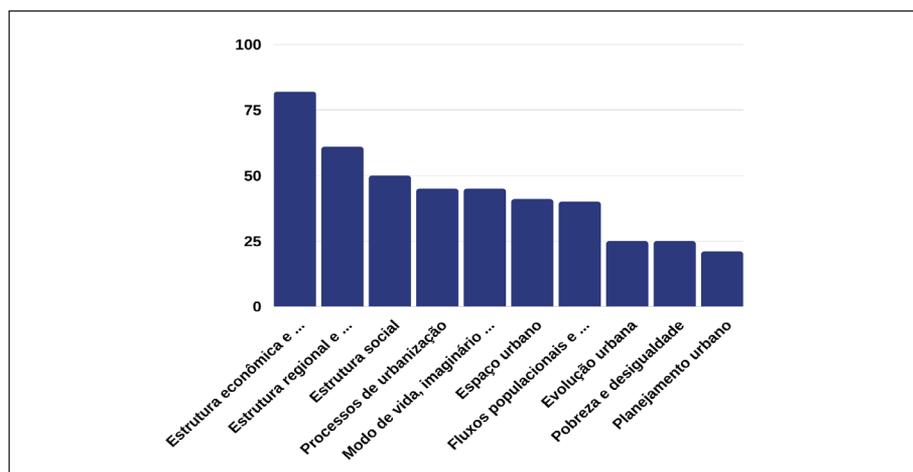
Não demorou muito para que São Paulo aparecesse na pós-graduação dos Estados Unidos com um autor que ainda é referência incontestável para se compreender as trocas intelectuais entre os dois países: o historiador Richard Morse (1922-2001). Tanto a dissertação quanto a tese de doutorado (MORSE, 1947 e 1952, Columbia U.) foram realizadas no programa de Political Science sob a orientação de Frank Tannenbaum. Não cabe detalhar aquilo que uma bibliografia de ampla latitude, que se volta à trajetória intelectual de Richard Morse, já discutiu, analisou e polemizou²⁶. Para o que nos interessa aqui, é importante sublinhar como sua tese, pu-

²⁶ Cf. BOMENY, H. (1989), “Uma entrevista com Richard Morse”. *Estudos Históricos*, 2, 3:77-93; CANDIDO, A. et al. (1992), *Um americano intranquilo*. Rio de Janeiro, FGV; CASTRO, A. C. V de (2021) *Um Americano na Metrópole Latino-americana. Richard Morse e a Formação de São Paulo*. São Paulo: Edusp; RICUPERO, B. (2022) “Uma sucessão de mal-entendidos? Richard Morse e seus leitores mexicanos e brasileiros”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 37 (108).

blicada como livro primeiro no Brasil e depois nos Estados Unidos, inaugurou em grande medida o campo de estudos sobre cidades da América Latina em uma perspectiva cultural²⁷.

Nos anos 1960, a pós-graduação é instituída na FFLCH/USP, abrangendo, além da Geografia, a Sociologia e a Antropologia; dissertações de mestrado e teses de doutorado somam-se às de cátedra e livre-docência. Em meio à repressão política e ao conseqüente exílio forçado de vários intelectuais brasileiros, recursos governamentais foram alocados para a pesquisa, com destaque para a criação da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos (empresa pública criada em 1967 vinculada ao Ministério do Planejamento) e para o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi instituída por meio da Lei Estadual nº 5.918, promulgada em 18 de outubro de 1960, durante o governo de Carvalho Pinto, mas só começou a operar efetivamente em 1962, após a nomeação de José Leite Lopes como seu primeiro diretor científico.

Gráfico 10 - Áreas Temáticas (ATs) mais frequentes entre 1940-1980



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

²⁷ MORSE, R. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo* (trad. Maria Aparecida Madeira Keberg). São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954; MORSE, R. *From Community to Metropolis: a Biography of São Paulo*, Gainsville: Florida UP, 1958; MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo, de comunidade a metrópole* (trad. complementares Antonio Candido). Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: Difel, 1970.

Não se estranha que, em tempos de hegemonia do paradigma marxista, as quatro ATs mais frequentes tenham sido aquelas que privilegiam aspectos mais estruturais e seus impactos na transformação do ambiente construído e da paisagem urbana. São dissertações e teses que operam tanto no léxico do mercado e da estratificação por classe (**Estrutura econômica e mercado de trabalho; Estrutura social**) quanto das grandes transformações na geografia social da cidade, no ambiente construído e na paisagem urbana (**Estrutura regional e metropolitana; Processos de urbanização**).

Assim como Fernando Henrique Cardoso, que havia defendido sua dissertação de mestrado intitulada “Evolução da Indústria em São Paulo” ainda no começo dos anos 1950 (CARDOSO, 1953 USP), Leônicio Martins Rodrigues e Paul Singer examinam a industrialização de São Paulo e seus rebatimentos espaciais sob orientação de Florestan Fernandes. Tanto a dissertação “Manifestações e Funções do Conflito Industrial em São Paulo” (RODRIGUES, 1964 USP) quanto a tese “Desenvolvimento Econômico Sob o Prisma da Evolução Urbana” (SINGER, 1966 USP) expõem a cidade como palco dos embates entre o operariado e a classe dominante.

Mas é interessante notar de que maneiras essas ATs mais “duas”, por assim dizer, se entrelaçaram com ATs como **Relações Étnico-Raciais, Gênero e sexualidade e Modo de vida, imaginário social e cotidiano**. Beatriz Muniz Souza inovou, por exemplo, ao examinar sociologicamente a sociedade urbano-industrial na interface com as questões religiosas na tese de doutorado intitulada “Pentecostalismo em São Paulo” (SOUZA, 1967, UNESP). Com base em arquivos policiais e etnografia, a antropóloga Regina Maria Mazzariol (1977, UNICAMP) traçou tanto a composição social do Jardim Itatinga quanto o perfil das mulheres prostitutas em sua dissertação de mestrado orientada por Peter Fry e intitulada “Mal Necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas”. Em “A muralha que cerca o mar: uma modalidade de uso do solo urbano” (1979 USP), a geógrafa Odette Carvalho de Lima Seabra examinou o processo de ocupação urbana e verticalização da cidade de Santos nas suas relações com o turismo de veraneio da cidade.

No contexto do PPG de Antropologia da USP, foram defendidas algumas dissertações que são exemplares da abrangência da AT **Relações étnico-raciais**: “O Negro na Televisão de São Paulo: estudo de

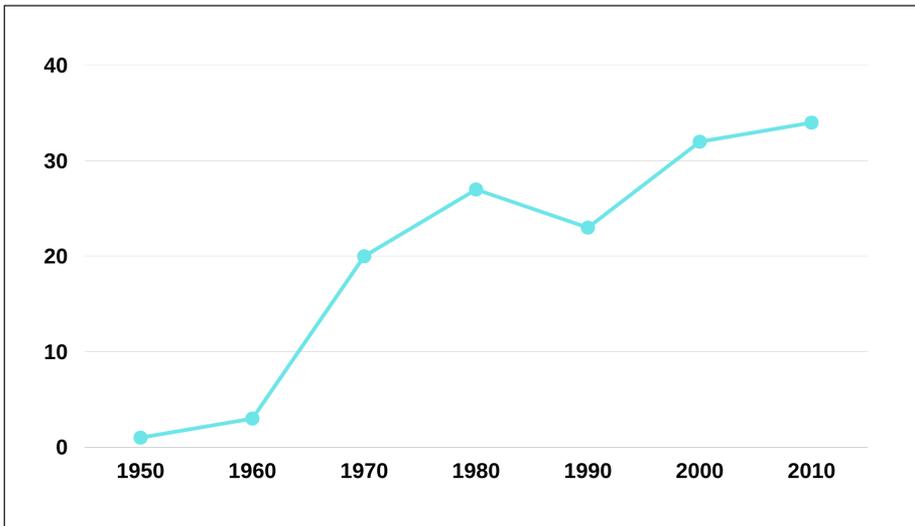
relações raciais”, por Solange Martins Couceiro (1971, USP); “Os Ciganos: aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas”, por Maria de Lourdes Santana (1972, USP); “Socialização e Relações Raciais: um estudo de famílias negras em Campinas”, por Irene Maria Ferreira Barbosa (1978, USP); “Candomblé do Rei: estudo etnográfico de um Candomblé Kétu-Bamgbosè, na cidade de São Paulo”, por Ismael Giroto (1980, USP). Todos esses trabalhos foram orientados por João Baptista Borges Pereira, professor emérito de Antropologia Social da USP, reconhecido por suas pesquisas sobre a população negra e populações imigrantes.

Orientada pela Professora Verena Stolcke, cofundadora do departamento de Antropologia da UNICAMP, a dissertação de Maria Suely Kofes (1976, UNICAMP) intitulada “Entre nós os pobres, eles, os negros”, trata da relação entre representações étnico-raciais em um bairro popular da cidade de Campinas. A autora posiciona a questão racial na interface com dinâmicas próprias da AT **Habitação**, temática clássica aos estudos urbanos que ainda congregava um número relativamente baixo de pesquisas nesse período. Isso a despeito da relevância do Banco Nacional da Habitação (BNH), criado em 1964, no fomento às políticas de aquisição da casa própria.

Na Antropologia, além da dissertação de Kofes, a **AT Habitação** aparece com “Pobres e Favelados em São Paulo: um estudo de caso”, dissertação de Hinaldo Beiker (1972, USP); no Planejamento Urbano, com a tese “Metropolização: estudo da habitação popular paulistana”, de Maria Ruth Amaral de Sampaio (1972, USP) e a dissertação “O Valor do Solo e sua Relação com a Acessibilidade” de Andreína Nigriello (1977, UFRJ). A partir da década de 1980, porém, a AT ganha forte incremento, não só no Planejamento Urbano, mas na Sociologia, como veremos adiante.

Esse também é “o período glorioso dos estudos [das ciências sociais e das humanidades] sobre o Brasil nos Estados Unidos”, segundo Eakin e Almeida²⁸. Os autores tomam como referência toda a produção acadêmica sobre o Brasil, mas fato é que não foi diferente quando observamos o comportamento das teses e dissertações sobre São Paulo e suas cidades, originárias das universidades estadunidenses:

²⁸ Cf. ALMEIDA, P. R; BARBOSA, R. A; EAKIN, M. C; (org.). (2002). *O Brasil dos Brazilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos (1945-2000)*. Paz e Terra: São Paulo.

Gráfico 11: Teses e dissertações defendidas nos EUA por década

Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

A cena era ocupada, então, pelos chamados *brasilianistas*²⁹, termo cunhado no contexto da Guerra Fria. Em tempos de ditadura política, o acesso facilitado a arquivos e recursos para pesquisa que favoreciam os pesquisadores estadunidenses alimentava ressentimentos por parte de alguns acadêmicos brasileiros. Isso não impediu, todavia, que importantes redes de colaboração e intercâmbio beneficiassem os dois lados.

Até o fim dos anos 1970, o tema da transição – entre os mundos rural e urbano, tradição e modernidade –, talvez tenha sido o mais popular nas universidades dos EUA quando o assunto era São Paulo urbano. Sob o título “From Coronelism to Populism: The evolution of politics in a Brazilian municipality, Ribeirão Preto, São Paulo, 1910-1960”, a tese de doutorado em Ciência Política de Thomas Walker (1974, U. New Mexico) é exemplar desse interesse. A antropóloga Bela Feldman-Bianco (1981 Columbia U.), figura-chave na institucio-

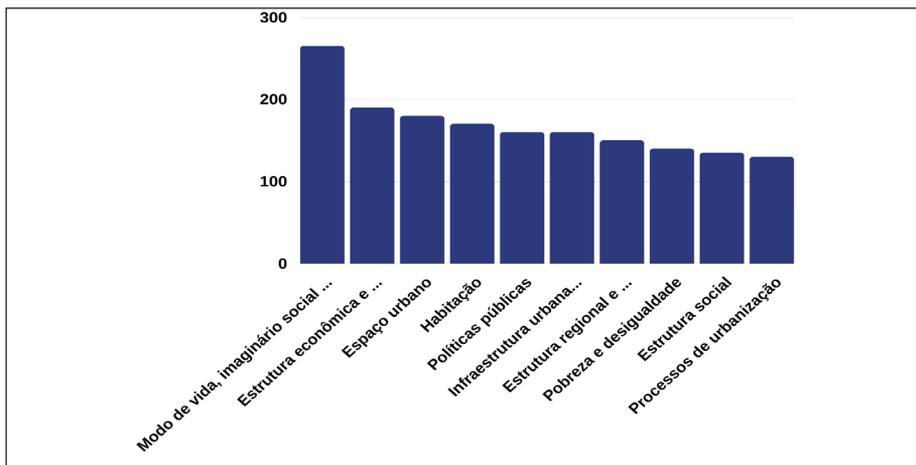
²⁹ Cf. MICELI, S. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990; SANTOS, M. C. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos. Thomas Skidmore e a História Contemporânea do Brasil*. São Paulo: USP, 2007. WEINSTEIN, B. “Sou ainda uma *brasilianist*?”. *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 72, pp. 195-217.

nalização das parcerias acadêmicas entre Brasil e EUA³⁰, também re-constrói em sua tese o desenvolvimento do capitalismo a partir de Matriz, município da região metropolitana de São Paulo. Percebida conceitualmente como uma “fronteira móvel”, a localidade é ponto de observação para refletir sobre os entrelaçamentos entre família, parentesco e mercado.

RESISTÊNCIAS: 1981-1999

Ao longo dos anos 1980, cresce a oferta de PPGs no Brasil, inclusive em universidades localizadas fora do eixo Rio/São Paulo (UnB, UFMG, UFBA, UFPE, UFPB, UFRGS). Paradoxalmente, as pesquisas de cunho mais “acadêmico” sofrem nesse período com o corte nas verbas de instituições como CNPq e Finep. Financiadores internacionais, como a Fundação Ford, passam a privilegiar projetos de intervenção direta, promovidos especialmente pelas ONGs, em detrimento daqueles de cunho teórico-analítico, em um contexto de crescente hegemonia do espanhol e do interesse pela América castelhana que leva à reconfiguração do próprio conceito de “estudos de área” nos Estados Unidos.

Gráfico 12: Áreas Temáticas (ATs) mais frequentes entre 1981-1999



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

³⁰ Entre 1987 e 1991, Feldman-Bianco ocupou a cátedra de Professor Titular em Estudos Portugueses na Universidade de Massachusetts Dartmouth e, em 2008, a cátedra Hélio e Amélia Pedrosa junto ao Center for Portuguese Studies and Culture e ao Departamento de Sociologia dessa mesma universidade.

Alterações na demografia, no processo produtivo industrial e nas formas de habitar, com destaque para o surgimento dos condomínios fechados, a expansão das periferias e o protagonismo da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)³¹, afetam o repertório das pesquisas e justificam, em alguma medida, a continuidade da predominância das ATs **Modos de vida, imaginário social e cotidiano** e **Estrutura econômica e mercado de trabalho**, bem como a posição de destaque assumida pelas AT **Habitação** (4º lugar).

Nota-se, inclusive, um entrelaçamento interessante entre as ATs mais frequentes, com pesquisas que examinam as diversas formas de trabalhadores e trabalhadoras organizarem e darem sentido às suas vidas, suas experiências e subjetividades, como atesta a dissertação de mestrado “Os Conflitos entre Empregadas e Empregadores Domésticos pela Mediação do Sindicato e da Justiça do Trabalho”, de Maria Elisa Almeida Brandt (1998), sob orientação de Alba Zaluar. Tais sobreposições também assumiram relevância entre sociólogas/os ao examinarem a “ambivalência de identidades” numa conjuntura em que as figuras do “pobre” e do “trabalhador” se confundiam na proliferação da pobreza e na precariedade da cidadania (Telles, 1992 USP; Nair, 1994 USP).

Habitação e urbanização são processos não apenas que coexistem, mas que se coproduzem, e este é o período em que São Paulo se consolida como um dos principais postos de observação dessas dinâmicas no país: o estado se firmara demograficamente como aquele que apresentava manchas urbanas e populacionais significativas, quanto pelas diferentes escalas, dimensões e intensidades dos processos correlacionados da urbanização e da produção habitacional ali presentes. O crescimento do interesse pela AT **Habitação** sinaliza um interesse por esses processos e dinâmicas de urbanização, assim como as lógicas de produção das cidades – quer planejadas ou não –, a partir de ou em consonância com a produção habitacional realizada de maneira formal e informal.

³¹ Embora criada em fins dos anos 1940, a CDHU se expande de forma significativa a partir da crise do Sistema Financeiro de Habitação e do Banco Nacional de Habitação, instâncias criadas no período da ditadura civil-militar, nos anos 1980. Essa expansão faz da companhia uma das maiores empresas públicas de produção de habitações populares do mundo.

Como a imensa bibliografia sobre essas dinâmicas paulistas mostra, tanto o provisionamento de habitação pelo Estado, quanto aquele feito pelo mercado, impulsionaram um crescimento desigual dos municípios, especialmente na Região Metropolitana de São Paulo a partir dos anos 1980. Não sem paradoxos e tensões, a capital teve como forte vetor de crescimento justamente a expansão de suas periferias desprovidas de ou com parca infraestrutura urbana. Ao lhe designar a alcunha de “periferização”, explicitava-se a condição de processo em aberto do fenômeno. Nesse mesmo campo semântico e conceitual aparecem termos como “autoconstrução” e “mutirão” para dar conta de como as pessoas construíam, da forma que podiam, suas habitações. Lucio Kowarick, professor do PPG em Ciência Política da USP, imprime a expressão *espoliação urbana*, superando o paradigma da ausência por demonstrar que tal processo de crescimento nunca foi “caótico” e/ou “desordenado”, mas atravessado por uma lógica constitutiva: o modelo econômico e urbano brasileiro (e, em geral, latino-americano) impunha a aceleração da reprodução da pobreza nas cidades.

De maneira menos ou mais explícita, as teses e dissertações vão dialogar com esse repertório conceitual e analítico ao se voltar para o tema da periferia. São trabalhos com origem em Programas de Pós-Graduação diversos: Antropologia Social (Magnani, 1982, USP), Saúde Pública (Taschner, USP 1982); Ciências Sociais (Macedo, USP 1985), Sociologia (Jacobi, USP 1985), Ciência Política (Niemeyer, USP 1985), Estruturas ambientais urbanas (Fonseca, USP 1986); Psicologia (Gomes, USP 1986), Arquitetura e Urbanismo (Grostein, USP 1987) e Educação (Sposito, USP 1989). Se os PPGs e territórios são muitos, a universidade é uma só: USP³².

São Paulo emergia como uma cidade em que as classes sociais eram percebidas como moral e espacialmente antagônicas (Souza, 1990, USP; Barciotte, 1994, USP; Bonatto, 1998, USP; Kimura, 1998, USP). Em paralelo, ocorria a ampliação do recorte previsto na AT **Gênero e sexualidade**, com um interesse crescente não só pelo femi-

³² Partindo do acervo e dos parâmetros classificatórios do UrbanData-Brasil/CEM, Mauro Amoroso e Diego Peralta, ambos colaboradores do projeto, realizam uma interessante reflexão sobre o papel dos diferentes contextos institucionais na produção das teses e dissertações sobre as periferias e favelas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cf. AMOROSO, M.; PERALTA, D. Sobre “periferias urbanas” e “favelas”: análise da produção acadêmica sobre os espaços urbanos de moradia popular no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Acervo, [S. l.]*, v. 36, n. 1, p. 1–30, 2023

nino, mas pela ocupação do espaço da rua por expressões de afeto e identidades variadas, como exemplifica a dissertação de mestrado de Néstor Perlongher, “O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo” (1986, UNICAMP). Tematizando a “prostituição viril” no centro da cidade, o trabalho configura referência fundamental para os estudos de gênero e sexualidade, dedicados ao contexto urbano, além de uma contribuição inovadora para a compreensão das diferenças e desigualdades na constituição relacional de “territorialidades marginais”. Também é o caso da tese de James Green (1996), um dos historiadores estadunidenses mais conhecidos na academia brasileira, que põe em perspectiva comparada as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro para examinar desde o surgimento das subculturas homossexuais no início do século 20 até a explosão, nos anos 1980, dos movimentos gays contra a discriminação, os estereótipos sociais e o status marginal na vida cotidiana e no espaço público.

Um fenômeno que cabe ressaltar diz respeito a trajetórias de pesquisadores/as com formação no Brasil, que fazem seus doutorados nos Estados Unidos e passam a desenvolver carreiras menos ou mais internacionais, como é o caso de Teresa Caldeira e Raquel Rolnik. Com base em uma década de pesquisa e se valendo de métodos mistos de investigação, Caldeira (U. of California, 1992) analisa as relações entre violência, medo e segregação social, a partir da segunda metade dos anos 1980. A tese foi publicada em vários idiomas e os livros, tanto em português quanto em inglês, foram objeto de resenhas logo após o lançamento³³. Desde então, seus achados empíricos e grades interpretativas são postos sob escrutínio – com a própria Caldeira participando desse processo³⁴. A expressão “cidade de muros”, que dá título à tese, consolidou-se como imagem-síntese da experiência de segregação urbana de São Paulo; o que chama de enclaves fortificados – “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho” -- passaram a ser pesquisados em diferentes contextos urbanos.

Realizada no prestigioso Programa de Pós-Graduação em História da University of New York, a tese de Raquel Rolnik (NYU, 1995) resga-

³³ Entre outros: SANSONE, L. Review City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo by Teresa P. R. Caldeira. *Contemporary Sociology*, Jan. 2003, Vol. 32, No. 1, pp. 100-102.

³⁴ CF. PERRY, R.; CALDEIRA, T. City of Walls: A Discussion with Teresa Caldeira. *Political and Legal Anthropology Review*, May 2000, Vol. 23, No. 1, pp. 122-137.

ta a história da legislação urbana da cidade de São Paulo. O primeiro Código de Ordenações de 1886 é a porta de entrada nesse esforço de retrazar criticamente a legislação urbana em seu papel político, econômico e cultural ao longo do tempo, com atenção aos seus silêncios, ou seja, à identificação e discriminação dos espaços “não regulamentados”. A coletânea de leis, decretos e regulamentos relacionados à urbanização e construção, ao regular a produção dos espaços da cidade no início do século 20, teve um grande impacto na formação de um mercado imobiliário segmentado na cidade. Rolnik demonstra como, no caso de São Paulo, a legalidade urbana determina apenas a menor parte do espaço construído, uma vez que o produto - a cidade - não é resultado da aplicação inerte do modelo contido na lei, mas das relações estabelecidas entre as leis e as formas concreta de desenvolvimento imobiliário na cidade.

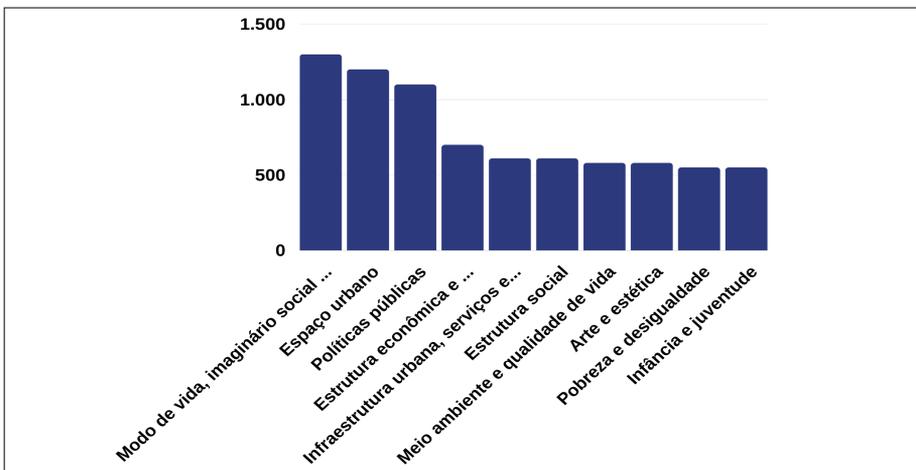
CONSOLIDAÇÃO: 2000-2015

Na virada do século 21, a cidade de São Paulo e sua região metropolitana firmam-se como espaços mais heterogêneos e complexos³⁵. Prédios abandonados e precários se multiplicam no centro histórico, condomínios fechados das classes médias e altas que optam pela auto segregação proliferam na zona oeste da RMSP, tradicionalmente ocupada pelos pobres. Enquanto novas favelas passam a ocupar pequenas porções de terra por toda a cidade, a maioria dos territórios que emergiram nas periferias na década de 1970 passam a ostentar o status oficial de bairro. Um número considerável conquista água encanada e ruas pavimentadas, outro tanto é também beneficiado por coleta de lixo e transporte público. Esses mesmos espaços testemunharam o crescimento das igrejas pentecostais, a “onipresença” do PCC e a explosão de movimentos culturais de cunho artístico e identitário que buscam valorizar o “direito à periferia”. Mestres e doutores/as não estiveram alheias/os a essas transformações.

³⁵ Cf. MARQUES, E. e BICHIR, R. “Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo”. *Espaço e Debates*, n.42, p.9-30. 2001; TORRES, H. e MARQUES, E., et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, v.17, n.47, p.97-128. 2003.

Nesse período, a hegemonia da FFLCH/USP é desafiada pelo incremento da produção de outros Programas de Pós-Graduação do Estado de São Paulo, com destaque para o PPG em Ciências Sociais da PUC-SP. Sob orientação de Lúcia Maria Bógus, tem-se uma série de teses que tematizam a identidade feminina na periferia (Galhano, 2001, PUC-SP), a regularização fundiária, os loteamentos informais e o direito à cidade (Victoriano, 2005 PUC-SP). O “jovem de favela” aparece tanto no contexto da “guerra entre a comunidade e o tráfico de drogas” (Fonseca, 2009 PUC-SP) e de uma escola precarizada (Camargo, 2002 PUC-SP), quanto como alvo de programas de microcrédito e do discurso do empreendedorismo (Simões, 2014 PUC-SP). É igualmente interessante observar a presença de trabalhos de cunho comparativo que são produzidos em contextos institucionais alheios ao estado de São Paulo (Amaral, PUC-Rio 2003; Lima, UnB 2004; Oliveira, UFRJ 2004).

Gráfico 13: ATs mais frequentes entre 2000-2015



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

Em termos de recortes temáticos, a grande novidade dos anos 2000 (até 2015) é a liderança da AT **Arte e Estética**. Não se trata de uma ausência prévia, mas impressiona o crescimento vertiginoso dessa AT que agrega trabalhos voltados para fenômenos bastante diversos: os literatos e a cidade (Beal, 2010, Brown U.; Dettino, 2012, USP); práticas artístico-culturais de contestação e racialização dos territórios (Pardue, 2004, U. Illinois/Urbana-Champaign; Félix, 2006, USP); cartografia

e contracartografia urbana (Lopez-Vicuna, 2005, U. Pittsburgh; Almeida Junior, 2007, USP); fruição estética, tecnologia e ocupação do espaço (Shtromberg, 2008, UCLA; Mafra, 2012, Mackenzie); dramaturgia, ativismos artísticos e cidade (Townsend, 2010, NYU; Oliveira Neto, 2012, USP; Aderaldo, USP 2013); culturas transnacionais de música, identidade nacional e mercado (Gough, 2015, U. Chicago); fluxos migratórios na cidade e expressões artísticas (Hong, 2011, U.C. Berkeley); performances em espaços públicos, gênero e raça (Brunet, 2012, U.C. Berkeley); cinema e cidade (Salvadore, 2002 USP; Santoro, 2004 USP; Suk, 2014 Emory U.).

Se a AT **Modo de vida, imaginário social e cotidiano** permanece em primeiro lugar, nota-se que as pesquisas já não enfatizam a adaptação dos migrantes rurais ao “modo de vida urbano” ou os conflitos entre os imaginários de classe. Em conjunto, as teses e dissertações tornam-se mais sensíveis à polissemia que marca as maneiras de fazer, ser e estar (n)a cidade em diferentes períodos históricos (Pinto, UFBA 2003; Frehse, USP 2004); assim como às figurações culturais e formas de apropriação espacial (Azevedo, PUC-SP 2000; Nascimento, USP 2011; Rego, Unicamp 2012; D’Andrea, USP 2013; dos Santos, UFSCar 2015). Isso não significa que os tempos e espaços do trabalho tenham deixado de ser hegemônicos: no campo disciplinar da Antropologia e no cruzamento com a AT **Gênero e sexualidade**, por exemplo, persiste léxico do trabalho, conforme se vê na nuvem de palavras.



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de 2021, o Centro de Estudos da Metrópoles promoveu uma série de iniciativas para celebrar suas duas décadas de existência como um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDS), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A equipe do **Urbanidades: o podcast sobre o urbano brasileiro**, projeto de cultura e extensão vinculado ao UrbanData-Brasil/CEM, engajou-se na produção da série comemorativa “Políticas Públicas, Cidades e Desigualdades: 20 anos do CEM”. Nos cinco episódios que compõem a série, pesquisadores do CEM e convidadas/os debateram sobre a trajetória do Centro em suas diversas frentes de ação.

O quarto episódio, “Balanço da pesquisa urbana no Brasil: percursos e novos horizontes”³⁶, contou com a participação de Eduardo Marques, cientista político e atual diretor do CEM, a historiadora Brodwyn Fischer da Universidade de Chicago, o arquiteto e ex-vereador Nabil Bonduki e a antropóloga Neiva Vieira, todos nomes comprometidos com a reflexão sobre as cidades desde campos disciplinares diversos. Essa variação disciplinar das pessoas convidadas não se deu ao acaso. Para além do resgate das contribuições do CEM ao campo dos estudos urbanos, a intenção era escutá-las/os sobre três pontos principais e o primeiro tinha a ver justamente com o reconhecimento do caráter desde sempre multidisciplinar e pluritemático da pesquisa sobre e nas cidades. Os outros dois eixos de rotação do debate conduziram, por um lado, à reflexão sobre as “características duradouras” dos estudos urbanos brasileiros e, por outro, à identificação de lacunas e temáticas emergentes.

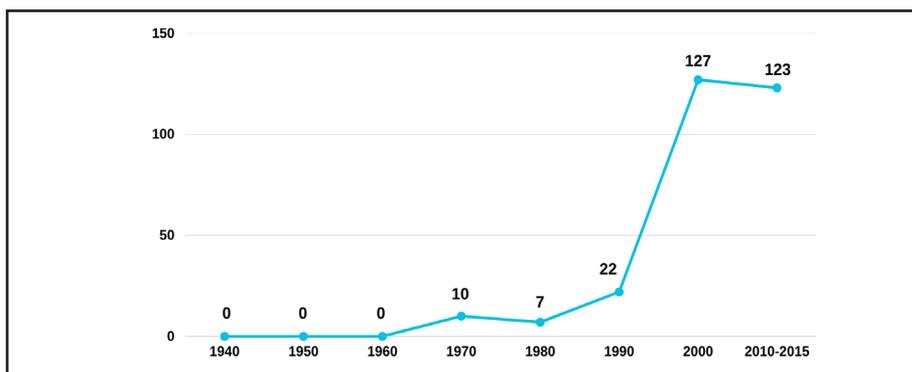
Nestas considerações finais, retomamos esse fio condutor na observação das reflexões produzidas por mestres e doutoras/es que elegem o urbano em São Paulo como objeto em si ou como continente de processos diversos. Das resiliências desse acervo, já tratamos na primeira parte: o privilegiamento da capital e sua região metropolitana, a predominância institucional da USP, a distribuição desigual do sexo da autoria por determinadas ATs. Assim é que encerramos dando enfoque, por um

³⁶ **Balanço da pesquisa urbana no Brasil: Percursos e novos horizontes.** Descrição: O episódio 61 do *Urbanidades* é o quarto da série comemorativa “Políticas Públicas, Cidades e Desigualdades: 20 anos do CEM”. Bianca Freire-Medeiros (FFLCH-USP) conversa com com Brodwyn Fischer (University of Chicago), Eduardo Marques (FFLCH-USP), Nabil Bonduki (FAU-USP) e Neiva Vieira (UERJ) sobre o campo de estudos urbanos e possíveis cenários futuros. Ver em <https://open.spotify.com/episode/47QuaVytKilYMc8It78xi?si=f7c4276cf8384584>

lado, a duas ATs com um impulso notável (**Relações étnico-raciais e Violência**) e, por outro, a ATs com protagonismo na cena pública, mas com investimento modesto por parte das/os pesquisadoras/es.

Como se percebe no gráfico abaixo, houve um crescimento significativo de trabalhos que abordam questões raciais. Certamente reverberam aqui as alterações no perfil dos discentes provocadas pelas políticas de ações afirmativas, que tiveram início em 2002 no país, e que contaram com iniciativas institucionais específicas, fruto do diálogo e pressão de atores sociais internos e externos às universidades. O nosso recorte vai até 2015, então não temos como mensurar o impacto da Lei 12.711, estipulada em 2012 e popularmente conhecida como Lei de Cotas, que impulsionou outras transformações nas dinâmicas de seleção em nível de graduação e pós-graduação de estudantes negra(o)s e indígenas em todo o território nacional³⁷. Note-se que havia uma ausência significativa dessa temática mesmo entre pesquisas que aportavam em espaços racializados, como é o caso das favelas e periferias, e mesmo no caso das disciplinas que, a princípio, deveriam ser mais sensíveis ao debate. Das 877 teses e dissertações da área de Sociologia, apenas 73 (ou 8,3%) foram classificadas na AT **Relações étnico-raciais**. Já na Antropologia, a frequência aumenta, mas não chega a 15% do total de trabalhos.

Gráfico 14: Evolução da AT Relações étnico-raciais entre 1940 e 2015

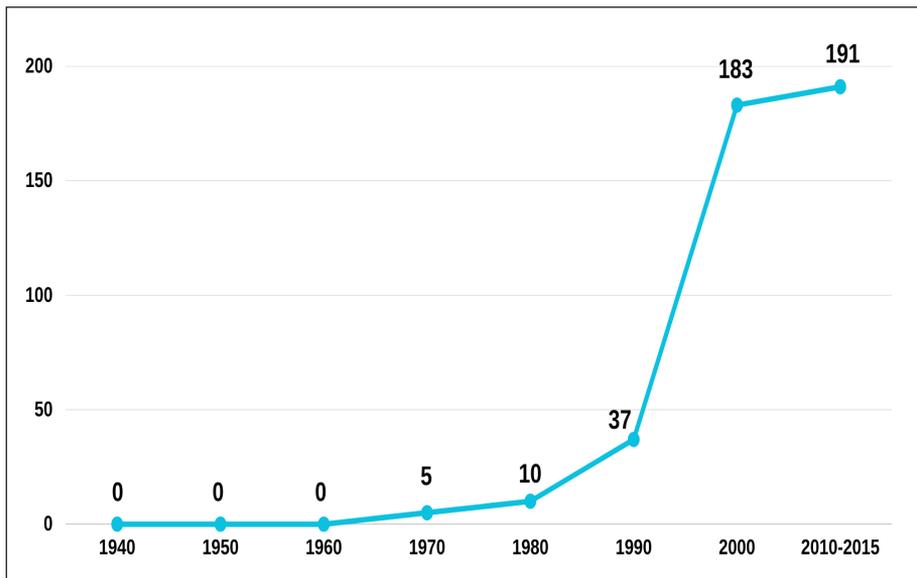


Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

³⁷ Ver FACCHINI; COACCI; SILVA. Construindo cumplicidades: ações afirmativas, disputas epistêmicas e processos político-pedagógicos-afetivos. In: GOMES, N. L. (org.). *Saberes das lutas do movimento negro educador*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. Vale lembrar que as disputas e conquistas de políticas afirmativas de acesso e permanência de pessoas trans ganham maior evidência, enquanto fenômeno coletivo, a partir do fim dos anos 2000.

O interesse pelo repertório das práticas criminosas e das instituições garantidoras da ordem – ilícitudes, linchamentos, violência doméstica e de gênero, políticas de segurança pública, militarização do espaço, violência estatal, entre outros -- também assumiu proporções inéditas na virada para o século 21. A pesquisas de cunho etnográfico e documental (Márques, 1997, UNESP/Araraquara; Grande, 2001, UNESP/Araraquara; Sinhoreto, 2001, USP; Schritzmeyer, 2001, USP; Feltran, Unicamp, 2008; Oliveira, PUC-SP, 2008; Hirata, USP, 2010) somam-se outras que recorrem a métodos quantitativos e a técnicas de geoprocessamento (Alencar, 2001, USP; Rabello Neto, 2001, USP; Franciso Filho, UFRJ, 2004; Manso, USP, 2012). A temática encontra acolhida em programas de pós-graduação os mais variados, da Comunicação Social (Herschmann, 1998, UFRJ; Catai, 2004, USP) à Saúde Pública (Souzas, 2000, USP; Marquetti, 2004, USP), passando pela Psicologia (Faria, 2000, USP; Pereira, 2002, USP-Ribeirão Preto; Endo, 2003, USP) e pela Engenharia (Ticli, 2000, USP/São Carlos; Santos, 2004, USP/ São Carlos).

Gráfico 15: Evolução da AT Violência entre 1940 e 2015



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

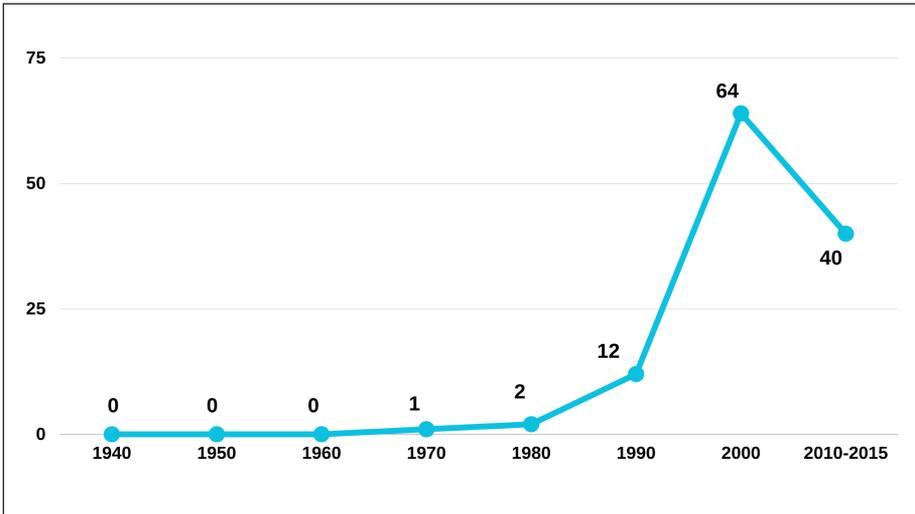
Há sete ATs que não chegam a congregar 200 trabalhos: **Mobilidade urbana** (176); **Religiões, rituais e comemorações** (176); **ONGs e Terceiro Setor** (145); **Serviços, espaços e padrões de consumo** (118); **Turismo e cultura de viagem** (104); **Setor informal/informalidade** (85); **Novas tecnologias e meio urbano** (84). Nesse conjunto tão diverso, temos temáticas que gozaram de alta popularidade em um momento específico – o glossário das organizações não-governamentais nos anos 1990 talvez seja o melhor exemplo – e outras que estão em curva ascendente, como é o caso das pesquisas que tratam das ferramentas digitais empregadas na gestão das cidades e de todo o repertório que orbita em torno das *smart cities*. Podemos interpretar ascendência ou decadência dessas ATs como derivadas de certos modismos, por assim dizer.

Talvez o mais intrigante do ponto de vista analítico seja o comportamento de ATs cujo léxico remete a agendas de pesquisa bem estabelecidas em contextos acadêmicos internacionais ou que protagonizam a cena pública e impactam o planejamento urbano, mas que não chegaram a repercutir entre os trabalhos aqui analisados. Dado que São Paulo “concentra enormemente os ativos nacionais muito relevantes tanto para a indústria quanto para os serviços, assim como o mercado consumidor e os estratos sociais de alta renda”³⁸, como explicar que a AT **Serviços, espaços e padrões de consumo** abrigue um número tão reduzido de teses e dissertações? Se “a cultura, o turismo e as ditas indústrias criativas têm ganhado lugar proeminente nas novas governanças urbanas”³⁹ e grandes eventos -- Virada Cultural, Carnaval, Parada LGBTQIA+, Bienal do Livro, Bienal de Arte, festivais de música (Lollapalooza Brasil, Primavera Sound, The Town), Réveillon na Avenida Paulista, GP Fórmula 1, São Paulo Fashion Week – ocupam a cena, especialmente na capital, como interpretar o gráfico abaixo?

³⁸ COMIN, A. “Cidades-regiões ou hiperconcentração do desenvolvimento? O debate visto do Sul”. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (orgs.) *São Paulo: novos percursos e atores (sociedade, cultura e política)*. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011, 157-177.

³⁹ MARX, V. e GUIMARÃES, R. Apresentação ao dossiê “Novas agendas urbanas”, *Cadernos Metrópole*, v. 25, n. 57, p. 359–369, 2023.

Gráfico 16: Evolução da AT Turismo e cultura de viagem entre 1940 e 2015



Fonte: UrbanData-Brasil/CEM

Entendemos que muitos esforços têm sido feitos por estudiosas/os do urbano, inclusive no âmbito do GT de Sociologia Urbana da Sociedade Brasileira de Sociologia, na elaboração de balanços do campo e de análises bibliométricas. Este artigo e o levantamento disponibilizado pelo UrbanData-Brasil/CEM é mais uma contribuição a essa cartografia intelectual coletivamente produzida, cujo potencial reside na identificação de correlações entre temáticas ao longo do tempo.

Internacionalização entre cidades: estratégias para cidade inteligente em Porto Alegre, Montevideu e Barcelona

*Vanessa Marx*¹
*Joana Winckler*²
*Bernardo Lersch da Silveira*³

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte da pesquisa que problematiza as relações e conexões de bairros de três cidades: Porto Alegre, Montevideu e Barcelona. Seu desenvolvimento se dá no marco dos estudos urbanos e da sociologia urbana, principalmente no que diz respeito à questão multiescalar e à internacionalização das cidades. A partir desta investigação, busca-se observar quais os pontos de ligação entre os bairros Floresta (Porto Alegre), Ciudad Vieja (Montevideu) e Poblenou (Barcelona), considerando suas mudanças dos últimos vinte anos, oriundas dos projetos com influência internacional pensados especificamente para os seus casos.

Para estudar as três localidades opta-se pelo conceito de internacionalização das cidades (SASSEN, 2010), na intenção de demonstrar que a ação internacional das cidades e seu reconhecimento em tal contexto podem ser elementos importantes, pois as transformam em atores políticos. Isso se dá através da criação de estruturas de relações internacionais nos governos locais, que promovem o território e exercem influência no sistema global por meio da paradiplomacia ou diplomacia federativa (MARX, 2008). Em outros momentos, as cidades buscam sua internacionalização com outros agentes (públicos e/ou

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

³ Graduando em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq)

privados) e não somente através de projetos próprios idealizados pelo governo local. Elas podem, inclusive, por vezes, estabelecer alianças com o Estado, que cria regimes de exceção para atração de investimentos estrangeiros (VAINER, 2011), como no caso de megaeventos internacionais, por exemplo. O segundo conceito desenvolvido é o de direito à cidade, abordado por Lefebvre (2001) como o direito à vida urbana, transformada e renovada ao considerar a capacidade da força social em unir arte, técnica e conhecimento. Para Harvey (2014), o direito à cidade é o direito de mudá-la e reinventá-la de acordo com os nossos profundos desejos, mas que depende do exercício de um poder coletivo e configurador sobre os processos de urbanização. A partir desses referenciais teóricos, pretende-se verificar se a internacionalização de Porto Alegre, Montevideu e Barcelona, nos bairros mencionados, procura somente o marketing de cidade e a promoção de determinados agentes econômicos, ou se reverte para melhoria das condições de vida da população, isto é, se faz com que seus habitantes possam ter direito à vida urbana. O objetivo consiste, portanto, em descrever as relações convergentes e/ou contraditórias entre os agentes locais, nacionais e internacionais que exercem influência nos bairros Floresta (Porto Alegre), Ciudad Vieja (Montevideu) e Poblenou (Barcelona). Procura-se também verificar se tal influência vem sendo exercida para internacionalizar o bairro para os agentes externos ou se converge para sua melhoria e da qualidade de vida de seus moradores.

A metodologia desenvolvida é de caráter qualitativo, com método de investigação de estudos de caso para os estudos microssociais, a fim de colocar em prática uma abordagem mais profunda de uma realidade. Com isso, pensa-se em uma nova metodologia para os estudos urbanos em convergência com as reflexões de Brenner (2018), que reposiciona epistemologicamente e metodologicamente os estudos urbanos, apontando para concepções multiescalares, diferenciadas em território, morfologicamente variadas e rigorosamente processuais, além de analisar a especificidade de cada situação, a partir das conexões e fluxos que podem ser estabelecidos entre os casos escolhidos (Robinson, 2011). A presente proposta não consiste em uma análise de caráter comparativo, mas sim de ligações dos temas relevantes para essas localidades, identificados através de revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas⁴ e percepções dos bairros por meio de caminhadas exploratórias.

A seleção do tema das *smart cities* (cidades inteligentes) dá-se em razão da frequência que o termo tem aparecido em discursos e práticas de governanças urbanas, adquirindo centralidade, seja na posição de projeto de articulação entre agentes, seja como uma estratégia de marketing da cidade para internacionalizar-se na busca por investimentos, parcerias, financiamentos e redes. Além disso, relaciona-se e, por vezes, transforma-se em termos correlatos e slogans como “cidade inovadora”, “cidade criativa”, “cidade resiliente”, entre outros. Diante de tal contexto, é importante verificar se projetos fundamentados em relação a este tema são focados em promover os centros urbanos ou se priorizam a criação de projetos inovadores que podem melhorar a vida de seus habitantes, nos quais os mesmos podem exercer o direito à cidade e ter direito à vida urbana.

Dessa forma, busca-se aprofundar a temática das *smart cities* em relação ao urbanismo, além de como ela estaria sendo pensada, na forma de projeto, para as cidades de Porto Alegre, Montevideu e Barcelona. Para Fariniuk (2018), “cidades inteligentes” é um conceito socialmente construído, que acompanha a evolução histórica da adoção de tecnologias nas cidades. Em vista disso, reflete diferentes nomenclaturas ao longo do tempo, como “cidades digitais”, termo que ganhou proeminência a partir dos anos 90 e muito se confunde com “cidades inteligentes”. Segundo Fiori e Ribera Fumaz (2016), o conceito nasce da iniciativa privada e serviria como um guarda-chuva para uma variedade de estratégias focadas para melhorar a competitividade econômica e a qualidade da vida urbana. Estes autores também mencionam que, se antes os governos locais disputavam em *rankings* como “cidades globais” ou “cidades criativas”, agora a nova aposta seria pela competição das “cidades *smart*”. Assim, observa-se um grande envolvimento de empresas como agentes que participam na disseminação dessa concepção, tanto através de propostas

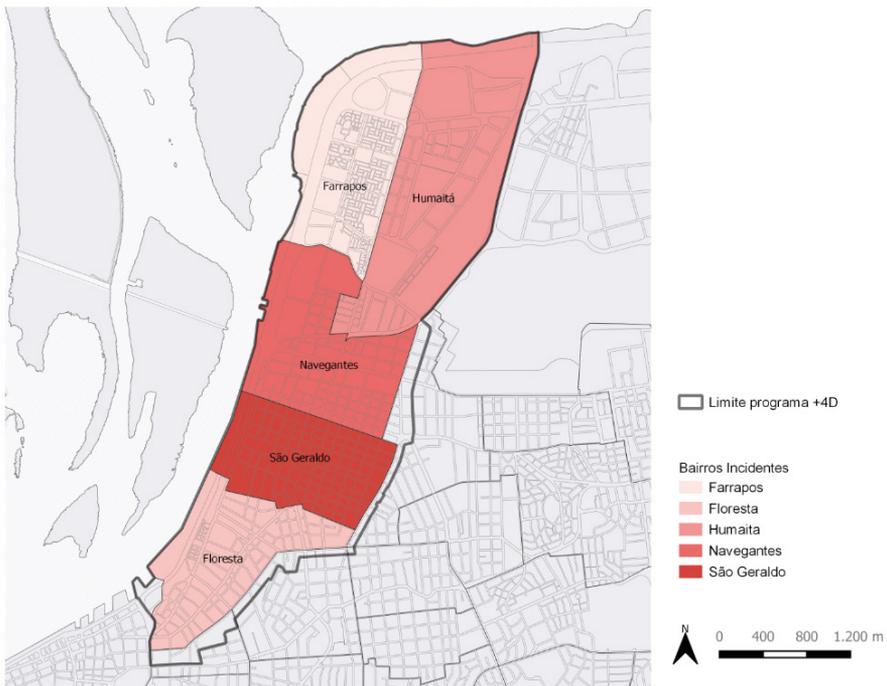
⁴ As entrevistas foram realizadas durante o trabalho de campo realizado em Montevideu, em fevereiro de 2019, e em Barcelona, com apoio do programa Capes-Print, em novembro de 2019. A fim de garantir o caráter anônimo dos atores locais, realizou-se a seguinte codificação: Entrevistado(a) 1 de Barcelona = E1B; Entrevistado(a) 1 de Montevideu = E1M, e assim sucessivamente. As entrevistas referentes ao bairro Floresta se encontram em pesquisa anterior, e são descritas no livro elaborado com integrantes do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC): MARX, Vanessa (org.). 4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta. Ed. UFRGS/CEGOV. Porto Alegre, 2022

próprias para estratégias inteligentes, quanto por meio de soluções tecnológicas que influenciam governos locais em decisões estratégicas de desenvolvimento e competitividade urbana.

PORTO ALEGRE (FLORESTA): PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA E CIDADES INTELIGENTES

A região onde se localiza o bairro Floresta ficou conhecida como 4º Distrito por ter sido, durante o século XIX, uma zona predominantemente industrial. No entanto, no século XX, a região sofreu significativas transformações devido ao processo de desindustrialização, o que culminou, já no século XXI, na substituição de galpões e fábricas por empreendimentos próprios da “acumulação flexível” (HARVEY, 1992), tais como *coworkings*, *hubs* de inovação e iniciativas ligadas à economia criativa.

Figura 1: Localização bairro Floresta



Fonte: DPU, SMAMUS, PMPA, +4D QUARTO DISTRITO, Abrangência.⁵

Desde meados de 1990, a região do 4º Distrito é cobiçada por diferentes agentes — como o poder público, a iniciativa privada e as universidades — para se tornar um berço de transformação da matriz econômica da capital gaúcha. Nesse período a cidade era governada pelo que ficou conhecida como “administração popular”, marcada pela direção do Executivo Municipal por governos petistas (1989-2005). Suas ações estratégicas foram fundamentais para a emergência da agenda das cidades inteligentes em escala local, entre as quais se destaca o Programa Porto Alegre Tecnópole (PAT). Após 16 anos de administração popular, houve a eleição da coalizão política PPS-PTB, que tornou José Fogaça (PPS), de 2005 a 2009, o novo prefeito da capital. No que tange ao 4º Distrito, em 2006 foi criado o Grupo de Trabalho do 4º Distrito (GT 4º D), que elaborou um Plano de Revitalização da região para o ano de 2010, colocando-o como uma ação de detalhamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) alinhada ao Programa Porto Alegre do Futuro do Planejamento Estratégico do município (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2021, p. 287; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2017).

Para o tema da disseminação de uma agenda de inovação, foi criada, em 2008, a Agência Municipal de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Porto Alegre (INOVAPOA) com o objetivo de coordenar e implementar políticas públicas de estímulo à “cultura da inovação” e ao desenvolvimento científico e tecnológico (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2008). No ano seguinte, surgiu o Gabinete de Inovação e Tecnologia (Inovapoa/GP), com o objetivo de articular e alinhar as políticas municipais relacionadas à inovação e tecnologia, de forma integrada com a INOVAPOA (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2009).

Em 2010, foi realizada a revisão do PDDUA de 1999, na qual houve um aumento do limite de altura para determinados bairros da região do 4º Distrito, além de sua inclusão como área destinada à Ocupação Urbana Consorciada (OUC) (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2021). A mudança levou à necessidade de um Projeto Especial para a revitalização da área e para a obtenção de recursos para esse fim. Atendendo a essa demanda, o Programa Desenvolver com Inovação, de 2013 (ratificado em 2016), indicou, como uma de suas ações estratégicas, um Plano de Desenvolvimento Estratégico do 4º Distrito, com a intenção de implementação do

⁵ Disponível em: < <https://mais-quatro-dpu-smamus.hub.arcgis.com/pages/abrangencia>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

“Masterplan” e seu desenvolvimento para os próximos 20 anos.

O Masterplan, elaborado em 2016 como uma encomenda da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) feita ao Núcleo Tecnologias Urbanas (NTU/UFRGS), tinha como objetivo revitalizar e reconverter economicamente aquele distrito, ancorando-se em conceitos de *smart city*, distritos criativos, resiliência e áreas de inovação tecnológica. Outro ponto importante que contribuiu para o desenvolvimento do Masterplan foi a presença de diversas comitativas lideradas pela prefeitura, pelas universidades e pelo CITE⁶ em eventos internacionais, *rankings* e premiações que possibilitaram a elaboração de estratégias alinhadas com o conceito de cidade inteligente (SOUZA, 2013; EXPO XANGAI, 2010; RENNER, 2013a; 2013b). Isso resultou, entre outras coisas, em parcerias e consultorias com a empresa IBM, nos investimentos feitos por esta em função da Copa de 2014 (RENNER, 2012; GARCIA, 2012; DILLENBURG, 2013), além do contato com consultores e articuladores internacionais da agenda das cidades inteligentes, principalmente o idealizador do Distrito 22@, em Barcelona.

A partir do Desafio Porto Alegre Resiliente, tornou-se possível o estabelecimento de novas cooperações entre a prefeitura, a PUCRS e a UFRGS para a elaboração de um plano para a região do 4º Distrito (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2021; BENITES, 2015). Nesse período ficou evidente a conexão entre a capacidade de resiliência urbana e o desenvolvimento científico e tecnológico esperado através do investimento em inovação. Assim, segundo Tavares, Souza e Winckler (2022), com base em entrevistas na pesquisa com agentes envolvidos, a Estratégia de Resiliência consolidou o 4º Distrito como uma prioridade para as administrações municipais⁷.

O Masterplan também foi impactado por outras iniciativas, como a existência, desde 2015, da Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre (ZISPOA), financiada pelo Banco Mundial e elaborada para o

⁶ O CITE (Comunidade, Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo) era um grupo formado, em 2013, por empreendedores em tecnologia, profissionais referência na área empresarial e acadêmica, que buscavam incentivar na cidade os preceitos que davam nome à sigla. Disponível em: <https://www.baguete.com.br/noticias/13/05/2013/cite-quer-agitar-porto-alegre>. Acesso em 17 de junho de 2023.

⁷ As entrevistas sobre o bairro Floresta foram realizadas na pesquisa denominada “4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta”, que resultou na publicação de livro.

Governo do Estado pela *Global Urban Development* (GUD). Com esse empreendimento, delimitou-se uma região, incluindo o bairro Floresta, que teve por objetivo fomentar a criação de *startups*, o empreendedorismo, a eficiência de recursos, a criatividade, a colaboração, entre outros aspectos (ZISPOA, 2022). Com a implementação da Lei da Inovação, em 2013, surgiram os benefícios fiscais de ISS, IPTU e ITBI para serviços de pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia em saúde, além de empresas de base tecnológica, inovadora e de economia criativa, que se instalaram no 4º Distrito (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2013). Por fim, outra iniciativa importante foi a criação do Centro de Inovação em Cidades Inteligentes, em 2016, fruto de uma cooperação entre a PUCRS, a prefeitura e a empresa chinesa Huawei, que significou, em âmbito local, o desenvolvimento da conexão entre ecossistema de inovação e conceitos como *smart cities* e *living labs* (RIGON, 2016). A nível internacional, a implementação do Centro de Inovação também resultou em parcerias, como a colaboração com o Centro de Internet das Coisas da Universidade La Salle Ramon Llull, de Barcelona.

Desde o Masterplan, em 2016, elegeram-se duas novas coalizões para a prefeitura de Porto Alegre: a primeira foi liderada pelo prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB) e durou até 2020, quando foi eleito o atual prefeito da cidade, Sebastião Melo (MDB). Ambos os prefeitos seguiram aprofundando as articulações com agentes locais em torno da inovação, assim como continuaram buscando investimentos externos para projetos e programas alinhados com a meta de tornar Porto Alegre uma cidade mais inteligente. Em 2019, foi publicado um estudo sobre os impactos sociais das inundações e alagamentos em áreas de risco na cidade, fruto de uma parceria firmada entre prefeitura (através do Escritório de Resiliência) e o Departamento de Gestão de Riscos de Desastres do Banco Mundial no Brasil (MONTEIRO, 2020). Mais tarde, em 2020, a prefeitura firmou um contrato com o Banco Mundial no valor de U\$ 30 milhões de dólares para a revitalização das referidas áreas. No entanto, o Masterplan sofreu diversas críticas e questionamentos (NÚÑEZ, 2017; MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2021), fazendo com que desse lugar a novos projetos.

Ainda durante a gestão de Marchezan Jr. (PSDB), foram assinadas duas importantes articulações: chamada Aliança pela Inovação e formada por UFRGS, PUCRS e UNISINOS, a primeira delas foi organizada

em torno de uma agenda estratégica para Porto Alegre gerar um polo de inovação em “direção ao bem comum” (ALIANÇA PELA INOVAÇÃO, 2023). Já a segunda, intitulada Pacto Alegre, foi composta pela própria Aliança pela Inovação, além de empresas, prefeitura e consultores internacionais. Ambas as articulações têm tido uma importância fundamental para a realização dos projetos urbanos alinhados com a agenda das cidades inteligentes⁸, em especial na elaboração do novo Programa para o 4º Distrito, o Programa +4D, lançado em 2021 como um “plano diretor para o 4D” (SANCIONADA LEI...,2022), e sancionado em 2022, sob a prefeitura de Sebastião Melo (MDB).

O objetivo do Programa +4D é “tirar do papel” os diferentes projetos que já foram concebidos para a região (BARROSO, 2021). Segue-se a convicção de que existe uma “vocação para inovação” e para “espaços inteligentes” no distrito, que podem abrigar centros de pesquisas, empresas de tecnologia e indústrias criativas (PACTO ALEGRE, 2020). Ao combinar os estímulos fiscais para a região já previstos em lei com um novo incentivo de redução do valor previsto para destinação de área pública, o Programa possibilitou a construção de empreendimentos “icônicos diferenciados” em determinados bairros da cidade, cujo céu é o limite, na medida em que não regula a altura das edificações (REVITALIZAÇÃO...,2022).

Estão previstos dois empreendimentos importantes no bairro Floresta que ultrapassarão os 52 metros de altura previstos no PDDUA. O primeiro deles é chamado de “Complex 4D”, com altura estimada de 130 metros, composto por um complexo residencial e comercial da ABF Developments, e executado graças ao investimento de R\$ 6 milhões de reais (BUBLITZ, 2022). Já o segundo, realizado pela empresa Bewiki, será um espaço de serviços e residências, contando com

⁸ Os projetos do Pacto Alegre giram em torno de seis macrodesafios (Talentos — gerar, manter e atrair talentos; Transformação Urbana — desenvolver ambientes inteligentes e criativos para viver e trabalhar; Ambiente de Negócios — gerar um ecossistema inovador de classe mundial; Imagem da cidade — promover a imagem de uma cidade inovadora; Qualidade de Vida — Melhorar o bem-estar das pessoas em saúde, segurança, cultura e meio ambiente; Modernização da Administração Pública — qualificar e facilitar o acesso aos serviços para a população e para empresas). São mais de 40 projetos, entre criação de novos ambientes de inovação, teste de novas tecnologias, alterações na gestão com digitalização e desburocratização. Os projetos podem ser consultados em: <https://pactoalegre.poa.br/projetos>.

apart-hotel e hotel-dia, no qual se prevê o investimento de R\$ 150 milhões e a construção de 117 metros de altura (EMPREENHIMENTO NO 4º..., 2022). Como afirma um dos principais articuladores legislativos do Programa, espera-se a liberação de mais de R\$ 1 bilhão em investimentos para Porto Alegre, especificamente no 4º Distrito, somados a R\$ 600 milhões em projetos de inovação e R\$ 450 milhões na 2ª fase do Complex 4D, assim como a criação do Escritório +4D para a gestão do Programa (REVITALIZAÇÃO DO 4º..., 2022).

Figura 2: Empreendimentos icônicos planejados para o bairro Floresta.



Fonte: Empreendimento no 4º..., 2022; Revitalização do 4º...,2022.

O Programa +4D está alinhado com outras iniciativas de agentes locais, especialmente aqueles que compõem o Pacto Alegre, em promover Porto Alegre como uma cidade inovadora e inteligente. Entre essas ações se encontra a atração de eventos internacionais para a capital gaúcha, como o *South Summit*, realizado pela primeira vez no Brasil no Cais Embarcadero, recém-inaugurado na cidade.

BARCELONA (POBLENOU): A INFLUÊNCIA DO PROJETO 22@ NO BAIRRO.

As transformações urbanas voltadas ao conceito de *smart cities* emergiram em Barcelona após a Olimpíada, em 1992, mesmo sem a definição exata como parte de um projeto de “cidades inteligentes”. A grande abertura para o investimento estrangeiro privado consistiu na busca por um crescimento econômico, sustentável e inteligente que utiliza as soluções baseadas no uso das modernas Tecnologias da Informação. Essa abordagem permitiria às cidades alcançar mais eficiência produtiva, seja ela externa ou interna.

O chamado 22@ foi desenvolvido nos anos 2000, em Barcelona, atravessando o bairro Poblenou e se tornando parte do novo projeto planejamento urbano específico catalão. Criado há mais de vinte anos, o projeto permaneceu no tempo e passou por diversas administrações municipais, de diferentes partidos políticos. Seu diferencial consistiu em uma maior regulação por parte da administração municipal no período do governo socialista através da exigência de contrapartidas para reivindicar, a partir dos investimentos das empresas, equipamentos públicos (espaços e habitação de interesse social) se diferenciando do período liberal, que deixou mais espaço de decisão e investimentos para as empresas e o mercado. A revisão do projeto foi feita no último período, administrado pela coalizão de partidos de esquerda e dos movimentos sociais, precisamente em 2017, foi realizado o processo participativo “Repensem 22@”.

Nesse território, moradores locais, suas associações, as grandes multinacionais de tecnologia e o setor público são os principais atores sociais envolvidos na discussão. De parte dos residentes, o impacto gerado na vida de sua parcela mais antiga é maior que nos mais jovens. O entrevistado E1B, dos movimentos sociais, destaca:

Claro, si se habla del territorio desde una visión de pasear por aquí y mirar, dice: 22@ es un desastre para la vida cotidiana. Es un modelo urbano que no creas, no genera vida, al revés, la está destruyendo. La gente que vive en estas casas, rodeadas de solares, naves abandonadas que hace 20 años no estaban abandonadas (E1B, 2019).

O Distrito 22@, bem como o projeto Diagonal al Mar, tem como objetivo a reurbanização, com incentivos para atração de grandes empresas, mas com a garantia de contrapartidas, como políticas urbanas para os moradores. Poblenou, o supracitado bairro onde se insere parte do 22@, era um dos mais ricos da cidade no século XIX, repleto de indústrias de algodão e tecelagem. Com a entrada no século XX, houve um grande processo de substituição dessas indústrias e, a partir da década de 1980, diversas localidades já se encontravam abandonadas (LEON, 2008). Além disso, o bairro conecta a parte do litoral com o centro da cidade, fator que também instigou essa região a ser escolhida para a execução do projeto.

Figura 3: Localização do bairro Poblenou

Fonte: Google Maps, 2023.

Esse cenário de intensa transformação urbana possui dimensões sociais, econômicas, políticas, espaciais e culturais cujas consequências são, por um lado, uma aparente melhora nas condições dos habitantes, e por outro, o aumento não planejado de circulação de pessoas nessa região da cidade. Um dos entrevistados de perfil técnico-político ressalta:

Es cierto que la zona de la Villa Olímpica o de Diagonal Mar sí que han tenido una cierta elevación social. Pero también pasa que mucha gente va a trabajar al 22@, pero que viven en otras zonas de la ciudad. (E3B, 2019)

Desde a criação do 22@, Barcelona tem recebido investimentos de tecnologia na região, o que valorizou os preços dos imóveis e propiciou uma crise na moradia, principalmente para a população mais jovem. Devido à precarização habitacional, as relações de trabalho tornaram-se um tema discutido em relação às *big techs* localizadas no 22@, pois algumas são criadas com investimento estrangeiro e dirigidas por pessoas que trabalham, mas não vivem no bairro ou no país. O sentido de pertencimento e o consumo por meio do uso dos serviços vêm gentrificando a região, o que gera o risco de expulsão de moradores mais antigos do bairro. Mesmo sendo um projeto inovador, o 22@ ambicionava desenvolver uma indústria de conhecimento totalmente superdimensionada dos pontos de vista socioeconômico e urbanístico locais. O entrevistado de perfil acadêmico ressalta que a região vem sendo alvo de vários processos desde os anos 2000:

varios procesos han pasado en Barcelona y esa industria que vino no es una industria que, digamos, ahora tenemos un 22@ con muchas empresas digitales Facebook, Amazon. Hay una parte oscura porque hay mucha precariedad laboral, ha habido un proceso de expulsión de vecinos, gentrificación (E5B, 2019)

Ahora miras el 22@ en los últimos años y lo que ves es realmente que sí, han llegado grandes empresas, pequeñas empresas del sector tecnológico. El call center continúa estando y el símbolo más expresivo de que el call center continúa estando es que la Torre Agbar ahora es el call center de Facebook. (E5B, 2019)

A Torre Agbar pode ser considerada um exemplo, visto que se trata de um grande imóvel construído e utilizado para escritórios, onde estão grandes empresas digitais como Facebook⁹. Talvez seja possível pensá-la como um elemento simbólico para este projeto que passa a mensagem de uma Barcelona inovadora, inteligente e revitalizada.

⁹ El Periódico- Así es la nueva sede de Facebook en Barcelona, la torre Agbar. Disponível em: <https://amp.elperiodico.com/es/barcelona/20180507/fotos-nueva-sede-facebook-barcelona-torre-agbar-6805538>. Acesso em 17/06/2023

Figura 4: Torre Agbar

Fonte: fotos de Joana Winckler (2023)

Por último, constata-se, a partir das entrevistas realizadas, que as associações e moradores de Poblenou têm procurado conquistar espaço nas discussões sobre o bairro, e na relação com as empresas e com a prefeitura para reivindicar seus direitos, pois muitos não reconhecem mais o lugar onde cresceram e ainda vivem devido à intensa transformação urbana. Os movimentos sociais e coletivos entrevistados acreditam que o 22@ poderia ser considerado um exemplo de parceria público-privada para o desenvolvimento econômico e a revitalização urbana. As reivindicações dos habitantes do bairro dizem respeito à gentrificação da região com a aprovação do 22@, supervalorização dos imóveis e sufocamento dos pequenos negócios locais. O entrevistado E7B de perfil acadêmico, descreve que:

El Ayuntamiento ha apostado mucho por eso: la construcción de nuevos edificios sobre suelo municipal con concesiones a largo plazo de 50 años a los inversores y a los inmobiliarios que levanten el edificio, con la garantía de que el propio ayuntamiento va a ocuparlo. (E7B, 2019)

Nesse sentido, o ano de 2017 foi emblemático para repensar, por meio de um processo participativo, a região tida como o lugar de uma Barcelona “inteligente”. Diversos atores sociais, como representantes de associações de moradores, universidades e a administração públi-

ca, participaram do “Repensem 22@”, o qual consistia em um plano agregado com as demandas populares, bem como aspectos ecológicos e urbanísticos relacionados à *Modificación del Plan General Metropolitano (MPGM)* do 22@. Tal processo participativo consistiu em diagnosticar a situação da região depois de mais de uma década, com a intenção de incorporar as sugestões e críticas dos atores sociais sobre os bairros afetados pela iniciativa, entre os quais se insere o Poblenu. A partir disso, as propostas foram acolhidas pelo governo local e pela administração do distrito, a fim de alterar o projeto 22@.

MONTEVIDÉU (CIUDAD VIEJA): INFLUÊNCIA INTERNACIONAL E TURISMO

A capital do Uruguai, Montevidéu, desde os anos 2000 atravessa diversos projetos de urbanização. A partir de 2015, o conceito de “cidades inteligentes” passou a ser incorporado em suas transformações urbanas, graças à influência de exemplos internacionais como o 22@. Ciudad Vieja, o primeiro bairro da cidade, foi um dos mais impactados por essas alterações, vindas tanto de setores públicos, com a tentativa da abertura para investimentos internacionais, quanto do setor privado, que pode avançar sobre diversos espaços urbanos antes inacessíveis.

Figura 5: Localização do bairro Ciudad Vieja



Fonte: Google Maps, 2023.

O bairro possui diversos pontos de visitação, bares, cafés e museus, sendo que, na última década, o número de turistas continuou a crescer (YANES, 2018). O Porto de Montevideu, situado ali, segue como um dos grandes pontos turísticos, da mesma forma que todo o centro histórico de Montevideu. Os planos de urbanização em Ciudad Vieja são atravessados por uma complexidade de perspectivas, pois apresentam a herança histórica da região, seus patrimônios, e até os possíveis impactos que podem ser gerados em seus habitantes. O entrevistado de perfil técnico de Montevideu, sobre a importância histórica da elaboração de um plano sobre o bairro, afirma:

La Ciudad Vieja fue el primero de ellos, de los planes de ordenación, protección y mejora dentro del ordenamiento territorial que establece tres escalones: el general, el plan especial, que sería como un plan parcial, y luego los proyectos urbanos de detalle. (EM2, 2019)

Em 2016, criou-se o *Departamento de Desarrollo Sostenible e Inteligente* (DDSI), vinculado à prefeitura de Montevideu, com a proposta de garantir a inovação tecnológica em Ciudad Vieja em benefício dos moradores da região (SATRAGNO, 2021). Essa nova estrutura institucional poderia articular agentes da reurbanização local, tais como investidores estrangeiros e setores da administração pública. O potencial local para o desenvolvimento de uma *smart city* foi impulsionado pelo incentivo, por parte do governo, da inserção de investimentos privados na capital uruguaia, principalmente no setor turístico. Diversas empresas estrangeiras conseguiram se instalar na cidade, transformando rapidamente o espaço urbano e trazendo à tona o conceito de “turistificação”, que está ligado ao avanço neoliberal, ao realojamento de população pobre local e à valorização do setor imobiliário (YANES, 2018).

Em Montevideu, os processos de mudança são historicamente vinculados à ideia de planejamento urbano estruturado por técnicos da prefeitura, pesquisadores da academia e moradores locais. O *Plan de Ordenamiento Territorial de Montevideo*, elaborado em 1998, visa reorganizar aspectos de circulação de pessoas e automóveis, além de garantir o desenvolvimento de pequenos e médios negócios especificamente em Ciudad Vieja, que contava com um alto número de pré-

dios abandonados. Percebendo a necessidade de um planejamento mais direcionado para o seu caso, em 2003, elaborou-se o *Plan Especial Ciudad Vieja*, visando principalmente uma reintegração cultural do bairro. Nos últimos anos, esse aspecto vem contribuindo e justificando o investimento de empresas e do setor público, para revitalizar prédios históricos ou incentivar o crescimento de novos estabelecimentos.

É possível dizer que Ciudad Vieja se tornou uma das regiões mais visadas para o investimento imobiliário de estrangeiros na cidade, especialmente no início dos anos 2000. Conforme descreve o entrevistado E2M, há pelo menos vinte anos se desenha um cenário de intensa especulação urbana, o que tem culminado em diversos processos de valorização dos imóveis em Ciudad Vieja:

Antes de la crisis europea muchos europeos empezaron a comprar edificios en Ciudad Vieja porque era muy barato. Veníamos de la crisis del año 2002, acá hubo una crisis tremenda en el año 2002, entonces el valor de los, o sea, extraordinarios edificios del siglo XIX salían muy baratos. Muchos europeos compraron edificios en esa época. Algunos llevaron adelante algunas rehabilitaciones y demás, pero algunos han seguido especulando. (E2M, 2019)

A partir de 2010, a população local e as associações de moradores, que buscavam reivindicar seu direito à cidade, notaram o aumento dos preços do bairro e a ameaça de destruição de alguns edifícios históricos. Assim, foram criadas duas plataformas de participação cidadã voltadas para as decisões do planejamento de Ciudad Vieja: a Montevideo Decide e MVDLab, a primeira sendo estruturada digitalmente e a segunda como um espaço público de discussão. Nos últimos anos, mesmo com a tentativa de inclusão da população nesse cenário, houve diversas manifestações contrárias a essa reurbanização, afirmando que as demandas populares estavam sendo deixadas de lado em prol dos empreendedores (YANES, 2018). Morador de Ciudad Vieja e vinculado à associação do bairro, o entrevistado E5M descreve:

En los últimos años es como un fenómeno mundial, porque en realidad la recuperación de las

urbanizaciones de la Ciudad Vieja ha sido parte de este movimiento por las memorias arquitectónicas como toda la recuperación de La Habana Vieja en Cuba. Prácticamente creo que todas las ciudades han tenido un movimiento de recuperación. En un equilibrio que siempre es muy difícil de resolver que es el equilibrio entre la acción del mercado, la acción pública del espacio público en la recuperación de espacios, etc. y la ciudadanía, los habitantes del barrio. (E5M, 2019)

É interessante a abordagem do entrevistado, que percebe a influência internacional no território e, ao mesmo tempo, a necessidade de equilíbrio na composição dos agentes quando se fala em um planejamento urbano inclusivo e democrático. Corresponde a uma complexa e por vezes tensa relação entre o setor público, o âmbito privado e a garantia do direito à cidade para os habitantes do bairro.

A influência do conceito de cidades inteligentes no planejamento urbano tem sido um fenômeno global. Certas cidades e governos locais estão mais abertos a incorporar alguns pontos em sua agenda urbana devido à pressão do mercado e de agentes econômicos, enquanto outros tentam resistir, ou ao menos regular o processo.

Assim, em 2021, foi apresentado o novo plano de reestruturação urbana do bairro, chamado *Late Ciudad Vieja*. Segundo dados da prefeitura, esse projeto consiste em três fundamentos: equidade, diferenciação e evidência (IMM, 2021). Seu desenvolvimento foi realizado em parceria com a Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (FADU) da Universidad de la Republica (Udelar), com o intuito de “*escuchar a vecinas y vecinos organizados de la zona y al Concejo Vecinal, y articular con el tercer nivel de Gobierno*” (IMM, 2021). Serão feitas ampliações para o deslocamento de pedestres, criação de espaços públicos novos, além de indicações de medidas objetivas para a reabilitação das moradias no bairro.

Os projetos de planejamento urbano, principalmente quando inseridos dentro da agenda neoliberal, têm objetivos diversos, tais como a construção de escritórios (ou os chamados coworkings), a instalação de locais de prestação de serviços, atividades culturais e de economia criativa, a prática do turismo, etc. Essas revitalizações trazem consigo

conceitos de modernização e tecnologia, os quais atraem pessoas da classe média e acabam por sucatear setores antigos, que já se tornaram patrimônios dos bairros (GANDELSMAN, 2008).

Figura 6: Edifício El Globo, que fará parte do Distrito El Globo, inserido no projeto Late Ciudad Vieja



Fonte: El País, 2023.¹⁰

É possível dizer que é no desenho e na arquitetura onde simbolicamente o fenômeno deixa suas marcas. No início de 2023, o Distrito El Globo, que promete ser o núcleo de negócios mais inovador da América Latina (EL PAÍS, 2023), será criado em Montevidéu utilizando um antigo prédio do século XIX, no bairro Ciudad Vieja. El Globo passará por uma remodelação para se tornar sede de um polo para jovens empreendedores, para o desenvolvimento da arte e da cultura, bem

¹⁰ Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/vida-actual/distrito-el-globo-se-inaugura-en-montevideo-un-nuevo-polo-innovador-que-combina-negocios-arte-y-tecnologia>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

como para ser “*la combinación perfecta de Negocios, Arte y Tecnología*” (EL GLOBO, 2023). Os atores públicos e os investidores estrangeiros garantem que irão proteger os interesses locais no processo de inovação, uma vez que o Distrito El Globo está inserido no programa *Late Ciudad Vieja*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo é o início de um caminho para traçar pontos de conexão entre os bairros Floresta (Porto Alegre), Poblenou (Barcelona) e Ciudad Vieja (Montevideú) a partir do tema das cidades inteligentes.

O projeto 22@, de Barcelona, tem inspirado muitas cidades, entre elas Porto Alegre e Montevideú, para a transformação de bairros, criação de zonas de potencial tecnológico e incentivo para a instalação de empresas de alta tecnologia — tudo isso com contrapartidas para a melhoria das infraestruturas urbanas, tais como habitações de interesse social e espaços públicos. Diante de tantos atores envolvidos nessa composição — instituições, empresas, universidades, moradores e movimentos sociais —, para impulsionar esse tipo de projeto, constatou-se a presença de algumas desigualdades na correlação de forças. As coalizões formadas para as transformações urbanas são, em alguns casos, compostas entre Estado e mercado, deixando à margem a cidadania e aqueles que buscam maior equidade através da reivindicação do direito à cidade.

O tema das cidades inteligentes, aliado às revitalizações urbanas também vêm deixando marcas simbólicas nos territórios como estratégia de marketing urbano, com o objetivo de deixar visível a capacidade da expansão do capital, seja de forma horizontal ou vertical.

A arquitetura e o design urbano colaboram para isso, pois são concebidos de forma a ganhar destaque no território, através de suas alturas ou desenhos inovadores, destoando do entorno e das demais edificações locais. Conforme demonstrado no trabalho, isso tem acontecido nos três bairros da pesquisa, tratando-se, nos bairros Floresta e Ciudad Vieja, ainda de projetos de edifícios. Este ponto vale ser mencionado devido ao seu caráter simbólico, visto que deixa uma marca no território, por meio de um prédio que tem grandes possibilidades de ser ocupado pelas empresas que escolhem a região, como acon-

tece com a Torre Agbar, no 22@ de Barcelona, ou que em casos de moradia corre o risco de ser destinada a aluguéis de temporada.

Por último, observa-se que a inspiração do 22@ se concretiza através da consultoria de agentes que buscam transferir conhecimento sobre o projeto. Constata-se, a partir do retrato dos três bairros, que faltaria aprofundar, ainda, pontos de conexão entre os seus agentes e verificar, com base em suas percepções e vivências, como as estratégias de “cidade inteligente” com projetos de transformação urbana afetariam suas vidas e bairros.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA PELA INOVAÇÃO. **PUCRS**, 2023. Disponível em: <<https://alianca.pucrs.br/>>. Acesso em: 16 de junho de 2023.

ASÍ ES LA NUEVA SEDE DE FACEBOOK EN BARCELONA, la torre Agbar. **El Periódico**, 07 de maio de 2018. Disponível em: <https://amp.elperiodico.com/es/barcelona/20180507/fotos-nueva-sede-facebook-barcelona-torre-agbar-6805538>. Acesso em: 17 de junho de 2023.

BARROSO, Lucas. Artigo do vice-prefeito Ricardo Gomes: O desenvolvimento do 4º distrito sai do papel. **Portal Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 19 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://prefeitura.poa.br/gvp/noticias/artigo-o-desenvolvimento-do-4o-distrito-sai-do-papel#:~:text=Esperamos%2C%20para%20os%20pr%C3%B3ximos%20meses,temos%20mais%20tempo%20a%20perder.>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

BENITES, Vagner. Proposta para um 4o Distrito Resiliente segue em debate. **Portal da Prefeitura**, 18 set. 2015. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_noticia=180970&PROPOSTA+PARA+UM+4O+DISTRITO+RESILIENTE+SEGUE+EM+DEBATE>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

BRENNER, Neil. **Espaços de urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital e Observatório das Metrôpoles, 2018.

DILLENBURG, Indaiá. Capital e IBM dão início à construção de uma cidade cognitiva. **Portal Prefeitura de Porto Alegre**, 08 de abril de 2013. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_noticia=159723&CAPITAL+E+IBM+DAO+INICIO+A+CONSTRUCAO+DE+UMA+CIDADE+COGNITIVA>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

DISTRITO El Globo: el polo de negocios que se instala en Ciudad Vieja como el más innovador de América Latina. **El País**, Montevideú, 04 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/negocios/empresas/distrito-el-globo-el-polo-de-negocios-que-se-instala-en-ciudad-vieja-como-el-mas-innovador-de-america-latina>>. Acesso em: 29 de maio de 2023.

- EL GLOBO. **Distrito El Globo**, 2023. Disponível em: <<https://elglobodistrict.com/>>. Acesso em 29 de maio de 2023.
- EMPREENHIMENTO no 4º Distrito terá o prédio mais alto de Porto Alegre, 31 de outubro de 2022, **Sul 21**. Disponível em:<<https://sul21.com.br/noticias/geral/2022/10/empreendimento-no-4o-distrito-tera-o-predio-mais-alto-de-porto-alegre/>> Acesso em 31 de maio de 2023.
- FARINIUK, Tharsila Maynardes Dallabona. **A construção multifacetada do conceito de smart city: o panorama brasileiro e o caso de Curitiba – Paraná**. Tese de doutorado. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018.
- FIORI, Mirela, e RIBERA-FUMAZ, Ramón. Smart cities: realidades y utopías de un nuevo imaginario urbano. **URBS: Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**, Vol. 6. No. 2, 2016, p. 9-12,
- GANDELSMAN-TRIER, Mijal. Old Town and Dock Area: Structural Changes in Ciudad Vieja of Montevideo. In: KOKOT, Waltraud; GANDELSMAN-TRIER, Mijal; WILDNER, Kathrin; WONNEBERGER, Astrid (Coord.). **Port Cities as Areas of Transition: Ethnographic Perspectives**. Bielefeld: transcript Verlag, 2008, p. 75-98.
- GARCIA, Augusto. IBM seleciona Porto Alegre para projeto de parceria. **Portal Exame**, 15 de novembro de 2021. Disponível em:<<https://exame.com/brasil/ibm-seleciona-porto-alegre-para-projeto-de-parceria/>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.
- HISTÓRIA: A EVOLUÇÃO DA ZISPOA desde setembro de 2015. **ZISPOA**. Porto Alegre, [s. d]. Disponível em: <https://www.zispoa.info/historia>. Acesso em: 04 mar 2022.
- INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO (IMM). **Plan especial de ordenación, protección y mejora de Ciudad Vieja**, 2016. Disponível em: <<https://montevideo.gub.uy/areas-tematicas/planificacion/ordenamiento-territorial/plan-especial-de-ordenacion-proteccion-y-mejora-de-ciudad-vieja>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.
- INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO (IMM). **Presentación del programa “Late Ciudad Vieja”**, 2021. Disponível em: <<https://montevideo.gub.uy/noticias/urbanismo-y-obras/presentacion-del-programa-late-ciudad-vieja>>. Acesso em: 29 de maio de 2023.
- INTENDENCIA MUNICIPAL DE MONTEVIDEO (IMM). Unidad Central de Planificación: **Plan Montevideo. Plan de Ordenamiento Territorial 1998**, 2019. Disponível em: < <https://montevideo.gub.uy/areas-tematicas/planificacion/ordenamiento-territorial/plan-montevideo>>. Acesso em: 29 de maio de 2023.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEON, Nick. Attract and connect: The 22@Barcelona innovation district and the internationalisation of Barcelona business. **Innovation: Management, Policy & Practice**, Vol. 10, No. 2, 2008, p. 235–246.

- MARX, Vanessa (org.). **4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no bairro Floresta**. Ed. UFRGS/CEGOV. Porto Alegre, 2022
- MARX, Vanessa. **Las ciudades como actores políticos en las relaciones internacionales**. 2008. Tesis (Doctorado Em Ciência Política) - Universidad Autónoma de Barcelona (UAB), Barcelona, 2008.
- MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle; SOUZA, Vitoria. Relação global-local e transformação urbana no 4º distrito de Porto Alegre. **Revista Política e Planejamento Regional – RPPR**, Rio de Janeiro, Vol. 8, No. 2, maio a agosto de 2021, p. 273 – 296.
- MONTEIRO, Emanuela. **Transformação Urbana e Financiamento de Infraestrutura no 4º Distrito, Porto Alegre**: Consolidated final report on the Urban Transformation and Infrastructure Financing – Redevelopment of 4th District, Porto Alegre (Portuguese). Washington, D.C.: World Bank Group, 2020. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/101791608667523105/Relatório-Consolidado>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- NTU. MASTERPLAN 4D: **Operação Urbana Consorciada para Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4o Distrito de Porto Alegre**, 2016.
- NÚÑEZ, Tarson. A polêmica sobre a revitalização do 4º Distrito. **Sul 21**, 22 de dezembro de 2017. Disponível em:<<https://sul21.com.br/opiniaio/2017/12/polemica-sobre-revitalizacao-do-4-distrito-por-tarson-nunez/>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.
- PACTO ALEGRE: Revitalização Criativa. **Portal do Pacto Alegre**, Porto Alegre, 25 out. 2020. Disponível em:<<https://pactoalegre.poa.br/noticias/revitalizacao-criativa>> . Acesso em: 31 de maio de 2023.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Decreto Nº 19.125 de 3 de setembro de 2015. Aprova O Regimento Interno Do Fórum Municipal Dos Dirigentes Das Instituições De Ensino Superior De Porto Alegre - Fórum Das les/Poa. **Sistema Leis Municipais, Porto Alegre, RS**. Disponível em:<<http://leismunicipa.is/pocku>> Acesso em: 31 de maio de 2023.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Lei Complementar nº 604 de 29 de dezembro de 2008. Cria a Agência de Inovação e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Porto Alegre - INOVAPOA - no âmbito da Administração Descentralizada do Executivo Municipal. **Sistema de Leis Municipais, Porto Alegre, RS**. Disponível em:<<http://leismunicipa.is/jsdbn>> . Acesso em 31 de maio de 2023.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Lei Complementar Nº 721, de 29 de novembro de 2013. Estabelece medidas de incentivo e apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente empresarial, acadêmico e social no município de porto alegre e dá outras providências. **Sistema de Leis Municipais, Porto Alegre, RS**. Disponível em:<<http://leismunicipa.is/kgctr>> Acesso em: 31 de maio de 20223.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Lei Nº 10.705 de 30 de junho de 2009. Cria o Gabinete de Inovação e Tecnologia – INOVAPOA/GP. **Sistema de Leis Municipais, Porto Alegre, RS**. Disponível em:<<http://leismunicipa.is/jshnd>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

- PORTO Alegre firma convênio em Barcelona para área de inovação. **PREFEITURA DE PORTO ALEGRE**, Porto Alegre, [s. d.]. Disponível em:<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ictportoalegre/default.php?reg=166&p_secao=99> Acesso em: 31 de maio de 2023.
- PORTO Alegre na Expo Xangai é apresentada a empresários. **EXPO XANGAI**, 26 de abril de 2010. Disponível em:<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/expo2010/default.php?p_noticia=126079> Acesso em: 31 de maio de 2023.
- PROGRAMA de Revitalización de Ciudad Vieja. **La Red 21**, Montevideú, 25 de julho de 2016. Disponível em:<<https://www.lr21.com.uy/comunidad/1297718-programa-de-revitalizacion-de-ciudad-vieja>>. Acesso em: 01 de maio de 2023.
- RENNER, Maurício. Gaúchos são maioria da delegação na Cebit. **Portal Baguete**, 05 de março de 2013a. Disponível em:< <https://www.baguete.com.br/noticias/05/03/2013/gauchos-dominam-participacao-do-brasil-na-cebit>> . Acesso em: 31 de maio de 2023.
- RENNER, Maurício. IBM evolui namoro com Porto Alegre. **Portal Baguete**, 19 de dezembro de 2012. Disponível em:<<https://www.baguete.com.br/noticias/19/12/2012/ibm-evolui-namoro-com-porto-alegre>> Acesso em: 23 de maio de 2023.
- RENNER, Maurício. Missão: POA de olho no modelo de São Francisco. **Portal Baguete**, 23 de maio de 2013b. Disponível em:<<https://www.baguete.com.br/noticias/23/05/2013/big-data-e-pauta-na-missao-com-fortunati>> Acesso em: 31 de maio de 2023.
- REVITALIZAÇÃO do 4º Distrito fará Porto Alegre ter os prédios mais altos do Brasil. **Portal Câmara Municipal de Porto Alegre**, 18 de agosto de 2022. Disponível em:<<https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/revitalizacao-do-4-distrito-fara-porto-alegre-ter-os-predios-mais-altos-do-brasil#:~:text=Hoje%2C%20o%20Edif%3%ADcio%20Santa%20Cruz,de%20altura%20no%204%C2%BA%20Distrito.>> Acesso em: 31 de maio de 2023.
- RIGON, Liana. Huawei e PUCRS inauguram Centro de Inovação para Cidades Inteligentes. **Portal PUCRS**, 31 de março 2016. Disponível em:<<https://www.pucrs.br/blog/huawei-e-pucrs-inauguram-centro-de-inovacao-para-cidades-inteligentes/>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.
- ROBINSON, Jennifer. **Cities in a world of cities: the comparative gesture. International Journal of Urban and Regional Research**, Vol. 35, No. 1, jan 2011, pp. 1-24.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010
- SATRAGNO, Paola. **Urbanismo Smart en Montevideo. Un recorrido por las acciones y prácticas de participación en la ciudad entre 2016-2019**. Tesis (Licenciatura en Sociología) – Facultad de Ciencias Sociales, Udelar, Montevideo, 2021.
- TAVARES, Selena; SOUZA, Vitoria; WINCKLER, Joana. In: MARX, Vanessa. **4º Distrito a partir do olhar dos atores sociais no Bairro Floresta**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2022.
- UN NUEVO 22@ se abre paso. **La Vanguardia**, Barcelona, 14 de maio de 2021. Disponível em:<<https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20210514/7452323/un-nuevo-22-se-abre-paso.html>>. Acesso em: 01/02/2023.

VAINER, Carlos. **Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. XIV Encontro Nacional da ANPUR maio de 2011. Rio de Janeiro - RJ – Brasil, 2011.

YANES, Sergi. Recuperar el barrio. Maniobras de transformación urbana en la Ciudad Vieja de Montevideo. In: MILANO, Claudio; MANSILLA, Jose A. (Coord.). **Ciudad de vacaciones: Conflictos urbanos en espacios turísticos**. Barcelona: Pol·len Edicions, 2018, p. 439-471.

Urbanidades Tecnocentradas e Inovadoras em Bairros de Lisboa, Portugal: disputas por espaço, imaginários e futuros¹

João Felipe Pereira Brito
Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO²

Após a última crise financeira global (2008), Portugal experimentou profunda recessão econômica com crescimento de mazelas sociais. Os acordos do Estado português com a *troika* (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) em 2012 tiveram como importantes efeitos a redução do Estado, reformas pró-mercado e reformulação de estratégias político-econômicas para atração de investimentos externos e de novos agentes econômicos. Sua principal cidade, Lisboa³, passou uma “reconstrução” (Carmo et al, 2018), por uma “transição profunda e desequilibrada” (Seixas et al, 2019), por uma “metamorfose” (Seixas,

¹ Trabalho apresentado no “Comitê de Pesquisa 28 – Sociologia Urbana” do “21º Congresso Brasileiro de Sociologia”, realizado entre 11 a 14 de julho de 2023, UFPA, Belém – PA, Brasil.

² Este artigo traz dados e reflexões do projeto de investigação pós-doutoral “IN²LISBON – Innovative and Inclusive Lisbon” (IN²LISBON – Lisboa Inovadora e Inclusiva), formulado e realizado por João Felipe Pereira Brito entre 2021 e 2023. Este projeto recebeu financiamento do programa de investigação e inovação “Horizonte 2020”, da União Europeia, ao abrigo do contrato de subvenção Marie Skłodowska-Curie Actions, n.º 101032494. Ver: <https://cordis.europa.eu/project/id/101032494> Acesso em agosto de 2023.

³ Segundo o censo populacional português de 2021, Lisboa tinha oficialmente naquele ano 544.851 habitantes, com um declínio populacional de 1,7% em relação ao censo anterior, de 2011. Lisboa tem uma área urbana de 100,05 km² e uma densidade de 5.455,2 hab./km². A população da Área Metropolitana de Lisboa em 2021 era de 2.870.208 habitantes, com sua densidade populacional de 956,4 hab./km² (INE, 2021). Sobre Portugal, são 10.347.892 habitantes, com um declínio de 2% da sua população em relação ao censo de dez anos antes. O país tem 92.090 km² (área continental mais as regiões autónomas dos arquipélagos atlânticos de Açores e Madeira) e uma densidade demográfica de 112 hab./km². A maior parte da população se concentra próxima ao litoral continental, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (INE, 2021).

2021): ela foi repensada e acionada por seguidos governos nacionais e locais e pelo empresariado parceiro do Estado como uma “máquina de crescimento” (Logan e Molotch, 1987).

Sob a perspectiva deste trabalho, a capital portuguesa vem passando por uma nova rodada de “empreendedorismo urbano” (Hall, 2006; Harvey, 1989; 2005), dessa vez articulada a novos modelos de negócios e expectativas da *economia digital*, em ascensão em todo o mundo. Empresas e empreendedores com processos e produtos inovadores, buscando desenvolver e aprimorar *tecnologias disruptivas*, ao lado da indústriaturística e do capital imobiliário, foram tornados prioridade nas estratégias e ações público-privadas para reconstrução dessa Lisboa pós-crise – que se pretende cosmopolita, global e que se reestrutura a partir de “imaginários sociotécnicos”(Jasanoff, 2015).

Neste contexto de reestruturação digital do sistema capitalista e de competição interurbana global, há pelo menos onze anos, Lisboa tem investido na montagem e no fortalecimento de um “ecossistema empreendedor” e “de inovação tecnológica”. Mudanças legais, incentivos fiscais, transformações urbanísticas, uma intensa agenda simbólico-cultural: muito vem sendo feito no intuito de estimular a criação, atração e fixação de empresas com forte viés tecnológico e digital, além dos “talentos” (mão-de-obra altamente qualificada) que elas precisam. O foco são as *startups* (pequenas empresas com potencial de rápido crescimento, especialmente vinculadas à economia digital), as *scaleups* (empresas que já têm robustez mas que podem escalar globalmente seus negócios), *unicórnios* (empresas de inovação tecnológica e digital que alcançam um bilhão de dólares em valores de mercado) e aqueles agentes individuais que, hoje em dia, recebem bons salários e que podem trabalhar em ambiente virtual: *nômades digitais*, *criativos*, *techies* e *city users* (Cf. Seixas, 2021: 88-101).

A chegada da *Web Summit* (2016), maior conferência de economia digital do mundo e realizada anualmente desde então, e o anúncio de construção do *Hub Criativo do Beato* (2016), infraestrutura para aproximar e impulsionar empresas já robustas e *startups* tecnológicas, são importantes marcos deste processo, embora com diferentes objetivos e níveis de eficácia. Como primeiros efeitos, observa-se um aumento da visibilidade e da atratividade lisboetas nos circuitos do capital financeiro global, com significativos volumes de investimentos nacionais e estrangeiros (imobiliários, turísticos, paranegócios digitais)

chegando à cidade. Também se observa, por outro lado, um conjunto de insatisfações, conflitos, segregações e disputas por espaços e por imaginários da cidade (Cf. Mendes, 2017; Tulumello & Allegretti, 2021; Pereira & Brito, 2022).

Este artigo buscará tratar desses processos e dos seus efeitos urbanos também na micro-escala. Desde 2021, venho investigando a última década da cidade de Lisboa com foco nas políticas urbanas voltadas para a inovação tecnológica e ênfase sobre as intervenções e vivências nas *freguesias de Beato e Marvila*, na zona ribeirinha oriental. Outrora industrial, empobrecida e esvaziada em fins do século XX (Cf. Silva, 2020), esta zona tem hoje negócios anunciados por governos, mídia e investidores como criativos e inovadores.

O trabalho aqui exposto é um estudo de caso estruturado pelas seguintes questões:

- a) Em qual contexto sócio-histórico se inserem tais transformações urbanas em Lisboa?*
- b) Quais são as ideias motivadoras, as principais ações/agências e os primeiros efeitos observáveis desse processo sócio-histórico?*
- c) Como tudo isso ajuda a compreensão da produção do urbano na contemporaneidade?*

Para os interesses deste artigo, tratarei:

(Parte 1) dos sentidos e relações entre economia digital e empreendedorismo urbano na contemporaneidade;

(Parte 2) da construção de uma Lisboa mais atrativa para agentes e negócios focados na inovação tecnológica e digital;

(Parte 3) da vida cidadina reestruturada por este novo arranjo político-econômico de produção do urbano – que dão forma e sentido às urbanidades tecnocentradas.

Lisboa, especialmente nas freguesias de Beato e Marvila, se mostra um caso privilegiado para observação e compreensão crítica desses fenômenos. Atravessadas por investimentos público-privados que buscam impulsionar um ecossistema de inovação tecnológica na cidade, expandido-o para a zona ribeirinha oriental, as vidas de antigos moradores e comerciantes são afetadas pelas transformações que já

estão em curso e pelas que são prometidas pelos interventores. Novos futuros são ali anunciados e antecipados, e estes já produzem novas sociabilidades, divergências, conflitos, distintos imaginários e horizontes de expectativas entre as pessoas que hoje dividem aquele lugar.

Como recursos metodológicos, trago para este artigo dados inéditos de pesquisas:

- (i) qualitativa com trabalho de campo etnográfico (com observações participante e distanciada);
- (ii) qualitativa com entrevistas semi-estruturadas (26 ao todo);
- (iii) documental (documentos públicos e notícias); e
- (iv) bibliográfica (valorizando a transdisciplinaridade).

ECONOMIA DIGITAL E URBANIZAÇÃO

Na última década, evidenciou-se a ascensão de inovações, empresas e negócios da *economia digital* com grande impacto especialmente nas grandes e médias cidades de todo o mundo (Cf. OECD, 2020; Economist, 2022). Como economia digital, penso um campo da economia capitalista em que as *tecnologias digitais*, com seus agentes especializados e suas infraestruturas de base, são elementos indispensáveis para produção, comércio e consumo de bens e serviços gerais (Cf. Bukht & Heeks, 2017).

A ampliação de usuários de *internet* de alta velocidade e a disseminação de computadores, *smartphones* e *smart TVs*, com funções e aplicativos constantemente atualizadas, permitiu uma verdadeira revolução na troca de dados informacionais e, com isso, um crescimento impressionante em alguns setores econômicos que têm as densidades urbanas⁴ como *locus* privilegiado dos lucros: *turismo e hotelaria* (hospedagens, voos *low cost*, bilhetes eletrônicos para entrada em museus e para tours etc.); *transportes* (de automóveis, bicicletas, trotinetas); *alimentação por delivery* (com opções gastronômicas de todos os lugares do mundo); *compras à distância* (por vezes continentais, com entrega veloz de quaisquer objetos e serviços, com destaque para moda e vestuário, móveis e decoração, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos e livros).

⁴ A ênfase na densidade urbana deve-se ao foco do artigo, mas cabe ainda citar as novas formas de consumo digital totalmente independentes da territorialização do consumidor, como no caso das ferramentas de tele-trabalho, da tele-medicina, da educação remota (aulas e cursos de diferentes modalidades e durações) e do entretenimento online, este último principalmente através de redes sociais virtuais, plataformas de streaming de produtos audiovisuais e gaming.

Paralelamente a esta ascensão, todos estes negócios citados, e outros tantos, demandaram soluções tecnológicas eficazes, com agilidade, praticidade e segurança para viabilização das transações comerciais em ambiente virtual. Assim, o setor das finanças respondeu ao estímulo mercadológico com novos bancos e empresas de crédito, pagamento e investimento digitais: as *fintechs*. Por conseguinte, este mercado financeiro cada vez mais digitalizado demanda serviços especializados em segurança cibernética ou virtual (*cybersecurity*) para uma melhor relação com seus clientes. Nesse circuito, um sem-fim de jovens profissionais passaram a direcionar suas carreiras para as áreas de programação, desenvolvimento de *softwares*, *graphic design*, *UX design and research* (melhoramentos na experiência dos usuários de serviços), gerenciamento de *e-commerce* e outras áreas de vanguarda no campo digital, outrora chamado de TICs (tecnologias de informação e comunicação), como apontam Bukht & Heeks (2017).⁵

Com a recente instalação das primeiras redes de *internet 5G* em diferentes lugares do mundo e a ampliação das conexões intercontinentais por cabos submarinos de fibra ótica, tornam-se ainda mais velozes e abrangentes as trocas de dados informacionais. Além de inúmeras soluções e novos serviços no setor de *IoT* (“internet das coisas”), e dos avanços e popularização da *AI* (inteligência artificial) que assustam cidadãos, líderes e governos de todo mundo, há enorme expectativa para o surgimento de mais inovações tecnológicas digitais e *disruptivas* para os próximos anos, num mercado de criadores, vendedores e consumidores cada vez maior, mais conectado e transfronteiriço.⁶

⁵ A excessiva utilização de categorias anglófonas utilizadas nos mercados da economia digital, e que vão se disseminando para as demais esferas da vida pública, é proposital. A língua inglesa ainda é um elemento estruturante para as redes globais de agentes que criam e consomem tecnologias digitais, assim como nos ecossistemas de inovação tecnológica de grandes cidades que buscam internacionalização, como Lisboa.

⁶ Segundo estudos apresentados pela União Europeia, a internet 5G poderá criar ou transformar 20 milhões de empregos e acrescentar € 1 trilhão ao PIB de seus estados-membros nos próximos anos. O Parlamento Europeu também vem se manifestando sobre as potencialidades da inteligência artificial, para campos tão diversos como medicina, transportes e agricultura, e também seus riscos. Ver artigo “Artificial intelligence: threats and opportunities”, de 23 de setembro de 2020 e o artigo “EU AI Act: first regulation on artificial intelligence”, de 08 de junho de 2023. Disponíveis em: <https://www.europarl.europa.eu/portal/en> Acesso em junho de 2023.

As burocracias estatais também abraçaram a digitalização. Papeis, carimbos, lojas físicas e funcionários atrás de balcões vão sendo paulatinamente substituídos por procedimentos em *websites* e aplicativos para *smartphones*. Em 2010, durante os esforços para saída da crise financeira, a Comissão Europeia divulgou um documento chamado “Agenda Digital para a Europa – 2020”. Este documento previa sete pilares para a “transição digital”⁷ e se tornou um parâmetro para as políticas dos Estados membros da União Europeia no que se refere à economia digital. Recentemente, o bloco definiu esta década corrente como “a década digital” e elaborou metas mais ousadas para digitalização da vida comum, dos serviços públicos e dos negócios, visando à superação de desvantagens de cidadãos e empresas europeus em relação ao mercado global.⁸

Cabe ressaltar a grande influência que a UE exerce sobre seus estados-membros mesmo em decisões autônomas de governos nacionais, regionais ou locais. Estatísticas, diretrizes para políticas públicas e condições para acesso a investimentos da UE exercem coerção sobre muitas ações a nível local, especialmente nos Estados menos prósperos do bloco, como Portugal. O documento “Estratégia Portugal 2030”⁹, um plano de metas e ações para o país, já descreve em sua “Introdução” um alinhamento com a “Agenda Estratégica da União Europeia” e com o “Plano de Recuperação da Europa”, este assinado

⁷ São eles: 1. Um mercado único digital; 2. Melhoramento da interoperabilidade; 3. Combater ameaças e melhorar a confiança na rede; 4. Banda larga rápida e acessível a todos; 5. Investigação, desenvolvimento e inovação (I+D+i); 6. Promover a alfabetização digital, a educação digital e a inclusão; 7. As TIC enquanto solução para problemas sociais. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/64/digital-agenda-for-europe> Acesso em junho de 2023.

⁸ Sobre as prioridades de investimentos para “projetos plurinacionais” nesta década, aponta a UE: “infraestrutura de dados, os processadores de baixa potência, a comunicação 5G, a computação de alto desempenho, a comunicação quântica segura, a administração pública, a tecnologia de cadeia de blocos, os polos de inovação digital e as competências digitais.” Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/europe-fit-digital-age/europes-digital-decade-digital-targets-2030_pt Acesso em junho de 2023.

⁹ Ver: “Estratégia Portugal 2030”, disponível em: <https://portugal2030.pt/documentos-e-recursos/>. Ver: “Agenda Estratégica da União Europeia”, em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2019/06/20/a-new-strategic-agenda-2019-2024/>. Ver: “Plano de Recuperação da Europa – NextGenEU”, em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/recovery-plan-europe_pt Acessos em junho de 2023.

após a crise desencadeada pela pandemia de COVID-19. Todos estes planos priorizam investimentos em uma rápida “transição digital” e “inovação”.

Outro ponto de consonância nestes planos diz respeito à centralidade e à importância das cidades e “redes urbanas” para geração de riquezas e “competitividade” de todo o bloco. Sobre Portugal, o plano estratégico para 2030 afirma que “as metrópoles e principais cidades portuguesas devem conseguir afirmar-se como motores e rútuas de internacionalização, competitividade e coesão de toda a base territorial do país” (p. 62). Diz ainda que “a competitividade global e de inovação do país depende da capacidade do conjunto das áreas metropolitanas e das principais cidades serem reforçada a sua inserção em redes globalizadas”(idem).

As cidades têm papel central nas disputas pela atração de investidores, de empreendedores e na geração dos empregos para *techies* e *nômades digitais* – todos estes, agentes que estão nas posições mais privilegiadas desse campo, em geral profissionais de maior qualificação, melhores salários e menores vínculos territoriais. No entanto, as cidades também atraem os *trabalhadores da base das “plataformas digitais”* (Cf. Filgueiras & Antunes, 2021)¹⁰, uma das facetas da economia digital: agentes mais precarizados, com menores qualificações e salários, mais dependentes da rotina de um território urbano – aquele exército de entregadores de aplicativos e trabalhadores braçais dos serviços tradicionais (transportes privados, bares e restaurantes, hotelaria etc.) que cresceram com essas plataformas digitais. A perspectiva de agentes do mercado global para a próxima década é de aprofundamento dessa configuração de urbanidades tecnocentradas e digitais.¹¹

¹⁰ Alguns autores chamam a explosão de empregos precarizados sob plataformas digitais de “uberização” (Davis & Sinha, 2021; Antunes, 2020). No entanto, o debate na sociologia do trabalho atual vai além e explora as muitas formas de contratação e subcontratação do “capitalismo de plataforma” (Antunes, 2021; Srnicek, 2017).

¹¹ Segundo o “Digital Cities Index” da revista The Economist (2022, p. 7), “Os gastos das cidades inteligentes (smart cities) estão previstos para atingir US\$ 327 bilhões até 2025, partindo de US\$ 96 bilhões em 2019, e 70% dos gastos com as tecnologias de smart city (conectividade, serviços digitalizados, cultura digital e sustentabilidade) até 2030 virão dos EUA, Europa Ocidental e China.” Ressalto que entendo a ideia “smart city” como uma marca ou uma estratégia de branding polissêmica e estruturada em muitas tecnologias digitais, e não um modelo de empreendedorismo urbano bem definido.

Todo esse processo de ascensão da digitalização da vida contemporânea vem sendo observado por alguns autores como uma nova fase do capitalismo e, portanto, uma nova época para as relações sociais em contextos capitalistas em todas as suas esferas – da casa ao mundo, passando pela cidade. Fala-se em uma “nova reestruturação produtiva” (Tonelo, 2020), em “indústrias 4.0” (Sony & Naik, 2020), em “capitalismo informacional-digital” (Praun & Antunes, 2020) e, já no início da última década, em “era digital” (Orton-Johnson & Prior, 2013; Fisher, 2010).

Desde os anos 1980, observamos a superação do “administrativismo” pelo “empreendedorismo urbano” (Harvey, 1989), qual seja, a ideia de que as cidades precisam de uma “gestão” como as empresas capitalistas, com projetos estratégicos, parcerias público-privadas, valorização da especialização (e das localidades) sobre o todo. De lá para cá, muitos estudos de caso analisaram estratégias de criação e recriação de “marcas” para as cidades - *branding* e *rebranding* (Van Ham, 2008; Kavartzis & Ashworth, 2005), sempre atreladas a grandes investimentos em reabilitação urbana, atração de megaeventos esportivos ou culturais, utilização de projetos de arquitetos mundialmente reconhecidos como “âncoras” para atração e valorização de territórios urbanos outrora esquecidos ou subaproveitados (Brito, 2021; Rolnik, 2015; Molina, 2014; Fix, 2009; Hall, 2006).

Pois bem, a minha tese é de que após a última grande crise financeira (2008), que curiosamente teve início com a desregulamentação dos mercados de habitação em cidades dos EUA, capitalismo e produção do urbano entraram numa nova fase, atrelados, manifestando-se em novas formas de financeirização e extração de mais-valias. Penso ainda que este novo “ajuste espacial urbano” do capitalismo (Harvey, 2005) equilibra dois fenômenos (A+B) que poderiam ser lidos como paradoxais, mas que a meu ver são complementares e auto-influenciáveis: (A) as densidades urbanas são ainda muito importantes para as inovações disruptivas que produzem novas riquezas; (B) as *experiências urbanas eficazes* (para relacionamentos, estudos, lazer, trabalho, negócios etc.) são cada vez mais replicáveis e desconectadas das especificidades sócio-culturais de cada cidade. Noutros termos: as grandes cidades são ainda o melhor lugar para adquirir novas ideias e abrir negócios inovadores com escala global, e é mais fácil hoje buscar a vida urbana que se deseja em muito mais cidades do mundo. E tudo isto, penso, está diretamente relacionado com a rápida digitalização

do trabalho, dos serviços, dos negócios, das relações humanas. Digitalização da vida, em geral. Processo acelerado e aprofundado a partir da pandemia de COVID-19.

Neste contexto de expansão de urbanidades tecnocentradas e digitais, há um segundo fenômeno a destacar, que aqui chamarei de *construção estratégica de ecossistemas tecnocentrados*. Este se trata de um processo sócio-histórico de curto e médio prazos, mais restrito a um conjunto de cidades que exercem alguma capitalidade regional, nacional ou global. São cidades que se pensam e se projetam como *capitais da inovação tecnológica* – fenômeno há muito observado em cidades e regiões da “era informacional” (Cf. Castells, 1999) mas que, na atualidade, se reformula a partir das especificidades da era digital.

A *construção estratégica de ecossistemas tecnocentrados* refere-se à montagem público-privada de redes urbanas de agentes individuais, empresas, infraestruturas e eventos que visam a abrir e a vincular as cidades aos mercados globais digitais. Essas redes funcionam com agentes interdependentes, mas em posições desiguais hierarquizadas (A>B>C>D), exemplo: (A) o operador de um fundo de capital de risco (*venture capital*) está numa posição sócio-econômica acima de (B) um jovem líder de uma *startup*, e este está acima do (C) programador ou *designer* de sua empresa, que por conseguinte está acima do (D) entregador de comida ou qualquer outro produto solicitado pelo aplicativo desenvolvido pelas ações associadas (A+B+C) dos três primeiros.

Essas redes ou comunidades tecnocentradas, também entendidas como *ecossistemas de inovação tecnológica*, são em geral planejadas e apoiadas estrategicamente por governos, através de incentivos fiscais, investimentos públicos, legislações específicas e amplamente favoráveis à captação e ao fluxo de agentes e capitais da economia digital. Utilizando-se do tecido urbano para *networking*, trocas de ideias e promoção de negócios, e enquanto atuam na criação, desenvolvimento e financiamento de novas tecnologias e de processos e produtos inovadores tecnologicamente, os agentes desse ecossistema influenciam a arquitetura e o modelo dos demais negócios e ambientes urbanos de seu entorno (escritórios - *coworkings*, hospedagens - *colivings*, bares e cafés, a paisagem sonora ou os festivais de verão etc.), seja pela distinção dos seus estilos de vida com rendimentos em geral acima da média urbana, seja pelas expectativas geradas nos demais agentes cidadãos.

Lisboa, cidade que venho investigando há dois anos, manifesta as ideias, eficácias, negligenciamentos e externalidades desses fenômenos acima descritos. Como a construção de um ecossistema tecnocentrado de inovação digital é menos comum e envolve aspectos particulares da vida de cada cidade, é nela que focareino próximo item.

A MONTAGEM DA LISBOA INOVADORA: AGENCIAMENTOS, EFEITOS E DISPUTAS

Dois anos após o lançamento de sua “Agenda Digital”, o relatório “European Economy Forecast” (UE, 2012) indicava expectativas ainda nada boas para o desempenho econômico dos países da União Europeia e da zona do euro. Especificamente sobre Portugal, o documento sinalizava a persistência de uma forte recessão para 2012 e um crescimento modesto para 2013.¹²

Entre tantas medidas impostas pela *troika* ao Estado português para redução do setor público, desburocratização, privatizações e liberalização de mercados, duas buscavam especial impacto sobre a mercantilização do solo das cidades e sobre a paisagem urbana: (i) a flexibilização das regras de arrendamento (aluguel), impondo mais vantagens aos senhorios em relação aos inquilinos e com um período de cinco anos para ajustes e transições de antigos contratos, culminando na Lei 31/2012; e

(ii) a Lei nº 32/2012, que alterou o “Regime da Reabilitação Urbana”, no intuito de agilizar e dinamizar investimentos imobiliários nas cidades.

Ou seja, o “Memorando de Entendimento” com o *troika* indicava que novas regulações urbanísticas e novas iniciativas para produção do urbano abririam alguma “oportunidade” para que os “formuladores de políticas” portugueses buscassem “aumento de competitividade” da economia nacional, com atração de novos e maiores in-

¹² O documento indicava ainda o aprofundamento de “medidas de redução de despesas” em torno de 5% do PIB, num esforço social que se observava principalmente em “cortes de salários e pensões, mas também cortes de despesas no sector da saúde” (p. 103). A taxa de desemprego da população economicamente ativa alcançou 16,5% em 2012 e 17,1% em 2013, e mais de 38% para a população com menos de 25 anos neste mesmo biénio (UE, 2012).

vestimentos e melhora do cenário fiscal e empregatício. A partir de então, seguidos governos portugueses, nacionais ou municipais, mais à esquerda ou mais à direita, retiraram das gavetas antigos planos e aceleraram estratégias combinadas com vistas a uma reestruturação econômico-produtiva do país e de suas cidades.¹³

Ainda no ano de 2012, a Câmara Municipal de Lisboa (CML, a prefeitura ou o governo municipal), em parceria com o banco Montepio e o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, uma autarquia do governo nacional), inaugura uma nova e importante autarquia municipal para os anos subseqüentes, a *Startup Lisboa*. Trata-se de uma incubadora para pequenas empresas de inovação tecnológica focadas na economia digital. Criada a partir de consultas públicas via orçamento participativo, com capacidade para abrigar inicialmente 30 *startups*¹⁴ selecionadas a partir de candidaturas após chamadas públicas, a Startup Lisboa nasceu em articulação tanto com a agenda digital da União Europeia, lançada dois anos antes, quanto com algumas estratégias anteriores de promoção da cidade e de suas potencialidades econômicas no exterior.¹⁵

O caminho da preparação de Lisboa como uma “capital da inovação tecnológica” baseou-se, no entanto, em alguns elementos objetiva e tecnicamente elaborados e sobre outros anunciados como vantagens competitivas naturais ou tradicionais. Apostou-se tanto em novas institucionalidades, legislações e infraestruturas quanto em aspectos

¹³ Aqui, cabe ressaltar que entendo que tais estratégias foram, em parte, e especialmente nos anos de acordo com a troika, resultado de coerções e estímulos da União Europeia, cuja Comissão (governo europeu) era liderada por um português (Durão Barroso, do PSD) entre 2004 e 2014. Contudo, muitas escolhas e ações governamentais dos últimos anos foram elaborações originais das elites político-econômicas portuguesas, condicionadas às especificidades sócio-históricas e sócio-culturais do país. Elas foram, ainda, e em grande medida, legitimadas ou mesmo demandadas pelos cidadãos portugueses, seus representantes e suas associações civis e não-governamentais.

¹⁴ Definição de startup: empresas de rápido crescimento, com negócios assentes em inovação tecnológica e que se pretendem “disruptivos” tanto em produtos quanto em processos (“The State of Lisbon’s Startup Ecosystem”, 2022). Disponível em: https://dealroom.co/uploaded/2022/12/Lisbon-full-report-dec-2022_v2.pdf?x62961 Acesso em agosto de 2023.

¹⁵ Dentre estas, cabe destacar a agência Invest Lisboa, outra autarquia criada por parceria público-privada e inaugurada em 2009, fundamental para promoção turística da cidade num momento histórico de guinada deste setor e com ênfase na atração de investimentos produtivos e, principalmente, imobiliários.

menos replicáveis e mais específicos, como os climáticos e culturais. Segundo uma entrevistada, funcionária da Invest Lisboa:

Por que é que Lisboa atrai? Há vários fatores. Infraestruturas ótimas. Todos sabemos falar inglês bem. Todos os serviços de internet são ótimos. A aposta do governo na tecnologia e na inovação (...). Centros de serviços partilhados estão no auge. Eventos como a Web Summit colocou Portugal no mundo (...). Aqui há uma qualidade de vida, custo e benefício, que não existe em outras capitais (...). Qualidade de vida, acolhimento e especialmente segurança. São qualidades da própria cidade, à parte daquelas economias que um investidor tem sempre de olhar primeiro. Essas qualidades, o tempo (clima), são muito importantes para atraírem o talento, e sem o talento as empresas não vivem, especialmente as tecnológicas. (...) Podemos nos comparar com Barcelona. Mesmo assim, em segurança Barcelona tem algumas coisas, e é mais cara. (Entrevistada X, Invest Lisboa, abril de 2022).

Também como parte do pacote de ações pró-ativas para atração de investimentos e agentes estrangeiros, o governo de Portugal criou os “vistos gold”, ou “ARI” (Autorização de Residência para Actividade de Investimento), um tipo especial e perpétuo de permissão para residência e negócios no país. Para consegui-lo, bastava um investimento inicial no território português em compra de imóveis ou transferência de capital para empresas locais a partir de 500 mil euros, ou ainda “investimento ou apoio à produção artística, recuperação ou manutenção do património cultural nacional” a partir de de 250 mil euros.¹⁶

Como continuação dessa estratégia, foram lançados o *Startup visa* (2018), *Tech visa* (2019), ambos para empreendedores e para trabalhadores qualificados do ecossistema tecnocentrado. Em 2022, após grande debate sobre seus efeitos no encarecimento da vida das cidades, os *vistos gold* foram encerrados.

¹⁶ Ver condições para solicitação do ARI/visto gold segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF): <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=62> Acesso em junho de 2023.

Neste processo de reforma estatal, de necessidade de atração de investimentos externos e de articulação e propaganda para setores tradicionais tido como estratégicos (turismo, imobiliário, serviços), o ano de 2016 trouxe importantes novidades para o futuro do ecossistema lisboeta de inovação tecnológica. Quatro anos após o surgimento da *Startup Lisboa*, foram lançadas duas novas plataformas parceiras: a *Startup Portugal*¹⁷, para expandir ao país as estratégias que Lisboa vinha adotando noutras cidades portuguesas e atrair ainda mais “venture capital” (capital de risco); e a *Made of Lisboa*, a “comunidade oficial de empreendedores de Lisboa”, com foco na atração, recepção e animação do “ecossistema de empreendedores inovadores”.¹⁸

Ainda 2016, os governos nacional e municipal anunciaram para Lisboa as duas mais significativas iniciativas para ampliação e fortalecimento do ecossistema de inovação tecnológica. A primeira foi a chegada da *Web Summit*, tida por governos, mídia e organizadores como “a maior conferência de tecnologia e inovação do mundo”¹⁹. Em 2022, a *Web Summit* atraiu um público de 70 mil frequentadores, que se espalham nos muitos eventos paralelos e nos bares, restaurantes e clubes noturnos da cidade que animam e ajustam o ecossistema. O evento vem tendo grande impacto na economia de Lisboa e de sua região metropolitana, com planejamento deserviços especiais com grande antecedência, e é citado por diversos entrevistados, interlocutores e pela mídia, como o funcionário da Invest Lisboa já citado, como um “turning point” na visibilidade e na atratividade de Lisboa para o mundo da economia digital.

A segunda grande iniciativa de 2016, e em decorrência da chegada da *Web Summit*, foi o anúncio da construção do *Hub Criativo do Beato* (HCB), outrora um complexo fabril militar desativado e então vislumbrado como um futuro polo internacional de empresas de tecnologia. Pensado como uma infraestrutura que costuraria “materialidade e representação” (Vailati & D’Andrea, 2020) para um futuro urbano desejado, o HCB já organiza, anima e impulsiona o ecossistema de ino-

¹⁷ Ver: <https://startupportugal.com/pt/> Acesso em junho de 2023.

¹⁸ Ver: <https://madeoflisboa.com/> Acesso em junho de 2023.

¹⁹ Ver: <https://www.publico.pt/2016/11/10/tecnologia/noticia/impacto-da-web-summit-tem-de-ser-avaliado-em-cinco-a-dez-anos-1750676> Acesso em junho de 2023.

vação tecnológica da cidade, com conferências, workshops, tours, feiras e eventos artísticos que dialogam com tecnologia.²⁰ Problemas com empreiteiros durante a pandemia de COVID-19 atrasaram seu lançamento como um polo empresarial e inovador. Por conta disso, a empresa *Mercedes-Benz.io* desistiu de ter o HCB como base para dezenas de empregados que contrataria em Lisboa, evento que causou desconfortos entre os planejadores e gestores da infraestrutura.

Aliado aos investimentos imobiliários de reforma e construção de apartamentose hotéis na freguesia do Beato, sua principal contribuição até 2022 foi a criação de “horizontes de expectativas” distintos para a população local. De um lado, um horizonte pessimista para os mais velhos, os trabalhadores analógicos, os que ainda vivem com contratos de alugueis antigos e os que têm menos recursos, que percebem os bairros a partir de uma “retórica da perda” (Gonçalves, 1996): perda de espaço, de visibilidade, de relevância. É o que disse uma antiga liderança da freguesia de Marvila e do Clube Oriental de Lisboa, o mais tradicional daquela zona:

Marvila está na moda, dizem que está na moda. Na rua Direira de Marvila, não tem comércio nenhum, não tem uma mercearia. Aqui a gente não tem uma farmácia, só tem mais para cima. Não tem a tal taberna onde as pessoas paravam. A Sociedade 03 de Agosto (...) passávamos mais tempo lá que em casa. E tudo isso acabou. (...) Daqui para mais uns dez a quinze anos, essa zona aqui toda de Marvila, a zona ribeirinha, vai ser umas Avenidas Novas (bairros de classes altas de Lisboa). Pessoas que não se conhecem umas às outras, que só vêm cá dormir, e vem cá fazer isto ou aquilo. Aquela coisa do bairro, não sei se será mau ou bom, mas que vai, socialmente, vai mudar completamente a zona. Da maneira como se está aí a construir... (Entrevistado Y, Clube Oriental, maio de 2022).

²⁰ Ver o texto de minha autoria publicado no blog do SHIFT – ICS ULisboa: “Hub Criativo do Beato: uma infraestrutura inacabada e ativada” (2022). Disponível em: <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2022/10/12/hub-criativo-do-beato-uma-infraestrutura-inacabada-e-ativada/> Acesso em junho de 2023.

De outro lado, um horizonte mais otimista para os recém chegados, abastados e *outsiders*, construído sobre uma *retórica da inovação* e uma “economia política da promessa” (Costa, 2020) que privilegia “vanguardas sociotécnicas” (Hilgartner, 2015): em maioria, jovens, estrangeiros, brancos e falantes de inglês, perfil bem mais restrito do que a diversidade humana negligenciada que aqueles bairros possuem. Diversidade que, segundo a Comissão Europeia e a própria CML, é condição indispensável para a inovação.²¹

Por fim, cabe ainda mencionar que recentemente o HCB foi transformado pela nova administração da CML em uma “fábrica de unicórnios”. Em 2023, começou a receber suas primeiras *startups*, *scaleups* e a uma grande empresa de cybersegurança.²²

Antes disso, porém, em maio de 2022, uma manifestação contra a gentrificação e por mais moradias acessíveis em Lisboa ocorreu na entrada principal do HCB, justamente durante um evento que tentava conciliar inovações digitais e mercado imobiliário, o *Hackathome*.²³ Membros de coletivos políticos pró-moradia acessível estenderam faixas, cartazes e gritaram palavras de ordem na entrada do HCB, tentando sensibilizar os jovens participantes que chegavam sobre as contradições desta cidade que se pretende capital da inovação tecnológica. Duas manifestantes conseguiram se inscrever previamente e entraram no evento, confrontando a vereadora (secretária municipal) de habitação que lá estava presente. O episódio somou-se a muitas outras manifestações políticas coletivamente organizadas em Marvila²⁴, no Beato²⁵ e nas áreas centrais da cidade que denunciaram o encarecimento do custo de vida em Lisboa e a expulsão não apenas dos mais

²¹ Made of Lisboa, sobre inovação e diversidade, ver: <https://www.lisboa.pt/cidade/economia-e-inovacao/empreendedorismo-e-inovacao/made-of-lisboa> Acesso em junho de 2023.

²² Sobre as atualizações da Unicorn Factory Lisbon, ver: <https://unicornfactorylisboa.com/pt/> Acesso em junho de 2023.

²³ Sobre o evento Hackathome, ver: <https://hubcriativobeato.com/noticia/hackathome-no-hub-criativo-do-beato/> Acesso em junho de 2023.

²⁴ Ver “Moradores do prédio Santos Lima dizem estar a ser forçados a abandonar as suas casas” (Sofia Neves, Público, 2018). Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/07/26/local/noticia/moradores-do-predio-santos-lima-dizem-estar-a-ser-forcados-a-abandonar-as-suas-casas-1839176> Acesso em junho de 2023.

²⁵ Ver “Câmara de Lisboa compra a centenária Vila Dias por 3,8 milhões” (João Pedro Pincha, Público, 2020). Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/02/29/local/noticia/camara-lisboa-compra-centenaria-vila-dias-38-milhoes-1905917> Acesso em junho de 2023.

pobres, mas também de famílias das classes médias, dos estudantes universitários e de jovens profissionais solteiros dessa cidade priorizada para *techies* e *nômades digitais* com salários internacionais, citados em *outdoors* e nos cartazes da enorme manifestação “Vida Digna” de 2023.

Até para os pioneiros “criativos” e *startups* da zona ribeirinha oriental, a situação começa a ficar difícil. O CEO de uma *startup* vizinha ao HCB fez o seguinte relato sobre como o encarecimento dos alugueis, numa cidade com poucos imóveis públicos e preços descontrolados, pode tornar “asfixiante” a “criatividade” daquela zona:

(...) com todo o hype que se criou sobre o Beato e Marvila, a pressão imobiliária já é tão asfixiante sobre o novos empreendimentos que não deixa espaço para mais crescimento de criatividade, porque os artistas já não têm dinheiro para alugar qualquer coisa. Na verdade, eu posso estar aqui porque já estou há seis anos, mas se eu for alugar agora alguma coisa, se calhar já é o dobro do eu paguei e do que pago. (Entrevistado Z,Startup do Beato, abril de 2022)

URBANIDADES TECNOCENTRADAS: PROBLEMAS, PRÁTICAS E IMAGINÁRIOS

Se admite-se uma correlação nova, profunda e veloz entre o empreendedorismo urbano e a economia digital, deve-se então refletir: qual é o urbano que surge dessa configuração?

Tenho elaborado algumas ideias que aqui compartilho em tópicos simplificados, sem uma formulação conceitual fechada, com o propósito de avançar na reflexão e na compreensão dos fenômenos aqui tratados. São tipologias que podem servir a ferramentas de análise em trabalhos futuros.

(1) *Cidade de exceção e privilégios*

É uma categorização que dialoga com o debate sobre “Estado de exceção” (Agamben, 2004) e refere-se à formação e à normalização de hierarquias e privilégios na vida cidadina, especialmente no campo dos direitos e no acesso às benesses urbanas. Estrutura-se em:

(a) *Novas gramáticas e justificativas para o Estado de exceção*: legislações específicas para os negócios dos grupos privilegiados (no caso aqui estudado, os agentes do ecossistema tecnocentrado), vistos especiais, lugares e eventos públicos reservados ou priorizados para agentes específicos.

(b) *Gentrificação*: elitização e encarecimento do viver urbano, com mudança da paisagem humana de bairros outrora populares. Há uma evidente perda de coesão social (Cf. Guterres, 2023) que, em Lisboa, já interfere no próprio “bairrismo” e na concepção de vizinhança, na sensação de confiança pautada por relações de longo prazo (em muitas ruas e bairros da cidade, quase extintos). A “gentrificação turística” e o nomadismo digital pioram a questão (Tulumello & Alegretti, 2021; Mendes, 2018).

(c) *O paradoxo da diversidade (ou do cosmopolitismo)*: a busca pela convivência entre desiguais e diferentes na cidade, com o intuito de torná-la ainda mais aberta e inovadora, não se reflete no ecossistema de inovação tecnológica. Neste, observam-se algumas dicotomias hegemônicas: brancos x não-brancos, jovens x velhos, ricos x pobres, estrangeiros x nacionais, anglofonia X saberes vernaculares (Cf. Tulumello, 2022; Maeso, 2021). No que se refere apenas a gênero, há avanços significativos na ocupação de vagas, formação de lideranças e representação do poder. No entanto, no funcionamento do ecossistema, ainda são reproduzidos os instrumentos explícitos e mascarados da dominação masculina, como um uso diferencial do tempo para lazer e fruição (essencial para o ecossistema) e o cuidado dos filhos.

(2) *Cidade disruptiva*

A economia digital vem se mostrando apta à ruptura de padrões sócio-econômicos e à efemeridade. Cidades e governos que vêm apostando em ecossistemas de inovação tecnológica sabem, de antemão, que os talentos, empresas e negócios que hoje se esforçam por atrair podem, num curto tempo, modificar profundamente seus arranjos sociais e/ou fluir rapidamente para outras territorialidades. Isso foi explicitamente dito pelo prefeito de Lisboa na última “Semana do Empreendedorismo / Lisbon Unicorn Week”, em maio de 2023, quando ele anunciava a *Unicorn Factory Lisbon*,

tentativa explícita de “segurar” as empresas tecnológicas em crescimento na cidade. A recente ampliação da Web Summit para o Rio de Janeiro, cidade com preços mais convidativos e tão solar quanto Lisboa, com menos segurança pública, é verdade, mas com outros atrativos, mostra a intensa competitividade interurbana na era digital e a volatilidade deste setor econômico. Os setores imobiliário e turístico, por exemplo, também fortes em Lisboa, trazem investimentos mais permanentes, menos flutuantes. No entanto, é justamente o risco, a capacidade disruptiva e a possibilidade de fluidez que possibilitam maiores margens de lucro aos investimentos digitais. *O capital de risco precisa de cidades de risco*, assim como *as tecnologias disruptivas precisam de cidades disruptivas* – entende-se: aquelas cidades em que a coesão social pode ser atravessada por reestruturações econômicas (no volume e nos tipos de empregos, nas margens de lucro, no acesso ao mercado de habitação, no custo de vida médio) de forma muito veloz e, até e apenas, para um curto ou médio prazos.²⁶

(3) Cidade ansiosa

Esta ideia sugere uma profunda transformação na percepção do tempo social citadino, especialmente sobre o futuro. Cidades em que os imaginários sociotécnicos, “realidades co-produzidas” dentro e fora do Estado (Jasanoff, 2015), onde o futuro crível e “desejável” é legitimador de um presente instável, desconfortável, ansioso. O passado, mítico (Cf. Datta, 2018) ou histórico²⁷, é revisitado para alicerçar o futuro imaginado e antecipado. Pessoas e o próprio capital são chamados por interlocutores de “expectantes” e “ansiosos”, ainda

²⁶ Sobre a ideia de “inovação disruptiva” que propicia a ideia de cidade disruptiva, ver Christensen apud Helder Coelho: “um processo no qual um produto ou serviço surge, inicialmente, em aplicações simples, na parte inferior de um mercado e depois, lentamente começa a subir nesse mercado, substituindo os concorrentes já estabelecidos. Estas inovações são sustentáveis pois procuram consumidores que anteriormente pagavam mais caro por esses produtos ou serviços sem que a sua qualidade o justificasse.” Disponível em: <https://ciencias.ulisboa.pt/en/node/7717> Acesso em agosto de 2023.

²⁷ A exposição “Lisboa, cidade global” (2017), do Museu Nacional de Arte Antiga, revisitou o passado da cidade do período das grandes navegações promovendo uma ideia de vocação à inovação, à ciência e ao cosmopolitismo. Ver: <http://www.museudearteantiga.pt/exposicoes/a-cidade-global> Acesso em junho de 2023.

que sejam múltiplos, sobrepostos e hierarquizados os imaginários e as expectativas (otimistas ou pessimistas) quanto à vida na cidade (Cf. Pereira & Brito, 2022a; 2022b).²⁸

Só o Estado faz as apostas de longo prazo, mas também demora e atrasa os seus projetos, como o HCB. Uma suspensão das prioridades do tempo presente gera insegurança e desmotiva, cria um horizonte de expectativas mais curto e menos otimista, inclusive adoecendo os subalternizados, como os mais idosos de Beato e Marvila. Ou algo pior, como no recente caso dos imigrantes do sul asiático precarizados, trabalhadores de aplicativos em maioria, que moravam em dezenas dentro de um mesmo apartamento que pegou fogo no bairro da Mouraria, coração histórico e turístico de Lisboa.²⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há treze anos pesquiso empreendedorismo, políticas de reabilitação de bairros periféricos e usos de imaginários e representações simbólicas em processos de transformação urbana, sempre equilibrando as escalas da cidade e dos bairros. Em Lisboa, pela primeira vez, me vi plenamente inserido nas minhas dinâmicas de investigação. Sou um *city user*, com data para ir embora, como bem me alertou um interlocutor. Faço às vezes o papel de *gentrificador*, segundo os olhares de alguns moradores idosos de Beato e Marvila quando por lá eu tomava café ou me sentava em algum restaurante ou praça para observar os movimentos ao redor. Em uma conjuntura de tantas reuniões, entrevistas, seminários e congressos virtuais, remotos, também me considero um *techie* e, em alguns momentos, me identifico até com os *nômades digitais*. Nada disso faço por vontade plenamente objetiva, nem sem um esforço por controle racional dos meus gestos

²⁸ Ver o dossiê sobre imaginários urbanos na Lisboa oriental em que Lavínia Pereira e eu organizamos para a revista britânica *Mediapolis*: <https://www.mediapolisjournal.com/2022/11/conflicting-to-overlapping-imaginaries/> Acesso em junho de 2023.

²⁹ Ver “Fogo na Mouraria: viviam 22 pessoas num rés-do chão. “Há-de acontecer mais vezes, infelizmente” (Samuel Alemão e Nuno Ferreira Santos, *Público*, 2023). Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/02/05/local/reportagem/fogomouraria-hade-acontecer-vezes-sao-50-viverem-casa-2037691> Acesso em junho de 2023.

e escolhas. No entanto, na maioria das vezes, sinto-me levado pelas condições de trabalho científico no exterior pela brevidade do meu contrato laboral.

No entanto, também sou um assalariado numa cidade que encaixa. Vivo de aluguel, faço compras, declaro meu imposto de renda, usufruo dos serviços do meu bairro, uso transporte público, busco interagir com meu entorno como um morador de longa data, até porque já vivi na cidade no ano de 2015. Uso *internet*, aplicativos no *smartphone* e *streaming* na *smart TV* para assistir a filmes. Questiono e reproduzo a história do meu tempo. Gero demandas e ofertas para diferentes mercados.

Escrevo estas inquietações no desfecho deste artigo para problematizar ainda mais as dinâmicas que aqui trouxe. A cidade está, sim, em disputa, e tendo a simpatizar com aqueles que são subalternizados e menos fortes. No entanto, as agências ativas e passivas, reflexivas ou não, são em geral pautadas por valores legitimados pelo conjunto da cidade que, ao mesmo tempo em que enxerga inações estatais, excessos e injustiças das relações pró-mercado, cotidianamente usufrui de empregos, produtos e serviços digitais que delas são oriundos e de seus negligenciamentos políticos, externalidades negativas e efeitos inesperados.

As urbanidades tecnocentradas e a digitalização da vida vigoram na atualidade porque seus pressupostos são amplamente admitidos e reproduzidos em micro-ações objetivas e rotineiras e também nas subjetividades de quem mora e quem quer morar nas grandes cidades. Como sugeri certa vez o colega Andrea Pavoni, do ICS ULisboa, é a busca pela *eficácia* para nossos projetos pessoais e coletivos em grandes cidades, e suas contradições, que dão sentido a este mundo em que vivemos e que, cientificamente, aqui buscamos compreender e partilhar compreensão. Este artigo, acompanhado da apresentação oral no referido congresso, é uma singela tentativa dar conta destas questões. Outras virão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, Ricardo (Org.) (2021). “Capitalismo de plataforma e desantropomorfização do trabalho” In: GROHMANN, Rafael. *Os laboratórios do Trabalho Digital – entrevistas*. São Paulo: Boitempo. Pp. 33-38.

- ANTUNES, Ricardo (2020).** “Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0” In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. Pp. 11-22.
- BRITO, João Felipe P. (2021).** “Um bairro negro para a estratégia olímpica do Rio de Janeiro – empreendedorismo urbano, essencialismo e conflitos sociopolíticos no Brasil contemporâneo”, *Análise Social*, 240, lvi (3.º), pp. 520-546.
- BUKHT, Rumana & HEEKS, Richard (2017).** “Defining, Conceptualising and Measuring the Digital Economy”, *Development Informatics, Working Papers Series, paper nº 68*. Manchester: Global Development Institute – SEED.
- CARMO, A; ASCENSÃO, E; ESTEVENS, A. (Eds.) (2018).** *A Cidade em Reconstrução: leituras críticas, 2008-2018*. Lisboa: Le Monde Diplomatique; Ed. Outro Modo.
- CASTELLS, Manuel (1999).** *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra. **COSTA, António Pinto da (2020).** “O que Estamos a Fazer? Ensaio sobre a economia política da promessa do novo imaginário biomédico”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, volume 6, pp. 13-57.
- DATTA, Ayona (2018).** “Postcolonial urban futures: imagining and governing India’s smart urban age”, *Environment and Planning D: Society and Space*, 0(0), pp. 1-8.
- FLORIDA, Richard. (2005).** *Cities and the creative class*. New York: Routledge. **FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo (2020).** “Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo” In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. Pp. 59-78.
- FISHER, Eran (2010).** *Media and New Capitalism in the Digital Age*. New York: Palgrave.
- FIX, Mariana (2009).** “Uma Ponte para a Especulação – ou a arte da renda na montagem de uma cidade global”. *Caderno CRH*, Salvador, BA, v. 22, n. 55, pp. 41- 64, jan-abril.
- GONÇALVES, José Reginaldo (1996).** *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.
- GUTERRES, António Brito (2023).** “Quando o mercado da Habitação impede uma cidade coesa” (Crônica), *Mensagem de Lisboa*. 18 de janeiro de 2023. Disponível em <https://mensagem.pt/2023/01/18/mercado-habitacao-casa-familias-investimento-impede-cidade-coesa-chronica-antonio-brito-guterres/>. Acesso em junho de 2023.
- HALL, C. Michael (2006).** “Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism”, *Sociological Review*, 54 (s2), pp. 59 – 70.
- HARVEY, David (2005).** *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume. **HARVEY, David (1989).** “From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism”, *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, vol. 71, no. 1, 1989, pp. 3–17.
- HILGARTNER, S. (2015).** “Capturing the imaginary: Vanguards, visions and the synthetic biology revolution” In: HILGARTNER, S.; MILLER, C.& HAGENDIJK, R. (eds.), *Science and Democracy: Making knowledge and making power in the biosciences and beyond*. New York and London: Routledge. Pp. 33-55.

- JASANOFF, Sheila (2015).** “Future Imperfect: Science, Technology, and the Imaginations of Modernity”, In: Sheila Jasanoff & Sang-Hyun Kim (Eds.), *Dreamscapes of Modernity: Socio-technical Imaginaries and the Fabrication of Power*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- KAVARATZIS, M. & ASHWORTH, G. J. (2005).** “City branding: an effective assertion of identity or a transitory marketing trick?”, *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 96 (5), pp. 506-514.
- LOGAN, John R. & MOLOTCH, Luskin (1987).** *Urban Fortunes: the political economy of places*. Los Angeles: University of California Press; Glaeser, Edward L. **MAESO, Sílvia Rodriguez (Org.) (2021).** *O Estado do Racismo em Portugal – racismo antinegro e anticigano no direito e nas políticas públicas*. Lisboa: Tinta da China.
- MENDES, Luís (2018).** “Gentrificação turística em Lisboa: Impactos do alojamento local na resiliência e sustentabilidade social do centro histórico”. *Poder Local, Revista de Administração Democrática*, n.º155, pp.58-73.
- MENDES, Luís (2017).** “Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista em 2008-2009”, *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 479-512, maio/ago.
- MOLINA, F. S. (2014).** “A produção da “Cidade Olímpica” e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro”, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 16, n. 2, pp. 63-79.
- OECD (2020).** *Smart Cities and Inclusive Growth - Building on the outcomes of the 1st OECD Roundtable on Smart Cities and Inclusive Growth*. Report. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnbbpcjpcglclefindmkaj/https://www.oecd.org/cfe/cities/OECD_Policy_Paper_Smart_Cities_and_Inclusive_Growth.pdf Acesso em junho de 2023.
- ORTON-JOHNSON, Kate & PRIOR, Nick (Orgs.) (2013).** *Digital Sociology – critical perspectives*. New York, USA/Hampshire, UK: Palgrave.
- PEREIRA, Lavinia & BRITO, João Felipe P. (2022a).** “Introduction: Conflicting Imaginaries in East Lisbon”, *Mediapolis. A Journal of Cities and Culture*, Roundtables, Vol. 7, 4.
- PEREIRA, Lavinia & BRITO, João Felipe P. (2022b).** “From Conflicting to Overlapping Imaginaries: A Cartography of Urban Imaginaries in East Lisbon.” *Mediapolis: A Journal of Cities and Culture* 7, no. 4.
- PRAUN, Luci & ANTUNES, Ricardo (2020).** “A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital” In: In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. Pp. 179-192.
- ROLNIK, Raquel (2015).** *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- SEIXAS, João (2021).** *Lisboa em Metamorfose*. Lisboa: FFMS.
- SILVA, Margarida R. e (2020).** “History and Stories of Marvila and Beato”. *Research Note. ROCK Project (Regeneration and Optimization of Cultural heritage in creative and Knowledge cities)*. ICS - ULisboa. 29 pp.

- SONY, Michael Sony & NAIK, Subhash Naik (2020).** “Industry 4.0 integration with socio-technical systems theory: A systematic review and proposed theoretical model”, *Technology in Society*, Volume 61.
- SRNICEK, Nick (2017).** *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- THE ECONOMIST (2022).** *Digital Cities Index 2022 – Making digital work for cities: A global benchmark of urban technology*. London: The Economist Group.
- TONELO, Iuri (2020).** “Uma nova reestruturação proutiva pós-crise de 2008?” In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo. Pp. 139-148.
- TULUMELLO, S. & ALLEGRETTI, G. (2021).** “Articulating urban change in Southern Europe: Gentrification, touristification and financialisation in Mouraria, Lisbon”, *European Urban and Regional Studies*, 28(2), 111-132.
- TULUMELLO, Simone (2022).** “Cosmopolitan, Racialized, or Both: Conflicting Imaginaries in Mouraria.” *Mediapolis: A Journal of Cities and Culture* 7, no. 4.
- VAILATI, A. & D’ANDREA, A. (2020).** “Antropologia da Infraestrutura no Brasil: desafios teóricos e metodológicos em contextos emergentes”. *Antropológicas*, ano 24, 31 (2), pp. 3-27.
- VAN HAM, Peter (2008).** “Place Branding: The State of the Art”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. 616(1):126-149.

Entre a objetividade do presente e a precipitação do futuro: *Criatividade e smartificação urbana* como paradigmas contemporâneos da espetacularização das cidades

Ewerthon Clauber de Jesus Vieira
(CODAP/PROFCLAMB/IFS)

INTRODUÇÃO

A forma pela qual as cidades têm sido produzidas e geridas desde as últimas décadas do século XX notabilizou a leitura acerca da chamada *reestruturação produtiva* (HARVEY, 1994; 2005). Nessa perspectiva, o urbano passou a ser visto não como território do progresso e desenvolvimento de um parque industrial nacional, mas sobretudo como *lócus* de serviços e culturas suscetíveis a atratividade *espetacularizada* e financeira de capitais (BOYER, 1994; GARCÍA, 2004; MATARASSO, 2009; BESSA e ÁLVARES, 2014; SELDIN, 2017; VIEIRA, 2022a).

Projetos de requalificações dos usos e usuários se multiplicaram em diversas realidades empíricas, consolidando os chamados *planejamentos estratégicos* em detrimento dos paradigmas que aludiam centralmente a pauta do *direito à cidade* (MARICATO, 2009; VAINER, 2009; ARANTES, 2009, ROLNIK, 2015). Não obstante, os ideários de criatividade e inovação tecnológica foram constantemente mobilizados como norteamientos paradigmáticos que expressariam a tendência futura das cidades contemporâneas. Todavia, essa caracterização parece ter encontrado objetividades históricas mais complexas acerca do modo pelo qual as cidades têm se configurado, sobretudo diante da experiência geral vivenciada com o surto pandêmico da COVID-19.

De maneira geral, o presente trabalho é resultante de um percurso e esforço analítico-interpretativo que busca apreender as transformações e dinâmicas que tem caracterizado as lógicas de produção e

gestão urbana contemporânea. Em específico, este texto deriva da minha participação no IV Seminário Nacional de Sociologia, realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS-UFS). Durante a mesa redonda intitulada “O futuro ainda não chegou: reflexões sobre os ideários de *criatividade* e *smartificação* na configuração das cidades contemporâneas”, pude esboçar algumas reflexões acerca das imbricações temáticas suscitadas pelo provocativo título da mesa. Parte dessas reflexões vem sendo desenvolvidas desde minha pesquisa doutoral (2012-2016), sendo o fenômeno da *smart city* e sua confluência com a noção de *cidade criativa*, um objeto de estudo que se reconfigurou mais precisamente a partir de 2019¹.

Nesse presente texto, portanto, a minha inquietação crítica sobre a narrativa de progresso urbano, em face do avanço da *razão neoliberal* (DARDOT e LAVAL, 2016) no modo de gerir e produzir a cidade acabou por ser retomada diante da seguinte problemática: em que medida, na contemporaneidade (pós)pandêmica, o urbanismo estratégico e a generalização concorrencial interurbana se relacionam com os princípios e as características das chamadas cidade criativas e smartificadas? Para responder a essa questão, o presente trabalho será operacionalizado numa abordagem metodológica interpretativa, com amostra não aleatória, tanto acerca do estado de arte das temáticas aqui vinculadas, quanto das experiências empíricas específicas que serão mobilizadas como forma de pôr à prova as reflexões analíticas. Para tanto, utiliza-se de levantamento bibliográfico e pesquisa documental.

Em um primeiro momento do texto considero a importância da configuração da perspectiva analítica a partir de duas dimensões balizares: a 1ª diz respeito a estreita relação temática entre as *políticas urbanas* (SAVAGE e WARDE, 2002) e as *imagens da cidade* (FORTUNA, 1997; ZUKIN, 2000). A 2ª dimensão balizar considera que os estudos urbanos e culturais estão, em um nível *multiescalar* (BRENNER, 2020), diretamente vinculado as transformações do capitalismo.

¹ Algumas nuances dessa agenda de estudo e reflexão foram, mais recentemente, sistematizadas no texto “Reluzem trevas nos espaços de progresso? Notas sobre “Democracia” e “Neoliberalismo” nas cidades em tempos pandêmicos”, apresentado neste mesmo Comitê de Pesquisa (CP), durante o 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Em seguida, ele foi publicado no e-book “Revisitando cidades brasileiras” (GUIMARÃES; BÓGUS; MAGALHÃES, 2022), que reuniu trabalhos apresentados nas sessões do CP.

Sobre a primeira dimensão, no plano empírico, o modo como essa imbricação (relação entre as políticas urbanas e as imagens da cidade) suscita formas de produção e gestão urbana são verificadas pelo estudo das imagens oficiais enunciadas por governos locais (e seus vínculos com agentes privados), bem como da maneira com que se apresentam as repercussões dessas *imagens-síntese* (SANCHEZ, 2001), publicitadas e prescritas em modelos de governança. Interessa compreender suas assimilações e dissidências através das *narrativas* (BARREIRA, 2013), *apropriações* e *reapropriações culturais* (VIEIRA, 2016), mediante os usos dos espaços e as sociabilidades decorrentes. No plano teórico, a discussão sobre as políticas urbanas e as imagens das cidades são especialmente pertinentes a caracterização proposta por Guy Debord (1997 [1967]) acerca do *espetáculo*. Dessa maneira, os argumentos analíticos são tecidos a partir de uma concreta tendência total e totalitária da mercadoria, no curso histórico de desenvolvimento capitalista. Sob essa perspectiva, considera-se que há um processo de mercantilização da vida social, no qual a relação entre forma-conteúdo, aparência e o modo pelo qual se realizam as mediações da imagem e das próprias relações sociais, inscritas no capitalismo desde os anos de 1960, caracteriza significativamente o contexto de produção e gestão urbana contemporânea.

Sobre a segunda dimensão balizar considero que os estudos urbanos e culturais estão, em um nível *multiescalar* (BRENNER, 2020), diretamente vinculados as transformações do modo de produção, acumulação e consumo do capital. Nessa perspectiva, as mudanças e ressignificações históricas que marcam as particularidades empíricas em cada cidade e fenômeno estudado, não devem estar submetidas a uma apreensão localista (BRENNER, 2020). Dito de outra forma, conforme observa Neil Brenner, acerca da validade da noção de escala, na produção de uma “teoria crítica urbana”, tanto o *regime de acumulação urbana*, quanto a *teoria da máquina de crescimento urbano* deve ser mobilizada analiticamente para além dos arranjos locais. Isso quer dizer que, de alguma maneira, há uma complexidade geral que atravessa o modo de produção, circulação e consumo das mercadorias, sejam estas práticas culturais ou imagens *espetacularizadas* das cidades (DEBORD, 1997; VIEIRA, 2016).

No segundo momento, busco tecer uma análise que caracterize o tempo presente mediante a lógica da acumulação flexível. Aqui fenômenos como desindustrialização, financeirização e *competição interurbana*, que marcaram a *reestruturação produtiva* se correlacionam com o entendimento sobre o esgotamento e insuficiência da lógica que constitui historicamente a pauta política do *direito à cidade*, ascensão dos planejamentos estratégicos e a configuração da cidade enquanto uma tríade capital de reificação coletiva (“cidade pátria”), empresarial (“cidade empresa”) e mercadológica (“cidade mercadoria”) (VAINER, 2009). Sob a objetividade histórica vivenciada no contexto pandêmico, esses fenômenos esgarçaram um modo de gestão cada vez mais neoliberal, a partir do qual se adequaram referências paradigmáticas de planejamento e produção que alçam à inovação tecnológica e ao fomento de habilidades e ações empreendedoras, a qualificação positivada de *cidade inteligente* (MOROZOV, 2018; MOROZOV e BRIA, 2019). e *criativa* (VIVANT, 2012; VIEIRA, 2021).

Mas de que maneira e até que ponto essas narrativas imagéticas de produção e gestão urbana se realizam? É sobre isso que busco refletir na continuidade desse trabalho, quando relaciono os paradigmas de *smartificação* e *critatividade* com a lógica dos processos de mercantilização das cidades. O argumento que aqui busco exercitar reflexivamente é que os referenciais de *criatividade* e *smartificação urbana* funcionam como reificações imagéticas que forjam novos paradigmas acerca dos processos de *espetacularização das cidades*. Por fim, teço algumas considerações finais acerca dessa temporalidade que transita entre a objetividade do presente e as cidades que temos, em face da que enunciaremos, e o horizonte do futuro, onde se complexificam as narrativas de progresso e desenvolvimentos locais.

A CIDADE ENTRE MÚLTIPLAS ESCALAS: SOBRE O LOCAL E O GERAL NA PRODUÇÃO E GESTÃO URBANA CONTEMPORÂNEA

Embora exista algum relativo acordo em relação a característica plural que constitui as cidades, comumente podemos observar tentativas de nomeação e qualificação pretensamente absoluta, tanto sobre o que a cidade é, quanto sobre o que ela deveria ser. Para tanto,

no que diz respeito a forma pela qual se produzem as narrativas oficiais, governos locais, associados com agentes privados de poder econômico e institucional estabelecido produzem enunciações imagéticas que evidenciam positivamente supostas particularidades das cidades diante de um grande mercado concorrencial interurbano.

Nessa perspectiva, conforme argumenta criticamente Neil Brenner (2020), não somente gestores e produtores reafirmam-se em modelos de governanças distintos, enaltecendo as singularidades locais, como a análise acadêmica por vezes concentra-se somente na apreensão destas como forma descritiva de investigação das cidades. De acordo com Brenner, essas apreensões evocam localismos contraproducentes para uma compreensão crítica das cidades contemporâneas.

Na medida em que os estudiosos da política urbana se concentram predominantemente ou exclusivamente em instituições de governação local, coligações políticas ou processos regulamentares, o seu trabalho corre o risco de ser enredado na armadilha metodológica formalmente análoga do localismo. Dentro de tal quadro epistemológico, as escalas locais ou urbanas são consideradas como receptáculos determinados previamente e relativamente discretos; as suas condições supralocais de possibilidade, contextos de desenvolvimento e consequências são delimitadas. Contudo, na medida em que as políticas urbanas são impactadas e impactam as condições político-econômicas, as dinâmicas e os desenvolvimentos supralocais, a noção de uma escala “urbana” discreta de ação política é uma mistificação: ela representa vários processos que se originam fora das cidades, e que efetivamente ricocheteiam através delas, como sendo gerados internamente ou encerrados dentro de suas fronteiras jurisdicionais. (BRENNER, 2020, p. 246)

Diante do exposto, nos parece importante a abordagem de uma análise multiescalar em detrimento da perspectiva localista. Entre outros aspectos, isso implica considerarmos três importantes dimensões analíticas no âmbito do fenômeno estudado: a primeira diz respeito as

correlações e eventuais intersecções entre aquilo que é particular e o que é geral; a segunda é que entre a produção e a gestão urbana, as lógicas políticas precisam ser compreendidas no escopo de seus limites e alcances; por fim, ao contrário das meras pulverizações dissociadas da onipresença compulsória do capital, é justamente através da perspectiva de múltiplas escalas que podemos voltar a falar de capitalismo, enquanto um processo normativo, contraditório e geral que impacta e ressignifica a vida social em cada contexto local, historicamente verificado.

Importante ressaltarmos que refletir sobre a cidade em suas múltiplas escalas não é apenas uma alternativa metodológica de estudo, mas sim uma concepção interseccional de produção de conhecimento crítico, que, a meu ver, parece imprescindível para darmos conta das facetas que a contemporaneidade nos impõe. Nesse sentido, conforme sublinha Agamben (2009), o contemporâneo não diz respeito simplesmente a um fenômeno do tempo presente, mas aquilo que chega e fica, atravessando e suscitando nossas inquietações, na formulação de problemas a serem configurados, no curso de esforços pretensos a respondê-los, dado seu caráter incontornável nas mais diversas experiências sociais.

Segundo a caracterização operada por Brenner, é possível identificarmos três formas manifestas de uma abordagem localista, a saber: *localismo ontológico* (que indica uma concepção autônoma acerca dos processos locais, cuja fonte causal é sempre percebida como significativamente superior as conjunturas supralocais); *localismo metodológico* (que diz respeito ao pressuposto de que a análise isolada dos processos locais cumpre a finalidade de mediação, sob a qual deve-se revelar questões ocultas. Todavia, nesse caso, o que parece ser um recurso de análise tende a transformar-se numa substancialização do local, como se este fosse naturalmente dotado de questões fundamentais e potencialmente invisíveis); *localismo empírico* (se relaciona com a ênfase dada aos processos locais, que varia entre a existência de uma “natureza local” e a “naturalização do método”, tendo em vista as especificidades a serem apreendidas).

O alerta crítico sobre o peso que tendemos a conceder as escalas locais na análise dos fenômenos contemporâneos encontra justificção histórica, na medida em que a formulação de singularidades atra-

tivas se configura como uma curiosa regra dos processos de *competição interurbana* (HARVEY, 1994; 2005). No plano empírico, isso pode ser constatado através da formulação de *imagens-síntese* (SANCHEZ, 2001), especialmente construídas por atores de poder político e econômico, institucionalmente estabelecidos.

Conforme sublinha a autora Beatriz Sarlo (2014), a pretensão de alcançar a mais contundente assertiva sobre o que a cidade é (ou deveria ser) é um desejo dos turistas ou daqueles, qualificados pela condição estrangeira, mas também, e sobretudo, é de interesse fundamental dos próprios governantes e empreendedores locais, que realizam planejamentos e esforços nesse sentido. Neste ímpeto por revelar o que é a cidade, ocorre o movimento tão característico da produção de uma marca (logotipo) capaz de enunciar a autenticidade e particularidade positiva que, supostamente, caracteriza o lugar.

Nessa lógica hiperidentitária, a cidade como mercadoria turística é obrigada a oferecer não suas semelhanças com outras cidades, mas suas diferenças geográficas, demográficas, culturais. Na medida do possível, a cidade deve ser resumida a uma marca que remeta só a ela, como um logotipo. (SARLO, 2014, p. 183).

O logotipo deve funcionar como uma *síntese*, uma espécie de *imagem modelo* (SANCHEZ, 2001; SARLO, 2014), capaz de atrair e evidenciar uma particularidade a ser consumida, revelada como recompensa ao bom esforço do estrangeiro. Complementa Beatriz Sarlo (2014, p. 183-184):

Semiose pura, o logotipo permite, como o signo, identificar e diferenciar; identificar por qualidades específicas, ou seja, identificar através da diferença. A cidade só chega a ser uma cidade turística se tem algo que se possa transformar em logotipo, de modo que também não é tão fácil esse processo de identificação semiótica, porque há cidades que primeiro tiveram de construir a base material de seu logotipo (a Ópera de Sidney, o Guggenheim de Bilbao) para depois sintetizá-lo como marca.

De acordo com essa perspectiva, é importante considerar que Sarlo observa que nem sempre os logotipos das cidades são resultantes de um conceito direto da lógica de produção urbana do mercado. Não é que este nada tenha a ver com o processo, mas que, eventualmente, ele atua nas ressignificações e *apropriações culturais* (VIEIRA, 2016) do que, em alguma medida, (in)existe localmente.

Como exemplo, podemos remeter a forma pela qual a própria ideia literal de “diferença” foi apropriada culturalmente pelos agentes construtores oficiais da cidade de Salvador-BA. Junto ao mote “Salvador, você sente que é diferente”, se imbricaram materializações e abstrações sobre a dinâmica de festividades em um logotipo de baianidade, reinventado e esgarçado no contexto dos megaeventos esportivos da FIFA (2013-2014)².

A capital baiana, indubitavelmente comporta um conjunto de particularidades e características físicas, paisagísticas e culturais que expressam diferenças na comparação com outras capitais brasileiras. Contudo, para transformar a “diferença” numa marca atrativa, capaz de enunciar uma *imagem-modelo* (SANCHEZ, 2001) da cidade, identificamos que as particularidades foram “*apropriadas*” pelos construtores oficiais (governo municipal e estadual, além de agentes privados locais e organizações multilaterais de investimentos) através de um processo geral e comum a contemporaneidade, que denominamos por *espetacularização urbano cultural*. É válido ressaltar que essa dinâmica não forjou práticas e imagens homogêneas sobre Salvador-BA, mas as dissidências verificadas, conceituadas analiticamente como tipos de “*reapropriações culturais*” impactaram a lógica política gerencial do espetáculo e não necessariamente sua dinâmica produtiva (VIEIRA, 2016; 2018; 2020; 2022).

No caso da cidade de Aracaju-SE³, a marca forjada na primeira década dos anos 2000 de “cidade de todos” e “capital da qualidade

² Conforme pude analisar na pesquisa de minha tese doutoral (VIEIRA, 2016) e refletir posteriormente, a partir alguns desdobramentos teóricos e empíricos específicos (VIEIRA, 2018; 2020; 2022a).

³ Cf. busquei demonstrar na pesquisa de minha dissertação de mestrado (VIEIRA, 2011) e pude retomar em trabalhos posteriores, onde mobilizei a noção de “cultura da criatividade” (VIEIRA, 2021) e o ideário de “cidade inteligente” (VIEIRA, 2022b) para pensar a lógica de produção e gestão urbana na cidade de Aracaju-SE, já a partir da segunda década do século XXI.

de vida” atravessou, mesmo com muitas dissidências de narrativas⁴ entre o que é enunciado pelo *city-marketing* local e aquilo que se experimenta concretamente na vida urbana, governos distintos até encontrar nos anos de 2017 a tríade “cidade humana, inteligente e criativa”. Ao que nos parece, a pretensão indica ainda o intuito de conferir algum tributo ao ideário de desenvolvimento tecnológico em conciliação com o crescimento econômico local, que deve se equacionar com o entendimento de que a cidade é um “lugar bom para conhecer e viver”.

Dessa maneira, diante das características e necessidades concretas que cada cidade demanda, o que observamos é a imposição de narrativas, enunciadas como verdades absolutas. Muitas vezes, as divergências e contradições existentes localmente são subsumidas por publicidades que indicam formas plurais, democráticas e culturais de sucesso. Nessa perspectiva, a marca de “cidade humana, inteligente e criativa” que tem sido forjada pelos governos locais e determinados agentes privados que atuam na capital sergipana, coexiste a índices que aproximam a cidade de Aracaju a condições típicas do *preariado urbano*, que são experimentadas por parte da população, mas denegadas das imagens oficiais publicitadas (VIEIRA, 2022b).

Esses casos de Salvador-BA e Aracaju-SE não são, seguramente, exemplos isolados. O que geralmente se supõe como “autêntico” (ori-

⁴ Ao menos entre o período de 2015 e 2021, foram recorrentes termos manchetes de jornais destacando a inserção ou retirada da cidade de Aracaju da lista das mais violentas do Brasil. “Aracaju entre as 50 cidades mais violentas do mundo” (INFONET, 2015. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/aracaju-entre-as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo/>. Acessado em 13/06/2023); “Aracaju passa a ser a segunda capital mais violenta do país” (JORNAL DA CIDADE, 2018. Disponível em <https://www.jornaldacidade.net/cidades/2018/06/301411/aracaju-passa-a-ser-a-segunda-capital-mais-violenta-do-pais.html>. Acessado em 13/06/2023); “Aracaju ocupa 25ª posição no ranking das cidades mais violentas do mundo” (A8SE.com, 2019. Disponível em: <https://www.jornaldacidade.net/cidades/2019/04/307815/aracaju-e-apontada-como-25-cidade-mais-perigosa-do-mundo.html>. Acessado em 13/06/2023); “Aracaju sai da lista de cidades mais violentas do mundo” (DESTAQUE NOTÍCIAS, 2021. Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/aracaju-sai-da-lista-de-cidades-mais-violentas-do-mundo/>. Acessado em 13/06/2023); “Trabalho intersetorial mantém Aracaju fora do ranking de cidades mais violentas” (PMA, 2021. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/90268/trabalho_intersectorial_mantem_aracaju_fora_do_ranking_de_cidades_mais_violentas.html#:~:text=Desde%202018%2C%20a%20capital%20sergipana,foi%20poss%C3%ADvel%20sair%20desta%20condi%C3%A7%C3%A3o. Acessado em 22/11/2022).

ginal) inexistente. Sendo assim, podemos compreender que a autenticidade é resultante do que se experimenta e do que se reconhece. Não obstante, conforme assevera Boyer (2000), a *figuração* da cidade é, muitas vezes, somente uma dimensão do que também pode ser sua *desfiguração*, mas que se oculta em virtude da lógica instrumental que opera em favor de alguns interesses específicos (VIEIRA, 2022a). A coexistência de cidades dentro da cidade formalmente enunciada (FORTUNA, 1997; GOMES, 2012; VIEIRA, 2016) configura uma espécie de fraude do visível, onde se oculta as misérias do real, tal qual argumentou Manuel Delgado (2015).

Sendo assim, na correlação temática entre políticas urbanas e imagens das cidades, a imagética dos espaços e das culturas se impõem, notadamente caracterizadas pela *lógica espetacular de produção e consumo* (DEBORD, 1997; VIEIRA, 2016). Por essa razão, no plano teórico, a soberania da imagem foi observada como uma característica da tendência da mercantilização da vida social, que marcaria, nos termos de Guy Debord (1997), a *sociedade do espetáculo*. Para Debord (1997, p. 13), “(...) a especialização das imagens do mundo se realiza no mundo da imagem autonomizada, no qual o mentiroso mentiu pra si mesmo. O espetáculo em geral, como inversão da vida, é o movimento autônomo do não vivo”. Da forma como temos interpretado o conjunto dos aforismos do autor nesta obra, pretendo destacar aqui que a autonomização das imagens gera uma soberania não da imagem em si, mas da forma dissimulada sob a qual a vida social, e, portanto, as cidades, seus espaços e culturas são mercantilizados.

No aforismo 4, Debord (1997, p. 14) assevera que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens”. Dessa maneira, ainda que pareça, o *espetáculo* não é em si as imagens, mas as relações que estas mediam. Por isso, quando mobilizamos o argumento sobre a noção processual da *espetacularização urbana*, à luz deste autor, estamos nos referindo a forma pela qual determinadas intervenções nas cidades tendem a produzir relações sociais reificadas em práticas culturais projetadas para determinados *espaços de consumo* (VIEIRA, 2016; 2022a). No *espetáculo*, a verdade é real em um momento falso, pois sua objetificação é necessariamente um registro da inversão das coisas⁵

⁵ Ver aforismo 9- “No mundo realmente invertido, a verdade é um momento do que é falso” (DEBORD, 1997, p. 160).

O espetáculo é um modo de ser, ver, pensar e sentir objetivado. Uma espécie de visão de mundo que se objetivou⁶. Em um só momento, ele é projeto e resultado, produção e consumo⁷. Trata-se de uma espécie de *projeto-fim*⁸, sob o qual se multiplicam casos aparentemente positivos e particulares de desenvolvimentos urbanos e valorização das culturas de determinadas cidades, quando, de fato, o que temos é uma aparência totalizante da mercadoria que se traveste de realidade heurística, notadamente atribuída a boas ou ineficazes governanças locais⁹.

É uma característica do espetáculo fazer crer no que se ver, ainda que o que se mostre seja o real aparente¹⁰. Com efeito, a *espetaculariza-*

⁶ Ver aforismo 5- “O espetáculo não pode ser compreendido como o abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão maciça das imagens. Ele é uma *Weltanschauung* que se tornou efetiva, materialmente traduzida. É uma visão de mundo que se objetivou.” (DEBORD, 1997, p. 14).

⁷ Ver aforismo 6- “Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. É a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o consumo que decorre dessa escolha. Forma e conteúdo do espetáculo são, de modo idêntico, a justificativa total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo também é a presença permanente dessa justificativa, como ocupação da maior parte do tempo vivido fora da produção moderna.” (DEBORD, 1997, p. 15).

⁸ Ver aforismo 14- “(...). No espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo.” (DEBORD, 1997, p. 17).

⁹ A máxima adotada aqui é que a lógica da espetacularização é a principal forma social da contemporaneidade, conforme se observa, entre outros, precisamente no aforismo 15 – “Como indispensável adorno dos objetos produzidos agora, como demonstração geral da racionalidade do sistema, e como setor econômico avançado que molda diretamente uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo é a principal produção da sociedade atual.” (DEBORD, 1997, p. 17)

¹⁰ Ver aforismo 18- “Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato, o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que esteja acoplado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja representação independente, o espetáculo se reconstitui.” (DEBORD, 1997, p. 18).

ção urbana constitui-se centralmente como um processo especulativo. No tópico seguinte, buscaremos demonstrar como esse processo espelha limites e alcances históricos, na medida em que, além da experiência pandêmica da COVID-19, é possível compreendermos a forma dominante de produção do espaço urbano contemporâneo em face das novas expressões paradigmáticas do urbanismo estratégico (leia-se como as mais novas formas espetaculares do urbano que devem constituir as famigeradas noções de *cidade criativa* e *cidade inteligente*).

A CIDADE DO PRESENTE SOB A PRECIPITAÇÃO DO FUTURO

As utopias não são, como vimos, tão inocentes. São indicadores, importantes meios de expressão daquelas tensões que uma sociedade impõe aos seus membros, são compensações. Mas a pressão que nós mesmos estamos sofrendo, nós a projetamos, através da solução sonhada, para o futuro, para a geração vindoura que deverá submeter-se a esse jugo pré-planejado pagando seu tributo a essa cidade de sonho. (MITSCHERLICH, 1972, p. 45)

Para Alexander Mitscherlich, na obra “A cidade do futuro” (1972), há um efeito psicológico no modo pelo qual a modernidade, notadamente a europeia e norte americana, até meados do século XX, idealizou o futuro. Segundo o autor, sob o ideário do progresso, a modernização da cidade significaria sua funcionalização material. A máquina seria o horizonte desejado à produção e, em tese, os seres humanos se tornariam melhores, pois seriam mais “evoluídos” com seu advento. Nesta perspectiva, mais facilmente identificada aos princípios corbusiernianos¹¹, o automóvel e as edificações retilíneas maximizariam a velocidade pretendida para a livre circulação de mercadorias e pessoas, em seus intentos de produção e consumo. O presente deste contexto histórico era, portanto, precipitado pelo desenvolvimento tecnológico que se mostrava capaz de apagar o passado e erigir um futuro, na medida em que se reformavam os espaços urbanos e se reconstruíam as cidades e o seu imaginário, profundamente marcados pelos horrores das duas grandes Guerras Mundiais.

¹¹ Em referência livre ao pensamento do famoso urbanista Le Corbusier (1887-1965)

Para os chamados países centrais/desenvolvidos, esse contexto de uma “utopia construtiva” (MUMFORD, 2007), realizou-se sobretudo nos trinta anos dourados do capitalismo. Não se desejava escapar do futuro, mas alcançá-lo. No entanto, passado esse período, este desejo de futuro esbarrou nos próprios limites objetivos da produção capitalista. Não era mais possível continuar insistindo na acumulação através da consolidação de grandes parques nacionais de indústria. Outras descobertas e inovações tecnológicas exigiam formas distintas de funcionamento. Os limites dos recursos naturais para a produção de mercadorias e a própria crise do petróleo sinalizavam também sobre uma mudança paradigmática no modo pelo qual o capitalismo passou a funcionar.

Essa caracterização histórica que foi identificada por globalização, apesar de se constituir por múltiplas nuances e realidades, se desdobrou em fenômenos como acumulação flexível, desindustrialização fabril, reestruturação produtiva, financeirização e competição interurbana. Conforme ressalta a geógrafa Doreen Massey (2000), tanto a globalização, quanto estes acontecimentos, eventualmente tornados conceitos analíticos, precisam ser compreendidos dentro de uma “*geometria do poder*”, pois não ocorreram e se manifestaram da mesma maneira em todos os lugares, embora seus estudos geralmente considerem a origem por volta dos anos de 1970.

De qualquer forma, depreendia-se desse novo cenário que a forma pela qual se deveria gerar capital não passaria mais necessariamente pela exploração do território urbano, através de grandes parques industriais, mas sim sob a submissão desses espaços e sua institucionalizada regulação política à cultura da servidão financeira (HARVEY, 2005; JAMESON, 2006). Esta, por sua vez, se dinamizaria por meio de bolhas especulativas, tanto no âmbito econômico quanto nos discursos políticos, comumente marcados por afirmações abstratas e fictícias, tal qual os capitais fictícios da financeirização e as imagens-modelo das cidades promovidas pelas políticas urbano-culturais. (SANCHEZ, 2001; BRENER, 2003; FIX, 2007; HARVEY, 2011).

De acordo com Harvey (2005), a arte de gerar capital, suas variações, permanências e nuances seguiria tendo a “renda monopolista” como tendência. Ou seja, determinados agentes e sociedades teriam hegemonicamente o controle sobre a produção econômica e poder político em detrimento de outros. Segundo Mariana Fix (2007), em

pesquisa empírica na cidade de São Paulo, especificamente sobre o caso das transformações ocorridas na Vila Olímpia, a transformação do espaço urbano comumente envolve uma série de estratégias entre os chamados empreendedores urbanos e o poder público local, na conformação de um espaço voltado para o mercado e negócios imobiliários.

Tal qual os chamados “*Business Improvement Districts*” norte-americano, o espaço transformado nessa região de São Paulo acabou sendo modelado e regulado entre alianças privadas e setores públicos da cidade. Os “BIDs” são coligações entre empresários, intermediadas pelo poder público na arrecadação de fundos para serem destinados a determinados espaços, notadamente de interesse dos atores privados (“doadores” ou “investidores”). Conforme Fix (2007: 114), os “BIDs” são

um modelo de associação surgido nos Estados Unidos – que permitem que os empresários e os proprietários de imóveis em distritos comerciais se organizem para cobrar de si mesmos, voluntariamente, taxas para a manutenção e a melhoria de áreas públicas e, desse modo, assumir o controle sobre elas. O conceito, que surgiu nos 1970, ganhou o nome atual apenas na década seguinte. Quando um BID se constitui, a contribuição passa a ser obrigatória, recolhida pelo poder público como qualquer outro imposto. Ao contrário de outras taxas, contudo, o governo devolve os recursos para serem geridos pelo BID e utilizados no próprio distrito.

Não por acaso, essa forma de aliança também emerge sob o contexto preliminar de uma crise econômica, na qual os atores envolvidos precisam ser então “criativos”, a ponto de conseguirem apresentar uma solução inquestionável. Mais uma vez, como mantra de uma espécie de receita neoliberal, a insuficiência de recursos públicos e ineficiência dos governos na gestão da crise acabaram se configurando como pressuposto legitimador para essa aliança. Conforme observa Fix (2007), nos Estados Unidos, isso criou uma dependência muito

grande dos governos para com essas associações privadas. Em alguma medida, temos aqui uma face muito específica das parcerias público-privadas, mas que no limite exercem sobre as localidades e os espaços públicos, um resultado de alta privatização, desigualdade e exclusão social.

Para Frederic Jameson (2006), essa lógica de produção é importante para entendermos como se configura a sociedade de consumo. Isto quer dizer que, como a acumulação de capital se daria não mais por um produto concreto, mas um serviço, um costume, um espaço narrado, praticado, a configuração do que se produz e se consome ocorreria também através da reificação da cultura, transformando-a em *commodities*. Para tanto, segundo o autor (JAMESON, 2006), seriam fundamentais a *transformação da realidade em imagens* e a *fragmentação do tempo em uma série de presentes perpétuos*.

Conforme argumenta Jameson (2006), é justamente isso que podemos ler como “pós-modernismo”, uma espécie de expressão histórica que atua como reação aos lastros do alto modernismo¹². Diferentemente da *paródia*, é pela forma de *pastiche*, que este novo cenário histórico se realizará. Enquanto *pastiche*, a cultura tende primordialmente a não expressar conteúdo potencialmente subversivo ou satírico, mas sim esvaziado. Para Jameson (2006, p. 23), tanto o *pastiche* quanto a *paródia* se constituem pela imitação, uma espécie de mímica de outros estilos. No entanto, enquanto a *paródia* tende a produzir uma imitação que ridiculariza o original, o *pastiche* destitui a autenticidade para não pôr nada no lugar.

A rigor, neste cenário não há comprometimento territorial nenhum que paute a lógica das políticas urbanas e as correspondentes imagens de cidade modelo. Por isso, o capital, sobretudo o financeiro, é “desterritorializado” e, em alguma medida, “desterritorializador”. Todo o excedente produzido, mediante a lógica da especulação e da acumulação flexível acaba encontrando correspondência numa nova forma de empreender a esfera cultural. Trata-se de uma amplitude e soberania do consumo cultural, no qual se constatam infinitas (*r*)

¹² Em seu bojo, o que se estabelece é a queda da concepção fixa de fronteiras e a destituição das noções valorativas atribuídas a conceitos, como por exemplo, “cultura erudita” e “cultura de massa”. Nas palavras do próprio autor, entende-se por “(...) um conceito de periodização, cuja função é correlacionar o surgimento de novos aspectos formais na cultura com o surgimento de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica. (...)” (JAMESON, 2006: 20).

eapropriações (VIEIRA, 2022a) das expressões, práticas e costumes locais. Toda subjetividade precisa ser plástica e objetiva o suficiente para ser coisificada ao consumo pleno e, ao mesmo tempo, insaciável.

É justamente sob esse prisma, da “abstração” e funcionamento do capital financeiro, que Jameson (2006) nos ajuda a compreender as relações das novas lógicas de produção e gestão urbana com a cultura. Ao ser mediada pelo equivalente universal, o dinheiro, as narrativas e as práticas culturais forjam-se enquanto um modo de pensamento e vida absorta, aptas a serem simultaneamente evidenciadas pelas supostas particularidades e padrão universal da mercadoria. Mas, definitivamente, o que deve importar é o dinheiro que se acresce mediante a especulação que ele promulga nos territórios intervindos e na esfera abstrata do mercado de ações.

Mesmo com algumas semelhanças e diferenças entre si, é possível entendermos que a emergência das chamadas “*cidade criativa*”¹³ e “*cidade inteligente*”¹⁴ advém deste contexto de crise e financeirização capitalista. No primeiro caso, em face do pressuposto de crise econômica, cresce o reconhecimento de que todas as cidades seriam dotadas de uma “criatividade” inerente. De acordo com esse entendimento, caberia aos gestores revelar e fomentar a criatividade supostamente autêntica e passível de mediar o desenvolvimento econômico local. Para Elsa Vivant (2012, p. 20),

a cidade criativa seria isto: um ativismo cultural dos políticos municipais destinado a suscitar o retorno da população abastada e culta à cidade. Mas, examinando minimamente essa imagem banal de

¹³ Este conceito originalmente remonta a Charles Landry, na obra intitulada “The creative city: a toolkit for urban innovators” (2000) e a Richard Florida, na obra denominada “The rise of the creative class” (2002). O primeiro projeto destinado a fomentar uma cidade criativa foi realizado por Landry, quando nos anos de 1990 planejou uma requalificação para a cidade de Glasgow-Escócia. Segundo a compreensão do próprio Landry (2013), o pressuposto fundamental desde este primeiro projeto é que sempre há um potencial criativo a ser revelado em cada cidade.

¹⁴ Segundo Evgeny Morozov e Francesca Bria (2019), na obra intitulada “A cidade inteligente. Tecnologias urbanas e democracia”, o conceito de *smart city* emerge no curso histórico de uma suposta crise econômica e virada do modelo de Estado moderno, de social, provedor para o neoliberal. Nessa perspectiva, segundo os autores, mais do que retomar a história do conceito é preciso fazer uma contra-história da *smart city*.

política pública bem pensada e controlada tanto em seus meios quanto em seus objetivos, vê-se aparecer outros fenômenos e outras implicações, sensivelmente mais complexos.

Segundo Cláudia Seldin (2017), no decorrer da *reestruturação produtiva*, iniciada nos anos de 1970, a lógica de produção urbana se transformou passando do ideário de “cidade cultural” para a especificação de “cidade criativa”. Com efeito, o investimento em grandes projetos temáticos de consumo cultural se tornaria mais especificado em equipamentos urbanos, criados em determinados espaços requalificados para este fim. Este modelo estratégico se especifica a partir dos anos 2000, no arranjo complexo da chamada “*criatividade*”, que servirá como base fundamental da noção de “cidade criativa”. Conforme Seldin (2017, p. 12),

O termo criatividade pode ser definido como a ‘capacidade de criar, de inventar’ ou a ‘qualidade de quem tem ideias originais’. Podemos afirmar que esta capacidade/qualidade sempre esteve diretamente conectada às cidades, em especial no que se refere às maneiras de pensar e construir o espaço, contestar padrões antigos e elaborar soluções novas. Mesmo assim o conceito de criatividade vem assumindo extrema importância na última década, sendo incorporado às políticas e às justificativas de projetos arquitetônicos e urbanos que buscam incessantemente a criação de imagens de cidades altamente competitivas.

Nessa perspectiva, observo que se depreende uma espécie de “*cultura da criatividade*” (VIEIRA, 2021) convenientemente compatível com o contexto da *nova razão neoliberal*, caracterizada por Dardot e Laval (2016) enquanto um tipo de racionalidade que tende a generalizar-se como base subjetiva do atual contexto capitalista. De acordo com estes autores, os indivíduos são fabricados como “sujeitos neoliberais”, de quem se espera um funcionamento de produção

e desempenho satisfatório, já que tal como as empresas, os *sujeitos neoliberais* devem agir para vencer, bater metas e superar eventuais adversidades próprias da concorrência generalizada.

No âmbito dos estudos sobre as cidades, podemos refletir como as próprias lógicas de produção e gestão urbana caracterizará não somente as cidades pela tríade *pátria-empresa-mercadoria*, conforme sugere Carlos Vainer (2009), em sua certeira crítica a emergência dos *planejamentos estratégicos*, como também os próprios indivíduos identificados como potenciais empreendedores urbanos, notadamente responsabilizados pelo sucesso ou fracasso de seu empreendimento. Dessa maneira, a “*criatividade*” passa a figurar como um novo paradigma de produção e gestão urbana contemporânea.

No segundo caso, resultante da ideiação modernizante, intrinsecamente vinculada as noções de desenvolvimento e progresso, a definição de “*smart city*” culminará em outro processo. O entendimento que subjaz a ideia de *smartificação urbana* é que os gestores desejam superar e enfrentar os atuais momentos de crise econômica, pois diante da imposição abstrata de uma controversa política de austeridade, expressa nos poucos recursos financeiros dos governos locais, as novas tecnologias digitais se apresentam como eficazes e estratégicas soluções (MOROZOV, 2018; MOROZOV e BRIA, 2019; VIEIRA, 2022b).

Nessa esteira, mais uma vez a noção de *planejamento estratégico*, prescrita pelos pacotes de *city marketing*, se apresenta como edificada saída para se pensar, produzir e gerir a cidade, em detrimento de outros instrumentos técnicos urbanos, como, por exemplo, os planos diretores (VAINER, 2009). Não por acaso, a pauta política do *direito à cidade*, que se materializa em ações de provimento de moradia, emprego e renda, saúde, educação etc. é cada vez menos executada (VIEIRA, 2022b).

De acordo com Evgeny Morozov (2018), a tecnologia não é e nunca foi uma construção neutra. Portanto, para o autor não é possível compreendermos a ascensão da *smartificação* como um processo dissociado do capitalismo, em sua acepção histórica. Novas ideias e paradigmas, assim como inovações tecnológicas surgem como movimentos de rupturas na história das sociedades. No entanto, segundo sublinha Morozov (2018, p. 47): “tais rupturas tecnológicas têm ori-

gem em todos os campos, menos na tecnologia. Elas são viabilizadas pelas crises políticas e econômicas que se abatem sobre nós, ao mesmo tempo que suas consequências afetam profundamente a forma como vivemos e nos relacionamos”.

Para Morozov, é diante das demandas objetivas dos cidadãos, residentes em boa parte das cidades que buscam se classificar como “inteligentes”, que o ideário de *smartificação urbana* pode ser entendido como uma falsa solução. No caso da cidade Aracaju-SE, por exemplo, a imagem de “cidade inteligente” tem gerado muitas publicidades governamentais¹⁵, mas raras materialidades para a população. A criação do aplicativo “Ajuinteligente”¹⁶ merece uma atenção especial.

Nas pesquisas que tenho coordenado desde 2019 na capital sergipana¹⁷, observamos, entre outras controversas, a necessidade de alguns questionamentos fundamentais: dado os pressupostos de que os indivíduos devem possuir um celular, ter condição de acesso a internet e algum nível de letramento tecnológico, em que medida essa tecnologia atinge as populações que mais necessitam dos serviços públicos municipais?; Até que ponto a oferta de serviços e encaminhamentos burocráticos suprem as necessidades demandadas pelos usuários?; Quem são as pessoas que são efetivamente atendidas por essa inovação tecnológica?. Nesse sentido, conforme assevera Morozov (2018, p. 49):

¹⁵ **“Aracaju é a 3ª do Nordeste em ranking de cidades inteligentes.”**. Disponível em: <http://www.sergipenoticias.com/cotidiano/2019/05/10711/aracaju-e-a-3-do-nordeste-em--ranking-de-cidades-inteligente.html>. Acesso em: 17/04/2020; **“Prefeitura de Aracaju é a primeira do Brasil a implantar plataforma sobre Cidades Inteligentes”**. Disponível em: <http://www.sergipenoticias.com/cotidiano/2020/02/14749/prefeitura-de-aracaju-e-a-primeira-do-brasil-a-implantar-pla.html>. Acessado em 08/06/2022.

“Prefeito apresenta iniciativas bem sucedidas de Aracaju em evento sobre cidades inteligentes”. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/91207/prefeito_apresenta_iniciativas_bem_sucedidas_de_aracaju_em_evento_sobre_cidades_inteligentes.html. Acessado em 23/04/2023;

¹⁶ A princípio, o aplicativo serviria para agendamento de alguns serviços como atendimento público de saúde e requerimento de declarações administrativas. Todavia, tem sido comum acessar o aplicativo e observar que ele não está em pleno funcionamento.

¹⁷ É válido dizer que o programa municipal “Cidade Humana, Inteligente e Criativa” foi lançado ainda em 2017.

O conto de fadas do “empoderamento do usuário”, tão sistematicamente disseminado pelo Vale do Silício, é repleto de promessas desse tipo. Tendo como pano de fundo o decrépito Estado de bem-estar social, incapaz de cumprir as promessas feitas à população, o Vale do Silício nos propõe uma nova rede social: ainda que sejamos forçados a vender nossos carros e deixar de pagar nossas hipotecas, jamais perderemos o acesso ao Spotify e ao Google. Ainda é possível morrer por falta de comida, mas não por falta de conteúdo

Atravessada pelo fomento da alta concorrência generalizada e responsabilização individual absoluta do sucesso ou fracasso, a *smartificação urbana*, assim como o ideário de *criatividade* tem se configurado como um novo paradigma de produção e gestão das cidades contemporâneas. Não obstante, conforme observam Morozov e Bria (2019), os projetos de “*smart city*” encontram muitas convergências com os postulados políticos neoliberais. Uma destas principais afinidades pode ser verificada pelo uso constante de medidas que avaliam, medem e estabelecem *rankings* entre as cidades. Afirmam os autores (MOROZOV e BRIA, 2019, p. 38):

Nos dias de hoje, essa função é ainda mais acentuada pelas compilações de vários *rankings* – voltados à medição de inovação, criatividade ou até mesmo do caráter *smart* propriamente dito – por complexos urbano-filantro-capitalistas emergentes de *think tanks*, fundações e ONGS supostamente neutras determinam as restrições e os parâmetros gerais dentro dos quais as cidades agora competem.

Diante do exposto, é válido retomarmos, afinal, uma das questões que nos conduziu nesta reflexão: considerando que tanto a “*criatividade*”, quanto a *smartificação* se configuram no contexto histórico da *nova racionalidade neoliberal* (DARDOT e LAVAL, 2016), em que medida, a cidade do presente (de hoje) é precipitada por um futuro que não chegou?

CRIATIVIDADE E SMARTIFICAÇÃO URBANA: PRESENTE ESPETACULARIZADO OU O FUTURO COMO UTOPIA DE FUGA?

Nos termos de Lewis Mumford (2007), diferentemente das “utopias construtivas”, as “utopias de fuga” apontam para um cenário urbano não solucionado. Nessa perspectiva, o futuro não chegou, não pelo atraso das forças produtivas ou das dinâmicas culturais de determinadas sociedades, mas porque sua precipitação exige uma materialidade que lhe é ausente.

Em tempos de outrora, durante os trinta anos dourados do capitalismo, o futuro do então presente foi precipitado pelo desenvolvimento tecnológico, capaz de objetivar uma reconstrução baseada na velocidade e livre circulação, produção e consumo de mercadorias. Agora, neste novo futuro, sob o qual a financeirização e a universalização da mercadoria emergem como soberanas, como é possível caracterizarmos e identificarmos os novos paradigmas de produção e gestão urbana? Dito de outra forma, o questionamento que norteou a reflexão aqui apresentada é: em que medida o tempo presente das cidades contemporâneas se relaciona com a precipitação do futuro inscrito no nosso atual contexto histórico?

No intuito de dar continuidade a um trabalho analítico-interpretativo que busca apreender as transformações e dinâmicas que têm caracterizado as lógicas de produção e gestão urbana na atualidade, me propus a apresentar como o ideário de *criatividade* e *smartificação urbana* não só aparecem como dinâmicas culturais, mas como paradigmas contemporâneos, no qual a cidade passa a ser *espetacularmente* produzida, enunciada e consumida.

Nessa esteira, identificamos como a partir da *reestruturação produtiva* e *acumulação flexível* a forma de produção e consumo se transformou, evidenciando, por conseguinte um esgotamento e ou insuficiência da lógica que constituiu historicamente a pauta política do *direito à cidade*. Em seu lugar, houve uma ascensão dos *planejamentos estratégicos* que configuraram a cidade enquanto uma tríade capital de reificação coletiva (“cidade pátria”), empresarial (“cidade empresa”) e mercadológica (“cidade mercadoria”) (VAINER, 2009).

Entretanto, em face de um conjunto de objetividades históricas, crise¹⁸ e esgarçamento dos limites internos e externos do capitalismo, além do aprofundamento das mais diversas desigualdades socioeconômicas com o contexto pandêmico da COVID-19¹⁹, as referências paradigmáticas de planejamento e produção urbana tornaram-se ainda mais abstratas e fictícias. Não obstante, reitero hipoteticamente o argumento de que a *criatividade* (VIVANT, 2012; SELDIN, 2017; VIEIRA, 2016; 2020; 2021) e a *smartificação urbana* (MOROZOV, 2018; MOROZOV e BRIA, 2019; VIEIRA, 2022b) funcionam como reificações

¹⁸ Não são homogêneas, tampouco consensuais as leituras acerca da crise capitalista. Dessa maneira, apenas para situar melhor as principais referências que pautam o entendimento aqui sucintamente exposto é válido mencionar duas chaves de interpretação que mais auxiliaram nas assertivas aqui presentes: uma é mais próxima dos chamados regulacionistas, a outra da crítica do valor-trabalho. Na chave interpretativa de David Harvey (1994; 2005; 2011), as crises são parte da lógica de desenvolvimento capitalista, na medida em que instauram suscetíveis movimentos de racionalização da irracionalidade própria do sistema. Embora não explicito isso, essa tese de Harvey tem relação direta com parte do bojo analítico das teorias da regulação, na qual se concebe ser o modo de regulação (esfera política) o complexo institucional capaz de criar ciclos de estabilidade diante irracionalidade ordinária dos regimes de acumulação capitalista (esfera econômica). A outra chave interpretativa, mais próxima da crítica do valor, entende que o caráter cíclico das crises capitalistas entrou numa reta final, sob a qual, por um lado, os limites internos da geração de valor, a partir do trabalho vivo seguirão em taxas decrescentes, dado a tendência de crescimento tecnológico. Por outro, a irracionalidade de exploração e geração de valor encontra nos limites externos, dos recursos naturais, um colapso, em curso, irreversível (MENEGAT, 2019; JAPPE et al., 2020). Por fim, é válido ressaltar que diferentemente de alguns teóricos iniciais da regulação, conforme assinalam em pertinente crítica alguns autores (BRAGA, 2003; BRENNER e GLICH, s/d; FILHO e PAULANI, 2011), Harvey por mais que tome o curso histórico de maneira contingencial, não abandona propriamente não abandona a perspectiva da luta de classes como dimensão capaz de alterar a lógica dicotômica entre “instabilidade-estabilidade”. Nesse sentido, segundo o próprio Harvey (2011, p. 18), “a possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau com que a massa da população se levanta e diz: ‘Já basta, vamos mudar o sistema’.

¹⁹ Cf. demonstram algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório das Metrópoles. Sobre as desigualdades socioespaciais e a pandemia, ver o trabalho de Lucia Bógus e Luís Felipe Magalhães, intitulado “Desigualdades Socioespaciais e Pandemia: a dimensão metropolitana da COVID-19” (2021). Sobre a pandemia, o ideário de progresso e a razão neoliberal, fiz algumas preliminares reflexões, no trabalho intitulado “Reluzem trevas nos espaços de progresso? Notas sobre “Democracia” e “Neoliberalismo” nas cidades em tempos pandêmicos” (VIEIRA, 2022c).

imagéticas que forjam novos paradigmas acerca dos processos de *espetacularização das cidades* (DEBORD, 1997; VIEIRA, 2016; 2022a). As características de especulação, dissimulação e inversão da forma pela qual se concebe o urbano, sua produção e consumo, tornam-se assim compatíveis com a precipitação de um futuro baseado na imagética fetichizada e financeirizada de uma cidade forjada pelos alcances e limites de uma racionalidade neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. “O que é o contemporâneo”. In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 55-76.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer; PAULANI, Leda. Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. In: **Revista Economia e Sociedade**. v. 20, n. 2. Campinas, 2011. p. 243-272. [Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n2/a02v20n2>>. Acessado em março de 2015].
- ARANTES, O. B. F. **Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas**. In: **ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. p.11-74.
- BARREIRA, Irllys. **A Cidade como narrativa**. Lisboa: ICS, 2013.
- BESSA, Altamiro S. M.; ÁLVARES, Lúcia Capanema. **A construção do turismo: megaeventos e outras estratégias de venda das cidades**. Belo Horizonte: Arte, 2014.
- BOGUS, Lucia M. e MAGALHÃES, Luís Felipe A. “Desigualdades socioespaciais e pandemia: a dimensão metropolitana da covid-19”. In: **LEITE, Rogerio P.; VIEIRA, Ewerthon C. J. (orgs.). Distopias Urbanas**. Aracaju-SE: Criação Editora, 2021, p. 47-76.
- BOYER, M. Christine. **The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments**. Massachusetts/USA: Massachusetts Institute of Technology, 1994.
- BRAGA, Ruy. **A Nostalgia do Fordismo**. São Paulo: Xamã, 2003.
- BRENNER, Neil. “Máquinas de crescimento urbano – mas em que escala?”. In: **RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz (org.). As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020, p. 245-274.
- BRENNER, Robert e GLICK, Mark. “La Escuela de la Regulación: Teoría e Historia. In: **New Left Review 21. Capitalismo, Fordismo, Pós Fordismo**. Madrid: Akal, s/d, p. 5-90. Disponível em: newleftreview.es21. Acessado em abril de 2015.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997 [1967].

- DELGADO, Manuel. [2007]. **La ciudad mentirosa. Fraude y Miséria del “modelo Barcelona”**. Disponível em: <https://www.kooperation-brasilien.org/de/kick-for-one-world/aktuelles/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf>. Acessado em janeiro de 2015.
- FIX, Mariana. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class. And How It’s Transforming Work, Leisure and Everyday Life**. New York/USA: Basic Books, 2002.
- FORTUNA, Carlos. “Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora.”. In: _____. **(org.). Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras/PT: Celta, 1997. p. 231-257.
- GARCÍA, Beatriz. Urban Regeneration, Arts Programming and Major Events. Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004. In: **International Journal of Cultural Policy**, v. 10, n. 1. 2004. p. 103-118.
- GOMES, Carina Sousa. Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas. In: **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. v. XXIII. 2012. p. 37-49.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.
- _____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução Carlos Slak. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- JAMESON, Frederic. **A virada cultural. Reflexões sobre o pós-moderno**. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- JAPPE et al. **Capitalismo em quarentena. Notas sobre a crise global**. Tradução de João Gaspar et al. São Paulo: Elefante, 2020.
- LANDRY, Charles. **The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators**. UK;USA: Earthscan, 2000.
- _____. **Origens e Futuros da Cidade Criativa**. Tradução de Global Translations. São Paulo: SESI-SP, 2013.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: **ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). A cidade do pensamento único**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. p. 121-192.
- MASSEY, D. Um sentido global de lugar. In: **ARANTES, A. (org.). O Espaço da Diferença**. Campinas/SP: Papyrus, 2000. p. 176-185.
- MATARASSO, François. A place in the city.recognising creative inclusion. In: **Paper to the Creative Communities Conference**, Surfers Paradise. Australia, 2009.
- MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe. O giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MITSCHERLICH, Alexander. **A cidade do futuro**. Tradução de Idalina Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: GB, 1972.

- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech. A ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu, 2018.
- MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A Cidade Inteligente. Tecnologias Urbanas e Democracia**. Tradução de Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- MUMFORD, Lewis. **História das utopias**. Portugal: Antígona, 2007.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SAVAGE, M.; WARDE, A. Políticas urbanas. In: **Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade**. Oeiras/PT: Celta, 2002. p. 151-194.
- SÁNCHEZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: Agentes, estratégias e escalas de ação política. In: **Revista Sociologia e Política**. Jun, n. 16. Curitiba, 2001. p. 31-49.
- SARLO, Beatriz. **A cidade vista: mercadorias e cultura urbana**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- SELDIN, Claudia. **Imagens Urbanas e Resistências. Das Capitais de Cultura às Cidades Criativas**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009. p.75-104.
- VIEIRA, E. C. J. (2016). *Espetacularização da cidade e (re) apropriações culturais: políticas urbanas e as novas imagens de consumo de Salvador-BA*. Tese de doutorado. São Cristóvão/SE, PPGS-UFS.
- _____. ““LICENÇA QUEM ME DÁ SÃO MEUS ORIXÁS!”. ESPETACULARIZAÇÃO URBANA E ANTINORMATIVIDADES EM SALVADOR DA BAHIA”. In: **BOGUS, L. M. M; GUIMARÃES, I.; PESSOA, Z. S. (orgs.). Cidades no século XXI**. São Paulo: Educ, 2018, p. 49-58.
- _____. “Das políticas urbanas às políticas da “criatividade”: cidades S/A em tempos de espetacularização cultural”. **BOGUS, L. M. M; GUIMARÃES, I.; PESSOA, Z. S. (orgs.)**. São Paulo: Educ, 2020, p. 257-284.
- _____. “CULTURA DA CRIATIVIDADE E ESPETACULARIZAÇÃO URBANA NA SOCIEDADE NEOLIBERAL: NOTAS SOBRE A IMAGEM DA CIDADE DE ARACAJU/SE.”. In: **LEITE, Rogerio P.; VIEIRA, Ewerthon C. J. (orgs.). Distopias Urbanas**. Aracaju-SE: Criação Editora, 2021, p. 77-108.
- _____. “Apropriações e reapropriações culturais em Salvador-BA. Sobre a espetacularização urbana e a dialética da malandragem”. In: **Revista Estudos de Sociologia. Dossiê: Práticas e processos de produção do espaço urbano: descentrando perspectivas**. V. 27, esp.1, abr. 2022a.
- _____. “ARACAJU E O IDEÁRIO DA CIDADE INTELIGENTE: NOTAS SOBRE AS INTERSECÇÕES MODERNIZANTES DO PRECARIADO URBANO.”. In: **BARBOSA, F. I.; XAVIER, J. S.; ALVES, H. A. (orgs.). Precarização: transformações e crises na estrutura social do trabalho**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2022b, p. 50-67.
- _____. “Reluzem trevas nos espaços de progresso? Notas sobre “democracia” e “neoliberalismo” nas cidades em tempos pandêmicos”. In: **GUIMARÃES, I.; BOGUS, L. M. M.; MAGA-**

LHÃES, L. F. (orgs.). Revisitando cidades brasileiras: temas de pesquisa. São Paulo: Max Editora, 2022c, p. 101-126.

VIVANT, Elsa. **O que é uma Cidade Criativa?** Tradução de Camila Fialho. São Paulo: Senac São Paulo, 2012.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. (org.). **O Espaço da Diferença.** Campinas/SP: Papyrus, 2000a. p. 80-103.

SITES CONSULTADOS

A8SE.COM. *“Aracaju ocupa 25ª posição no ranking das cidades mais violentas do mundo”*. Disponível em: <https://www.jornaldacidade.net/cidades/2019/04/307815/aracaju-e-apontada-como-25-cidade-mais-perigosa-do-mundo.html>. Acessado em 13/06/2023)

INFONET. *“Aracaju entre as 50 cidades mais violentas do mundo”*. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/aracaju-entre-as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo/>. Acessado em 13/06/2023).

JORNAL DA CIDADE. *“Aracaju passa a ser a segunda capital mais violenta do país”*. Disponível em <https://www.jornaldacidade.net/cidades/2018/06/301411/aracaju-passa-a-ser-a-segunda-capital-mais-violenta-do-pais.html>. Acessado em 13/06/2023.

DESTAQUE NOTÍCIAS. *“Aracaju sai da lista de cidades mais violentas do mundo”*. Disponível em: <https://www.destaquenoticias.com.br/aracaju-sai-da-lista-de-cidades-mais-violentas-do-mundo/>. Acessado em 13/06/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU (PMA). *“Trabalho intersetorial mantém Aracaju fora do ranking de cidades mais violentas”*. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/90268/trabalho_intersectorial_mantem_aracaju_fora_do_ranking_de_cidades_mais_violentas.html#:~:text=Desde%202018%2C%20a%20capital%20sergipana,foi%20poss%C3%ADvel%20sair%20desta%20condi%C3%A7%C3%A3o. Acessado em 22/11/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU (PMA). *“Prefeito apresenta iniciativas bem sucedidas de Aracaju em evento sobre cidades inteligentes”*. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/91207/prefeito_apresenta_iniciativas_bem_sucedidas_de_aracaju_em_evento_sobre_cidades_inteligentes.html. Acessado em 23/04/2023

SERGIPE NOTÍCIAS. *Aracaju é a 3ª do Nordeste em ranking de cidades inteligentes*. Disponível em: <http://www.sergipenoticias.com/cotidiano/2019/05/10711/aracaju-e-a-3-do-nordeste-em--ranking-de-cidades-inteligente.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SERGIPE NOTÍCIAS. *“Prefeitura de Aracaju é a primeira do Brasil a implantar plataforma sobre Cidades Inteligentes”*. Disponível em: <http://www.sergipenoticias.com/cotidiano/2020/02/14749/prefeitura-de-aracaju-e-a-primeira-do-brasil-a-implantar-pla.html>. Acessado em 08/06/2022.

NAS ENCRUZILHADAS DOS DESLOCAMENTOS: TRAJETÓRIAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NAS CIDADES DE SÃO PAULO E PARIS

Lidiane M. Maciel¹

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta os primeiros resultados de um projeto de pesquisa sobre os processos de deslocamento de população em duas cidades do capitalismo global. Portanto, seleciona-se para a primeira fase do estudo as cidades de São Paulo, no Brasil, e de Paris, na França, a escolha dessas cidades se deve à problemática que elas apresentaram nas últimas décadas relacionadas à população em situação de rua e migrante. Objetiva-se, como projeto maior, discutir os conflitos e consensos gerados pela condição de deslocamento em diferentes localidades. Para tanto, apoia-se na tradição de estudos de casos ampliados e das etnografias multisituadas.

Um estudo de caso ampliado nos conduz à “ampliação do observador dentro das vidas dos participantes sob observação; a ampliação das observações através do tempo e do espaço, a ampliação dos processos micro às forças do macro, e finalmente não menos importante a ampliação da teoria” (Burawoy, 2014, p. 15). Desta forma, não se trata de uma comparação entre dois ou mais casos, ou seja, não é objetivo do trabalho confrontar a situação da população de rua e migrante em São Paulo e em Paris, mas verificar como as forças estruturais no capitalismo nos conduzem a situações similares.

Soma-se esta visão à possibilidade de realizar uma etnografia multissituada, no sentido atribuído por Marcus (1995). Para Marcus, a etnografia multissituada permite observar a “circulação de significados culturais, objetos e identidades em espaço-tempo difusos”

¹ Socióloga. Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR/Univap).

(Marcus, 1995, p. 96). Para isso, é necessário “seguir as pessoas; seguir as coisas ou objetos materiais (mercadorias, obras de arte etc.); seguir as metáforas (sinais e símbolos); seguir o enredo, história, alegorias ou narrativas; seguir a biografia; e seguir o conflito” (Marcus, 1995, p. 106-110). Interessa à pesquisa reconstruir aspectos do sistema capitalista por meio das conexões entre São Paulo e Paris.

Tanto São Paulo quanto Paris despontaram historicamente no cenário mundial como espaços de circulação de capital e pessoas. Neste artigo, apresentam-se dados secundários disponíveis em diferentes bancos² e as observações iniciais das tensões capturadas nos espaços públicos por meio de uma etnografia realizada entre os anos de 2019 e 2023 nas cidades supracitadas. Neste momento, o foco será a população em situação de rua e a oscilação de sua condição de migrante e não-migrante. Verifica-se que para os migrantes em vulnerabilidades sociais, sejam eles internos ou internacionais, a proximidade com a população em situação de rua é grande.

Como resultados, aponta-se para o aumento da população em vulnerabilidade social e das tensões sociais, reafirmando a tese de Pierre Bourdieu sobre a miséria do mundo que se apresenta no cerne do sistema capitalista. Como conclusões, afirmam-se o aumento dos espaços de inclusão marginal e a atuação da necropolítica no “sul” e “norte” global como estratégia de controle de população.

Considerando os apontamentos acima expostos, o artigo está dividido da seguinte maneira: uma seção nomeada de “reflexões iniciais sobre as origens das precariedades” é seguida por duas seções descritivas que trazem dados da população em situação de rua em São Paulo e em Paris; por fim, apresentam-se os dados etnográficos da pesquisa multissituada para, então, lançar algumas considerações finais baseadas na reflexão empírica.

² Para o caso brasileiros utilizam-se os Censos Demográficos (2010 e 2022), organizados pelo Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp), o banco de dados da Prefeitura Municipal de São Paulo e, para o caso, apoia-se nas diferentes pesquisas disponíveis e produzidas por órgãos como o Institut National de la Statistique et des Études Économiques, pela Prefeitura de Paris e por organizações não governamentais que atuam na causa da população em situação de rua e migrantes/refugiados.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE AS ORIGENS DA PRECARIEDADE

A consolidação das cidades como lócus produtivo propiciou uma redistribuição populacional em âmbito interno e internacional (Ravenstein, 1980; Lefebvre, 1968; Courgeau, 1988). Diversos estudos demográficos, econômicos e sociológicos mostraram a perversidade desse processo para com a população menos abastada, em suma trabalhadores(as). Verifica-se que a inclusão marginal operou de maneira ampliada (Martins, 1997 Sassen, 1995).

Neste contexto, o reordenamento da relação campo-cidade promoveu a desestruturação do modo de vida no campo, expulsando a população de seus territórios tradicionais e lançando os indivíduos e suas famílias a condições precárias de vida (Engels, 2010 Lefebvre, 1968; Durham, 1984, Singer, 1979; Kowarick, 1979; 2000; Maricato; Fecchio, 1992; Harvey, 2005). Os vulneráveis/miseráveis, integrados marginalmente à ordem, formaram um grupo de “sub-humanos” (Cavalcanti, 2021), para o qual as estatísticas mundiais são alarmantes ainda hoje. Durante a pandemia de COVID-19, a questão social se agravou e passou a desafiar ainda mais a gestão das cidades em diferentes contextos.

Cidades como São Paulo, no Brasil, e Paris, na França, devido à centralidade estratégicas que ocupam para as trocas econômicas, atraíram historicamente populações migrantes (“desejáveis” e “indejáveis”), levadas de refugiados, nômades e trecheiros³. Considerando as diferenças históricas e sociais que separam os processos dessas duas cidades, o que se verifica é uma ordem (de trocas econômicas e simbólicas) que na atualidade conformam uma trama que impõe desafios para a gestão em seus múltiplos níveis. Logo, essa estrutura de-

³ Neste momento, faz-se a opção por aproximar as diferentes condições (incluindo de migração de refúgio), ainda que de maneira genérica, apenas para construir o cenário da proposta. Em 2020, a cidade de São Paulo contabilizou, por meio do banco de dados da Polícia Federal, 293 mil imigrantes, em sua maioria bolivianos, haitianos e chineses. Por outro lado, quando se verificam os dados da população de imigrantes na França, percebe-se o aprofundamento das questões sociais. Por exemplo, em 2020, eles eram quase 10% da população, o que representava 6,7 milhões de imigrantes vivendo na França, ou 9,9% da população total, sendo que a maior parte eram cidadãos de ex-colônias. Estimativas apontam que, em Paris, são cerca de 400 mil imigrantes “ilegais”, concentrados nos subúrbios. Em ambas as cidades, a população em situação de rua, segundo estimativas oficiais, ultrapassa trinta mil pessoas.

safia o próprio planejamento urbano e regional. Afinal, quais sujeitos possuem o direito à vida digna na cidade? A quem ela pertence? Estas são questões emergentes em nosso cenário cotidiano.

Bourdieu (2003) e seu grupo de pesquisa, ainda nos anos 1980, concentraram esforços para reproduzir e denunciar em seus trabalhos as misérias cotidianas, as misérias dos “excluídos” no interior do sistema capitalista, daqueles que se posicionavam de maneira subalterna na ordem do mundo, vivendo sob o jugo da precariedade. A afirmação contundente do autor é que a “Miséria do Mundo” estaria no coração da dita civilização moderna.

No Brasil, o sociólogo José de Souza Martins chamou esse processo de inclusão precária, instável ou marginal. Trata-se da forma de inclusão “daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais” (Martins, 1997, p. 26).

No entanto, este grupo “subalternizado”, incluído marginalmente ou miserável, vem reconstruindo e disputando também territórios citadinos e transformando não-lugares em lugares, como se verifica quando o olhar se volta à população em situação de rua e/ou aos migrantes em seu cotidiano (Frúgoli; Spaggiari, 2010; Silva; Maciel; Moreira; 2021). Logo, assumindo uma postura de exposição e crítica à “ordem da desordem” (Kowarick, 1979), verifica-se que as injustiças sociais (Zeneidi-Henry, 2002a), produzidas pela estruturação do próprio sistema capitalista, ocasionam a situação de rua e os processos de migração contemporâneos.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO - BRASIL

Segundo o Censo da População em Situação de Rua, aplicado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMA-DS) da Prefeitura de São Paulo⁴, o número de pessoas vivendo nas ruas da cidade havia passado de 24.344 para 31.884 ao final de 2021, representando um aumento de 7.540 pessoas (31%). Os dados mostram que, das 31.884 pessoas em situação de rua identificadas no levanta-

⁴ Disponível em: <https://imprensa.prefeitura.sp.gov.br/noticia/censo-da-prefeitura-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 16 mar. 2022.

mento, cerca de 19.200 estavam nas ruas e 12.675 encontravam-se abrigadas nos centros de acolhida da rede de assistência do município. É possível identificar ainda que o número de pessoas nos chamados pontos de concentração teve um aumento de 82,5% em relação a 2019, passando de 6.816 pontos de concentração para 12.438. O número de barracas também teve um aumento expressivo de 330% em relação a 2019, marcando em 2021 cerca de 6.778 pontos de moradias improvisadas.

Figura 1: Sofá utilizado como local de descanso (2022)



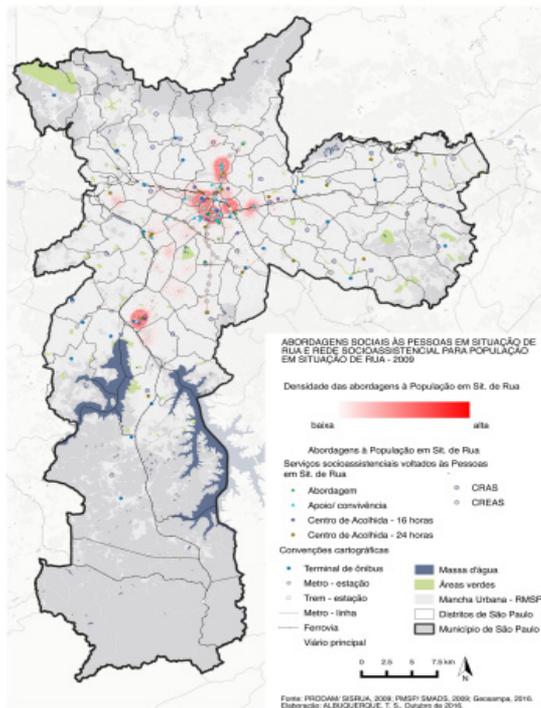
Fonte: Autora, cedida ao NEPACS/UNIVAP.

O censo aplicado pela Prefeitura de São Paulo mostrou que a maioria das pessoas que vive em situação de rua na cidade é do gênero masculino, com idade média de 41,7 anos, sendo que 70,8% dos declarantes são pretos ou pardos. Em relação às pessoas em situação de rua advindas de outros países, o censo levantou cerca de 3,56%. Dessa forma, 96,44% dessas pessoas eram nascidas no Brasil, 39,2% vieram do próprio estado de São Paulo, 8,47% da Bahia, 5,44% de Minas Gerais e 5,28% de Pernambuco. No aspecto demográfico, ainda é possível identificar que 13% dessa população era idosa e que a média de idade era de 41,6 anos.

No ano de 2000, a população em situação de rua era de 8.706 indivíduos na cidade de São Paulo, apresentando um aumento de 179% em 20 anos. O fator mais apontado como motivo para a situação de rua foi o rompimento de vínculos familiares, o que inclui também o falecimento de membros da família com 50%. Além desse dado, o uso de álcool e outras drogas foi apontado por 33% da população em situação de rua, e a perda de trabalho representou 25% do total de motivações da situação de rua.

Mesmo apresentando dados expressivos, eles podem ser ainda maiores, pois a amplitude da pesquisa foi pequena comparada ao tamanho da cidade de São Paulo, e esse é um dos questionamentos do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua (MNPR), que denunciou ter havido subnotificação na contagem.

Figura 2: Cartografia da população em situação de rua em São Paulo (2014)



Fonte: PRODAM - ALBUQUERQUE (2017).

A cartografia de 2014 (Figura 2) mostra nas áreas em vermelho a maior concentração de população em situação de rua em São Paulo, cenário este que ainda se replica na cidade uma década depois. O centro da capital paulista ganha maior representatividade na concentração de pessoas nessa condição dada a sua posição estratégica. É nele que se consegue engajar em algum tipo de trabalho, conseguir alimentação e, principalmente, receber algum tipo de atendimento quando necessário e abrigar-se nos dias mais frios. No centro há mais de quarenta espaços de acolhida, no entanto, destacam-se os centros de acolhida também disponíveis nas zonas leste e sul. Os hotéis e ocupações de prédios também servem de apoio para essa população.

“SANS-ABRI” OU “SANS DOMICILE FIXE” (SDF) EM PARIS - FRANÇA

Em toda a França, o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (*L'Institut national de la statistique et des études économiques*) e a Fundação Abbé Pierre (*Fondation Abbé Pierre - FAP*) calculam que, em 2020, cerca de 200 mil pessoas estavam em situação de rua. Em 2023, os números eram ainda maiores do que se estimava no ano anterior, visto que a FAP contabiliza mais de 300 mil pessoas sem abrigo em toda a França. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Brasil o número é bastante aproximado, pois em 2022 cerca de 281,4 mil pessoas estariam em situação de rua.

Em Paris, as pesquisas têm demonstrado o aumento significativo de famílias em situação de rua ou grupos que dizem viver juntos (20%). Em 2022, eram cerca 28 mil pessoas, sendo que oitenta por cento (80%) são pessoas sozinhas com diferentes trajetórias, vinculadas a processos migratórios históricos e contemporâneos. Essas pessoas vivem em condições precárias em carros, debaixo de marquises de lojas, parques e estações de metrô. A vulnerabilidade é tamanha que instituições de caridade apontam, inclusive, o aumento de mortes nas ruas: em 2020, foram 440 na cidade de Paris.

A presença de pessoas *sans-abri/SDF* em Paris é antiga e se transformou conforme o ritmo da conjuntura econômica e do contexto geopolítico (Damon, 2020). A crise de 2008 e seus efeitos de fragilização estrutural do tecido social europeu fizeram aumentar essa população, conforme atesta o relatório do *European Observatory on Homeless-*

ness (FEANTSA, 2016)⁵. Esse estudo ainda indica que há, no grupo, indivíduos que se deslocam com suas famílias dos países do leste europeu, África, em especial, Eritreia e Sudão, e do Oriente Médio, Tunísia, Síria e Afeganistão.

Em 2022, ucranianos também utilizavam as ruas de Paris como lugar de passagem ou permanência, conforme a Figura 3. Naquele ano, era comum encontrar senhores que levavam entre seus objetos a bandeira da União Europeia e da Ucrânia, por mais que se saiba que na França, como resposta à política de guerra de Putin, inúmeras instituições da sociedade civil e estatal atuaram no acolhimento dessa população, sendo que os ucranianos também estavam nas ruas de Paris. Segundo Didier Leschi, diretor geral do Escritório Francês de Imigração e Integração, a França, em 2022, recebeu 106.000 refugiados da Ucrânia⁶.

Figura 3: Ucraniano na rua em Paris - 11ème arrondissement (2022)



Fonte: Autora, cedida ao NEPACS/UNIVAP.

⁵ Disponível em: [feantsa-studies_06_web1893761109777125727.pdf](#) (feantsa-research.org). Acesso em: 08 set. 2023.

⁶ Dado publicado pelo Jornal Le Monde em 2022. Disponível em: [La difficile quête d'autonomie des plus de 100 000 réfugiés ukrainiens en France](#) (lemonde.fr). acesso em: 16 set. 2023.

Mulheres em espaços hiper visíveis e em situação de mendicância também são bastante comuns. Quando nos aproximamos delas e questionando-lhes “de onde vem”, é comum a afirmação de que são refugiadas de guerras ou de conflitos internos em seus países de origem. É interessante notar que um estudo publicado pelo *Atelier Parisien d’ Urbanisme* (ANPUR, 2017) afirma que o sistema de alojamento de emergência estava saturado e que as estruturas de recepção tinham sido projetadas historicamente para abrigar homens solteiros e não mulheres, quase sempre mães.

Figura 4: Mulher muçulmana na rua em Paris – 20^{ème} arrondissement (2022)



Fonte: Autora, cedida ao NEPACS/UNIVAP.

Em 2022, destacava-se também a presença de famílias, visto que anteriormente predominavam os homens sozinhos. Essas famílias ocupam os espaços públicos tradicionalmente ocupados pelo comércio local e áreas de exploração turística, construindo verdadeiros acampamentos pela cidade com suas barracas espalhadas por toda parte, como atestado em trabalho de campo feito em 2022 e 2023. Verifica-se também a forte presença de animais, como cachorros, sempre acompanhando seus donos.

Figura 5: Barracas em Paris - centro (2022)

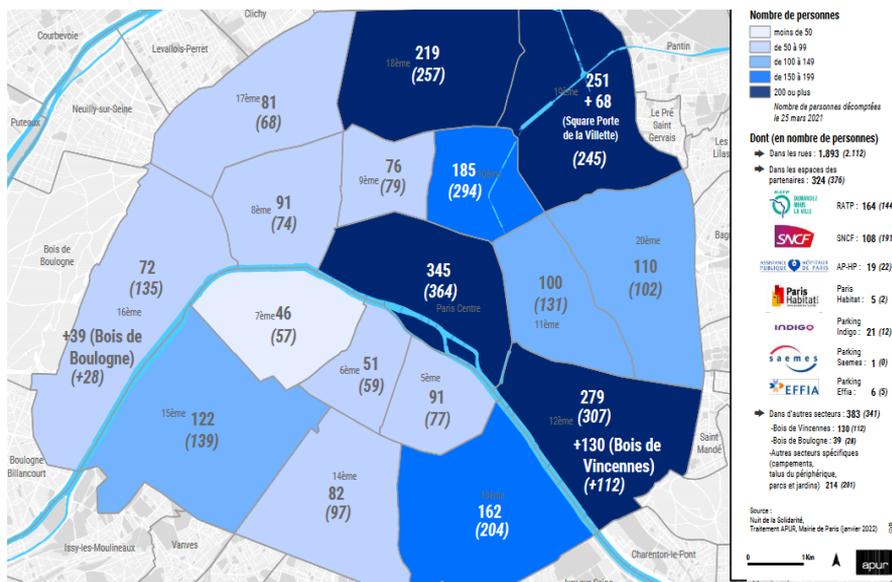


Fonte: Autora, cedida ao NEPACS/UNIVAP.

Durante a realização da “Noite da Solidariedade” (*Nuit de Solidarité*)⁷ em 2022, verificou-se que 2.598 pessoas estava na condição de rua, sem abrigo. A Figura 6 mostra as áreas de concentração dessa população em Paris, destacando-se o centro, a região norte e a região sudoeste da cidade. Nesta última, a mata de Vincennes (*Bois de Vincennes*), se encontra inúmeras barracas de dormir ocupadas pela população SDF nas áreas mais isoladas.

⁷ Ação promovida pela Prefeitura de Paris, que desde 2018 visa a computar o número de pessoas em situação de rua.

Figura 6: Mapeamento das principais regiões da população em situação de rua (2022)



Fonte: *Nuit de la solidarité* (2022)⁸.

Os dados da pesquisa apontaram que:

- Dessa população, 10% são mulheres e 90% são homens;
- 69% dos respondentes declararam viver na rua há mais de um ano;
- 34% dos respondentes disseram que chegaram a Paris sem destino ou sem abrigo fixo;
- 23% dos respondentes disseram nunca ter estado abrigados por uma instituição estatal.

Estes dados nos fazem refletir sobre uma condição que pode ser transitória, permanente ou crônica, como nos ensina Damon (2020)

⁸ Disponível em: *Nuit de la Solidarité 2022: le bilan détaillé* - Ville de Paris. Acesso em: 10 mar. 2023. Directrices de la publication: Dominique Alba, Patricia Pelloux. Synthèse réalisée par: Clément Boisseuil, Chloé Hinnekint, Frédérique Latournerie. Sous la direction de: Emilie Moreau. Encadrement et validation du Comité Scientifique de la Nuit de la Solidarité. Cartographie et traitement statistique: Gustavo Vela. Photos et illustrations: Apur sauf mention contraire. Mise en page: Ap.

em pesquisa sobre a condição sociológica da população sem domicílio fixo na França. O autor destaca a dificuldade de se quantificar e melhor orientar as políticas para essa população, que é sempre móvel e instável, trazendo marcas profundas de diferentes rotas e processos migratórios. Em outras palavras, essas populações circulam entre territórios e desafiam as categorias estatísticas, bem como a política pública de gestão da própria cidade.

POPULAÇÃO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E MARGINALIDADE NO CENTRO DO CAPITALISMO: UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA ENTRE SÃO PAULO E PARIS ⁹

Partindo da estrutura definida pelos dados, chegar aos espaços descritos por meio de evidências quantitativas e acessar as pessoas não deixa de ser um desafio para qualquer etnógrafo ou pesquisador de campo. Ademais, soma-se aos desafios habituais da pesquisa de campo a pandemia de COVID-19 (2020-2023¹⁰). Tanto São Paulo quanto Paris impunham-me diferentes desafios, visto que a pesquisa de campo se fez em meio ao contexto pandêmico. Verificou-se que, quando os governos estabeleceram quarentenas, *lockdown* e distanciamento, a população em situação de rua obteve maior visibilidade, e a pergunta sobressalente era: para qual casa iriam aquelas pessoas que perambulavam pelas ruas sem destino certo?

São Paulo, por ser localizada em meu país de naturalidade, a princípio parecia ser um espaço de simples acessibilidade, e recorrentemente o foi. No entanto, quando se trata das pessoas em situação de rua, a aproximação autônoma é sempre marcada por um receio quanto ao uso do entorpecente, em especial o crack. Verifica-se também uma circulação mais intensa quando comparada com a cidade de Paris, em que as pessoas parecem mais fixas em determinados locais. Percebe-se que o nível de controle imposto a estes sujeitos coordena sua mobilidade ou imobilidade.

Em São Paulo, a estratégia de acesso ao campo de estudo se estabeleceu por meio de outras pessoas que, anteriormente, estavam

⁹ Esta seção é escrita com prevalência dos verbos em primeira pessoa, considerando seu caráter etnográfico.

¹⁰ Em 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o fim da pandemia de COVID-19, depois que o mundo registrou quase 7 milhões de mortos.

em situação de rua. A primeira fase desta pesquisa dispensou a entrada em campo por meio de instituições que atendem essa população. Havia o entendimento de que era necessário, inclusive, identificar os conflitos com elas, suas formas de atuarem e os objetivos declarados. Avaliou-se que a entrada em campo por meio delas poderia aproximar as pessoas em situação de vulnerabilidade, mas também distanciá-las considerando que exercem forte controle nas vidas que transcorrem nas ruas. Damon (2020) aponta que, no caso francês, a população em situação de rua desconfia da ação das instituições, as quais sempre atuam de maneira a controlar e, muitas vezes, criminalizar a condição, no Brasil isso também ocorre.

A estratégia foi traçada ainda na pesquisa anterior¹¹, que forçadamente me levou a voltar o olhar para a população em situação de rua. Em 2018, estudava a trajetória de migrantes na disputa por moradia em ocupações de prédios abandonados, alvos de especulação imobiliária na cidade de São Paulo. Essas pessoas apontavam que a rua era um caminho quase que “natural” quando se entrava em algum conflito com moradores das ocupações e suas lideranças, pois havia uma circulação nem sempre desejada, mas que era rotineira.

Dessa forma, verificou-se que entre as famílias moradoras de ocupação sempre havia o risco de passarem para a condição de situação de rua. Nas entrevistas, sempre me contavam alguma “história de rua” ou de alguém que conheciam e que estava na Cracolândia, no centro de São Paulo, ou em alguma “quebrada”, entre a rua e os hotéis, pois tinha sido expulso da ocupação. As narrativas sempre remetiam a situações de muita violência institucional e entre os próprios ocupantes dos espaços habitados.

Homens e mulheres me disseram que na rua, quando se tinham recursos adquiridos por meio de pequenos trabalhos (lavagem de vidros nos semáforos, guarda de carros, vendas de doces/balas, prostituição etc.) ou mendicância, dormiam em quartos de hotéis que os(as) aceitavam. Já quando o dinheiro era escasso, estendiam um pedaço de papelão debaixo de uma marquise, de preferência comercial, ou procuravam uma caçamba vazia de alguma obra parada, uma viela ou um banco de praça para passar a noite, até serem acordados(as) pela limpeza pública rotineira em algumas áreas centrais.

¹¹ A pesquisa anterior investigava a rede de resistência dos migrantes por meio do engajamento em movimentos sociais de moradia.

Ainda em São Paulo, considerando que a região de concentração da população em situação de rua era a Cracolândia (região da Luz e da estação Júlio Prestes) e a região da Igreja da Sé, havia uma forte atuação de grupos do tráfico. As pessoas em situação de rua, além da vulnerabilidade econômica, apresentavam certo desgaste psíquico-emocional, o que dificultava as conversas, uma vez que elas eram sempre “trucadas” e rápidas entre um pedido e outro. Quando questionadas se estavam vivendo na rua, a resposta era evasiva, apontando que a situação era transitória, estavam dando um “jeito” ou que haviam saído de casa apenas para “dar um tempo” e que era melhor “ficar na rua do que brigando com a família”. Era comum estarem carregando o cobertor doado por alguma instituição, que os servia para se acomodar em qualquer canto, inclusive no meio de calçadas movimentadas, conforme retratado na Figura 7.

Figura 7: Homem dorme no meio da calçada da Praça da República - São Paulo (2022)



Fonte: Autora, cedida ao NEPACS/UNIVAP.

A mesma situação foi vivenciada em Paris, as conversas informais com as pessoas em situação de rua foram espontâneas durante o trabalho de observação nos locais onde paravam com seus pertences. Identifiquei entre elas muitos imigrantes com dificuldades na língua francesa. Em regiões como *Gare du Nord*, *Porte de La Chapelle*, *Jaurès* e *Stalingrad*, a presença de uma população negra vinda de diferentes países da África era recorrente. Essas áreas eram ocupadas majoritariamente por homens que também realizavam pequenos trabalhos, muitos dos quais estavam vinculados ao comércio da região. A venda de *souvenir* era aparentemente a principal atividade, bem como a performance artística. Em uma das situações de campo, um senhor chegou a me questionar se eu estava gravando um jogo que transcorria em meio à praça. Percebi que se tratava de uma prática ilegal, com a finalidade de atrair, sobretudo, turistas dispostos a pagarem pela diversão.

Verificou-se também que, em grande parte do dia e da noite, havia pessoas dormindo. A Figura 8 representa muitas das situações observadas, em particular em Paris, dorme-se nas estações do metrô, prática pouco habitual na cidade de São Paulo, cujo metrô é algo de maior controle. Em agosto de 2022, dadas as baixas temperaturas na cidade, uma das estações do metrô paulistano, a Pedro II, ofereceu cem vagas de abrigo temporário à população em situação de rua. No entanto, essa ação foi mediada pela Assistência Social do município, que impunha que o horário deveria ser respeitado (das 19h às 8h do dia seguinte).

Figura 8: Homem em estação de metrô - Paris (2022)

Fonte: Autora, cedida ao NEPACS/UNIVAP.

Em Paris, ainda durante a pandemia, observou-se que a vida que se passava nas estações de metrô da cidade imitava o ordenamento de um casa, com pertencem como cadeiras e pequenas mesas e até mesmos colchões. Na primeira situação de pesquisa de campo, era inverno e havia a utilização irrestrita das estações durante o dia e a noite. As pessoas em situação de rua se confundiam também com trabalhadores informais que vendiam *souvenir* para turistas. No entanto, os marcadores da situação eram dados pelo acúmulo de objetos que carregavam e a montagem de pequenos acampamentos dentro da estação com placas de pedido de ajuda, situação não observada em São Paulo.

Figura 9: Espaço produzido na Estação *Châtelet* - área central de Paris (2022)



Fonte: Autora, cedida ao NEPACS/UNIVAP.

Por meio da literatura especializada (Damon, 2020), sabe-se que no inverno o período aumenta a procura pelas instituições de acolhimento e a circulação para outras cidades onde o inverno é menos rigoroso. Em São Paulo, nessa época do ano, verifica-se o aumento da atuação de entidades filantrópicas que distribuem agasalho, cobertores e sopas durante as madrugadas.

Em 2022, a opção foi a realização do trabalho de campo durante o verão europeu, em julho. Dessa forma, por mais que se encontrassem pessoas em situação de vulnerabilidade no metrô de Paris, as áreas externas e turísticas eram as mais ocupadas. O pedido de esmola era bastante frequente, e observava-se que a presença de animais como cachorro chamava a atenção dos passantes. É recorrente encontrar essa população com cachorros, sendo que muitos relatam que se trata de um “membro” da família, o qual, inclusive, divide os espaços de dormir e de se alimentar.

Nas noites, observavam-se dezenas de barracas espalhadas pelas marquises de prédios públicos e particulares. Na região do Parque *Butte de Chaumont*, à margem direita do Rio Sena, em uma das tardes em que fazia trabalho de campo, encontrei uma quadra de esporte am-

plamente utilizada pela população SDF. Tratava-se de um espaço esportivo disponibilizado pela Prefeitura de Paris à comunidade. Nesse complexo, havia banheiros com chuveiros utilizados frequentemente pela população sem domicílio fixo. Segundo o funcionário do local, a procura pelos chuveiros ocorria durante todo o ano e aumentava no inverno, pois era uma estratégia para se aquecerem também.

Pensando o caso parisiense juntamente com o paulistano, durante a pandemia de COVID-19, a cidade de São Paulo instalou banheiros e lavanderias no centro da cidade para atender à população em situação de rua. Visualiza-se que iniciativas como essa se popularizaram no contexto da gestão das cidades no capitalismo, frente à enganosa incapacidade do sistema de garantir moradia como direito humano fundamental.

Tanto São Paulo quanto Paris, no trabalho de campo, apontaram que a vida em meio ao ritmo da cidade ofusca a visibilidade da população em situação de rua. Parece-me que os transeuntes já se habituaram com a presença dos “moradores de rua” / “mendigos” e pouco se importam com eles. A invisibilidade é apenas quebrada quando essas pessoas abordam aqueles que passam a fim de pedi-lhes algo, mesmo que seja a atenção na escuta de um “causo”, que sempre é finalizado com alguma solicitação. Em Paris, é evidente o incômodo que as pessoas sem domicílio fixo causam aos turistas, que se desviam dessas pessoas e posicionam suas máquinas fotográficas de maneira que elas não saiam em suas fotografias.

O ensaio etnográfico apontou que, em São Paulo e Paris, a acolhida da população em deslocamento interno ou internacional e da população em situação de rua passa pelas seguintes estratégias: 1) acolhida por relações de proximidades (família e/ou amigos); 2) instituições da sociedade civil, tais como igrejas, associações, ONG, movimentos sociais em prol da causa migrante ou em prol da moradia como direito humano fundamental; 3) instituições estatais, tais como albergues e casas de acolhimento, tendas, destinação de valores de aluguéis sociais; e 4) soluções de mercado, como aluguéis, pensões e hotéis. No entanto, é quando ocupam o espaço público e se tornam visíveis, atrapalhando o “tráfego” ou os comerciantes, que a problemática se torna conflituosa. Todavia, ainda em meio a tanta contrariedade, a população em situação de rua e a população migrante vêm resistindo à ordem e construindo suas próprias estratégias de sobrevivência. Isso é o que a observação etnográfica também apontou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São Paulo e Paris apresentaram nos últimos anos o agravamento da situação de deslocamentos e de vulnerabilidade. A perspectiva metodológica adotada de “seguir” as trajetórias da população em situação de rua nas duas cidades tem sido esclarecedora de hipóteses sobre a atual fase do capitalismo. A partir das trajetórias socioespaciais da população em situação de rua se compuseram três reflexões centrais. A primeira delas versa sobre a estruturação do mercado de trabalho, a segunda sobre o enfraquecimento dos direitos sociais afirmados e geridos pela máquina pública e, por fim, a terceira aborda a questão da vulnerabilidade social da população em situação de rua como algo a ser também tratado no âmbito do planejamento urbano ou de gestão das cidades.

Verifica-se que o mercado de trabalho ultra flexível que se desenhou na última década ainda depende da formação de um exército de vulneráveis e desempregados para rebaixar os salários. A inclusão, mesmo que marginal, é um desejo apresentado na fala das pessoas em situação de rua. Há a construção de uma “narrativa de desespero” e aceitação de qualquer possibilidade de trabalho, mesmo que seja por certo tempo e até mesmo ilegal, com características análogas à escravidão. O trabalho é quase sempre não pago ou mal remunerado e sem direitos, o que garante ainda uma parcela dos lucros empresariais. Destacam-se entre eles o trabalho em plataformas, em especial de entrega, o trabalho doméstico e o trabalho rural (as safras).

A segunda questão emergente versa sobre a atuação de instituições da sociedade civil organizada e empresárias que passaram, nos últimos anos, a capturar frações do Serviço de Social, função esta afirmada constitucionalmente tanto no Brasil como na França como de Estado. Nesse cenário, ainda desponta no Brasil a atuação das comunidades terapêuticas, instituições privadas que acolhem pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. A atuação dessas comunidades passou a fugir do controle de uma reflexão mais ampla e pública e tende a transformar a questão social da população em situação de rua em uma condição clínica e individualista, em vez de se realizar uma reflexão mais ampla sobre a questão social.

Por fim, verifica-se que avaliar os processos de migração e de situação de rua (e de demais populações vulneráveis) nas cidades de São Paulo e Paris evidencia a problemática para o planejamento urbano e a gestão urbana. No ambiente de disputa pelo planejamento das cidades, em conferências e discussões de planos diretores, por exemplo, a questão da população de rua é pouco debatida. A situação de rua é visualizada como um problema quando emergem casos como os relatados abaixo pelas reportagens selecionadas:

Em maio [2019], a prefeitura de Paris removeu um acampamento de refugiados com cerca de 2,5 mil pessoas em uma área turística da cidade, o canal Saint-Martin. Os imigrantes, africanos em sua maioria, haviam se instalado havia meses em tendas debaixo das pistas de um viaduto junto ao canal. Na ocasião, a polícia de choque acompanhou os imigrantes que embarcavam em ônibus em direção a 24 abrigos temporários pela cidade.¹²

Condomínio contrata serviço de retirada de morador de rua para prédio em São Paulo. Incomodada com a população em situação de rua que fica no entorno do prédio onde mora, na rua Amaral Gurgel, na região central de São Paulo, a síndica do condomínio contratou um serviço para orientar que essas pessoas não ficassem perto da entrada do edifício. Ela tomou a iniciativa após moradores solicitarem uma providência e assinarem abaixo-assinado concordando com a contratação. Foram 33 assinaturas de um total de 90 apartamentos....¹³

Considerando o cenário de conflitos políticos e de interesses econômicos, é provável que a situação de vulnerabilidade social ou inclusão marginal na ordem das cidades esteja se aprofundando no século XXI. Pergunta-se então: estaríamos então frente ao desafio de gerenciar cidades com populações móveis ou sem moradia fixa? Seguindo a problemática, apresenta-se no cenário latino-americano, europeu e asiático o crescimento de uma população subempregada e empobrecida, advinda de diferentes processos, inclusive os migratórios, a qual

¹² Disponível em: Departamento no subúrbio de Paris tem mais de 100 mil imigrantes irregulares, diz relatório - Jornal O Globo. Acesso em: 10 set. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/09/14/populacao-em-situacao-de-rua.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 set. 2023.

dorme em estacionamento de carros, praças públicas, *lan house* e outros espaços não habituais.

Durante a pandemia, essa situação tendeu a se agravar, como concluiu o estudo de Crouzet *et al.* (2022), os autores apontam que a população em situação de rua esteve à margem das políticas de isolamento, situação bastante similar aos relatos colhidos no Brasil (Silva; Maciel; Moreira, 2021).

Tanto em São Paulo como em Paris, a maior parte da população em situação de rua é formada por homens na faixa dos 40 anos. Em São Paulo, eles se concentram no centro antigo, na região da praça Júlio Prestes, uma antiga estação similar a Paris, onde também há uma maior incidência na região das estações de trem, como *Gare du Nord*, *Porte de La Chapelle*, *Jaurès* e *Stalingrad* (região esta que muito se aproxima da Cracolândia da cidade de São Paulo). Nessas regiões verificam-se diferentes estratégias de expulsão dessas populações em que se vivenciam aspectos da necropolítica nos tempos de neoliberalismo, reafirmando a miséria do mundo em diferentes cidades centrais do capitalismo (Bourdieu, 2003, Mbembe, 2018; Dardot; Laval, 2016).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, T. S. Geografia da população em situação de rua: mudanças na distribuição espacial na cidade de São Paulo nos anos 2009 – 2014. São Paulo. **Anais do XVII. Encontro Nacional da Associação de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional.** 2017.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo.** São Paulo: Vozes, 2003.
- BURAWOY, M. **Marxismo sociológico:** quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição. São Paulo: Alameda, 2014.
- CAVALCANTI, T. M. **Sub-humanos:** o capitalismo e a metamorfose da escravidão. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CROUZET, L. *et al.* Impact of the COVID-19 pandemic on vulnerable groups, including homeless persons and migrants, in France: a qualitative study. **Preventive Medicine Reports**, v. 26, Apr. 2022.
- COURGEAU, D. méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes. paris: éditions de l’institute national d’études démographiques, 1988.
- DAMON, J. **Qui dort dehors?** Paris: Editions de l’Aube, 2020.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DURHAM, E. R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para*. São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FEANTSA - EUROPEAN FEDERATION OF NATIONAL ORGANISATIONS WORKING WITH THE HOMELESS. *Asylum seekers, refugees and homelessness EOH comparative studies on homelessness: the humanitarian crisis and the homelessness sector in Europe*. Brussels, 2016. Disponível em: feantsa-studies_06_web1893761109777125727.pdf. Acesso em: 08 set. 2023.
- FRÓGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, v. 6, n. 1, 2010.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Ananablume, 2005.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, L. Produção social do espaço urbanos e lutas sociais. In: KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 19-41.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade* [1968]. São Paulo: Centauro, 2008.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p. 95-117, 1995.
- MARICATO, E.; FECCHIO, F. A luta pelo direito de morar. *Revista Travessia*, São Paulo, ano 5, n. 14, p. 25-30, 1992.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- RAVENSTEIN, E. C. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNBIETENE, 1980.
- SANTOS, B.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. *Sociologias*, v. 18, n. 4, 2016.
- SASSEN, S. Immigration and local labor markets. In: PORTES, A. (ed.). *The economic sociology of immigration*. New York: Russel Sage Foundation, 1995.
- SILVA, M. G.; MACIEL, L. M.; MOREIRA, A. A. Ressignificando o não-lugar durante a pandemia Covid-19: homens, mulheres e crianças em situação de rua em São José dos Campos/ SP, Brasil. *Revista Geografares*, v.1, n. 33, 2021.
- SINGER, P. *Introdução a Economia Política*. São Paulo: Forense Universitária, 1979.
- ZENEIDI-HENRY, D. *Les sans domicile fixe, condition d'exclus et expérience urbaine*. RÉSO – Université Rennes II, 2002a.
- ZENEIDI-HENRY, D. *Les SDF et la ville: géographie du savoir-survivre*. Paris: Bréal, 2002b.

As zonas sem futuro e a vida supranumerária¹

João Arthur Macieira²

INTRODUÇÃO

O texto começa seguindo Jane Jacobs para apontar o aparecimento da divisão espacial do perímetro urbano contemporâneo por zonas, passando para o ensaio de Paulo Eduardo Arantes sobre as *zonas de espera*, concluindo com uma proposta conceitual das *zonas sem futuro*³. Servindo-me do filme *Project Florida*, procuro mostrar como a formação das zonas de investimento de capital privado e “consumo de espaços⁴” (John Urry) deu fruto também àquelas que, desprovidas do capital cultural necessário para se tornarem espaços consumíveis, tornam-se *zonas sem futuro*. O destino dessas zonas não parece ser exatamente a estagnação relativa que se estabelecia entre campo e cidade na formação dos grandes centros urbanos durante o século XX⁵, que pressupunha uma linearidade temporal e, portanto, uma concepção de passado e futuro demarcados espacialmente, mas uma estagnação numa concepção do tempo histórico ele mesmo imóvel⁶. Enquanto zonas de acumulação dos detritos sociais e mercadológicos desse mesmo sistema neoliberal emergente no século XXI, as *zonas sem futuro* surgem no contemporâneo enquanto fenômeno praticamente intocado pela teoria sociológica e pela sociologia urbana.

¹ Este texto foi primeiramente submetido como trabalho final de disciplina aos professores Edson Farias e Mariana Cavalcanti, durante o segundo semestre de 2022, numa disciplina da linha de Sociologia Urbana no Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

² Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ, é membro dos grupos CASA (IESP-UERJ) e GELD (PUC-SP). E-mail: joaomacieira@iesp.uerj.br

³ ARANTES, Paulo. Zonas de espera em *O Novo Tempo do Mundo*: e outros escritos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2019.

⁴ URRY, J. 1995: *Consuming places*. London: Routledge

⁵ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

⁶ Ver, especialmente, GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção da Presença*: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2010.

De modo que não são apenas os recursos materiais ou simbólicos que são distribuídos desigualmente pelas zonas urbanas das grandes cidades contemporâneas, mas também possibilidades e perspectivas de futuro. Se há zonas de produção de mercadorias culturais, assim como uma reorganização das zonas industriais de produção no sistema global, as franjas sociais que sobraram estão destinadas à completa aleatoriedade quando o assunto é sua perspectiva de futuro⁷. Essa conclusão decorre não apenas da antropologia urbana preocupada com infraestruturas e sua política-poética⁸, mas também do tipo de sujeito social produzido depois do fim do Estado de bem-estar social, os supranumerários. Com o fim do Estado de bem-estar social e, portanto, desaparecida a intenção de totalizar o conjunto da sociedade sob a administração estatal, a tendência que se observa nas *zonas sem futuro* e nos *supranumerários* é de um gradual (contudo, veloz) abandono das franjas sociais à própria sorte. Processo que combina seus efeitos com a divisão espacial dos perímetros urbanos em zonas: para os supranumerários - os sujeitos sem futuro -, zonas igualmente sem futuro.

Evidentemente, esse não é um processo homogêneo e não são todas as cidades que constituem um exemplar da fragmentação urbana por zonas. Contudo, bastaria considerar que, dentro do capitalismo contemporâneo, um território urbano desintegrado das zonas industriais que forneçam mercadorias para o sistema global de produção, tem atualmente poucas opções além de se “mercantilizar”, no sentido de que sua aparência precisa se transformar numa imagem vendável, a fim de se tornar um *pólo gastronômico, turístico* ou *cultural*, isso é, um espaço-paisagem “consumível”.

O que interessa para um planejador urbano hoje é transformar a cidade não somente num pólo de produção de mercadorias culturais, mas ela mesma uma mercadoria cultural de valor no mercado global,

⁷ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

⁸ Termo de Brian Larkin (ver referência mais à frente).

fazer de determinadas zonas territoriais de seu perímetro urbano uma mercadoria desejável, esteticamente competitiva no mercado simbólico das cidades⁹.

E quanto aos territórios que ficam de fora da festança? Qual o espaço que os territórios que, incapazes de receber investimentos por parte do Estado ou do capital internacional, estão destinados a se tornar zona cinzenta no circuito de bens culturais das grandes cidades? Isso é o mesmo que perguntar pelos sujeitos que também ficaram de fora, aqueles que, desprovidos do capital social e cultural necessário¹⁰. É dessa pergunta que pretendo partir para a elaboração deste texto e da apresentação da ideia das *zonas sem futuro*. Antes, é preciso mostrar, ainda que de modo bastante resumido, como as cidades podem ser vistas como uma composição de zonas a partir do século XX.

ZONAS

Ainda no início dos anos 1960, Jane Jacobs¹¹ define os dois motores de desenvolvimento infraestrutural e organizacional disponíveis no momento para o planejamento urbano nos Estados Unidos: capital especulativo e investimento estatal planejado. Ao que tudo indica, no caso estadunidense, a maioria dos gestores urbanos se viram presos a dois modelos de organização das cidades e, incapazes de revolucionar as formas disponíveis, foram incapazes de escapar das suas limitações. Um desses modelos, surpreendentemente, é aquele das *gangues urbanas*, no que concerne ao seu sistema de divisão do território elaborado

⁹ O fato de que as cidades tenham se tornado “mercadoria simbólica” mostra o quão pouco há de puramente “simbólico” no *mercado de bens simbólicos* (Bourdieu). Afinal, nada mais material do que botar abaixo bairros inteiros, expulsar populações vulneráveis de suas precárias ou inexistentes moradias, inflacionar preços, a fim de construir museus, praças, galpões, armazéns que, na maior parte do tempo, estão vazios. Sua utilidade mercadológica, muito além das exposições, eventos, festas e shows que podem abrigar, é a produção de um ambiente, de um *clima* cultural específico, propenso à atração de investimentos: sua função econômica é estética e sua estética tem fins econômicos.

¹⁰ e às vezes nem isso, apenas incapazes de estar na hora certa e no lugar certo, já que a dimensão meritocrática do capitalismo clássico analisado por Weber já foi pelos ares há bastante tempo

¹¹JACOBS, Jane. *Vida e Morte das Grandes Cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

no pertencimento a determinadas zonas e limitação da circulação de pessoas e mercadorias entre elas. E ainda que não se possa falar que o modelo organizacional de cidades se mantém o mesmo desde então, é impossível negar sua continuidade na divisão dos espaços urbanas até o século XXI. Desde Jacobs, as *zonas* não são apenas formas de organização material do território, mas também meios de coerção e elaboração subjetiva dos sujeitos que constituem essas mesmas zonas. O sujeito, quando imagina-se pertencente a uma zona, é capaz de criar relações pessoais, comerciais, familiares com o entorno, com pessoas e com o espaço físico. A zona, portanto, é, ao mesmo tempo, objeto de observação dos sujeitos humanos, como também é parte ativa no processo de constituição das subjetividades que lhe constituem. De modo que falar em sujeito e objeto, quando tratamos da cidade (e as zonas) e seus habitantes é sempre numa relação dialética, na qual um constitui o outro. Seria impossível pensar qualquer identidade moderna, seja ela étnica, racial, linguística, artística ou geracional sem considerar a forma como as cidades contemporâneas são divididas e como elas compõem um quadro de relações entre os habitantes e ocupantes dos espaços urbanos. Ressaltar o caráter relacional dessa constituição dos sujeitos e do espaço é crucial para que não se entenda a ideia de “zona” enquanto identidade essencial, enquanto maneira naturalizada ou cristalizada dos sujeitos se constituírem.

Nesse texto, partimos da compreensão que a cidade é tão sujeito quanto os humanos que as habitam e, portanto, vivem sob a possibilidade de transformação constante. Nenhum diagnóstico é definitivo, assim como qualquer teoria behaviorista dos sujeitos humanos é apenas um quadro provisório, se não quiser se tornar uma teoria naturalista ingênua e anacrônica. Ainda assim, isso não significa a ausência completa de estruturas urbanas, assim como não se deve acreditar no fim das estruturas sociais no mundo contemporâneo.

Mudanças no espaço urbano são também mudanças nos sujeitos humanos que constituem esse espaço, o que certamente não se resume nas suas dimensões imediatas, mas que incluem mesmo as próprias definições históricas do que são cidades e seus fragmentos internos. Teóricos da arquitetura e do urbanismo, assim como seus historiadores, estão muito mais propensos a aceitar o fato de que as concepções estéticas que acompanham as mudanças no espaço urbano, assim como as intervenções diretas no seu corpo, têm implicações

muito além da visualidade ou da utilidade para os sujeitos. Elas são parte das subjetividades que compõem as compõem.

Tomemos, por exemplo, a obra de Henri Lefebvre, *A Produção do Espaço*¹²; trata-se justamente de perceber como a produção do espaço, nas suas fragmentações e nas suas composições, fazem parte de um processo social e histórico em última instância. Não é que exista algo de natural nos espaços que componham suas divisões sociais, pelo contrário, é o tipo de sociedade estratificada que compõe um espaço fragmentado. Tampouco, pode-se dizer (ao menos, a partir de Lefebvre) que é o capitalismo - e as ideologias que compõem seu quadro intelectual - que forçam os homens a viverem nesse mundo fragmentado produzido pelo capital. Um conjunto de práticas e de estéticas se misturam e levam a composição dessa difícil forma contemporânea de habitar o mundo, difícil na prática e na apreensão de seus sentidos, que são as grandes cidades.

Uma investigação sobre o espaço urbano, como foi a de Lefebvre e como a que tentamos aqui, pode revelar algo da sociedade que os produz, mas também sobre as formas como esse espaço é imaginado (ou melhor, produzido na imaginação). O espaço urbano, portanto, é um conjunto de práticas a primeira vista bastante concretas e materiais (como um simples ato de ir ao trabalho, o que implica uma determinada disposição de transportes, moradias, lojas, estradas, avenidas, ou lazeres, que dependem de parques, lagos, shoppings, centros culturais, estádios de futebol etc. Mesmo quem não sai de casa para nada pratica a cidade de uma determinada forma e não é apenas um sujeito passivo a observá-la), mas ele também é uma imaginação produzida pela sociedade (nas suas artes, entretenimento, nos seus mapas oficiais ou alternativos etc.) a respeito desse mesmo espaço¹³.

Em *The Poetics and the politics of infrastructure*¹⁴, Brian Larkin nos fornece uma larga revisão de um novo paradigma espacial na an-

¹² LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006

¹³ Não é por acaso, portanto, que este texto se dedica a um filme sobre os modos de habitar uma cidade, não para torna-lo exemplar, nem representativo da condição contemporânea ou entendê-lo como diagnóstico crítico, mas a fim de mostrar como a prática estética é também uma forma de constituir as cidades.

¹⁴ LARKIN, Brian. Aspolíticas e as poéticas da infraestrutura, revista ANTHROPOLÓGICAS Ano 24, 31(2): 28-60, 2020.

tropologia urbana, justamente ao demonstrar os caminhos tomados pela ciência social contemporânea em relação aos perímetros urbanos buscam escapar da relação engessada entre sujeito e objeto, admitindo um protagonismo até algumas décadas inimaginável ao espaço em relação aos sujeitos humanos que os habitam. Se as configurações políticas do espaço já não seriam, para a antropologia e sociologia contemporâneas, surpreendentes, a noção de *poética espacial* - que é, não esqueçamos, originalmente de Gaston Bachelard - abre um amplo campo de análises ao qual este texto pretende se incluir. Evidentemente, não compreendemos poética e política como elementos separados de um mesmo objeto, trata-se apenas da constatação que a dimensão estética do espaço está muito além da sua simples visualidade, mas da sua capacidade de constituir uma forma de conhecimento e, portanto, de dimensão fundamental dos sujeitos.

Trabalhos como os de Michael Taussig, Yael Navaro-Yashin, Michael Fisch¹⁵, são exemplares nesse sentido, uma vez que exploram o espaço constituído a partir das práticas humanas que se materializam, não apenas através de um efeito do tempo histórico, mas também no tempo presente mais imediato. Não faço referência a esses textos sem propósito: o resultado a que chegam esses antropólogos não é nem um pouco positivo (o primeiro chega ao conceito de “espaço de morte”, o segundo ao de “objetos melancólicos” e o terceiro à algo muito similar a qualquer distopia literária escrita no século XX).

A ideia, portanto, não é apresentar a formação das zonas sem futuro como algo intrinsecamente negativo, mas apontar para sua quase natural integração ao sistema capitalista contemporâneo e perfeita coexistência com os modos de vida produzidos nele. Não há nada de negativo em dividir grandes cidades em fragmentos ou zonas, mas a constatação de Jacobs (da qual nos servimos por se tratar de grandes cidades ocidentais) ainda no século XX pode ser seguida até a produção do quadro contemporâneo, no qual zonas pertencentes aos mesmos espaços urbanos se integram na cadeia global com resultados

¹⁵ FISCH, Michael. Tokyo Commuter Train Suicides and the Society of Emergence, *Cultural Anthropology*, vol. 28, nº 2, p. 320-343, 2013; TAUSSIG, Michael. Culture of Terror - Space of Death. Roger Casement's Putumayo Report and the Explanation of Torture, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 26, nº 3, p. 467-497, julho de 1984; NAVARO-YASHIN, Yael. Affective Spaces, Melancholic Objects: Ruination and the Production of Anthropological Knowledge, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 15, nº 1, p. 1-18, março de 2009.

absolutamente distintos. *Na verdade*, este trabalho quer argumentar, não se trata do *mesmo espaço*. Uma zona central de um grande centro urbano, próspera devido à atração de turistas, capital financeiro e investimento estatal pode estar (e é comum que esteja) a uma distância espacial pequena das zonas sem futuro; o que importa, na disposição contemporânea das grandes cidades, na radical diferenciação delas, é a possibilidade de produção de futuros. Trata-se de formas distintas de integrar a troca global de mercadorias e essa diferença tem força suficiente para apagar as distinções e especificidades históricas e culturais locais.

Num contexto de crescente *consumo de espaços* como se comportam os atores sociais diante dessa distribuição desigual de futuros? Se o consumo das paisagens produzidas por empresas, Estados, pequenos empreendimentos, centros culturais, sujeitos individuais, dita a atração de investimento - que, no capitalismo contemporâneo, traduz-se em condição primeira do estabelecimento daquilo que Kosselleck identificou como *horizontes de expectativa* -, o que acontece quando essa paisagem aparece como não-vendável, isso é, quando essas *zonas urbanas* não se traduzem em imagens prontas para a circulação no mercado de bens simbólicos global? É isso que pretendo investigar nas análises ao final deste texto. Antes disso, algo precisa ser dito a respeito do estado contemporâneo da estética, ou seja, o pós-modernismo.

OS EFEITOS DO PÓS-MODERNISMO

Não é trivial a discussão sobre a continuidade do modernismo no pós-modernismo e de que maneira o segundo supera o primeiro na sua espécie de “elitismo intrínseco”, tampouco as críticas feitas pela transformação da arte em mercadoria e o evidente abandono das grandes tradições estéticas no pós-modernismo, diferentemente do modernismos, que ora renova a tradição, ora incorpora alguns de seus elementos com aquilo que já foi chamado de arte primitiva. De todo modo, esse debate excede os limites e interesses deste texto, além de ter sido propriamente resumida por Fredric Jameson na introdução de seu ensaio sobre o pós-modernismo. Mas o que autores de orientações e objetivos dos mais diversos concordam, ao olharem de forma conjunta para as transformações econômicas no capitalismo pós-1970 e

o tipo de cidade que passou a emergir pelo mundo é uma aproximação ascendente entre capital e cultura. Basicamente, se a indústria cultural estava restrita, ainda nos tempo de Adorno e Horkheimer¹⁶, aos produtos culturais que circulavam nos limites restritos da cultura de massa propriamente ditos (televisão, rádio, cinema etc.), depois dos anos 1970, não há indústria que não seja, ao mesmo tempo, indústria cultural e não há cultura que não seja tocada pelo processo de mercantilização própria ao capitalismo contemporâneo, falando de uma maneira um tanto generalizada. As cidades fazem parte desse mesmo processo e se, pensando numa cidade como Brasília, toda a disposição urbana e a arquitetura produzida em conjunto com a cidade cheira muito mais à organização burocrática e de um país que buscava desenvolver seu capitalismo através de um modelo de tipo nacional-desenvolvimentista, atualmente o que se vê no Ocidente e nas suas periferias já não tem mais os mesmos ares grandiosos. Para a economia capitalista contemporânea e o tipo de lógica cultural dominante nela, uma cidade de tipo modernista pareceria demasiado estruturada, engessada, opressora ou inacessível¹⁷. É justamente o excesso de profundidade, tão facilmente relacionável com a amplitude das avenidas, com o gigantismo, ao mesmo tempo sofisticado e simples, do modernismo arquitetônico do projeto brasileiro, que o pós-modernismo aniquila, ao transformar o mundo em imagem, segundo Jameson. Quer dizer, se aquilo que o pós-modernismo arquitetônico identifica no seu percurso como utópico, elitista, era mesmo a sua dimensão futurista, a possibilidade da arquitetura urbana indicar caminhos e horizontes de expectativa que excedesse os limites do presente, aquilo que emerge no contemporâneo aparece como espécie de abandono total de qualquer dimensão de futuro ou passado.

Seguiremos, a título de exemplo, um comentário presente no ensaio de Jameson, a fim de orientar nosso argumento: sua crítica parte da comparação do alto-modernismo (Van Gogh) com o pós-modernismo em pintura (Andy Warhol). Fazendo aqui uma leve digressão, é

¹⁶ ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

¹⁷ HOLSTON, James. *The Modernist City: an anthropological critique of Brasília*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1989.

muito interessante é o fato de que, nos últimos anos, o CCBB do Rio de Janeiro, uma instituição do tom relativamente tradicional, tenha exposto Warhol como atração principal, enquanto as pinturas de Van Gogh tenham sido recentemente projetadas em paredes numa exposição interativa, muito mais acessível às classes médias brasileiras, desprovidas do capital cultural e econômico necessário à visita de museus tradicionais. O fim do ego burguês, comentado por Jameson, conhece nesse movimento em que Van Gogh vai às massas e Warhol vai ao museu uma experimentação exemplar: é a arte que deve “descer à rua” onde estão as pessoas (que podem pagar para vê-la) e se tornar acessível para o maior número possível, e não o ego que deveria se educar esteticamente através do contato com essa vertente tão difícil do espírito humano, como Schiller havia pensado¹⁸. Confirmaria-se o diagnóstico de Jameson de que a estética contemporânea volta-se para uma cultura de consumidores, sedentos por “um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por ‘espetáculos’” (p. 44)? De todo o modo, o que importa - em termos da constituição contemporânea da cultura urbana - é que, tanto o melhor da pintura do alto-modernismo, quanto o melhor do pós-modernismo (ou o pior, pouco importa, uma vez que é quase impossível estabelecer critérios estéticos objetivos para estabelecer o que é bom ou ruim na arte contemporânea), estejam disponíveis para conversão em capital cultural. Devido à fragmentação dos perímetros urbanos no último século, acentuada neste, o que ocorre é que zonas determinadas da cidade passam a funcionar como elementos de atração do capital financeiro.

Para Jameson, ainda se tratava puramente das mercadorias artísticas, dos objetos produzidos por pintores, escultores, diretores de cinema, romancistas, etc., ligados ao pós-modernismo. Mas o resultado apresenta-se, hoje, um tanto diferente disso: foi a própria cidade - reelaborada enquanto paisagem, imagem pasteurizada de si mesma - que se tornou a mercadoria e não apenas os edifícios que nela emergiram, como Jameson dá a entender. Certamente, o fenômeno fica mais interessante quando aparece naquelas zonas de “paisagem degradada”, aqueles bairros e perímetros urbanos abandonados pela indústria,

¹⁸ SCHILLER, Friedrich. *A Educação Estética do Homem*. São Paulo: Iluminuras, 2002.

vistos pelo Estado e pelo senso-comum como lugares perigosos da cidade, analisados pela antropologia urbana bem ou mal-intencionada com todo o detalhe, que agora assumem certo protagonismo na nova acumulação de capital.

O que se disse acima sobre pintura mal se diferencia do que o próprio crítico americano havia dito sobre o fato da “trilha no campo de Heidegger”, na qual o ser trilharia seu árduo caminho em busca da sua verdade autêntica, agora foi substituído por condomínios mal-ventilados nos cortiços, bastante similares àqueles que Jacobs apontava como representantes fiéis do processo de zoneamento urbano que igualava os planejadores urbanos às gangues de Nova Jérsei. Estendendo seu comentário, no lugar dos camponeses da Floresta Negra, cujo sonho heideggeriano via como via de acesso ao *ser germânico* e à *autenticidade germânica*, agora são aquelas zonas degradadas do perímetro urbano que vão nos servir de acesso, digamos, ao *ser carioca* ou à *autenticidade soteropolitana*.

No consumo pós-modernista das cidades, trata-se de dotar certas zonas urbanas - agora apropriadas para a acumulação de capital através da exploração do trabalho nos ramos da cultura e da expropriação de terra (basta lembrar as inúmeras realocações das populações de rua ou habitantes de moradia irregular, bem pouco diferentes nesse sentido dos primeiros moradores expropriados de suas terras durante a fase de acumulação primitiva na Revolução Industrial inglesa) - de uma nova figuração, uma feição diferente e apropriada, uma estética “consumível” para torná-la parte de uma identidade ou de uma histórica cultural.

A cargo de exemplo, no Rio de Janeiro, basta ir à Pedra do Sal numa segunda à noite e o sujeito poderá sentir, ao beber a caipirinha ou a cerveja aguada, o *ser autêntico carioca* vibrar em seus ossos sob o ritmo dos sambistas que cantam *O Hino das Três Raças*. Basta, também, tentar voltar a pé ao centro da cidade ou dispensar o transporte privado depois das 18h para descobrir o que fica de fora da “moldura” paisagística preparada para a atração de capital: os supranumerários e a vida supranumerária que existe no entorno de um pólo cultural vibrante, uma verdadeira zona sem futuro, onde nem dos bicos ou pequenas vendas é possível viver.

DAS ZONAS DE ESPERA ÀS ZONAS SEM FUTURO

A espera enquanto tema da cultura contemporânea

Na segunda parte do livro *O Discurso e a Cidade*, Antonio Candido propõe quatro análises de obras literárias, cujo objetivo é descobrir, a partir da crítica imanente, um sentido comum que marque todas elas. São análises de textos muito diferentes entre si, separados geográfica e temporalmente em origem e difusão, além de escritos em línguas diferentes, mas que guardam entre si uma característica fundamental. Nas palavras do autor, eles “figuram, situações regidas por um sentimento que em nosso tempo se tornou frequente, às vezes obsessivo: a expectativa de perigos iminentes, quase sempre com a suspeita de catástrofes¹⁹”.

Como justificar a presença desse sentimento? Como justificar o encontro dele na cultura contemporânea? Seria esse sentimento algo que mora no próprio sujeito que analisa as obras e imputa nelas um sentido possível, mas não necessário? Ou seria justamente a *espera* por uma catástrofe que, muitas vezes, não vem uma marca do espírito do tempo, do sentido de uma época (a nossa)?

Não faz parte dos objetivos, nem das possibilidades, das ciências sociais *confirmar* ou *negar* nenhum dos pontos levantados acima. Trata-se de descrever e interpretar - de buscar, a partir da revisão de literatura existente e da construção de um diálogo entre objetos disponíveis no mesmo campo de análise. Candido descreve seu método como uma análise da “camada aparente da obra, ou seja, naquilo que ela tem de imediatamente apreensível pelo leitor e poder ser apresentado pelo crítico sem recurso aos elementos germinais ocultos²⁰” (p. 13), somada à análise de uma *segunda camada*, “o subsolo do discurso, cuja investigação obseda diversas modalidades da crítica de nossa era²¹” (p. 14). É verdade que esse *subsolo do discurso* fica indefinido, o que para Candido indica a possibilidade de “deslavado arbítrio ou às simulações de profundidade”. Contudo, como formulou n’*A Obra Aberta*, Umberto Eco mostra como, para uma crítica que deseja escapar da reprodução de modelos pré-fixados quando vai ao encontro das obras,

¹⁹ CANDIDO, Antonio. *O Discurso e a Cidade*, São Paulo: Todavia, 2023, p. 12.

²⁰ *Idem, Ibidem*, p 13.

²¹ *Idem, Ibidem*, p 14.

é necessário estar em dia com as complexidades que essas obras se propõem. Desde a arte moderna, em especial o alto-modernismo, a realidade é que, tanto o sentido da obra na sua produção final, quanto o sentido atribuído pelos críticos (leitores, espectadores, ouvintes etc.), estão em aberto. Essa abertura não configura um conjunto infinito de possibilidades, mas tantos quantos possíveis diante da expansão do público e da indefinição formal ou escolástica que marca a composição dessas obras.

De maneira que, em nossa análise dos filmes a seguir, trata-se de encontrar um sentido comum, possibilitado pelas condições formais que essas obras nos oferecem, sentido esse que deve ser captado pelo conceito proposto de *zonas sem futuro*.

É justamente nesse ensaio em quatro partes que Paulo Eduardo Arantes se baseia para a elaboração de seu conceito de *zonas de espera*.

Afinal, o que seriam as tais *zonas de espera*? O ensaio de Paulo Arantes inicia com uma incursão aos estudos de Lois Wacquant sobre as prisões estadunidenses, mostrando como, através de mecanismos de controle do tempo e de aplicações de punições sem objetivo determinado, a detenção tornou-se mais ou menos um inferno literalmente dito, sentido psicologicamente enquanto uma *espera por nada*. Tanto o preso, quanto o ex-detento, deve passar por ondas de punição constante que lhe arrancam a autonomia do movimento, obrigando-o a esperar por horas numa determinada repartição, depois mais alguns dias para que o resultado de um processo seja publicado, então mais algumas horas ou dias em diferentes salas de espera e esse processo mesmo não possui qualquer perspectiva de fim, de enquanto objetivos a atingir, nem enquanto finalização das atividades. Para Arantes, é fácil compreender como o controle do tempo, aplicado enquanto mecanismo de punição às populações carcerárias, mostra-se um dos elementos mais importantes da política contemporânea.

Não é mais a aceleração pura e simples o objetivo das elites econômicas, mas a capacidade de acelerar e, ao mesmo tempo, fazer esperar que interessa realmente, porque, diante de um mundo cultural que bombardeia excessivamente, de empregos que exigem velocidade excessiva, de processos tecnológicos que tornam obsoletos não só os maquinários a cada cinco anos, mas as pessoas que não se adaptaram aos lazers e comunicações que eles oferecem, a grande vantagem para uma elite não é só seguir a velocidade do mundo, mas ser dotado da possibilidade de escapar dela quando desejar.

Quer dizer, a normalidade se tornou ser engolido pela exigência de tempo. A carência de tempo *parece* apenas um fenômeno inter-classes, levando do alto-empresário até o funcionário mais baixo da empresa. Aliás, não são poucos os exemplos de organização do trabalho uberizado que têm no tempo seu elemento fundamental: nos serviços de entrega por aplicativo, quem tem moto ou bicicleta elétrica faz mais corridas em menos tempo do que os vão pedalando ou que dependem do aluguel diário de bicicletas, e acaba retirando o sustento em menos horas ou consegue maiores quantias. Nos serviços de *freelance* por aplicativos, quem termina o serviço mais rápido ou tem mais tempo disponível para se dedicar à atividade, seja ela qual for (desde passear com cachorros até dar aulas de sociologia), é redirecionado, por meio do algoritmo do aplicativo, para receber mais clientes. Portanto, não é só numa relação entre elite e classes trabalhadoras que a divisão desigual de acesso ao tempo se mostra crucial, mas dentro de cada organização, grupo ou amontoado de trabalhadores, velocidade e capacidade de fazer o tempo parar importam mais do que qualquer outra coisa.

Na definição de Arantes, portanto, há duas formas de viver sob os novos regimes temporais: uma é definida idealmente pelo caso dos detentos das prisões mais avançadas no globo, onde a completa perda de tempo é, ao mesmo tempo, a regra e o objetivo final. De outro, encontramos aqueles processos de aceleração geral na vida das sociedades contemporâneas:

uma tremenda mutação temporal virou de ponta cabeça o mundo que o capitalismo vencedor está reorganizando e governando. Mutações cuja fratura exposta se encontra justamente na virada punitiva operada pelo estado bifurcado estudado por Wacquant. Daí as duas esperas, uma disciplinadora da insegurança social alimentada pela inquietação do trabalho desqualificado; outra envenenando a “euforia perpétua” das novas classes confortáveis que o capital costuma acariciar com uma mão e infernizar com uma outra²².

²² ARANTES, Paulo. *Op. cit.*, p. 42.

O que Paulo Arantes descobriu foi a dimensão punitiva do controle do tempo: “A grande espera de hoje é assim a da imobilidade forçada, necessariamente punitiva, pois estar proibido de mover-se é uma fonte inesgotável de dor, incapacidade e impotência”. Essa dimensão punitiva através do controle do tempo não é sinônimo do controle de tempo de trabalho imposto às classes trabalhadoras fabris no início da Revolução Industrial: trata-se da punição enquanto objetivo último, sem que se obtenham resultados produtivos:

a virada punitiva que acompanha um novo regime de acumulação, cuja associação com a regulação coercitiva do trabalho dos pobres Wacquant foi o primeiro a ressaltar com o vigor que se sabe, tem a ver com esse desígnio de recentrar o governo de populações supostamente lentas no rumo de uma outra celeridade, diversa das cadências do antigo regime fordista. A pressão temporal permanente agora é outra — por isso se pune exemplarmente quando se impõe o sem sentido da pura perda de tempo aos perdedores aprisionados, uma vez que o fantasma dos ativos é a impossibilidade absoluta de perder tempo²³.

Para resumir o argumento: trata-se da formação de uma dualidade nos regimes de organização temporal da sociedade, sendo uma a paralisação punitiva e outra a aceleração constante. Valho-me desse pensamento para argumentar que, como tudo que é abstrato, mas socialmente efetivo, essa divisão se faz valer também na forma como os espaços se organizam - mais especificamente, quero ressaltar como as novas formas de divisão espacial das cidades repete essa divisão, ao criar as *zonas sem futuro*. Vale comentar que, para Arantes, tanto a aceleração social constante dos “vencedores”, quanto a espera sem sentido e punitiva dos “vencidos” são formas “presentistas”, para fazer alusão ao conceito historiográfico. São ambas formas “sem futuro”, na medida em que são incapazes de projetar um horizonte de expectativas social, mas somente fornecer um transe, uma vertigem decorrente do próprio processo de aceleração - acelera-se para não sair de onde está.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 35.

ZONAS SEM FUTURO

Voltando aqui à discussão dos espaços urbanos, vale lembrar que, para o capitalismo contemporâneo, ainda que tudo possa se tornar mercadoria, é da natureza do mercado que nem todas possam ser *cases* de sucesso. É de se esperar, portanto, que em qualquer lugar do mundo, as *zonas sem futuro* excedam em muito as zonas onde se possa vender autenticidade. O que essas zonas de autenticidade oferecem no espaço, seguindo aqui a divisão fornecida por Paulo Arantes no tempo, é a possibilidade da vertigem e do transe coletivo. O que as zonas sem futuro vivenciam é, justamente, aquela espera sem sentido ou destino que Wacquant estudou.

Como busquei demonstrar no início do texto, ao menos desde o meio do século passado, um processo de fragmentação urbana, interno à própria constituição das grandes e médias cidades modernas, vem sendo pensado e analisado por teóricos do urbanismo, das ciências sociais, por literatos etc. O mesmo século XX conhece a formação de um “novo” tipo de sujeito social – “novo”, talvez apenas na sua configuração moderna, cuja forma remete a antigos sujeitos desgarrados da estrutura social, presentes em toda a história das sociedades ocidentais –, aqueles que o sociólogo Robert Castel chamou de *supranumerários*.

Na sua definição de Castel, esses sujeitos vivem numa condição que, ao iniciar nas franjas mais excluídas da sociedade, revelam uma tendência geral na estrutura da sociedade contemporânea pós Estado de bem-estar social. Eles vivem, literalmente, quase fora de qualquer sistema de proteção social, porque os programas de inclusão social desenvolvidos nas últimas décadas do século XX parecem incapazes de compreender as necessidades ou aspirações desses sujeitos nas suas totalidades. Os programas que constituem a proteção social desses sujeitos parecem, acima de tudo, incapazes de possibilitá-los para a construção de um horizonte de expectativas.

Algo se altera na percepção temporal quando se vive sob tais condições: o presente parece uma repetição inesgotável de necessidades que surgem do dia-a-dia, sendo mais ou menos supridas por esforços cotidianos, bicos, pequenos favores, ou pelo que resta do Estado de bem-estar social, a depender do país onde se encon-

tra²⁴. Enquanto o futuro parece fechado, ou melhor, marcado “pelo signo do aleatório”, nas palavras do próprio Robert Castel.

Para utilizar passagem de Arantes mais uma vez, “*pessoas que esperam simplesmente não existem*. Essas em particular, de cujo futuro trabalho (previamente treinado para a flexibilização total como se está vendo), intermitente ou francamente clandestino, depende toda a infraestrutura da mundialização” (p. 56). É justamente desses que esperam sem saber pelo que esperar e que, em última análise, não existem que se compõem os *supranumerários* e as *zonas sem futuro*. Mas vale lembrar que, tanto a inexistência, quanto a espera, são apenas aparentes, na medida em que esses sujeitos devem se dedicar à quaisquer atividades possíveis (e impossíveis) para se manterem vivos. Portanto, têm uma atuação nos seus territórios, organizam a vida social de alguma forma, ainda que essas atuações sejam da mais absoluta aleatoriedade e essas formas sejam transitórias.

Quer dizer, a atual estrutura do modelo de sociedade capitalista, ao funcionar “bem” e “corretamente” produzirá supranumerários: isso não é bem uma novidade, mesmo no primeiro volume de *Capital* de Marx encontramos referências à reserva de força de trabalho nos desempregados estruturalmente produzidos pelas crises no sistema capitalista²⁵. Contudo, regido sob a lógica neoliberal, a produção social de supranumerários – excedente não de força de trabalho, mas de *corpo social* mesmo, cujas funções são incertas e cujo papel na cultura na maioria das vezes é invisibilizado – aparece como uma tendência generalizada e, mais importante, internalizada nos sujeitos individualmente: desde as últimas duas décadas do final do século XX se fez crer, através de dispositivos culturais²⁶, de maneira generalizada e bem-sucedida que depende do indivíduo, e não de um plano política e socialmente organizado, a sua própria sobrevivência financeira e social dentro dessa selva que é capitalismo contemporâneo.

Esses sujeitos devem empregar todas as suas características, os fragmentos de suas biografias flageladas, habilidades, forças mentais

²⁴ Brano Milanovic nos mostra como é possível ser *punido* ou *privilegiado* enquanto trabalhador ou cidadão num contexto de divisão global do trabalho e dos direitos pelo simples fato de ter nascido numa região do globo ou em outra, ver *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo*, São Paulo: Todavia, 2020.

²⁵ MARX, Karl. *O Capital*, vol. I. São Paulo: Boitempo, 2011.

²⁶ CHAMAYOU, Grégoire. *A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

e físicas a fim de mercantilizá-las: longe da possibilidade de assumir uma função trabalhista fixa, muito mais ainda de projetar um futuro de ascensão social, a maioria desses sujeitos tem de sobreviver tornando suas identidades vendáveis e comercialmente interessantes. Não por acaso esse processo de desnaturação da sociedade do trabalho é contemporâneo à ascensão, nas economias nacionais, da importância da comercialização de serviços ou bens de consumo simbólico.

Não só as redes de solidariedade social que já eram normalmente desnaturadas pelos processos de mudança acelerada do capitalismo moderno se rompem: a lógica neoliberal impede que instituições políticas e sociais reconfigurem essa solidariedade *fora da lógica da troca de mercadorias*. Não apenas existem os supranumerários, como todo sujeito está próximo de se tornar um, caso seu conjunto biográfico, identitário e suas habilidades técnicas estejam desatualizadas em relação ao que circula no mercado de bens simbólicos contemporâneo.

Com o fim do regime soviético, tratou-se de um verdadeiro “fim da história”, ao menos no sentido ressaltado por Paulo Arantes na sua leitura da famosa obra de Francis Fukuyama: o capitalismo havia se tornado um sistema econômico absoluto, sem rivais; essa ausência da ameaça comunista e de planos de política econômica alternativa vieram com seu revés, uma vez que o sistema capitalista enquanto hegemônico apareceria introduzir um sentido histórico progressivo. Isso é: a história perdera seu caráter locomotivo – para fazer referência à conhecida metáfora socialista – e assumiria agora um modelo estacionário, cuja base seria a administração e manutenção da acumulação de capital.

A guerra travada por grandes corporações contra os sindicatos nos países ricos do Ocidente²⁷ vão contribuir também para esse resultado, na medida em que as proteções sociais e os modelos coletivistas iam sendo minados: o indivíduo, “o trabalhador” que se movia até um espaço específico para passar oito horas por dia com seus semelhantes de classe foi perdendo lugar para “o empreendedor”, o gérmen do sujeito neoliberal do século XXI. Ao mesmo tempo, essas mesmas grandes corporações foram se tornando, sozinhas, responsáveis – ao menos passaram a ser publicamente responsabilizadas – por assumir pautas coletivistas, ambientais, e o que se chamaria hoje de antirracistas.

²⁷ *Idem, Ibidem.*

O resultado geral desse processo pode ser resumido como o seguinte: o indivíduo, cuja ligação com o trabalho agora passa a ser prioritariamente a de um prestador de serviços, cujas habilidades particulares e técnicas apreendidas durante a vida são compradas por empresas (como se a relação entre patrão e empregado tivesse, num passe de mágica, sucumbido). Ao mesmo tempo, as pautas de justiça social, de responsabilidade ambiental, de ações contra o racismo, o machismo entram também nos programas de política interna das empresas²⁸ (*Idem, Ibidem*). Sendo assim, uma nova prioridade acaba aparecendo no mundo empresarial no mundo ocidental, que vai além do campo industrial: trata-se da constituição de um mercado de fantasias e de sensações.

Portanto, chegamos até aqui neste texto com as seguintes conclusões: as cidades contemporâneas são estruturalmente pensadas e projetadas por zonas, não apenas pelo poder público, mas por grandes investidores, empresas, pequenos negócios e mesmo, no plano individual, são consumidas pelos sujeitos enquanto fragmentos de um espaço de pertencimento. Algumas dessas zonas, seguindo o processo de globalização do mercado de imagens e paisagens, tornam-se prósperas, mediante sua capacidade de invocar, através do consumo, uma espécie de ligação entre os sujeitos e uma identidade cultural ou histórica. Ou então, essas zonas são capazes de atrair os sujeitos através do lazer e do entretenimento, da promessa de erudição (ou melhor, de acúmulo de capital cultural). Nem todas as zonas são capazes disso, uma vez que, para se tornar esse ambiente de vibrante vida cultural, é preciso ser também atraente aos grandes investidores e, portanto, para a acumulação de capital (que continua dependendo, como sabe-se desde Marx, da expropriação de espaço).

No pós-modernismo, a fruição através do consumo fácil e da identificação do sujeito com o produto dita a regra estética, portanto, é preciso que essas zonas sejam capazes de produzir produtos culturais de fácil acesso a uma população. E, desde o início do pós-modernismo, isso tem pouco a ver com *o belo*, mas com o *pop*²⁹, ou com o *camp*³⁰, portanto não se trata exatamente de vender uma fração bonita da cidade, mas torná-la bonita *porque é vendável*.

²⁸ *Idem, Ibidem*.

²⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

³⁰ SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

Nas próximas páginas, numa análise do filme *Project Florida*, apresento uma forma de desenvolver meus argumentos a respeito das novas configurações urbanas através da figuração estética cinematográfica.

PROJECT FLORIDA: O QUE RESTOU DO FUTURO?

Muito se pode dizer sobre um filme, principalmente sob uma ótica sociológica. Há determinados perigos na atribuição de conceitos e reflexões provenientes de uma ciência que se propõe, na medida do possível, independente. Como diz Frederic Vandenberghe, é preciso uma dimensão de crença na existência de um plano social independente tanto da realidade natural da vida humana, quanto do plano empírico imediato para fazer sociologia. De modo que um filme não serve menos à análise sociológica do que qualquer outro fenômeno social.

Contudo, é acredito necessária certa cautela para não extrapolar os limites próprios ao objeto. Um objeto artístico, dizem alguns teóricos e filósofos da arte, tem como principal característica uma *forma*, enquanto mediação entre o mundo e seu conteúdo interno: mais do que aquilo que a preenche enquanto conteúdo, é a mediação - que serve também de mediação entre o criador da obra e o mundo que o circunda - que marca individualmente a obra e a insere num contexto histórico e sistemático com outras obras.

Com uma obra cinematográfica, o processo é ainda mais complexo para um observador sociológico, uma vez que não se pode apontar precisamente quem é seu autor, quais as suas intenções, que tipo de sentido é atribuído à cada parte do processo de construção da narrativa, etc. Como colocou Walter Benjamin³¹, enquanto a primeira arte cujo processo de produção é industrial na sua forma, o cinema apareceria enquanto aquele fenômeno artístico que melhor representa as contradições da sociedade do mundo contemporâneo. Muito se produziu desde então, não se trata mais de simplesmente analisar o cinema enquanto pura ideologia capitalista, nem (ingenuamente) enquanto um produto finalmente “desideologizado” com a emergência de suas versões independentes. O modo de produção industrial da narrativa cinematográfica ainda importa, na medida em que existe

³¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense: 1987.

todo um mercado de bens simbólicos que não apenas premia ou penaliza certas escolhas estéticas e morais, mas que também produziu um contexto social em que a decisão de manter ou não certas cenas ou falas pode custar todo um projeto de centenas de milhares de dólares.

Nossa análise se alimenta justamente dessa condição: se cada cena é uma escolha e cada sequência de imagens é rigorosamente pensada e decidida, levando-se em consideração não apenas a escolha dos envolvidos na produção, mas também esse contexto de mercado, então a combinação de elementos imagéticos, quando produtora de um sentido, deve ser considerada. *Project Florida* é exemplar, porque sua narrativa é absolutamente dependente de uma combinação entre arquitetura, estética contemporânea e condições sociais dos personagens envolvidos.

Explico-me melhor: as cenas iniciais do filme são compostas por três crianças brincando de esconde-esconde, Ao fundo, vemos as ruas e avenidas tipicamente largas e pouco movimentadas do estado da Flórida, nos Estados Unidos. Vê-se também o espaço onde, como saberemos em breve, essas crianças vivem. De início, é difícil dizer se trata-se de um condomínio, um hotel, um aparthotel, mas logo veremos que é um motel. Ele se chama, ironicamente, *Futureland Inn*, o que já anuncia a dimensão trágica-cômica do filme.

O letreiro, em estilo *kitsch*, característico da publicidade do último século (mas que neste só pode ser percebido com tons de decadência ou de puro patishce), diz ainda “*STAY IN THE FUTURE TODAY*”. Dois foguetes, alocados ao lado do letreiro (um escrito USA, o outro CANADA) organizam a experiência do espectador, que logo vê também a realidade do motel que emerge por trás da entrada, com dezenas de carros usados, os quartos apertados uns contra dos outros, as roupas penduradas à vista e praticamente nenhuma vida social aparente. Ainda mais ao fundo, completando o quadro, vê-se um segundo outdoor escrito “*PREGNANT?*”, o que dispensa mais explicações.

Essa combinação de elementos será crucial para a composição estética da narrativa - só podemos captar o sentido de *Project Florida* considerando que a vida dos personagens e o espaço no qual circulam depende da produção de uma atmosfera e de uma temporalidade que eu gostaria de apontar como uma *zona sem futuro*. Considerando o que foi desenvolvido anteriormente neste texto, isso é, que a produção do espaço urbano capitalista contemporâneo depende da mercan-

tilização dos espaços num contexto global, da produção de imagens e paisagens que possam circular e, na esfera do desejo tal qual produzido pela estética pós-modernista, atrair capital, o espaço social em *Project Florida* está completamente excluído dessas possibilidades.

É crucial a cena em que um casal de brasileiros chega ao *Futureland Inn*, acreditando se tratar de um parque da Disney e se recusa a ficar de forma alguma. A personagem diz que era seu sonho passar a lua-de-mel na Disney (o que, se o leitor permite a invasão da opinião do autor deste texto, não é inverossímil no contexto das classes média-altas brasileiras). Portanto, diante daquele espaço - que, de muitas maneiras, mimetiza a estética-Disney de muitas maneiras, mas numa versão *supranumerária* -, só pode sentir a mais honesta aversão. Desprovidos de um Estado organizado que possa fornecer moradia digna - ou, simplesmente, moradia que *não humilhe deliberadamente os cidadãos* -, os supranumerários que vivem no *Futureland Inn* só tem como opção viver num motel (que podem pagar semanalmente, portanto, sem precisar de um contrato de aluguel - que não poderiam cumprir, de qualquer forma) que, seguindo a estética pós-modernista dominante do mercado contemporâneo de imagens, é simplesmente inaceitável para qualquer um que tenha condições financeiras mínimas.

Isso não tem a ver, necessariamente, com pobreza. O mercado de imagens e paisagens do Rio de Janeiro, combinando hotéis de luxo com favelas em morros próximos à praia, estão aí para provar isso. Em algumas dimensões, a pobreza - ou melhor, as imagens e mercadorias culturais relacionadas à pobreza - tornou-se atraente para o capital financeiro contemporâneo. Mas não o tipo de pobreza que domina o espaço em *Project Florida*.

Esboço de uma análise:

Antes mesmo do fim dos primeiros dez minutos, uma discussão apresenta uma teorização importante sobre o estatuto do trabalho no mundo supranumerário: a senhora que teve o carro sujo pelas crianças, ao vê-las se divertirem limpando a bagunça que fizeram, diz que elas “estão se divertindo demais e não deveria ser divertido, *devia ser trabalho*”. O que se segue é que a menina em que cuspiram, agora interessada na amizade deles, começa a ajudá-los e também acha divertido limpar com carro com folhas de papel toalha. Como se estivesse suspensa a regra moral de que é preciso punir individualmente os

crimes cometidos a fim de dar uma lição aos desajustados, o simples fato das crianças *trabalharem juntas* indistintamente da condição de culpados ou inocentes é suficiente para inaugurar uma comunidade baseada na amizade que se estenderá, surpreendentemente, desde a mãe da primeira menina até a dona do carro. Uma vez que não importa *de quem* é o trabalho - afinal, aqui o trabalho das crianças deveria ser utilizado como pagamento de uma dívida, primeiro moral, e depois financeira - mas que ele é feito por todos e de uma maneira tal qual ele é indistinguível da brincadeira, então algo de novo é inaugurado. Perde-se a dimensão educativa e moral ao fazê-lo, mas algo novo, uma comunidade fundada na amizade, é produzida. Não é por acaso que isso vem de dentro da vida supranumerária, uma vez que esses personagens representam aqueles sujeitos que, nem mesmo no país capitalista mais desenvolvido do mundo, são capazes de atingir sequer a pobreza, mas estão quase que perdidos numa condição de aleatoriedade. O que se perde com isso? A educação burguesa e responsabilização individual pelos atos cometidos, portanto, a capacidade de culpabilização de três crianças com menos de dez anos. O que se ganha? “Socialização”, diz a jovem tatuada, mãe da menina envolvida no caso.

Em seguida, as crianças vão buscar num restaurante quentinhas feitas com prováveis sobras de pratos, entregues pela mãe do menino (que trabalha lá como garçoneiro). Elas são entregues pelos fundos do restaurante, uma vez que excedentes de produção não podem ser dados aos que não podem pagar por eles, mas deveriam ir para o lixo. Uma progressiva socialização do trabalho e de seus frutos vai sendo apresentada nas cenas - as crianças socializam o trabalho, depois a mãe do menino entrega a eles (e à mãe da menina) comida de graça. Ingressamos num mundo onde nada se vende e nada se compra, onde o capital não circula e não se vê uma nota por dez minutos seguidos, apesar das pessoas consumirem e trabalharem.

Quando o dinheiro aparece, é para anunciar a chegada de um problema: a mãe do menino, amiga da mãe da Menina (Ma) não foi promovida no restaurante e não poderá ajudá-la a entrar no mercado de trabalho. Logo depois, vemos Ma discutindo com a assistente social os motivos de sua demissão - é só aí que sabemos que ela trabalha num stripbar fazendo danças (o que não é um problema para a assistente social, o que realmente complica as coisas é o fato de que ela agora precisa informar ao Estado que a assistida não tem mais um emprego

ou um total de pelo menos 30h de trabalho semanais, o que poderá afetar sua posição de assistida).

Tal a crueza da iluminação da filmagem, a linguagem impolida dos personagens também expressa e produz facetas da condição supra-numerária, pois se trata de uma posição social onde não há porque se preocupar com a influência que o uso de xingamentos e linguagem chula e informal, inclusive com autoridades possa acarretar, já que se está, parcial ou totalmente, fora do mercado de trabalho e à margem da sociedade moralmente respeitável quase o tempo todo. Daí que pouco importe para Ma que sua filha tenha xingado ou ofendido no início do filme, porque na condição na qual elas se encontram isso parece fazer pouca ou nenhuma diferença.

Dois exemplares da estética do *brutalismo supranumerário* que combinam com as próprias residências dos personagens são os centros comerciais, mercados e lanchonetes espalhados pela avenida onde as ações se desenrolam. Uns tem formato de laranja gigante - símbolo estadual da Florida -, outro de uma cabeça gigante de mago, com chapéu e barba, nada que remeta a qualquer objetivo estético, além da pura infantilização do público consumidor - exatamente como os projetos e conjuntos habitacionais que servem de residência. O *kitsch*, como diz Adorno³², não é puro mau-gosto, mas uma redução humana dos sujeitos envolvidos na sua experiência e que aquelas personagens tenham de viver carregadas da estética *kitsch* é quase uma camada a mais de punição por suas condições sociais. Trata-se disso, afinal, uma vez que quem não pode pagar por um lugar para morar não deve ter o direito de morar num lugar, nem bonito, nem feio, mas humilhante e degradante. Essa arquitetura, assim como as roupas e, no fim das contas, as próprias expectativas e sonhos desses personagens parecem mais com *restos, imitações baratas* ou mesmo com o *descarte* que as classes médias deixaram passar desde os parques de diversão da Disney World, dos shoppings outlets e similares espaços de entretenimento de má qualidade. Vivendo onde o futuro não é possível, nem a magia existe para além da fachada de lanchonetes de *fast-food*, os supranumerários estão à margem tanto da sociedade do trabalho (em evidente crise), mas também do tipo de fantasia produzida nela. Daí que podem se encaminhar até esses locais, tentando enganar visitantes e consumidores para conseguir, quando bem entenderem, sobremesas de graça.

³² ADORNO, Theodor. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 1982.

Um dos principais mediadores entre a “realidade” da sociedade do trabalho e a vida supranumerária é o personagem Bobby, o administrador de *The Magic Castle*. Trabalhador mal-pago e explorado, Bobby tem uma missão nada simples de tornar a vida dos habitantes do conjunto suportável - na medida em que eles paguem o aluguel e não exagerem nas digressões morais - mas também assume um papel moralizante, ao ter de ensiná-los, vez ou outra, que não devem largar seus filhos por aí ou arrumar brigas no estacionamento. Última barreira que separa os supranumerários dos dispositivos de punição que a sociedade normalizada do trabalho separou para os desajustados, Bobby é um dos personagens mais simpáticos da narrativa - ele mesmo identificável com qualquer um dos lados da moeda, apesar de, no momento, estar incluído enquanto autoridade, assemelha-se a última figura estatal que os supranumerários do filme conhecerão antes dos agentes penitenciários, dos enfermeiros do manicômio, dos médicos do hospital público ou dos assistentes sociais e do Conselho Tutelar.

Há uma certa melancolia - do tipo *falta de esperanças* - na atuação de Willem Dafoe (Bobby), justamente porque não há escapatórias dessa condição; uma vez que a sociedade do trabalho colapsou e as expectativas de ascensão social já não são críveis por ninguém, o melhor que poderia acontecer é uma projeção de melhoria de vida para as próximas gerações. Isso já não é possível, o que é muito claramente exposto nas figuras das crianças que não puderam ser educadas esteticamente ou moralmente para o comportamento “normal” em sociedade e, portanto, só podem esperar o mesmo futuro “desajustado” e deslocado que seus pais. Nenhuma das personagens crianças do filme tem o que se poderia chamar de uma família normal, todas moram com uma ou mais pessoas num apartamento minúsculo e conhecem muito bem os vizinhos, todos atingidos ou pela doença, ou pela loucura, pelo desemprego e/ou participam ativamente do crime.

Há tantas residências abandonadas, cujo sentido e uso são completamente desconhecidos que há pouca ou nenhuma comoção ou alteração na vida comunitária depois que o grupo protagonista de crianças incendeia, por acidente, uma casa da região. Os moradores dos complexos ao redor entendem aquilo como entretenimento, um incêndio como algo do qual se deve retirar uma distração (por exemplo, quando Ma pergunta a sua filha, enquanto ambas assistem ao in-

cêncio se aquilo “não é melhor do que televisão?”). Estranhamente, que um edifício queime não é algo negativo para os moradores, eles mais ou menos entendem que era um lugar que não deveria existir, que atraía viciados e prostituição. Mas o que isso significa, quando se trata, fundamentalmente, do mesmo tipo de *zona sem futuro* na qual moram? Poderia esse julgamento ser emitido por um outro sujeito, um observador externo que analisa, por exemplo, um dos conjuntos habitacionais do *Futureland* ou o *Magic Castle*? Uma figura retirada daquele espaço, portanto, crente de que se trata de uma configuração estética e espacial tão ruim que nada pode ser pior, portanto, que um incêndio não faria tão mal?

Uma discussão aparentemente sem motivo definido faz com que a Ma e sua amiga, que trabalha numa *wafflehouse* local rompam as relações. Logo saberemos que isso se deve ao fato de Ma estar se prostituindo, recebendo clientes mesmo com sua filha dentro do quarto. Quando a palavra se espalha, Ma terá problemas com o serviço social e perderá a guarda de sua filha. Enquanto a amizade das duas mulheres (e mães) está rompida, Ma vai até a lanchonete onde sua amiga trabalha e, mais uma vez, a narrativa cinematográfica constrói de maneira brilhante a condição *outsider* das personagens. O consumo é coisa tão rara e, normalmente, possibilitada somente através do furto, do golpe ou do crime, que quando ele aparece, é numa forma de exagero. Ma pede comida de forma exagerada (na verdade, toma uma posição infantil, ao deixar que sua filha “peça o que quer comer, porque elas passariam o dia todo ali”), depois as duas fazem uma “competição de arrotos”.

Tudo se passa como se os adultos, mas principalmente Ma, fossem incapazes de cuidar de uma criança, até porque incapazes de, por si mesmos, cuidar da própria vida. *Project Florida*, se visto dessa forma, é um filme conservador que reforça estereótipos. Contudo, escapar da sociedade do trabalho e sua moral (o que quer dizer, seus preconceitos também) abre espaço para novas possibilidades, novos horizontes de ser e poder, outras configurações estéticas e familiares. Bom lembrar que os supranumerários são produzidos estruturalmente na sociedade do trabalho, não só incapaz de incluir a todos, mas principalmente, ativamente produtora de *inintegráveis* na sociedade. Não por uma questão de crise estrutural capitalista, nem por uma insuficiência

da política estatal de cuidado e atenção às classes mais baixas (bem ou mal, existe um olhar do Estado e uma presença da autoridade na figura de Bobby, por exemplo). Mas porque o mercado, seja no consumo, seja no trabalho, já não pode ser visto como um elemento produtor de horizontes de expectativas. O filme é claro sobre isso: os edifícios esteticamente humilhantes onde moram os supranumerários, os locais de consumo e trabalho são todos frutos do próprio mercado capitalista do qual dependem, mas não podem fazer parte.

Não pode haver ironia maior o fato de que tudo isso pode ser lido como uma paródia trágica do sonho americano prometido em Walt Disney e seu mundo da fantasia, mais presente na realidade concreta do que se pode ver na superfície, já que a única maneira de lidar com a fantasia enquanto supranumerários é através do cinismo e de um senso realista talvez inimaginável fora desse espaço social: *não se acredita em trabalho, nem em consumo*, ainda que seja possível consumir e trabalhar em alguns momentos para poder viver. É até irônico que, num período em que se fala de *sociedade do consumo* e de *sistema de objetos* do capitalismo, encontra-se tal joia que é o filme analisado aqui, que consegue captar as contradições produzidas dentro do coração do consumo do entretenimento e da fantasia. O resultado é tudo menos entretenimento (as pessoas ficam ao léu, fumando, inventando brincadeiras, resolvendo pepinos, até assistindo edifícios pegar fogo) ou fantasia (nasce aqui um tipo de esclarecimento muito objetivo, muito mais claro do que qualquer Iluminismo do século XVIII, talvez até mesmo mais próximo de um Helvetius, ciente de que é preciso colocar em xeque todas as posições morais e expectativas sociais que se tem no plano geral da sociedade e assumir como úteis ou válidas apenas aquilo que é possível no plano desintegrado em que vivem esses personagens).

Os dois conjuntos são ótimos exemplos daquilo que Robert Castel chamou de *insegurança ontológica* da condição supranumerária: o administrador Bobby deve informar aos hóspedes (afinal, trata-se de um motel que, apesar disso, recebe pessoas que ficam por semanas ou meses, graças ao seu preço acessível e pagamento semanal). Espaço privilegiado para quem não tem renda fixa, não tem parentes visitando, nem qualquer perspectiva de deixar o lugar onde está, mas tampouco de estabelecer residência. As relações são fluídas, amigáveis

podem acabar de um dia para o outro, o trabalho aparece ou não diariamente, o que pode fazer com que alguém se mude para Nova Orleans levando tudo que possui no carro (como faz um personagem), ou passe alguns dias num terceiro motel quatro dólares mais barato. Não se trata mais daquela reserva paupérrima de força de trabalho que Marx analisou nos capítulos históricos do *Capital*, porque, ainda que miseráveis e vivendo em condições até piores do que as que os personagens de *Projeto Florida*, num plano geral, olhando a progressão tecnológica e produtiva da indústria inglesa, tratava-se de grupos sociais que não podiam ser empregados regularmente ou que deviam ser explorados por um sistema que funcionava a pleno vapor e que foi capaz de colocar o mundo sob um novo ritmo inédito na história da humanidade, como disseram Marx e Engels no *Manifesto*³³.

Os personagens - assim como os sujeitos concretos que Castel nomeou *os supranumerários* - existem num sistema que já não os vê, nem a seus filhos, como força de trabalho a ser estocada e explorada quando necessário. O sistema capitalista não está mais fundado no sonho de dominar o planeta, nem tem mais nada a ver com exploração do trabalho nas suas superfícies, mas tampouco o Estado pode mais cumprir com uma função com as classes assistidas. Depois da crise do Estado de bem-estar social, o que sobrou do futuro? Sob o signo do aleatório, disse Castel, os supranumerários vivem ao deus-dará: *Projeto Florida* é um diagnóstico estético, uma análise arquitetônica e um argumento sociológico sobre suas vidas e pode fazê-lo, justamente, ao produzir um espaço com a narrativa cinematográfica. Esse espaço, que é, na verdade, reduzidíssimo (resume-se a, provavelmente, uma mesma avenida e menos de uma dezena de edifícios), condensa todas as contradições observadas por Kurz na crise do trabalho no capitalismo contemporâneo³⁴. mas, como o mesmo Kurz observa, trata-se também de uma crise do próprio capital, já que um não existe sem o outro.

³³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

³⁴ KURZ, Robert & TRENKLE, Norbert. *A superação do trabalho: um olhar alternativo para além do capitalismo*, no blog da editora Boitempo, 2019. Disponível em: blogdaboitempo.com.br/2019/07/04/a-superacao-do-trabalho-um-olhar-alternativo

É difícil imaginar o que se pode fazer pelo outro quando se possui a certeza de que a sociedade não vai fazer nada por você. *Projeto Florida* tem pouca ou nenhuma simpatia por imigrantes, os personagens imigrantes são pouco ou nada solidários com os brancos pobres. Ninguém se ajuda, a não ser Bobby a todos (ou a quase todos), mas no momento cento e doze do filme, temos uma experiência bastante distinta. Sem nenhum dinheiro, Ma e sua filha levam a menina do início do filme (que não tem mãe, nem pai, que mora com a avó num quarto junto com outra menina) para comemorar seu aniversário às margens de um lago artificial, provavelmente de um hotel genérico, de onde se pode assistir a queima de fogos de artifício de um dos parques da Disney - coisa que acontece todos os dias, aliás. A pequena vela ardendo num cupcake, que é o que os supranumerários puderam pagar para comemorar o aniversário da menina, é apagada logo antes da queima começar. Assumindo que àquela hora o parque estaria lotado de outros personagens, que puderam sair desde seus países até o parque de diversões na Flórida para assistir a mesma queima de fogos, é crucial. Mais uma vez, tudo depende de uma relação diferenciada do espaço (a zona) com as estruturas de trocas de paisagens, mercadorias e fantasias no capitalismo global. Falamos da mesma cidade, mas numa zona vive-se como se não houvesse amanhã porque o que se experimenta é uma fantasia consumista que apaga o tempo no espaço, enquanto na outra vive-se como se não houvesse amanhã porque o futuro não é possível, porque é preciso viver o presente como a única realidade imaginável, já que é preciso se virar o tempo inteiro para chegar até o fim do dia.

É interessantíssimo que nenhum dos personagens de *Projeto Florida* tenha sonhos ou planos. Ninguém sabe o que vai acontecer e está seguindo aquilo que o mundo externo oferece. Não espanta o fato de que, caso seja imoral, a oportunidade será agarrada com a mesma voracidade. Do mesmo jeito, pouco importa se ela for criminosa, porque o crime é também uma questão de solidariedade social - da qual os supranumerários não participam.

Segundo Rancière, a dimensão trágica da narrativa clássica viria quando o destino de um protagonista, preferencialmente uma figura pertencente às classes dominantes, sofresse uma reviravolta

inesperada³⁵. Essa revelação, contudo, não poderia ser fruto do além, de uma intervenção divina, mas proveniente do próprio destino humano, cuja emergência já estaria anunciada pelo caminho, como marcas ou pegadas deixadas por outros caminhantes anteriores³⁶. A narrativa ficcional moderna também conhece essa reviravolta, contudo, a tragédia clássica seguia uma estrutura fixa e, portanto, dependia da habilidade do autor para localizar perfeitamente a quebra da vida do sujeito no infortúnio na hora e local ideais. Agora, ao menos desde a reinvenção ficcional no século XIX do realismo, principalmente no romance, e certamente potencializada no romance do século XX, tempo e lugar desconhecem a necessidade de fixação, de modo que, para a dimensão trágica de *Projeto Florida*, bastou que todos os eventos da parte final do filme se passassem dentro do mesmo quarto onde as personagens Ma (a mãe) e Moonie (a menina) sempre estiveram. É como se suas vidas estivessem restritas a um cubículo - algo que se tornou tendência à narrativa, fílmica ou romanesca, do século XXI - onde tudo pode ocorrer: tragédia, redenção, crime, amor... O que apenas reforça aquela condição ontológica do ser supranumerário que é a inexistência do futuro: o tempo só existe, principalmente numa narrativa cinematográfica, enquanto movimentação de imagens - ou, enquanto a imagem-movimento do cinema³⁷ (Deleuze). Se as personagens conhecem seu destino apenas como um eterno retorno ao mesmo quarto de motel, conhecem apenas a restrição imposta aqueles que, incapazes de se integrar, não só por suas falhas pessoais, mas pela incapacidade estrutural da sociedade contemporânea de tornar a vida aceitável para todos, então é como se o tempo não tivesse passado.

Se, na narrativa clássica, a revelação trágica potencializa o conhecimento, ensinando aos personagens (e ao espectador ou leitor) de uma peça de Ésquilo, por exemplo, a verdade submersa, agora finalmente trazida à superfície, a narrativa moderna não tem necessariamente essa pretensão. Rancière concorda com essa diferenciação, apesar de esperar ainda da narrativa moderna uma espécie de *Bildung*, um crescimento interno do sujeito - senão o que constitui personagem

³⁵ RANCIÈRE, Jacques. *As Margens da Ficção*. São Paulo: Editora 34, 2021.

³⁶ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁷ DELEUZE, Gilles. *Cinema 1 - A Imagem-Movimento*. São Paulo: editora 34, 2011.

na narrativa, ao menos daquele que a observa e experimenta. Mas em *Projeto Florida*, é impossível assumir uma posição progressiva, um ponto de vista que se possa tomar como privilegiado e a partir do qual o filme *nos ensina algo* sobre como agir ou julgar. Trata-se mais de descrição que de lição: é isso talvez o melhor que a narrativa contemporânea pode fazer. Não há pedagogia (ao menos, não uma que não seja extremamente conservadora ou reacionária) no filme, mas isso está longe de constituir um problema estético ou ético: talvez a virtude ética seja essa: numa zona sem futuro, com personagens que vivem como se o amanhã só raiasse sob o signo do aleatório, que lição é possível esperar dos erros cometidos no passado?

Não que os erros e crimes cometidos por Ma (a mãe) fossem necessários - talvez, tratássemos de uma narrativa clássica, poder-se-ia dizer que faz parte do comportamento dos pobres essa inconstância e incapacidade de retirar dos eventos sua dimensão trágica. Segundo Auerbach³⁸, essa relação entre classe social e tragédia-comédia só vai ser ampliada nos tempos de Balzac -, ela os comete por que segue um comportamento desajustado socialmente, desajuste numa sociedade incapaz de integrá-la. É muito distinto de outras narrativas onde o personagem excluído socialmente aprende, a partir dos erros, o que deve fazer e, ao final, recebe uma oportunidade de entrar para a “vida normal” (seja recebendo um emprego ou ajuda de alguma autoridade). Ma, durante todo o filme, nunca recebeu qualquer oportunidade de mudar de vida, ainda assim só pode ser punida por ser quem é - o que quer dizer, por existir na posição social supranumerária que é a sua - e continuará até o fim sem nenhuma oferta. É um filme, portanto, de *desformação*, uma tentativa estética somente possível numa sociedade em estado de anomia, seguindo o conceito durkheimiano. *Desformação* porque, uma vez que a sociedade burguesa (se quisermos falar como no século XIX) ou a sociedade do trabalho (como no século XX) já não produzem mais *horizontes de expectativa*, então não há progressão possível numa narrativa realista, a não ser que se caia na ingenuidade.

³⁸ AUERBACH, Erich. *Mimesis: the representation of reality in Western Literature*. Princeton: Princeton University Press, 1974, p. 454-492.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- ARANTES, Paulo. Zonas de espera em *O Novo Tempo do Mundo*: e outros escritos sobre a era da emergência. São Paulo: Boitempo, 2019.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: the representation of reality in Western Literature*. Princeton: Princeton University Press, 1974
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHAMAYOU, Grégoire. *A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- DELEUZE, Gilles. *Cinema 1 - A Imagem-Movimento*. São Paulo: editora 34, 2011.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.
- HOLSTON, James. *The Modernist City: an anthropological critique of Brasília*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1989.
- JACOBS, Jane. *Vida e Morte das Grandes Cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- JAMESON, F.. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1997.
- KURZ, Robert & TRENKLE, Norbert. *A superação do trabalho: um olhar alternativo para além do capitalismo*, no blog da editora Boitempo, 2019. Disponível em: blogdaboitempo.com.br/2019/07/04/a-superacao-do-trabalho-um-olhar-alternativo
- LARKIN, Brian. As políticas e as poéticas da infraestrutura, *revista ANTHROPOLÓGICAS* Ano 24, 31(2): 28-60, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006
- FISCH, Michael. Tokyo Commuter Train Suicides and the Society of Emergence, *Cultural Anthropology*, vol. 28, nº 2, p. 320-343, 2013.

- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção da Presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2010.
- TAUSSIG, Michael. Culture of Terror - Space of Death. Roger Casement's Putumayo Report and the Explanation of Torture, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 26, nº 3, p. 467-497, julho de 1984.
- MARX, Karl. *O Capital, vol. I*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MILANOVIC, Branko. *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo*, São Paulo: Todavia, 2020
- NAVARO-YASHIN, Yael. Affective Spaces, Melancholic Objects: Ruination and the Production of Anthropological Knowledge, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 15, nº 1, p. 1-18, março de 2009.
- RANCIÈRE, Jacques. *As Margens da Ficção*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- SCHILLER, Friedrich. *A Educação Estética do Homem*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- SONTAG, Susan. *Contra a interpretação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- URRY, John. *Consuming places*. Londres: Routledge, 1995.



PARTE II

Em discussão: A cidade como ator político - interesses privados e indução do desenvolvimento turístico.

*Helder Freitas do Bonfim**
*Iracema Brandão Guimarães***

INTRODUÇÃO

Realizando-se um diálogo com debates comuns às áreas de interesse da Sociologia Urbana, em especial, com os estudos sobre os processos de transformação de áreas históricas das grandes cidades latino-americanas, constata-se algumas relações importantes que resultam da ação de Prefeitura Municipal através da mudança do papel do Estado na operacionalização da política urbana e suas instâncias decisivas no âmbito local, para se pensar as singularidades de uma cidade, quando esta é definida como ator político.

Nesse sentido, é possível compreender o modo pelo qual a cidade de Salvador esteve no centro de uma disputa política cujo aspecto de interesse social constitui objeto de análise no presente trabalho. Em uma primeira aproximação, percebe-se que hoje, o seu cotidiano é marcado por grandes obras, a exemplo do processo de Requalificação da Orla Marítima de Salvador, e na aproximação seguinte, percebe-se os impactos sociais que vêm ocorrendo, tanto no âmbito do trabalho, quanto no âmbito do consumo, especialmente, no último caso, nos setores de bares e restaurantes de bairros residenciais de classe média, como a Barra e o Rio Vermelho.

No primeiro sentido, a Orla Marítima de Salvador passou a ser considerada pela gestão municipal como um dos principais alvos das transformações e seus moradores passaram a viver uma experiência

* Helder Bonfim é Professor Substituto do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias XVII - DCHT XVII da Universidade do Estado da Bahia — UNEB, campus Bom Jesus da Lapa. Doutorando do PPGCS da UFBA.

** Iracema Brandão Guimarães, é professora da Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pesquisadora do Cnpq e CRH/Ufba.

que está presente na agenda política na qual a cidade é reconstruída física e discursivamente, pela integração das palavras como: mudança, *job*, inovação, *case*, criatividade, cultura, *mindset* e ainda empreendedorismo urbano. Esta concepção resulta da adesão das gestões municipais a propagandas publicitárias nas quais o uso do termo “novo” se ergue sob o signo do planejamento estratégico e do turismo de experiência ⁽¹⁾.

Na integração das palavras citadas acima, cabe ainda destacar o modo como a cidade foi tomada enquanto agente político que se converte em ator político, visando um processo de transformação das formas de uso e apropriações dos espaços para a promoção do desenvolvimento urbano.

Conceitualmente, entende-se que de maneira geral, os sociólogos distinguem o sujeito particular e o sujeito social: Para Bourdieu, “Os sujeitos sociais se tornam agentes, isto é, indivíduos considerados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade” (Bourdieu, 1984, p. 67). Isto pressupõe romper com suas crenças, objetivando, ou seja, imputando a esses sujeitos sociais os esquemas de habitus (Bourdieu, 1984), o que os transforma em “produtos do mundo social” - e não em indivíduos isolados.

Já Touraine (1998) define o lutador e agente de mudança, o que põe em destaque o protagonista que é um agente, um indivíduo que lidera a mudança, não deixando nem de ser um ator social, nem um agente, que emerge do coletivo, que representa um coletivo e que tem uma posição particular, mas que é construída no sistema social.

Enquanto, Giddens (2005, p. 47,) distingue a agência: “Temos de moldar nossas vidas de uma maneira mais ativa do que o fizeram gerações anteriores, e precisamos aceitar mais ativamente responsabilidades pelas consequências do que fazemos e dos hábitos de estilo de vida que adotamos”. Agência teria o foco de “ajustar os cidadãos a

¹ A emergência de políticas urbanas de desenvolvimento foi sustentada por expectativas de gerar lucro, competitividade, maior participação da iniciativa privada e criação de espaços de consumo. Nesse sentido, autores latino-americanos como Carrión (2010), Fernandes (1995) Arantes e Maricato (2007), convergem em afirmar que o planejamento estratégico das cidades latino-americanas, desde finais do século XX, está regido pela preponderância do capital privado, a valorização e mercantilização dos espaços e a criação de cenários que sejam representativos em termos de vantagens competitivas, assim como do melhoramento da estética, da imagem e da conservação patrimonial.

abrir seu caminho através das mais importantes revoluções de nosso tempo: globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza” (GIDDENS, 2005, p. 74).

Por fim, nas agências contra a opressão e para as mudanças sociais, tanto o sujeito particular quanto o sujeito social, teriam focos estratégicos (CERTEAU, 1995) para alcançar um fim. Ao buscar um fim, essa agência pode se transformar e corresponder a um tipo de linguagem emancipatória e autônoma que visa a uma reformulação social (Ferreira, 2017, p. 625) - o que se encontra em sintonia com o planejamento estratégico que se baseia na atribuição de fins, como será analisado adiante.

Isto pode dar um sentido à configuração da cidade aos olhos dos cidadãos e visitantes como uma “máquina de crescimento”, cuja paisagem urbana é constituída por betoneiras, maquinários modernos, e muitas placas de inaugurações de obras públicas. Assim, de forma prática, tem-se um fim, que justifica o cotidiano da cidade ser marcado pelas grandes obras, como nas áreas centrais de Salvador, onde os usuários se deparam com áreas delimitadas por construções, engarrafamentos, e placas de atenção, indicando a presença de trabalhadores nas ruas.

Como uma das principais estratégias associadas aos grandes projetos urbanos na América Latina, a indução do desenvolvimento urbano associado à cultura se torna central. Segundo Brenner; Theodore (2002), nas cidades as estratégias de gestão e empresariamento urbano trazem um processo dialético de destruição e também de criação, incidindo na dimensão material e nos aspectos simbólicos, sociais e institucionais das relações urbanas. Nesse ponto, o turismo e a cultura se tornam elementos centrais para a gestão urbana contemporânea, visando a construção de um modelo de cidade-mercadoria, cuja principal característica é a sua transformação em um produto para consumo, espetacularizado.

Para descrever as singularidades da adesão da gestão municipal local a esse modelo, destaca-se entre os seus pontos fortes, elencados no planejamento estratégico do turismo, “os mais de 60 quilômetros de praias urbanas e as ilhas e ricas paisagens marinhas, assim como, a Baía de Todos os Santos, com características ambientais e geográficas singulares no mundo” (SALVADOR, 2020, pág 54). Nesse sentido, o discurso da gestão é enfático quanto à necessidade de revitalização e modernização da Orla Marítima e dos principais pontos turísticos da cidade.

Essas questões são consideradas no presente trabalho, adotando-se as contribuições da teoria da produção social do espaço, na qual um bairro pode ser tratado como unidade analítica dentro de um contexto, o que permite compreender os fenômenos de transformação decorrentes dos grandes projetos de requalificação urbana, ora em curso na cidade de Salvador. Esta utilização também extrapola o uso apriorístico do termo citado assim como o seu uso como simples manifestação de fenômenos externos, articulando-se diferentes dimensões, sejam simbólicas (processos de intersubjetividade, e de subjetivação), ou normativas (processos administrativos de planejamento, zoneamento, setorização geográfica e diferenciações funcionais) ou ainda materiais (processos decorrentes de conflitos raciais e de classe).

Seguindo-se um esforço de superação das dimensões micro e macrosociais, outrora tratadas isoladamente, considera-se o caráter atual e sincrônico da realização dos grandes projetos de requalificação urbana que incidem sobre a possibilidade de articulação dialética entre o fenômeno em curso, e a unidade do universal e do particular. Desse modo, o foco não se restringe às relações internas, mas se amplia para o processo de internalização de fenômenos externos em um fluxo temporal contínuo no espaço-tempo, que pode ser tido como uma individualidade porque internaliza de formas diferentes outros bairros, e a fenômenos globais.

Esse foco analítico se encontram grandes projetos em curso na cidade os quais apontam para a operacionalização de uma agenda de transformações urbanas e de mudança do papel do Estado na operacionalização da política urbana através do arcabouço jurídico, administrativo e institucional que se orientam pelas estratégias que fomentam o envolvimento de agentes privados na gestão urbana. Identifica-se uma busca de consensos em torno do “city-marketing” que formata uma representação espetacularizada de cidade, e se estrutura em um discurso político-midiático focalizado adiante.

Este artigo se compõe desta introdução, subdividindo-se em mais três seções: a primeira se destina a uma aproximação ao processo de conversão da cidade em um ator político; a segunda seção propõe uma visão mais crítica sobre o caráter inovador do projeto Nova Orla em curso na cidade, apresentando uma breve descrição das suas principais ações de transformação; e por fim, a terceira seção se debruça

no estudo de caso do projeto da Nova Orla com o foco no trecho Amalrina-Pituba, realizados na cidade de Salvador - Bahia, integrando o Programa de Requalificação Urbanística (Proquali), financiado pela Corporação Andina de Fomento (CAF), através do Consórcio Orla Marítima, considerando-se os seus objetivos, resultados e tensões postas à agenda pública.

SEÇÃO I - A CIDADE COMO ATOR POLÍTICO

A mensagem seguinte compõe carta do ex-prefeito da cidade de Salvador Antônio Carlos Magalhaes Neto na apresentação do planejamento estratégico de 2013-2016 mostrando a defesa e a importância que suagestão atribuiu à construção considerada inédita deste instrumento

Pela primeira vez a cidade conta com um planejamento neste nível de detalhe e de gerenciamento de metas. As deficiências de planejamento nas últimas décadas foram responsáveis pelo agravamento dos problemas estruturais enfrentados hoje pela cidade. Ao lançar este Plano para o quadriênio 2013- 2016, a Prefeitura inova com o advento de uma gestão baseada na eficácia, com foco na melhoria contínua dos indicadores de desempenho dos serviços públicos. A iniciativa de tornar a presente publicação acessível ao cidadão também por meio da internet reafirma o perfil democrático e participativo da atual administração. Esta postura oferece oportunidade a todos de acompanhar a execução das propostas, que foram elaboradas para reverter graves deficiências estruturais existentes e alavancar a nova ordem do desenvolvimento planejado. O Plano é um instrumento dinâmico, voltado às aspirações de uma cidade que há muito tempo espera a retomada do seu ritmo de crescimento e esteve praticamente estagnada nessa última década. Foi construído a partir de referenciais da realidade local, aspectos que influenciarão sua evolução diante das contingências que se apresentam ao longo dos próximos quatro anos. Portanto,

ele não se esgota em si, mas deflagra um processo contínuo de ajustes, em diálogo constante com a realidade, sem perder o foco em metas desafiadoras. (SALVADOR, 2012, pág 6-7)

Em suas palavras, o então Prefeito reitera o caráter inovador do documento, considerando que pela primeira vez a cidade desenvolve um planejamento estratégico. A construção do instrumento e a sua divulgação demonstram a intenção de atribuir um caráter democrático e participativo à sua gestão apresentando um instrumento definido como dinâmico que materializa as possibilidades de retomada do ritmo de crescimento da cidade. Segundo ACM Neto,

“Governos falham pela falta de planejamento. Por isso, logo no começo do ano começamos a elaboração desse plano para pontuarmos aspirações e metas para garantir controle social sobre as ações de governo. Esse trabalho, no entanto, não limita nossas metas e aspirações. Serve como balizador do que pretendemos fazer. Isso significa que não é o fim, e sim o começo. A parte mais fácil foi feita. O trabalho mais difícil começa agora, que é tirar as ações do papel” (SALVADOR, 2013, Online)

O trecho citado do documento reafirma um discurso e diagnóstico de que a cidade passa por deficiências decorrentes da ausência de planejamento nas últimas décadas, o que seria responsável pelo agravamento dos problemas estruturais enfrentados (pela cidade) e que resultaram na sua estagnação na primeira década do século XXI. Outro aspecto importante foi a participação de agentes da representação privada na equipe de elaboração do documento que foi construído em parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB.

Segundo o diagnóstico da Prefeitura, de forma geral, esse planejamento estratégico foi baseada em estatísticas, cruzamento de dados e inspeção das condições *in loco*, e verificadas as deficiências e fragilidades nos serviços públicos essenciais da cidade. No documento a cidade é caracterizada pela predominância de indicadores adversos que colocam Salvador como uma das cidades cuja população se encontra

em situação mais crítica de vulnerabilidade social. Conforme salienta a carta do ex-prefeito,

É nosso dever resgatar a pujança socioeconômica da capital que é o berço do país e orgulho nacional pelo seu legado e suas tradições históricas e político-culturais. A elevação da cidade a um novo patamar de metrópole cosmopolita, capaz de atrair novos negócios e investimentos sustentáveis, requer a adoção de medidas bem traçadas (SALVADOR, 2012, pág 5)

Neste sentido é mister trazer para o debate um aspecto importante para a interpretação do fenômeno: a própria existência do documento. As pesquisas sobre planejamento estratégico são próprias do campo da Administração, numa perspectiva clássica iniciada, sobretudo, em 1950, e se constituem como produtos da evolução histórica dos sistemas de administração. A partir de 1970 o conceito de “gerenciamento estratégico” surgiu para fazer face aos desafios de uma nova época de mudanças extremamente velozes e de grande magnitude. Para Ansoff e McDonnell (1993) a administração estratégica, que se consolida no planejamento, mostrava que as empresas necessitavam adotar enfoques sistêmicos visando lidar com níveis crescentes de imprevisibilidade, novidade e complexidade.

A adoção desse tipo de planejamento no mundo empresarial se dá como uma ferramenta da gestão considerada necessária para implantação de um sistema de posicionamento que orientou o esforço da empresa no ambiente. Ainda, segundo Ansoff e McDonnell (1993), essa nova postura se deu no período da crise pós-industrial (crise do fordismo na sociologia), ocorrida nas grandes potências industriais do mundo, onde as estratégias foram traçadas visando monitorar continuamente o ambiente, enfrentar a saturação do mercado, responder às mudanças frequentes da estrutura de concorrência, tirando proveito das oportunidades, antecipando ameaças, reagindo à concorrência global, adaptando-se às mudanças políticas, e ainda respondendo às questões sociais com a regulamentação governamental.

Para compreendermos a centralidade dada ao planejamento estratégico nas falas do ex-prefeito citado acima, é preciso refletir sobre a relação entre gestão pública, gerencialismo, e principalmente

a expansão da ideologia neoliberal, própria ao mercado, e adotada nos modelos contemporâneos de gestão pública. Do ponto de vista da gestão, a utilização dessas ferramentas nas organizações públicas busca uma otimização de fins e resultados. Segundo Hood (1995) essas mudanças tem se consolidado no mundo desde 1980, e, no Brasil, de forma mais expressiva, a partir dos anos 1990, conforme salienta Silva e Mário (2015, pág 140).

O processo de mudança pelo qual a administração pública vem passando nos últimos tempos repercutiu na forma com que as organizações estavam acostumadas a trabalhar: na maneira como passaram a gerenciar seus processos e as pessoas. Essas organizações passaram a buscar ferramentas gerenciais que pudessem aprimorar a gestão pública com foco em maior eficiência e efetividade, é uma das ferramentas que passou a ser utilizada foi o planejamento estratégico.

Neste âmbito se coloca a cidade. Para identificar a natureza e a origem dessa adaptação, em especial no que tange aos seus reflexos na política urbana, cuja expressão é a cidade, observa-se um protagonismo na vida política, econômica, social, cultural e nos meios de comunicação. Como e quando a lógica de mercado se tornou em princípio da administração pública? Esta questão tem sido enfrentada e respondida por diversos autores que indagam quais as bases legais de legitimação das articulações entre administração pública, agentes econômicos privados e organizações sociais?

A recessão econômica da década de 70 provocou, na Europa, uma reação dos governos locais e dos principais atores econômicos e sociais urbanos. Os primeiros foram além das obrigações legais para atrair investimentos, gerar emprego e renovar a base produtiva das cidades. Concomitantemente, pactuaram com atores urbanos para promover a cidade. (CASTELLS e BORJA, 1996, pág 153).

Para os autores, a década de 70 do século XX é um marco internacional para essa nova função da cidade. Numa economia globalizada, em um safári da estratégia (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000), voraz, competitiva e instável, o segredo reside na velocidade de inovação do conjunto das empresas articuladas em redes transnacionais em correlações com o poder político no âmbito local e regional. Segundo Carvalho (2014, pág 159),

Com o agravamento da crise econômica e uma intensa aceleração do processo inflacionário os caminhos do Brasil terminaram sendo reorientados, com a implantação de um conjunto de políticas convergentes (denominadas como “ajuste estrutural”, “reformas estruturais” ou reformas orientadas para o mercado), recomendadas pelas agências multilaterais.

Tratou-se de uma nova agência (ver o sentido de agência definido acima), da administração pública, agora direcionada ao mercado. Sob o rótulo do gerenciamento estratégico, contribuíram, como se sabe, Castells e Borja (1996, pág 153) para a definição do papel do Estado, cabendo ao poder público assegurar “importantes funções de informação e promoção, e dar garantias de ordenamento e prestação de serviços do sistema cidade”, visto que logicamente o tecido econômico e o tecido urbano tendem a se confundir

Sobre este fenômeno, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro², empreendeu um grande campo de pesquisa, destacando-se Carlos Vainer (2013a), pesquisador do IPPUR/UFRJ que aponta a adoção do planejamento estratégico como única possibilidade de promoção do desenvolvimento das cidades, como tem sido difundido na América latina através de agências internacionais e por seus consultores, a partir da década de 90. Com a globalização “o modelo máquina de crescimen-

² O Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PUR - da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criado em 1971, no âmbito da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia - COPPE. Um dos primeiros a oferecer cursos de pós-graduação nesta área no país, o PUR deu origem, em 1987, ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR - instituto especializado que integra o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Ao longo de seus 47 anos de existência o PUR/IPPUR formou aproximadamente 495 mestres e 224 doutores em Planejamento Urbano e Regional.

to” generalizou-se sob o pretexto de responder às mesmas pressões competitivas em torno do capital escasso e nômade, o que levou a uma predominância da lógica mercantil, que atendia aos imperativos (políticos) da cultura anglo-saxônica de negócios. Isso convertia a um dado naturalizado a convicção de que as cidades deveriam ser geridas não “for business” mas antes “like business”.

Assim, a cidade deixa de ser o lugar, a arena de onde se faz o negócio, e se torna objeto do processo de valorização do capital. Ela mesma se torna o negócio. E tem que ser dirigida seguindo regras das empresas capitalistas. Na prática, o Estado intervém para fortalecer as dinâmicas de mercado e subordinação da cidade às forças capitalistas, promovendo-a como objeto do processo de valorização capitalista. No plano empírico, o fenômeno se manifesta através do “marketing urbano”, da transformação urbana e das cooperações público-privadas, decorrentes de novos arranjos jurídicos e inovações político-administrativas.

Portanto, compreendem-se as palavras do ex-prefeito, nas quais a cidade é tratada como um ente monolítico e reificada como um novo ator social, complexo e concretizado, a partir do seu modelo do planejamento estratégico. Essa nova feição, dada as suas novas competências, pode ser interpretada como um impacto do gerencialismo neoliberal que passou a orientar a gestão política e administrativa das cidades latino-americanas que foram transformadas em novos “atores sociais complexos” – conforme defendido pelos consultores catalães – o que não passa de balcões de negócios (para fortalecimentos do capital privado) que visa disputar a nuvem financeira e as hordas de turistas (consumidores solváveis) que circulam pelas cidades históricas do mundo.

Por outro lado, esse argumenta legítima um discurso sobre a falta de planejamento das gestões anteriores da cidade criando o terreno para a construção do Planejamento Estratégico de 2013-2016, em Salvador, no qual a gestão traçou áreas prioritárias de gerenciamento que são objetos de ações destinadas a reverter a situação considerada crítica de setores essenciais, como a educação, a saúde, a mobilidade e a expansão urbana.

Neste âmbito se coloca o financiamento. A execução das ações para o quadriênio considerado envolveu recursos da ordem de R\$2,2 bilhões em custeio e R\$2,9 bilhões em investimentos, totalizando um aporte de R\$5,1 bilhões.

A elaboração de um plano foi estruturada em áreas temáticas a saber: Educação, Saúde, Justiça Social, Ambiente de negócios, Turismo e Cultura, Mobilidade, Ambiente urbano, Ordem Pública, Gestão para Entrega e Equilíbrio de Contas. Para cada área temática são apresentados os diagnósticos, as aspirações, as metas, as iniciativas estratégicas, descrição da ação, resultados esperados, orçamentos e marco de entrega. Sobre as metas para o ambiente urbano destacam-se as ações de Elaborar o Plano Urbanístico Salvador 500, para Requalificar a Orla de Salvador, o paisagismo e a beleza cênica, de 56 quilômetros de vias da cidade.

No período seguinte, o Planejamento Estratégico para 2017-2020, em seu texto de introdução, afirma que a sua construção “representa a consolidação de um modelo moderno de administração municipal, competente e comprometido com o futuro da cidade” (SALVADOR, 2017, pág 7). Na Carta ao Leitor do planejamento estratégico de 2017-2020, o ex-prefeito ACM Neto, reforça,

É assim que, nesta nova etapa do planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de Salvador, o nosso foco está voltado para manter os avanços e a dinamização de todos os setores da administração. O primeiro ciclo de planejamento, que cobriu o período de 2013-2016, coincidente com a nossa primeira gestão, pode ser considerado um sucesso por termos atingido 74% das metas traçadas, apesar das restrições impostas por um cenário econômico desfavorável. (SALVADOR, 2017, pág 7)

Nesse novo ciclo de gestão o desafio posto foi de reinventar a cidade, entendendo que é preciso manter os avanços, verificando-se no discurso do Prefeito uma notória exaltação de resultados em um contexto econômico desfavorável. Neste processo de reinvenção da cidade, o próprio documento apresenta um conjunto de novos agentes que mereceram destaque central nesta empreitada faraônica.

Esta conjuntura viabilizou, já na atual gestão, a contratação de operações de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e

à Caixa Econômica Federal (CEF), além de possibilitar negociações com outras entidades de fomento, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). (SALVADOR, 2017, pág 13)

A presença desses agentes como fornecedores de crédito é também um importante indicador que caracteriza o modelo de desenvolvimento executado na cidade. Segundo, Britto et al (2017), Salvador é uma cidade historicamente marcada pela segregação social e espacial, com um processo de planejamento fragmentado, voltado para interesses burgueses, onde a participação da população cada vez mais se faz necessária.

A identificação desses agentes (aqui retomamos o conceito de agentes) políticos e econômicos indica uma seletividade entre a gestão e as principais agências multilaterais de cooperação e financiamento, o que nos permite compreender as conexões entre um modelo de gestão que se pensa como global, mas adaptado à ideologia neoliberal. A participação desses agentes nas estratégias de produção do espaço e conformação das políticas urbanas, em si representam a hegemonia de um grupo político com interesses de classe determinados..

Essa sobreposição de interesses privados, oculta no discurso político, tende a se camuflar enquanto interesses públicos como expressão da ação de *lobbys* do capital financeiro internacional no mercado das chamadas “boas práticas” (SANCHEZ, 2001, pág 34). Este mercado se constitui de uma relação porosa entre prefeitos, planejadores e agências multilaterais, onde as últimas desempenham um papel central através de manifestos técnicos objetivos e permeados de interesses políticos implícitos e invisibilizados através da narrativa do discurso técnico da competência. Trata-se de relações de poder que impactam na reelaboração das práticas decorrentes das consultorias aos *experts* internacionais que comercializam *know how* com a aplicação dos *cases*, ou cidades-modelos. Conforme saliente Souza (2018, pág 246),

Nesse movimento, observa-se uma crescente inserção da ação corporativa na produção e gestão das cidades, por meio de consórcios de grandes empresas atuando em todo o processo, desde as definições do projetos, implantação e gestão dos

serviços e equipamentos coletivos, em circuitos fechados, sem a necessária discussão pública mais ampla, confrontando-se, assim, aos direitos e obrigatoriedade da participação e inclusão social, legisladas pelo Estatuto da Cidade, em prol dos interesses coletivos.

Cabe um destaque para a metodologia utilizada na construção dos planejamentos estratégicos de Salvador que segue as tendências supracitadas.

A partir de um criterioso trabalho de análise da situação atual, foi feita a estruturação de um planejamento direcionado para demandas prioritárias, com o apoio das equipes gerenciais das diversas secretarias e o suporte de consultoria especializada. O trabalho contempla as diferentes necessidades existentes em cada uma das áreas temáticas. Foram definidas as medidas e intervenções que visam atender a população com mais eficiência e qualidade, inseridas em um calendário de execução ano a ano, ou seja, um plano com a cara de Salvador (SALVADOR, 2012, pág. 8)

A presente citação, compõe o editorial da Planejamento de 2013-2016, escrito por Alberto Machado Mascarenhas, na época secretário Municipal, Chefe da Casa Civil. Em suas palavras ele reforça o caráter técnico do documento, fruto de um “criterioso trabalho de análise de situação”, notando-se a preponderância do discurso técnico assim como a participação de empresas de consultoria especializada para execução da ação.

A pesquisa documental realizada sobre a construção do Planejamento 2017-2020, apresenta dados que nos permitem analisar o processo de contratação da empresa executora pela Prefeitura Municipal do Salvador, o que se deu através do processo SUCOM Nº 43.234/2015, de licitação pública e SEFAZ Nº 005/2016, na modalidade concorrência mediante edital e ainda SEFAZ/PMAT Nº 002/2016. O objeto do certame foi a contratação de empresa especializada em consultoria na área organizacional para a construção do planejamento estratégico e

adequação dos processos às alterações propostas no referido planejamento, com data de abertura dos envelopes no dia 02 de maio de 2016, realizado pela comissão especial mista de licitação - COMEL, criada pelo Decreto Nº 26.203 de 03 de julho de 2015, alterado pelo decreto nº 26.606 de 21 de outubro de 2015.

Da dotação orçamentária (segue o documento),

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da Secretaria Municipal de Urbanismo – SUCOM - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 55002 SUCOM – Secretaria Municipal de Urbanismo; FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000 – Fonte Tesouro e 0.1.90.000000 – Fonte de Operações de Crédito Internas (BNDES), PROJETO ATIVIDADE 15.126.001.1353 – Implantação de Ações de Modernização dos Sistemas de Controle da Gestão, NATUREZA DA DESPESA 4.4.90.35 – Serviços de Consultoria. (SALVADOR, 2016, pág 3)

Observa-se que o valor de referência do processo licitatório foi de R\$ 800.574,10 (oitocentos mil, quinhentos e setenta e quatro reais e dez centavos) e o valor de patrimônio líquido mínimo necessário exigido da empresa contratada foi de R\$ 80.057,40 (oitenta mil e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), equivalentes a 10% (dez por cento) do valor máximo admitido para a contratação. Portanto, a análise dos dois instrumentos, o planejamento estratégico de 2013-2016 e o de 2017-2020, nos chama atenção sobre um importante aspecto que diz respeito à questão do monitoramento apresentado na introdução do segundo documento,

As áreas temáticas do Plano anterior cederam lugar a sete eixos temáticos transversais – com um total de 100 metas e 101 projetos que se entrelaçam e se complementam: Desenvolvimento Humano, Qualidade de Vida, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Urbano e Econômico, Desen-

volvimento de Serviços Urbanos, Sustentabilidade e Resiliência e Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão. (SALVADOR, 2017, pág 13).

O monitoramento é um dos principais elementos que constitui o planejamento estratégico na etapa de acompanhamento a curto, médio e longo prazo das metas e objetivos traçados (Vaitsman, Rodrigues e Paes Sousa, 2006; Guimarães, Pordeus e Campos, 2010). Mas a opção adotada pela gestão com a transformação dos eixos temáticos dos dois documentos cria dois contextos analíticos distintos para o acompanhamento dos resultados, pois, a transformação do eixo do primeiro documento para o segundo cria um cenário que dificulta a comparação entre os dois contextos.

Retomando Salvador reinventada enquanto “cidade e ator político” voltamos ao ponto de inflexão deste artigo. Nesta cidade reconstruída através de ações estratégicas e planejadas a produção da cultura se confunde com a produção do espaço em um contexto de novidades jurídicas e administrativas. A cidade de Salvador adere aos imperativos do urbanismo liberal, traçando modificações na forma do gerenciamento corporativo das políticas urbanas, onde o planejamento estratégico da cidade dá pistas sobre o modelo de desenvolvimento posto em suas aspirações. A grande mídia é o espaço de apresentação das grandes novidades e na corrente transformação da cidade o turismo de experiência, a Salvador destino Turístico se coloca no debate público como uma das principais caminhos para o desenvolvimento urbano.

SEÇÃO II – AS NOVIDADES E A ESPETACULARIZAÇÃO

Todo morador da cidade conhece, mas a Orla passa a ser considerada como um dos principais produtos, o pilar “sol e mar” que configura as praias da cidade como indutores do desenvolvimento turístico. Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo no portal do Sistema de Informações Municipais, SIM-Salvador³, a requalificação da Orla de Salvador se dá através de um conjunto de projetos executados atra-

³ O SIM-Salvador é constituído por dados, informações e indicadores produzidos pela Prefeitura Municipal do Salvador (PMS), e por órgãos federais, estaduais e por demais municípios integrantes da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

vés de parcerias público-privadas (PPP) firmados pelos órgãos da administrações públicas municipais e estaduais. Com recursos próprios e financiamentos de organismos multilaterais e internacionais como o Banco Mundial, Banco Interamericano, e a Corporação Andina de Fomento, foi executado um conjunto integrado de intervenções físicas de recuperação de espaços públicos que objetivaram a transformação da infraestrutura e a Requalificação de 19,3 km da Orla de Salvador.

Segundo o Plano Estratégico de Marketing Turístico de 2020-2024,

A estratégia atual de marketing digital proposta pela SECULT está apoiada em 5 pilares: sol e mar, gastronomia, cidade da música, história e cultura e esportes náuticos. Outro segmento importante para o destino é o Turismo Étnico-Afro (TEA), considerando-se a importância da população afrodescendente em Salvador e a imensa riqueza cultural que ela promove em termos de música, dança, gastronomia, moda, religiosidade, entre outros saberes e fazeres que integram o patrimônio cultural imaterial de Salvador. (SALVADOR, 2020, pág 54)

Assim, o Projeto Nova Orla de Salvador ⁴ se configura como um dos principais projetos no processo de requalificação, cuja ação é executada pela Prefeitura Municipal, através dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR. O Projeto Nova Orla Salvador teve um investimento inicial para sua execução da ordem de R\$111,6 milhões, propondo intervenções de fornecimento de infraestrutura e equipamentos de lazer para treze (13) trechos da cidade. Hoje o projeto já se ampliou para um total de 15 trechos e as

⁴O trabalho de Bomfim (2020) sobre a requalificação do bairro da Barra, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, analisou o projeto Nova Orla de Salvador e identificou novos arranjos jurídicos institucionais através do Regime Diferenciado de Contratação para articulação público-privada para sua execução. Com a pesquisa foi possível mapear a rede de agentes e as principais instituições que operam as estratégias de ordenamento público e regulamentação no bairro e a compreensão do conjunto de agenciamentos práticos transitando entre a disciplinarização e exclusão de práticas consideradas contra-hegemônica, assim como mobilização social realizada via associação de moradores para reivindicação de direito à cidade.

intervenções foram iniciadas em trechos que compõem a orla atlântica e a orla da Baía de Todos os Santos. Dentre os bairros históricos as obras ocorreram nos trechos:

- a) Barra-Ondina, Rio Vermelho;
- b) Ribeira;
- c) Boa viagem-Cantagalo.

Na área do Subúrbio Ferroviário dentro da Baía de Todos os Santos, os trechos foram:

- a) São Tomé;
- b) Tubarão;
- c) Base Naval;
- d) Periperi-Praia Grande-Itacaranha-Plataforma.

Na Orla Atlântica os seguintes trechos:

- a) Jardim de Alah;
- b) Amaralina-Pituba;
- c) Boca do Rio;
- d) Corsário-Pituaçu-Jaguaribe;
- e) Piatã;
- f) Itapuã;
- g) Stella Mares-Praia do Flamengo.

Hoje, estima-se que o total investido no processo de requalificação da Orla totaliza o montante de R\$ 300.000,00, alcançando uma média de vinte e cinco (25) trechos, observando-se que o discurso da gestão é enfático sobre a necessidade de revitalização e modernização dos principais pontos turísticos da cidade. O diagnóstico sobre o ambiente urbano reforça a necessidade de reversão do abandono e do sucateamento em que se encontra a Orla da cidade, como mostra o trabalho de Gusmão (2012), na Geografia, ao discutir as estratégias de gestão da prefeitura de Salvador na realização da requalificação pela desqualificação, indicando como uma das suas características

(...) contida no discurso político do grupo perpetuado no poder, é a desqualificação dos espaços públicos pelo abandono. Como frequentemente perceptível nas políticas neoliberais, o sucateamento do patrimônio público é etapa crucial para justificar as intervenções amplamente gerenciadas por grupos empresariais. Por conseguinte é por meio do abandono que governos conseguem convencer a população de que as concessões ao capital privado são a única possibilidade para garantir a preservação do patrimônio. Nesse contexto as cidades se tornam locus para consumação do projeto protagonizado por grupos hegemônicos, com o engendramento de discursos partidários garantidores dos interesses setoriais do grande capital. (GUSMÃO, 2012, pág 54)

Em um tom diferente do que foi visto anteriormente, o texto nos instiga à reflexão sobre as adequações locais e o planejamento urbano da cidade de Salvador frente às estratégias acionadas nas formas de produção do espaço. Dentre as metas do planejamento estratégico da cidade de Salvador do ano de 2013-2016, como já vimos, se destaca a requalificação urbana,

A iniciativa propõe a reabilitação de áreas públicas com intervenções destinadas à valorização ambiental e à melhoria da qualidade do espaço urbano, incluindo revisão do paisagismo, reestruturação da dinâmica de mobilidade, revisão geral dos equipamentos e reforma das calçadas e praças.

(I) Requalificação da Orla Atlântica e da Orla da Baía de Todos os Santos, com fornecimento de infraestrutura e equipamentos de lazer adequados.

(II) Elaboração de projetos e investimentos para revitalização de áreas degradadas e com relevância urbana.

Resultados Esperados:

Solucionar problemas crônicos das referidas áreas; valorizar o espaço público e o patrimônio histórico; recuperar os espaços de lazer para a população. (SALVADOR, 2012, pág 88)

Percebe-se que o processo de requalificação da Orla é uma das principais estratégias de gestão e mais uma vez se reproduz a sua necessidade diante do discurso enfático da degradação. Neste contexto, a requalificação se coloca como estratégia para solucionar problemas crônicos da cidade, conforme se constituem os resultados esperados. E o criativo mercado da publicidade desenvolveu um produto rentável: as campanhas publicitárias sobre a cidade, com um novo produto “a Salvador destino turístico” que é objeto de disputa das grandes empresas do setor nos processos licitatórios.

Neste mercado hiper competitivo se forja uma representação de cidade que figura no imaginário e nas peças de divulgação nacional e internacional no “trade” do turismo, a partir de suas experiências culturais, e do sol e mar da cidade.

Como se observa nas letras de músicas populares, a “terra da felicidade” tem cheiro de flor laranjeira, sons de atabaques e berimbaus, gosto de dendê e cadência ritmada com festas populares e valioso patrimônio histórico cultural. Entre sabores, danças e vida noturna badalada, Salvador se projeta com um singular acolhimento aos turistas. Segundo o Anuário Estatístico de Turismo – 2018, do Ministério do Turismo, a cidade ocupou a primeira posição entre as cidades da região Nordeste na realização de eventos internacionais⁵ (BRASIL, 2018).

A projeção de Salvador no trade turístico nacional é comprometida pela inexistência de um modelo bem definido e detalhado de promoção e imagem. A forma como a cidade é vista, percebida e vendida para fora e para sua própria população é bastante desgastada, aspecto que reforça a conjuntura adversa para o desenvolvimento do turismo soteropolitano. O contexto reafirma a necessidade de elaboração de um plano de marketing compatível com as aspirações e a vocação turística local. (SALVADOR, 2012, pág 61)

Mais uma vez, o ponto de partida da gestão é a identificação de uma situação de desgaste que “reforça uma conjuntura adversa”, e as

⁵ Sob o imaginário do “palco fantasiado de cidade”, entre os anos de 2012 e 2018 foram realizados 58 eventos, dentre eles a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

possibilidades de reverter esse quadro se esboçam já no diagnóstico e na tendência ao desenvolvimento de atividades de marketing urbano. O diagnóstico traçado no planejamento estratégico para 2013-2017 indica as diretrizes para um projeto de reposicionamento da cidade através de ações estruturadas para o fortalecimento do setor, reafirmando a necessidade de criação de um “plano de marketing compatível com as aspirações da cidade”.

Neste caminho, os processos de organização espacial para o turismo se tornaram as “novas” peças no mapa da expansão capitalista que, de distintas formas, necessitava de novos critérios para a constituição do espaço turístico: novas maquinarias de férias ou lugares cuidadosamente desenhados para o “fazer turismo” que simultaneamente se tornavam o elemento decisivo para a expansão do capital e para legitimação dos desejos de evasão dos turistas. (SOARES, 2018, pág 228-229)

Nesse contexto o turismo se constitui como uma estratégia vista como competente, pela qual a expansão capitalista, como salienta Soares (2018) torna-se uma nova “maquinaria de férias” que requer lugares cuidadosamente desenhados para acolher e abrigar consumidores globais. Do ponto de vista da gestão municipal o gerenciamento dessas ações é orquestrado pela Empresa Salvador Turismo - SALTUR.

SEÇÃO III - NOVA ORLA DE AMARALINA-PITUBA

Entre os trechos da Orla Marítima se encontra o bairro de Amaralina que faz divisa com outros importantes bairros da cidade, como a Pituba, o Rio Vermelho e o Nordeste de Amaralina. A história de ocupação do bairro se deu em meados da década de 60 e 70 do século XX sendo uma área de veraneio para a elite soteropolitana. As “águas azuis de Amaralina” cantadas por Caetano Veloso e a “Ubarana-Amaralina que alucina a multidão” entoada por Moraes Moreira dão vida à história do bairro. O Largo de Amaralina, também situado na praia, contém a concentração de bares e restaurantes, sendo conhecido

como Largo das Baianas, um ponto tradicional de comercialização de acarajé (conhecido alimento local), água de coco e caldo de cana.

A história de Amaralina é articulada com a história do bairro da Pituba, sendo marcada pela história da Festa de Nossa Senhora da Luz, conhecida popularmente na cultura baiana como a Festa da Pituba. Produzida inicialmente pela comunidade negra, pescadores e lideranças religiosas do candomblé e católicas, as festividades de devoção da comunidade local se transformaram numa festa de largo que faz parte do calendário local de festividades. A festa tomou as ruas durante os anos 60 e o final dos anos 90 do século XX, e os bairros de Amaralina e Pituba, outrora ligados pela festa popular, agora se conectam a partir do processo de requalificação da Orla.

Pode-se dizer que o bairro da Pituba tem uma história marcada pela modernização da cidade de Salvador, começando pelo curioso significado da palavra: segundo o dicionário, Pituba significa adjetivo e substantivo de dois gêneros; diz-se de ou pessoa medrosa, covarde, fraca. O loteamento da Pituba fica em um lugar com difícil acesso geográfico, por isso o significado do nome do bairro, uma vez que as pessoas tinham medo de explorar o lugar pouco conhecido na cidade.

De acordo com Andrade (2005) o primeiro período da estruturação do bairro foi de 1901 a 1967. Por conta das dificuldades de acesso e pequena infraestrutura, o proprietário incorpora um corretor e cria um negócio imobiliário, loteando para obter um maior ganho do solo e racionalizar a ocupação residencial formal, ainda que, naquele momento, o local era visto como periférico e invisível na cidade de Salvador. Ao final do ano de 1968, cerca de 40% do território já estava loteado e ocupado com residências, se tornando o primeiro bairro planejado da Cidade de Salvador, a partir da “Reforma Urbana do Município” (Andrade 2005, p. 163) e transformando-se em construções e especulações imobiliárias, cortando ruas antigas e espaços rurais da cidade, possibilitando a ocupação e uso.

Junto ao bairro nascem as duas maiores avenidas da Cidade: avenida Antônio Carlos Magalhães e a Tancredo Neves; e logo depois, nascerá a avenida Manoel Dias que percorre todo o bairro; nascia naquela região, um dos pontos comerciais mais caros e elitizados da cidade com direito a vista para o mar.

Desde outubro de 2020, foi iniciada a reforma física desse trecho do Projeto Nova Orla com conclusão prevista para doze meses. Segundo a

equipe responsável, o trecho será requalificado em três quilômetros de extensão, abrangendo desde o Quartel de Amaralina até o Jardim dos Namorados, com investimento de 38,8 milhões. Sob a responsabilidade da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), esta empresa afirma que a intervenção e “requalificação” foi projetada para ter como objetivo o paisagismo, até o detalhe dos pisos e calçadas foram pensados, bem como as árvores e arbustos da região. A ação integra o Programa de Requalificação Urbanística (Proquali), financiado pela Corporação Andina de Fomento (CAF), através do Consórcio Orla Marítima.

Trata-se de um consórcio público que está juridicamente definido como uma associação pública ou pessoa jurídica de direito privado. O artigo segundo da lei indica que os consórcios públicos para o cumprimento de seus objetivos, poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II - nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação. (BRASIL, 2005).

Pode-se perceber que os consórcios públicos, assim como às parcerias público privadas⁶ são as principais inovações normativas no direito público que regulamentam as novos arranjos e a legitimação da participação do poder privado na execução de ações públicas. A participação do poder privado se dá através de Licitação que regulamenta a execução dos interesses públicos a partir do gerencialismo realizado por meio de uma pessoa jurídica de direito

⁶Para aprofundamento da discussão sobre parcerias público privada vide a Dissertação (mestrado) intitulado “O projeto Nova Orla de Salvador no bairro da Barra: as tramas da cidade”, de autoria do autor, defendida em 2017 no Programa Pós Graduação em de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

privado. A segunda etapa da requalificação nesse trecho de Amaralina/Pituba, teve como responsável a Casa Civil, e a partir de um projeto urbanístico elaborado pela (FMLF) a obra é executada e supervisionada por duas secretarias, a SEINFRA Secretaria de Infraestrutura e Obras Públicas. Dentre as intervenções destacam-se:

- a) Repaginação de todo o calçadão, com a implantação de quiosques, equipamentos de ginástica, paraciclos, pavilhão para praticar atividades físicas e atividades ao ar livre em geral como yoga, muaythai, meditação;
- b) Criação de ciclovia, vala técnica, pavimentação, drenagem, equipamentos urbanos, travessias, novos passeio e meio-fio;
- c) Instalação de guarda-corpo (corrimão) em aço inoxidável com acessos à praia e muretas para proteção de pedestres; e,
- d) Além de semáforos inteligentes e paisagismo. A fiação é subterrânea e a iluminação é toda em LED. Foi feito, ainda, reforço de alvenaria de pedra na Pituba.

Ao empreender a análise do projeto, percebe-se a implementação do Consórcio Orla Marítima, em especial a execução do trecho referente ao Projeto Nova Orla Amaralina-Pituba, tem gerado tensões na agenda pública. No orçamento final da obra estimado no montante de quase R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões) perfaz um total de R\$14.500.000,00 (quatorze e quinhentos milhões) por quilômetros construídos. Atualmente, a ação é objeto de tensões e disputas políticas, envolvendo denúncias da Assembleia Legislativa ao Ministério Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo buscamos tornar evidente o que vem sendo denominado de uma “nova política” que se ergue sobre a égide da velha política. A partir das dinâmicas recentes de transformação urbana da cidade, notadamente, o conjunto de ações da mudança da Orla, é possível se aproximar das estratégias de gestão urbana de grandes projetos desenvolvidos nos bairros da Orla Marítima. Aqui reitera-se a necessidade do bairro ser tratado, na pesquisa sociológica, como

unidade analítica e dialética, capaz de articular dimensões simbólicas, normativas e materiais.

O projeto Nova Orla no trecho da Amaralina-Pituba possibilita a problematização dos limites e porosidades das estratégias de empreendedorismo urbano, no que tange ao processo de patrimonialismo e colonização do público pelo interesse privado. Essa complexa rede interinstitucional processa um conjunto de agenciamentos práticos, transitando entre a espetacularização, a mercantilização e a expansão do neoliberalismo na agenda urbana. A lógica mercantil que atende aos imperativos (políticos), se impõe através da mudança de arranjos jurídicos e administrativos e das propagandas publicitárias como um fato naturalizado,

Assim, colocamos em discussão essa definição da cidade como ator político considerando que a mesma se projeta como uma ideologia ultra neoliberal que difunde uma convicção de que as cidades deveriam ser geridas não “for business” mas antes “like business”.

Segundo essa convicção, a cidade deixa de ser o lugar do negócio para se tronar o próprio negócio, como objeto do processo de valorização do capital. Sua gestão se dá sobre regramentos que beneficiam as empresas capitalistas e, na prática, os projetos analisados nos últimos anos apontam para tensionamentos e transformações, tratadas aqui como um processo de colonização do Estado. Seu papel como ente regulador do interesse público passa por uma crise do seu sentido republicano e as leis dos consórcios públicos, a lei de ppps, se ancoram em transformações jurídicas e administrativas para propiciar porosidades institucionais e fomentar a expansão das organizações privadas na gestão urbana.

Neste sentido, lança-se a tarefa de desdobrar as controvérsias dessa polaridade com a sua própria realização, processos de aproximações empíricas, fenômenos em curso, e elaborações teóricas sobre disputas que podem fomentar desafios interpretativos às Ciências Sociais. Este é o caso do tratamento do bairro como categoria sociológica, de forma dialética, e por consequência relacional, que se lança na superação da falsa dicotomia entre dimensões micro e macrosociais, outrora tratadas isoladamente. Mas o caráter atual e sincrônico da realização do projeto Nova Orla da Amaralina-Pituba oferece caminhos para o entendimento das reapropriações e localização de fenômenos globais em curso em outras capitais latinoamericanas. .

REFERÊNCIAS

- BÓGUS, L. GUIMARES, I., PESSOA, Z. (Orgs). Cidades Brasileiras: temas e questões para debates. São Paulo: EDUC, 2020.
- BOURDIEU, P. Homo Academicus. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.
- BOMFIM, H. F. O projeto Nova Orla de Salvador no bairro da Barra: as tramas da cidade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Orientadora: Profª Drª Iracema Brandão Guimarães, Salvador, 2017.
- BOMFIM, H. F. A requalificação da orla de Salvador: tramas da gentrificação. In: BÓGUS, GUIMARES, PESSOA (Orgs). Cidades Brasileiras: temas e questões para debates. São Paulo: EDUC, 2020.
- CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. (Org.). A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FERREIRA, Dina Maria Martins. Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. RBLA, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 619-640, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6398201611377>
- GADENS, L. N.; HARDT, L. P. A.; FREY, K. Das práticas de gestão de grandes projetos urbanos. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 21, p. 21-32, dez. 2012.
- GIDDENS, A. *A terceira via*: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 5. ed. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2005. (Coleção Pensando na Crise).
- GUSMÃO, R. Requalificação pela desqualificação: o discurso da reurbanização no “novo” Rio Vermelho. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 531-549, agosto. 2017
- HOOD, Christopher. The “New Public Management” in the 1980s: variations on a theme. Accounting, Organization and Society, Oxford, v. 20, n. 2-3, p. 93-109, 1995.
- MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- SALVADOR. Plano estratégico 2013-2016 implanta meritocracia na Prefeitura. Secretaria Municipal de Comunicação. Disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/42779-plano-estrategico-2013-2016-implanta-meritocracia-na-prefeitura> . Acesso em 12/02/2018.
- SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2001, n.16, p.31-
49. Disponível em : <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782001000100004>>. Acesso em : 12 mar. 2016.
- SOARES, L.S. O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano. In: A cidade como negócio. Carlos, Ana Fani Alessandri, Alvarez, Isabel Pinto, Volochko, Danilo. 2018

TOURAINÉ, A. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Tradução Modesto Florenzano. Bauru: Edusc, 1998.

VAINER, Carlos B.; ARANTES, O.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 75-103.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Brasília: Unesco, 2006. PolicyPapers, 17.

Entre a Ville e a Cité: sociabilidades e patrimônio histórico

*Rogério Proença Leite**
*Eder Claudio Malta Souza***

Em um duplo escopo que compreende a *Ville* e a *Cité*, a reflexão aqui proposta analisa, em perspectiva comparada, os centros históricos das cidades de Olinda, em Pernambuco, e Ouro Preto, em Minas Gerais, nomeadamente no que se refere aos atuais usos dos espaços públicos que integram as áreas tombadas pelo IPHAN¹. Investiga-se tais usos compreendendo o ambiente construído, a arte e/ou engenharia de planejar espaços funcionais na tentativa de remodelar a cidade e influenciar na gestão do comportamento humano, das diferenças sociais e étnicas. Simultaneamente, analisa-se a coexistência de diferentes modos de viver e habitar na cidade, considerando-se os vínculos locais, a mistura de diferentes usos e a dinamização das regras rígidas de zoneamento do planejamento urbano.

Os termos *Ville* e a *Cité* remetem o estudo a abordagens que estão enraizadas nas duas tradições dos estudos urbanos que marcaram o debate moderno sobre a cidade industrial emergente. Por um lado, os estudos socioecológicos de inspiração simmeliana da Escola de Chicago (PARK & BURGESS, 1970), direcionaram seu foco principalmente para compreender o urbanismo como um modo de vida, negligencian-

* Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), Pesquisador do CNPq e Professor Titular em Sociologia no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFS. Membro do Comitê de Patrimônio e Cultura Brasileira da ANPOCS. Coordena desde 2001 o Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais PPGS/UFS. E-mail: rproleite@academico.ufs.br

** Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFS, Pós-doutorado (PNPD/CAPES) pelo PPGS/UFPel (RS) e Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFS. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LABEURC/UFS).

¹ A pesquisa que fundamenta a reflexão aqui proposta é parte do Projeto “Habitar: Centros históricos brasileiros em perspectiva comparada” (Projeto 409416/2022-3 da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 40/2022 - PRÓ-HUMANIDADES - Linha 3A – Políticas públicas para o desenvolvimento humano e social. Pesquisa realizada no âmbito da bolsa de produtividade do CNPq.

do, entretanto, a própria cidade construída. Por outro lado, o urbanismo francês, influenciado pelo modernismo de Le Corbusier (1998), parecia estar mais preocupado com os traçados e *quartiers* – os aspectos físicos – da *Ville*, como se a cidade pudesse prescindir de seus habitantes. Essa falsa dicotomia entre *Ville* e *Cité* animou o debate da emergente sociologia urbana e do urbanismo modernos, mas que hoje se encontra superada (SENNETT, 2018).

Afora essa caricatura – já descreditada – de separação entre pessoas e lugares, pode-se afirmar que não há urbanismo qualificado que recuse entender a dimensão humana dos usos dos espaços da cidade, nem sociologia urbana robusta que não leve em conta a forma como o espaço construído e socialmente qualificado pelos usos sociais intervéem nos modos de vida urbanos (ARANTES, 2000; LEITE, 2013; MALTA, 2017; FORTUNA, 2020). No debate sobre os antigos centros urbanos inabitados e abandonados que supostamente precisariam ser “revitalizados”, reconhece-se que as áreas centrais das cidades continuam sendo habitadas, disputadas e possuindo um forte apelo econômico.

Pesquisas recentes sobre o perfil socioeconômico dos domicílios urbanos em áreas tombadas pelo IPHAN, no âmbito de um projeto da UNESCO, corroboraram o retrato habitado dos centros históricos brasileiros (LEITE, 2018; CORRÊA, 2021; LEITE & CORRÊA, 2023). Esses estudos se concentraram na caracterização dos domicílios particulares e no perfil socioeconômico dessas áreas e constataram que, apesar do valor econômico e simbólico que os centros históricos possuem, eles retêm uma parcela da população de baixa renda que historicamente habita e é socialmente ativa, mas há poucos dados sobre os modos de vida e sua relação com o patrimônio histórico-cultural.

Os centros históricos são áreas habitadas e com sua própria vitalidade. Em contrapartida, são áreas, em geral, em situação de vulnerabilidade social devido aos baixos níveis de renda. A pesquisa aponta que a maioria dos domicílios (60,80%) que integra as poligonais de tombamento estudadas tem uma renda nominal *per capita* na faixa de 1 a 2 salários-mínimos. Embora essa classe de renda esteja acima do “meio salário-mínimo” usado formalmente para definir uma *família de baixa renda* (Decreto nº 6135 de 26 de julho de 2007 e IPEA), os domicílios não seriam população de baixa renda, mas se encontram em extratos inferiores de renda.

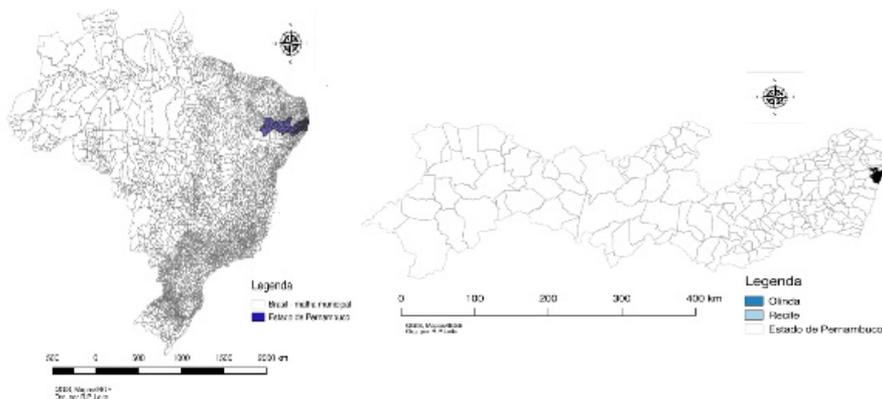
Tendo como referentes empíricos duas importantes cidades históricas brasileiras, Olinda - PE e Ouro Preto - MG, este projeto objetiva investigar, em uma perspectiva comparada, as áreas tombadas pelo IPHAN, com vistas a compreender quais *dispositivos urbanos integrativos* concorrem para manter as áreas centrais ativas e conexas às dinâmicas sociais e urbanas mais amplas das cidades, sem perder suas singularidades como patrimônio cultural.

A análise procurará colocar em confronto o modo como se manifestam, nos casos a serem estudados, as diferentes repercussões que os diferentes projetos urbanos (“revitalização” urbana, gentrificação, conservação ou habitação, patrimonialização, reconversão de atividades econômicas de qualquer natureza) produzem para as condições de moradia e serviços urbanos (infraestrutura urbana da *Ville*) e para a caracterização dos moradores, dos usos dos espaços e das sociabilidades públicas (práticas sociais da *Cité*).

2. BREVE DESCRIÇÃO DAS CIDADES DO ESTUDO (CENSO 2010)

2.1. Olinda

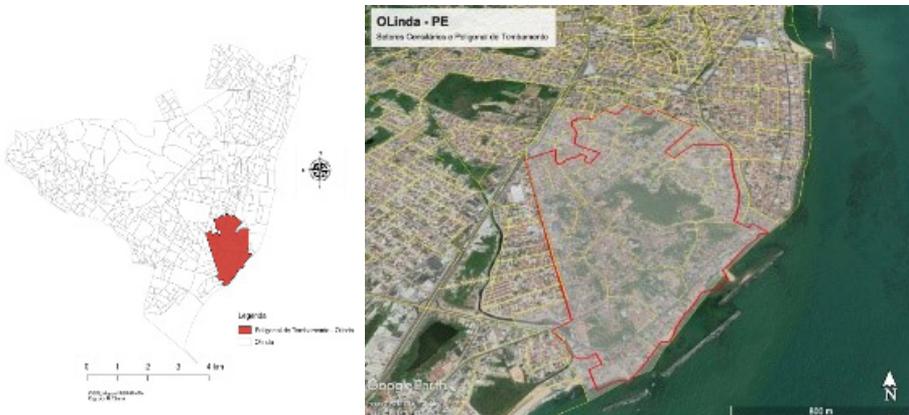
Fundada em 1535, Olinda foi uma das mais importantes vilas do Brasil Colônia e é uma das mais importantes cidades históricas reconhecidas pela Unesco como Patrimônio Mundial. Olinda teve uma população estimada em 390.771 pessoas em 2017. O centro histórico de Olinda, que integra a poligonal de tombamento, tem uma população de 22.463 pessoas, equivalente a 5,9 % da população total do município.



A Poligonal de Tombamento de Olinda é caracterizada por predominantemente imóveis próprios e quitados (70,4%) e alugados (22,6%). A área tombada possui infraestrutura urbana adequada, com índices positivos nos itens básicos de: água encanada, banheiro exclusivo, coleta de lixo e rede elétrica (todos acima de 96%). Do total de 6.248 domicílios, 51,5 % têm seu entorno pavimentado e 75,8% possuem energia elétrica. Existem 46 rampas para cadeirantes no perímetro. (LEITE, 2018)

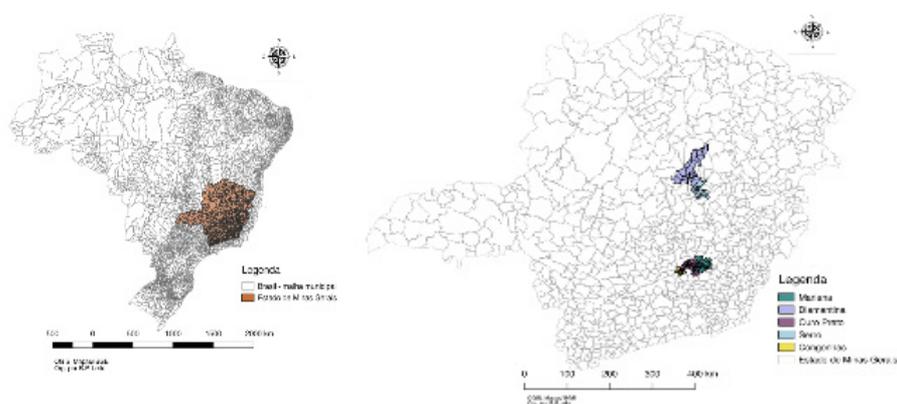
Olinda tem uma população residente autodeclarada predominantemente branca (33,3%) e parda (52,1%); e é formada por pessoas de diferentes faixas etárias, com maiores frequências nas faixas 10 e 39 anos. O alto número de crianças e jovens sugere níveis dinâmicos na renovação populacional. A composição familiar é do tipo predominante nuclear, com cônjuges, filhos e netos. Os responsáveis pelos domicílios são em sua maioria do sexo masculino e se concentram na faixa etária entre 40 e 49 anos. (LEITE, 2018)

O conjunto de domicílios que integram a poligonal de tombamento de Olinda apresenta uma baixa renda nominal *per capita*, com predominância na faixa de 1 a 2 salários-mínimos. A mesma tendência se observa em relação à renda mensal dos responsáveis pelos domicílios, com alta predominância de nas faixas mais baixas de renda, entre 1 e 3 salários-mínimos. A baixa configuração da renda mensal das pessoas se confirma nos dados relativos ao conjunto de todas as pessoas com rendimento mensal: 87,6 entre 1 e 3 salários-mínimos. (LEITE & CORREA, 2023).



2.2. Ouro Preto

Uma das mais importantes cidades históricas brasileiras, Ouro Preto foi a primeira cidade a ser tombada no Brasil e a primeira a receber o título de Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Ouro Preto teve uma população estimada em 74.659 pessoas em 2017. O centro histórico de Ouro Preto, que integra a poligonal de tombamento, tem a maior população em números absolutos, dentre as que compõem este estudo: tem uma população de 33.999 pessoas, equivalente a 48,4 % da população total do município.

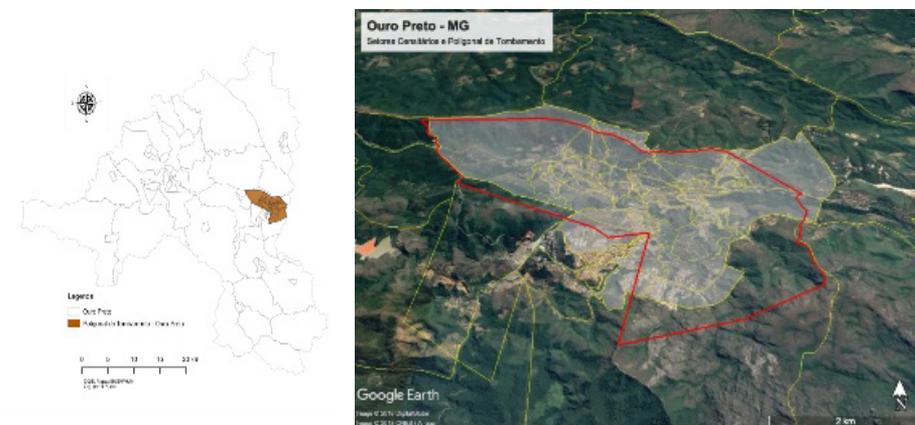


A condição de ocupação dos domicílios particulares que integram a Poligonal de Tombamento em Ouro Preto é, em sua maioria, constituída por imóveis próprios e quitados (73,4%); e possuem infraestrutura urbana adequada, com elevados índices positivos nos itens básicos de: água encanada, banheiro exclusivo, coleta de lixo e rede elétrica (todos acima de 95%). (LEITE, 2018)

Do total de 9.982 domicílios, 91,4 % têm seu entorno pavimentado e 88,5% possuem energia elétrica. Existem 17 rampas para cadeirantes no perímetro. A cidade de Ouro Preto tem uma população residente autodeclarada predominantemente branca (30,6%), parda (50%) e preta (17,3%). Ouro Preto está entre as que mais possui residentes autodeclarados pretos, dentre as cidades que compõem este estudo. A cidade é formada por pessoas de diferentes faixas etárias, com maiores frequências na faixa de 10 e 29 anos. (LEITE, 2018)

A composição familiar é do tipo predominante nuclear, com cônjuges, filhos e netos. Os responsáveis pelos domicílios são em sua maioria do sexo masculino e se concentram na faixa etária entre

40 e 49 anos. O conjunto de domicílios que integra a poligonal de tombamento de Ouro Preto apresenta uma baixa renda nominal *per capita*, com predominância na faixa de 1 a 2 salários-mínimos. A mesma tendência se observa em relação à renda mensal dos responsáveis pelos domicílios, com alta predominância de nas faixas mais baixas de renda, entre 1 e 3 salários-mínimos. A baixa configuração da renda mensal das pessoas se confirma nos dados relativos ao conjunto de todas as pessoas com rendimento mensal: 78,6% entre 1 e 3 salários-mínimos. (LEITE & CORRÊA, 2023).



3. USOS DOS ESPAÇOS E MODOS DE VIDA

3.1. Olinda, a Marim dos Caetés

Diz-se que as colinas do que hoje é Olinda era chamada “marim” pelos indígenas Caetés que eram os povos originários da região. Até hoje se chama Olinda assim, de a Marim dos Caetés. Na canção popular de Alceu Valença se perpetua o velho nome:

*Não chore, menina bonita
 Se Deus quiser
 Te vejo na Marim guerreira dos
 Caetés
 De novo pra subir ladeira
 Te dou meus pés
 Olinda Marim tão bonita dos Caetés*

Fundada em 1535 por Duarte Coelho, é uma das mais antigas cidades brasileiras e foi sede da capitania de Pernambuco. O historiador Vanildo Bezerra Cavalvanti (1977) gostava de dizer que, em Olinda e Recife, “o princípio era o porto”. O porto da Capitania de Pernambuco situava-se na restinga da capital Olinda, em cujo istmo se fixaram os primeiros habitantes, numa estreita faixa de terra, entre o mar e o mangue. Uma breve descrição, de 1576, do primeiro cronista pernambucano, Pero Magalhães de Gândavo, citado pelo historiador Leonardo Dantas (1999: 323), fornece uma primeira impressão:

“Uma légua da povoação de Olinda para o sul está um arrecife ou baixo de pedras, que é o porto onde se entram as embarcações. Tem a serventia pela praia e também por um pequeno que passa junto da mesma população” (DANTAS, 1999, p. 323).

Fonte: Olinda, Pernambuco <https://cdn.brasildefato.com.br/media/4f7e69f45869951ea725a776f0d5b582.jpg>

A primeira grande alteração nos usos e modos de vida decorreu da invasão holandesa, em 1630. Após se fixarem no istmo de Olinda que dera origem ao *povoados dos arrecifes*, os holandeses incendiaram Olinda, então sede do governo português. O resultado mais imediato, do ponto de vista da evolução urbana do Recife, foi a migração em massa dos moradores de Olinda para o estreito istmo dos arrecifes. Segundo se estima, em um curto período, pelo menos 7.000 pessoas se mudaram para o novo povoado holandês (DANTAS, 1999, p. 327).

Olinda se manteve uma cidade importante, mas foi perdendo centralidade para a emergente Recife holandesa. Com a expansão do porto e mudança da capital para o Recife, Olinda restou em uma estagnação econômica crescente, fato que assegurou a preservação de seu sítio histórico e arquitetônico. Pela própria pujança da economia do açúcar e o crescimento do porto do Recife, Olinda foi se transformando uma típica cidade-dormitório, característica que predominaria durante muito tempo.

O processo de reapropriação e revalorização do centro histórico de Olinda foi, com as devidas proporções e singularidades, semelhante à reocupação do bairro Soho, em New York (HARVEY, 1992): em ambos, foram os intelectuais e artistas que os escolheram como lugar de morada e, em razão disso, surgiram uma série de outros serviços que foram agregando valor ao velho bairro.

No caso de Olinda, o contexto foi também político. Após o golpe militar de 1964 no Brasil, vários artistas procuram Olinda como uma alternativa para a continuidade de suas atividades, uma vez que contavam com o apoio à cultura e às artes pelo então prefeito Eufrásio Barbosa (BARRETO, 2008).



Seguindo o recorte temporal proposto pelo estudo da urbanista Juliana Cunha Barreto (2008), destacamos aqui três momentos centrais da emblemática relação entre moradores e usuários com o Centro Histórico de Olinda: o movimento da Ribeira (1964); o movimento que originou a criação da Associação de Moradores e Amigos de Olinda Antiga (AMOA), entre 1979 e 1981; e a criação, entre 1984 a 1992, da Sociedade em Defesa da Cidade Alta (SODECA).

O chamado Movimento da Ribeira, em 1964, resulta da primeira onda de ocupação do Centro Histórico de Olinda pelas das classes médias urbanas e intelectualizadas. A chegada desses novos moradores-usuários traz demandas novas para os poderes públicos, despertando maior atenção à preservação do patrimônio edificado da cidade. O nome do movimento é uma alusão ao antigo Mercado da Ribeira, situado na parte alta da cidade. O local era um antigo mercado de carnes

e grãos, que teve uma patrimonialização inusitada: hoje transformado em centro de cultura popular e artesanato, foi restaurado sob alegação que teria sido um antigo mercado de escravos. Um interessante depoimento de um dos envolvidos na recuperação revela o propósito da “invenção da tradição”:

Nós inventamos que aqui era um mercado de escravos. Nunca foi mercado de escravos. Agora, nós queríamos o apoio do IPHAN pra poder mexer no Patrimônio. Aí, o IPHAN mandou um técnico, Ferrão. Ferrão chegou aqui, fez os instrumentos, ensinou a gente a fazer os instrumentos para a gente começar a fazer a restauração. Daí, inventamos isso, escrevemos um artigo no jornal, foi até Adão que escreveu, botamos umas correntes lá em cima, entende? (risos) Aí, a coisa pegou, que até hoje pra tirar essa mentira, não tem jeito. (...) Nunca foi mercado de escravos, era açougue (Depoimento de Ypiranga Filho apud BARRETO, 2008, p. 69)

Fonte: Mercado da Ribeira em 1970. Foto de Alcir Lacerda. https://www.olinda.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/1362_h.jpg

Até hoje persiste no imaginário social a ideia que o Ribeira teria sido um mercado de escravos. Na plataforma de viagens Tripadvisor, com pode-se visualizar várias imagens do Mercado, com a descrição: “O antigo mercado de escravos merece uma visita”.





Fonte: Mercado da Ribeira, autoria não identificada. Tripadvisor.com
<https://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/05/44/e1/2e/mercado-da-ribeira.jpg>

A presença dos novos moradores contribuiu para a valorização da cidade como patrimônio, mas também gerou tensões próprias aos processos de enobrecimento residencial (LEITE, 2010). O principal aspecto dessas tensões decorre do conhecido efeito de *rent gap*, estudado por Neil Smith (1996) para se referir à variação dos preços dos imóveis e da especulação imobiliária decorrentes da presença (real ou potencial) de pessoas residentes com maior renda. Uma das mais perversas consequências desses processos é a substituição de moradores nativos com menor renda, fato que constitui uma das mais centrais características dos processos de gentrificação. Há uma importante referência a esse fato no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR:

Note-se já, claramente, na cidade histórica de Olinda, o fenômeno ‘espontâneo’ de substituição da população, devido às pressões econômicas sobre ela. Reflete-se isso nas inúmeras casas reformadas, quase reconstruídas dentro de novos padrões de conforto, nem sempre respeitando as características fundamentais da capacitação original (FIDEM, 1978: 110 apud BARRETO, 2008, p.100).

Naturalmente se sabe que esse movimento de substituição de moradores não é nada espontâneo. Ao contrário, implica relações

de poder adversas que resultam praticamente na expulsão de moradores antigos. Para Juliana Barreto (2008), houve sempre uma certa hostilidade entre os moradores antigos e os novos, desde o Movimento da Ribeira:

Note-se que, desde o Movimento da Ribeira, já havia sido registrado um clima de hostilidade entre os moradores nativos e as pessoas externas ao sítio - os artistas e visitantes. A década de 1970 adentrara com tal característica, confirmada por Vera Milet, em entrevista concedida em agosto de 2006, ao indicar que os moradores recentes foram comumente chamados de invasores pelos moradores nativos e, pejorativamente, apelidados de ‘cogs’, como abreviatura de ‘incógnita’. Segundo o jornalista José Ataíde Melo, ‘cog’ ou ‘cogue’ é um “termo provinciano usado pelos olindenses para definir quem não é de Olinda”, ou seja, pessoas sem raízes no local. (BARRETO, 2008, p.103)

A presença da intelectualidade em Olinda trouxe naturalmente também o interesse pela vida noturna e boêmia. A partir dos anos 80, intensificaram os abares na cidade alta, aumentando o fluxo de veículos e visitantes na área mais sensível do sítio histórico. Possivelmente isso motivou a criação da Associação de Moradores e Amigos de Olinda (AMOA):

A atuação da AMOA a favor do bem-estar dos moradores combateu, especialmente, os incômodos provocados pela introdução de bares e boates no casario histórico, que era essencialmente de uso residencial. Nesse sentido, cabe destacar os abaixo-assinados encaminhados ao Prefeito, solicitando a proibição de instalação e funcionamento de bares no Setor de Preservação Rigorosa do sítio, como foi o caso dos relativos à Rua do Amparo e Praça de São Pedro. (BARRETO, 2008, p.131)

Este período é bastante controverso para as sociabilidades e usos do espaço em Olinda. A existência dos bares em casarios antigos assegurava uma vitalidade às práticas sociais da cidade, mas o aumento do fluxo de pessoas acabava por incomodar os moradores, sobretudo nos finais de semana. Para os moradores, a presença intensiva de pessoas e veículos punha em risco a própria integridade do patrimônio, fato que motivou a terceira onda dos moradores de Olinda, com a criação em 1984 da Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta – SODECA.

A SODECA reagiu de forma emblemática à ocupação cada vez mais intensa dos visitantes e turistas a Olinda. Na segunda metade dos anos 80, a vida noturna em Olinda era intensa. Nos finais de semana, a cidade alta, nas mediações da Igreja da Sé, já não comportava tantos carros e pessoas. Foi também neste período que o carnaval de Olinda, antes restrito a pequenos e tradicionais blocos, ganhou maiores proporções com milhares de pessoas a ocupar suas ladeiras, sobretudo na parte mais antiga da cidade alta, à altura dos Quatro Cantos. No carnaval, era comum alguns moradores alugarem suas casas para temporada, aumentando a presença um tanto predatória de turistas sem muito compromisso com a preservação das edificações históricas. Neste período, a SODECA inicia um grande debate e mobilização para restringir o acesso à cidade alta, sob o argumento da necessidade preservar o patrimônio edificado da cidade:

A SODECA partiu de uma reação contra o carnaval, pois havia uma tendência à descaracterização do sítio. Nesse momento, a SODECA se reunia nos Quatro Cantos, com alguns moradores, que tinham a necessidade de discutir isso mais profundamente. Então, foi, na verdade, a partir de uma tendência do Carnaval de descaracterização, que cria mecanismos de pressão na população (depoimento de Alexandre Aguiar, membro da SODECA, concedido em 01/09/2006. In: BARRETO, 2008).



Fonte: Carnaval nas ruas históricas de Olinda. Foto de Ed Machado/Folha de Pernambuco. https://cdn.folhape.com.br/img/pc/1100/1/dn_arquivo/2020/02/edw-5511.jpg

Com ampla mobilização, a SODECA conseguiu a polêmica liminar à ação cautelar em 1987 que impediu o tráfego de veículos na área de preservação rigorosa (parte alta da cidade), exceto os de tipo passeio dos moradores e usuários em desempenho de atividades profissionais. Através e correntes e obstáculos de concreto, as principais vias de acesso à cidade alta foram fechadas ao público em geral. A cidade foi, de certo modo, murada; e se tornou estranha à vida própria da *city*. À noite, a cidade restou vazia, silenciosa, estranha. Quem se aventurava a adentrar suas ruas acorrentadas, sentia que não eram mais bem-vindos. A cidade parceria repulsar o transeunte e guardar seus moradores como num gueto. Foi um período muito tenso para a vida social da cidade.

O debate público que se seguiu foi intenso, com muitos prós e contras. Os comerciantes dos bares e setores ligados ao turismo foram diretamente prejudicados, com o acesso à cidade alta tendo que ser feito a pé, através das íngremes ladeiras da cidade. Com toda a polêmica gerada, foi feito um plebiscito:

O Plebiscito ocorreu em 10/05/1987, somando quase 2.200 eleitores que votaram em 11 urnas

itinerantes, distribuídas em ruas e praças do sítio histórico. O resultado foi favorável à interdição (68,9% a favor e 26,9% contra) (BARRETO, 2008, p.178).

A reabertura de Olinda foi lenta e gradual. Apesar dos aspectos negativos, o fato mobilizou a opinião pública e serviu para se discutir medidas protetivas do Centro Histórico que preservasse o patrimônio edificado sem aniquilar a vida pública da cidade.

3.2 OURO PRETO, A CIDADE MONUMENTO

As narrativas sobre a história de Ouro Preto reconhecem que seus espaços e patrimônio edificado são considerados autênticos testemunhos do passado colonial do país, quando ascendeu como uma próspera vila (Vila Rica) e uma década depois tornou-se a sede da Capitania de Minas Gerais. Ouro Preto foi fundada em 1711, e emergiu como um importante centro urbano, econômico e político no auge da extração aurífera no Brasil atraindo uma grande quantidade de colonos, mineradores, exploradores e aventureiros para o interior do Brasil em busca de riqueza, levando ao estabelecimento de inúmeras vilas e povoados na região. (WERKEMA, 2018; FELIX, 2021).

O crescimento populacional fez com que a Corte promovesse o ordenamento dos espaços e importantes transformações na paisagem urbana com os arruamentos, os aforamentos, as reformas das fachadas das matrizes eclesiais para o Neoclássico e de reafirmação da unidade e poder do Império e da Igreja. Identificam-se neste período um número significativo de novas construções religiosas, políticas e a implantação de uma série de equipamentos urbanos, como a Estação Ferroviária, as Escolas de Farmácia, de Minas², de Direito e o Liceu de Arte e Ofícios (AGUIAR, 2013; MALTA, 2018; LEMOS & LOBATO, 2021).

²Sob o Decreto-Lei N.º 778, de 21/08/1969, as centenárias Escola de Farmácia (1839) e Escola de Minas (1876) deram origem à Universidade Federal de Ouro Preto.



Ouro Preto. Fonte: Vista panorâmica de Ouro Preto e o Pico do Itacolomi ao fundo. Acervo de Priscila Musa: <https://www.flickr.com/photos/whltravel/3707571023>

A arquitetura colonial de Ouro Preto, marcada por imponentes edifícios e monumentos religiosos em estilos barroco, rococó e neoclássico, é resultado da abundância de recursos financeiros, oriundos da mão-de-obra escrava, e da tradição artística e artesanal que floresceu na cidade (FELIX, 2021). Nos fins do século XIX, houve a estagnação da produção aurífera e da economia da cidade, além da perda da centralidade política no estado. A transferência da capital para Belo Horizonte em 1897 resultou em uma perda significativa da população local, levando ao abandono de grande parte das construções.

Apesar do esvaziamento populacional, alguns imóveis preservados mantiveram sua arquitetura clássica, assim como as artes da escultura e pintura. Além disso, Queiroz (2019) argumenta que, por um lado, o patrimônio edificado e artístico de Ouro Preto pôde ser preservado dos possíveis impactos do crescimento econômico e dos processos de modernização urbana das cidades brasileiras, mantendo os elementos tradicionais em sua materialidade. Por outro lado, a perda de centralidade chamou a atenção do movimento modernista na década de 1930 e suas personalidades engajadas na Semana de Arte Moderna de 1924, reconhecidas nacionalmente, como Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Mario de Andrade que iniciaram um movimento pela preservação da cidade.

Nesse entretempo, quase 3 décadas antes da “redescoberta” da Ouro Preto colonial, os estudantes da Escola de Minas ocuparam os sobrados do Centro Histórico, criando as primeiras repúblicas estudantis que assumiram um importante papel na conservação e na di-

vulgação do patrimônio histórico. O IPHAN posteriormente atuou na recuperação do traçado urbano, na conservação e restauração das casas em deterioração. Em outro contexto, parte da população solicitava projetos de reforma ou de construção de novas casas no entorno do centro histórico, mas o IPHAN estabeleceu normas estéticas, definidas por “estilo Patrimônio”, para padronizar construções e fachadas que se estendiam às novas áreas que surgiam na periferia e nos morros, garantindo uma coerência visual e uma continuidade estilística em todo o contexto urbano (MALTA, 2018).

Este período marca a transição de uma pequena cidade parcialmente abandonada para *ville* idealizada através das políticas de preservação patrimonial e de chancela das paisagens culturais e dos espaços simbólicos que dão concretude à narrativa da memória e da identidade nacional. O tombamento do conjunto em 1986 pelo Iphan visou a construção de uma imagem patrimonialista e monumental, considerando a formação urbana até a consolidação da imagem setecentista, comumente designada de “Cidade Colonial”, o que inclui as obras arquitetônicas dos renomados artistas Aleijadinho e Mestre Ataíde e suas esculturas que ornamentam igrejas e praças, particularmente significativas na criação da paisagem colonial ouro-pretana (QUEIROZ, 2019).

Desde então, dois processos ocorreram transversalmente: a patrimonialização do centro histórico e o enobrecimento residencial e comercial decorrente das políticas urbanas voltadas para o turismo, atingindo tanto moradores antigos e estudantes de baixa renda os quais não acessam os serviços de comércio varejista e noturnos mais caros. Os residentes mais antigos sofreram ainda duplo impacto: além da inflação imobiliária no centro histórico, ocorreu também a valorização dos aluguéis nas áreas com grande concentração residencial de estudantes de ensino superior. Para Calderia & Cunha (2017), a patrimonialização levou a um processo de gentrificação do centro histórico e a periferização da população mais humilde que passou a viver nos morros no entorno do sítio tombado.

Como referido, são os usos da *city* que enfocamos para compreendermos a relação entre os habitantes e o patrimônio cultural, e, com isso, analisarmos os espaços públicos que integram a área tombamento pelo IPHAN. Para tanto, compreende-se quatro aspectos importantes que constituem o patrimônio material e imaterial ouro-pretana-

no: as manifestações culturais; as festividades civis e religiosas; a universidade e as repúblicas estudantis; e o turismo.

Em um estudo sobre religiosidade em Ouro Preto, Pereira (2017a) compreende que, em meio às construções barrocas relacionadas ao Ciclo do Ouro, as igrejas destacam-se como fontes de expressão do modo de vida católico predominante na cidade. Elas evidenciam conteúdos e práticas religiosas, e a dinâmica da composição social do patrimônio material e imaterial de Ouro Preto. De um modo geral, o catolicismo, presente nos templos, festas e formas de organização religiosa, desempenha um papel constitutivo no ideário do interior de Minas Gerais e como referência do IPHAN na elaboração do discurso da identidade nacional. Dos 1149 bens tombados pelo IPHAN, 40% são de natureza religiosa, dentre os quais 97% são católicos.

Este “conteúdo” que serve à elaboração da nacionalidade não ocorreu sem conflitos na prática cotidiana local, inclusive no entendimento do significado das tradições dos modos de vida passados. Nesse contexto, as festas religiosas de Ouro Preto ganham importância como expressões não apenas de devoção, mas também como referentes culturais. Essas festas incluem celebrações dos santos padroeiros da cidade e dos distritos: a Semana Santa, o Corpus Christi, as Folias de Reis e do Divino, as Cavalhadas e a Dança de São Gonçalo etc. Dentre essas festas, a Semana Santa é destacada por não representar exclusivamente os valores de um grupo étnico-racial ou social específico, diferentemente da festa de Nossa Senhora do Rosário, que é reconhecida como uma tradição afro-brasileira presente em Ouro Preto (PEREIRA, 2017a).

Ouro Preto possui quatro paróquias: duas na região central, fundadas no século XVIII, Antônio Dias (1707) e Nossa Senhora do Pilar (1711), e outras duas nas regiões do entorno, Santo Cristo (1964) e Santa Efigênia (1994). Pereira (2017a) destaca, em sua pesquisa sobre a religiosidade em Ouro Preto, os aspectos conflitantes que constituem a tradição da Semana Santa, considerando-a uma “tradição” que reúne e separa.



Momento da Procissão do Encontro na Praça Tiradentes durante a Semana Santa 2018. Fonte: Tino Ansaloni. <https://jornalvozativa.com/semana-santa-2022/veja-programacao-completa-semana-santa-2022-ouro-preto-mg/>

Embora a festa seja associada a um senso de comunhão social e fortalecimento dos laços comunitários, ela também revela uma história de rivalidade entre as principais paróquias, Antônio Dias e do Pilar, que seriam, no passado, dois arraiais que se contrapunham, onde se concentravam respectivamente os paulistas e os portugueses. Essa divisão, que tem como zona limítrofe a atual Praça Tiradentes, remonta ao período de formação da antiga Vila Rica e persiste até os dias de hoje. Para evitar conflitos, as paróquias alternavam a responsabilidade pela celebração da Semana Santa, sendo o revezamento realizado nos anos pares sob responsabilidade do Pilar, e nos anos ímpares, a cargo de Antônio Dias (QUEIROZ, 2019).

Além disso, Pereira (2017a; 2017b) explica que essa dinâmica conflituosa do passado da festa é encenada nas procissões como um aspecto singular do patrimônio cultural e arquitetônico e próprio da identidade local para atrair turistas, destacando-se uma parte específica da cidade, especialmente aquela incluída no perímetro urbano tombado como Patrimônio Histórico. Ao utilizar várias ruas, igrejas

e capelas como cenário da via-crúcis, as encenações transformam o centro histórico em um amplo espaço cênico-ritual, em que os padres e os fiéis deixam o interior das igrejas e conduzem as imagens dos santos pelas ruas, criando um lugar de representação da paixão cristã, ao mesmo tempo em que é palco da rivalidade existente entre os moradores das duas principais e mais antigas paróquias. Essa integração entre o espaço sacro e o espaço público “trata-se, portanto, não apenas de planos paralelos sobre um mesmo universo social, mas sim de formas de relação com a cidade e sua história que se influenciam mutuamente” (PEREIRA, 2017a, p. 15).

Além das intersecções entre as práticas paroquianas e o modo de vida religioso católico com o patrimônio cultural ouro-pretano, podemos compreender os modos de vida estudantis, os usos do espaço público patrimonializado e suas formas de habitar que tem ressignificado cotidianamente (e de maneira muitas vezes irreverente) os usos dos antigos sobrados. A vida estudantil da cidade histórica existe desde 1839, com a fundação da Escola de Farmácia, mas a cultura universitária (suas práticas, tradições, rituais etc.) enuncia-se somente a partir da criação de sua primeira instituição de nível superior, a Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), em 1876, durante o período de transição do Segundo Reinado brasileiro para o regime Republicano. (MALTA, 2018).

Conforme os estudos realizados por Machado (2014) e Malta (2018) sobre o que a vida estudantil universitária, alguns sobrados existentes no perímetro tombado foram abandonados após a crise político-econômica da cidade nos fins do século XIX e foram transformados em repúblicas estudantis que, atualmente, conformam os espaços de sociabilidade, de práticas rituais, festivas e formais dos estudantes. Isto ocorreu após os investimentos públicos com a compra de casas para repúblicas a partir de 1958 pela Escola de Minas³.

³ Entre as décadas de 1960 e 1970, período anterior à revalorização dos antigos sítios brasileiros, protestos e manifestações estudantis resultaram na compra sistemática de casas que se tornaram repúblicas e foram tombadas como patrimônio da Universidade, pois os preços dos imóveis no centro histórico eram considerados razoáveis e havia forte demanda por moradia. Nos anos seguintes, houve a construção de alojamentos estudantis no Morro do Cruzeiro, onde se localiza atualmente o campus da UFOP.

As repúblicas passaram a exercer um importante papel na conservação e na divulgação do patrimônio histórico, tornando-se um espaço histórico e cultural, de modo que a “Cidade patrimônio” ficou também conhecida como a “Cidade das Repúblicas” pelo público universitário (MACHADO, 2014). As moradias estudantis são regulamentadas pela UFOP e se tornaram espaços de socialização contínua entre os estudantes, ex-estudantes e professores. Embora ocorram fronteiras socioespaciais e culturais e conflitos com os “nativos”, como são chamados os residentes permanentes da cidade desde a fundação das primeiras repúblicas à medida que provocavam uma inversão do cotidiano na cidade tradicional e religiosa, retratadas romances e contos sobre a cidade (LESSA, 1981; DEQUECH, 1984).

As mais conhecidas são as Repúblicas Federais que funcionam tanto por meio de códigos culturais tradicionais e um sistema de autogestão das “repúblicas tradicionais”, com normas e estatuto próprio, que estabeleceram, ao longo do século XX, os usos e formas de habitar a casa (MALTA, 2018). Seus moradores vivenciam uma experiência direta com o patrimônio arquitetônico, pois habitam alguns dos mais antigos casarios edificadas no centro histórico e bairros do entorno (Antonio Dias, Lajes, Pilar e Rosário) ou nas áreas de propriedade da UFOP, que detêm vasto acervo patrimonial de bens culturais materiais e imateriais.

Elas estão no entremeio das igrejas e dos diversos empreendimentos turísticos da rede hoteleira, restaurantes e museus, e aderem à paisagem histórica da cidade. Dado a sua estrutura que remontam os usos do passado, como as dezenas de corredores e quartos, as repúblicas tornaram-se espaços de visitação turística e destacam-se juntamente com o turismo cultural e religioso. O turismo estudantil é um aspecto relevante para as repúblicas, principalmente em períodos festivos como o Carnaval e a tradicional Festa do 12 de Outubro que atraem turistas de todo o país e as repúblicas tornam-se espaços de hospedagens para visitantes e ex-moradores.



Repúblicas Estudantis na Rua Paraná. Fonte: acervo do autor, 2009.

Após a patrimonialização, quaisquer intervenções nos imóveis tombados passaram a ser fiscalizadas pelo IPHAN, de acordo com os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Caso ocorra uma intervenção sem a devida autorização, os proprietários estarão sujeitos a multas, o que se aplica tanto aos estudantes quanto a outros moradores que possuem residências na área tombada (IPHAN, 2010). De acordo com Malta (2018), os estudantes realizam intervenções nas casas como melhorias na fiação elétrica, criação de salas de estudo, informática e bibliotecas compartilhadas. Dos usos lúdicos, o autor constatou também diversas inovações no interior dos porões dos sobrados que se transformaram em áreas de socialização como espaços de exposição de artes, de baladas noturnas com boates e equipamento de som instalados, filmes, mesas de jogos e churrasqueiras etc. Apesar de ocorrerem conflitos entre os moradores e o órgão em situações diversas essas intervenções trazem benefícios para a manutenção do espaço e permitem a autogestão de cada residência.

Há ainda as festividades que conectam o patrimônio cultural à universidade e ao turismo: o Festival de Cinema (CineOP) promovido pelos governos Federal e Estadual ocorre na Praça Tiradentes e no Centro de Artes e Convenções, um antigo Parque Metalúrgico do séc. XX, localizado no Centro Histórico, e enfoca o cinema como patrimônio, preservação, história e educação; o Festival de Inverno UFOP (1967-atual) que ocorre, durante grande parte do mês de julho ocupando as ruas, praças e espaços culturais das cidades de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade com uma diversificada programação gratuita de shows, espetáculos cênicos, exposições, mostras de filmes, oficinas e seminários⁴.



Estudantes da UFOP em atividade no Festival de Inverno. Fonte: acervo do autor, 2009.

Outros aspectos ligam a vida urbana ouro-pretana ao patrimônio cultural e aos marcadores históricos da cidade: Festividades civis como o Carnaval, do qual se destaca como patrimônio o Clube Carnavalesco

⁴ Para mais informações conf. “Abertura do Festival de Inverno de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade 2022 é marcada por Encontros”, disponível em: <https://ufop.br/noticias/festival-de-inverno/abertura-do-festival-de-inverno-de-ouro-preto-mariana-e-joao-monlevade>. Consultado em jun 2023.

Zé Pereira dos Lacaio, fundado em 1867 e retraditionalizado após a substituição das bandas de *axé music* por grupos de samba e marchinhas de carnaval como forma associar o patrimônio imaterial e o turismo. No carnaval, destacam-se ainda os blocos carnavalescos criados pelas repúblicas estudantis que desfilam pelas ruas tocando marchinhas tradicionais; a Cerimônia do Dia da Inconfidência Mineira (21 de abril), da qual se destaca a figura de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes; o Dia de Aleijadinho e do Barroco Mineiro (18 de novembro), instituído desde o ano 2012 pelo governo do Estado⁵ para homenagear suas obras de arte que ornamentaram praças e ruas da cidade (PEREIRA, 2017a, QUEIROZ, 2019).

4. CONFLUÊNCIAS

Nem sempre é pacífica a relação entre as demandas da *Ville* e as *Cité*. No caso de cidades históricas com presença ativa de moradores e forte apelo turístico, persistem tensões recorrentes entre os interesses preservacionistas residenciais e o apelo comercial dos interesses turísticos. Nas *Villes* históricas de Olinda e Ouro Preto, as *Cités* se dividiram: parte dos atores e suas sociabilidades defendia a restrição dos usos (através da restrição de Repúblicas, Bares, Pousadas e festas, sobretudo o Carnaval); e outra parte defendia a abertura da cidade para o mundo da vida. Em síntese, esse talvez seja um dos mais importantes desafios e dilemas para as políticas de preservação de Centros Históricos residências: garantir a preservação do patrimônio ao tempo em que assegure as possibilidades de usos relativamente regulares e normais de uma diversa e, por vezes, conflitante vida pública cotidiana.

⁵ Lei Estadual 20.470, de 2012, com o objetivo de valorizar o patrimônio histórico relativo à obra de Antônio Francisco Lisboa. A celebração é marcada pelo aniversário de seu falecimento em 18 de novembro de 1814.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. (2013), “Cidade morta, cidade documento, cidade turística: a construção de memórias sobre Ouro Preto”. In: Castro, Celso; Magalhães, Aline; Salgueiro, Valéria. (Orgs.). *História do Turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- ARANTES, Antonio (2000). Paisagens paulistanas: transformações do espaço público. Campinas, Ed. Unicamp.
- BARRETO, Juliana Cunha. (2008), De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural / Juliana Cunha Barreto. Recife: UFPE / Programade Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.
- CUNHA, Victor Lacerda; CALDEIRA, Altino Barbosa. (2017). Refuncionalização: transformações na paisagem de Ouro Preto/MG. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 24, p. 180-216.
- CAVALVANTI, Vanildo Bezerra. (1977), *Recife do Corpo Santo*. Recife, PMR.
- CORRÊA, Sandra (2021), “Quem Pode Morar Aqui? Discutindo Habitabilidade em Áreas Urbanas Reconhecidas como Patrimônio Cultural Brasileiro. In: NAKAMUTA, Adriana (org.). *Arte, Cidade e Patrimônio: futuro e memória nas poéticas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Automática Edições.
- DANTAS, Leonardo. (1999), “Recife, História de um Bairro”. In: Processo nº .1168-T-85/ IPHAN, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife e Cais do Apolo, no Município de Recife, Estado de Pernambuco. Arquivo Noronha Santos, IPHAN.
- DEQUECH, David (1984) *Isto Dantes em Ouro Preto: Crônicas*. Belo Horizonte: Minas Gráfica.
- FELIX, Ivi (2021), *Cidade Patrimônio Cultural: a voz do morro em Ouro Preto*. Curitiba: Appris.
- FORTUNA, Carlos. (2020), *Cidades e Urbanidades*. Lisboa, ICS.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Portaria nº 312, de 20 de Outubro de 2010*. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2107>.
- Acesso em: 01 jun. 2023.
- HARVEY, David. (1992), *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- LE CORBUSIER. (1998), *Por uma arquitetura*; São Paulo: Editora Perspectiva.
- LEITE, Rogério Proença (2010), A Exaustão das cidades Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *RBCS* Vol. 25 nº 72 fevereiro/2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000100006>
- LEITE, Rogério Proença (2013), “Consuming Heritage: Counter-uses of the city and gentrification”, *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 10, 1.

- LEITE, Rogerio Proença. (2018) Configuração do perfil socioeconômico de 45 áreas tombadas pelo IPHAN. (Documentos Técnicos de Consultoria prestada ao IPHAN), IPHAN, Brasília.
- LEITE, Rogerio Proença; CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. (2023), Centros históricos no Brasil: um olhar a partir do censo demográfico. dossiê: novas agendas urbanas, Cad. Metrópole 25 (57), May-Aug. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5704>
- LEMOS, Celina Borges; LOBATO, Paula. (2021), A formação da paisagem cultural de Ouro Preto, Minas Gerais Algumas características do processo de ocupação como constituintes da sua ambiência barroca. *Linguagens nas artes da Escola Guignard*, v. 2, p. 25-34.
- LESSA, Maria Aracy. (1981) *Ouro Preto do meu tempo*. 2. ed. São Paulo: IBRASA.
- MACHADO, Otávio Luiz (2014), *Repúblicas Estudantis de Ouro Preto e Mariana: Percursos e Perspectivas (Edição Especial)*. Frutal-MG: Editora Prospectiva.
- MALTA, Eder (2017), “Consumindo Paisagens: Patrimônio Cultural, Turismo e Enobrecimento Urbano no Rio de Janeiro”. *TOMO*. N. 31 JUL./DEZ, 2017, pp. 91-134.
- MALTA, Eder (2018), “Cidade histórica, cidade universitária: usos do patrimônio cultural e repúblicas estudantis em Ouro Preto”, MG. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, v. 8, p. 912-947.
- PARK, Robert E. & BURGESS, Ernest W. (1970), *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- SENNETT, Richard. (2018), *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Edilson. (2017a), Patrimônios, tempos e “tradições” de Ouro Preto. Rio de Janeiro: Centro Lucio Costa/Ipahan.
- PEREIRA, Edilson. (2017b), “The bodies of Christ: performances and agencies of Passion in Ouro Preto”. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, p. 01-20.
- QUEIROZ, Lúcia Maria Aquino de (2019), *Turismo cultural e desenvolvimento: Cachoeira & Ouro Preto*. Cruz das Almas/BA: UFRB.
- WIRTH, Louis. (1997), “O urbanismo como modo de vida”. In: Fortuna, Carlos (org) *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

Cidades em disputas: valorização dos centros históricos de João Pessoa (Brasil) e Tours (França)

Alzilene Ferreira Da Silva¹

INTRODUÇÃO

As cidades apresentam um impressionante processo de mutação, construções e desconstruções que imprimem em paisagens urbanas novas significações. Nesse contexto, o acelerado crescimento urbano tem promovido, como no caso dos centros centrais, transformações impactantes. De bairro valorizado, centro da vida urbana, os centros históricos passaram por um profundo processo de abandono, tornando-se estigmatizados. No entanto, com as novas concepções acerca do patrimônio e consequentes alterações no que tange às políticas de preservação, os centros históricos são inseridos nos planos de intervenções urbanas. No bojo de tais significativas alterações, observa-se a estrita ligação entre o urbanismo e as políticas culturais. Desse modo, desde a segunda metade do Século XX, as investigações sobre os centros urbanos têm ganhado mais relevância, alteraram-se substancialmente as políticas urbanas e os centros passaram a ser alvo de processos de preservação e requalificação dos espaços e usos. O bairro degradado é, com isso, “redescoberto” e passa a ser associado à política de desenvolvimento local e turístico.

No encaixo dessa reluzente tendência, assiste-se à utilização cada vez mais contundente de estratégias de marketing para promover uma imagem de cidade que possa ganhar destaque, seja na cena local, nacional ou internacional. Em outras palavras, ganha relevo a projeção das cidades como uma “marca a ser consumida”, e para tanto precisa ser apresentada de forma mais visível e atrativa ao capital. Importa, no entanto, acentuar que os desdobramentos desses processos têm alimentado de forma crescente a competição entre as cidades, que almejam cada vez mais atrair investimentos, consumidores e turistas.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN/ Université de Tours UT, Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

No rastro dessas transformações, resultam, portanto, os fenômenos de revitalizações das áreas centrais degradadas e da gentrificação. Portanto, assiste-se nesse horizonte, ao engate entre o capital financeiro e o Estado, que passam a determinar sobremaneira as operações urbanas.

Esse novo cenário tecido pela articulação entre público e privado descortina cenas de tensões constantes, qual seja: a luta pela permanência das pessoas que estabelecem um liame identitário com o bairro e tentam resistir ao vendaval da expulsão gerada pela financeirização do espaço. Assim, esses processos segregam o espaço e promovem também mudanças e conflitos de usos. Nesse sentido, fronteiras simbólicas e físicas são estabelecidas, desnudando um quadro onde constrangimentos, tensões e disputas pela permanência são frequentes.

Atinente a esses processos, o estudo aqui proposto apresenta como referências empíricas os Centros Históricos das cidades de João Pessoa, no Brasil, e de Tours, na França. O fito primordial do trabalho consiste em comparar os processos de requalificação e gentrificação urbanas ocorridos nas duas cidades estudadas. Indo além, a pesquisa também busca compreender como esses Bairros são vividos/interpretados por seus habitantes, levando em conta os desdobramentos, disputas e alterações no modo de permanecer e habitar os Bairros em decorrência de requalificações urbanas. Para apresentar melhor o estudo, o texto foi dividido em duas partes: no primeiro momento, a escrita dedica-se à cidade de Tours, e em seguida debruça-se sobre João Pessoa.

O VIEUX TOURS ANTES DA GENTRIFICAÇÃO

O mundo do Pós-Guerra apresenta problemas incalculáveis, para além da memória e dos danos físicos e psíquicos. O “retorno à vida” imperativamente incluía, entre outras urgências, a reconstrução das cidades europeias. Além desse imperativo, outra problemática marcava indubitavelmente as cidades na França: o estado de precariedade dos bairros antigos, que abrigavam inúmeros imóveis em situação de ruína ou degradação. As condições de pobreza e falta de manutenção das habitações nesses bairros promoviam situações desafiadoras para seus habitantes.

A cidade de Tours, na na Região Centro da França, reflete um cenário semelhante. Os núcleos originais da cidade situados nas margens do Rio Loire reverberam um quadro gritante de destruição gerado ora pela ação do tempo, ora pela ausência de investimentos que mantivessem tais edificações em estado de real habitabilidade e que garantissem aos seus moradores dignidade e segurança. No rastro dessa propensão, não era raro encontrar parte significativa dos imóveis em situação de ruínas, sendo, contudo, habitada por uma população de baixíssima renda, formada na sua maioria por imigrantes advindos de Portugal, Espanha e do Continente Africano. Os antigos imóveis passaram a ser resididos por várias famílias, e em apenas um cômodo era comum abrigar diversas pessoas, não havendo divisão entre adultos e crianças. Notadamente, o espaço pequeno era usado para cozinhar, dormir e realizar a higiene pessoal. Outro aspecto proeminente era a falta de arejamento e de iluminação das edificações.

O depoimento a seguir de um antigo habitante que vivenciou as durezas de outrora é bastante ilustrativa a esse respeito; nas palavras do informante:

N.S: [...] dans les vieilles maisons il n’y avait pas de salle de bain pas de cuisine pas de grenier/ y avait une pièce à vivre par famille donc la maison un/ deux : trois niveaux et à chaque niveau il y avait deux pièces et dans chaque pièce il y avait une famille de trois quatre cinq jusqu’à huit neuf personnes dans la même pièce/ ils s’avaient très froid/ c’était un quartier très pauvre à l’époque/ il faisait très froid/ très faim / c’était très dur heu : Donc nous on a ramené les salles de bain les cuisines les salons dans ces maisons et maintenant on vit à pas beaucoup de monde/ une famille par maison heu...

N. S., moradora do Bairro “Cathédrale”. Entrevista concedida a autora, na cidade de Tours/ França.

O Vieux Tours, por registrar um número significativo de portuguesas, promovia uma maior integração daqueles que chegavam à cidade para trabalhar e “fazerem a vida”. Sendo assim, o modo de ser peculiar do português reverberava nas ações cotidianas como, por exemplo, o

costume de colocar cadeiras do lado de fora de casa para conversar com os vizinhos e apreciar o movimento... As crianças que corriam e brincavam pela rua... Os adultos contavam histórias... As práticas alimentares como o consumo do bacalhau... Traços característicos que traziam do lugar de origem e os distinguiam do modo de ser local.

As manifestações culturais e as práticas religiosas eram feitas com parcimônia, talvez por receio da população nativa. O mês de maio era marcante por causa da Festa de Nossa Senhora de Fátima, mas a procissão ocorria apenas nas proximidades da Igreja.

Como tinham uma Associação Cultural Portuguesa, os moradores utilizavam o local para reuniões. Então, era comum realizarem festas aos domingos no local. Também, as comemorações da Páscoa e do Natal, bem como outras atividades culturais, eram realizadas na Associação.

Nunca é demais lembrar que, apesar do quadro de abandono e pobreza, uma vida se tecia no Vieux Tours, que em nada se apresentava como lugar vazio ou sem animação. Um forte e variado comércio, com lojas de roupas, calçados, padarias, mercearias, farmácias, restaurantes, bares, conferia vivacidade ao lugar, que contava ainda com fábricas e escritórios. Ou seja, tratava-se de um espaço marcado por trocas, interações pessoais e comerciais que se estabeleciam nas ruas, lojas, bares, bistrôs e em especial no frenético Les Halles, o mercado do bairro. Dentro do mercado, o morador podia encontrar tudo o que precisava a preços bem mais acessíveis que nos comércios de outros bairros e do centro. Além disso, na praça onde se localizava o mercado, uma grande feira era realizada: rendiam-se alimentos, utensílios, roupas, sapatos etc. Era, portanto, outro local importantíssimo de encontro, trocas e sociabilidade do bairro.

Ademais, torna-se conspícuo registrar que, por um lado, temos o poder público deixando de realizar investimentos na infraestrutura urbana e, do outro, a ausência de investimentos na conservação e manutenção dos imóveis privados de responsabilidade dos proprietários. Tal abandono fortemente engendrado culminou, ao longo dos anos, no desconhecimento do bairro pelo restante dos habitantes da cidade. Ora, nesse horizonte não é de se admirar que o local de extrema pobreza deixasse de ser frequentado pelos antigos moradores. Não foi por outra razão que passou a ser duramente repudiado, visto como lugar indesejável e despiendo. Sua riqueza e beleza arquitetônicas não

eram vislumbradas nem reconhecidas e, por conseguinte, não valorizadas. Todavia, sobre o assim chamado bairro “chaud”, resplandecia comumente outros rótulos nada positivos, quais sejam: local onde grassavam a insalubridade, o alcoolismo, a vagabundagem... Dito em outras palavras, era visto como antro de prostituição e violência. O quadro reverso começou a ser engendrado com a dilatação do que se compreendia sobre o que era patrimônio. A partir disso, uma nova trama começa a ser tecida e a França se torna um dos países pioneiros com a elaboração de legislações que passam a proteger os bairros antigos; nascem, assim, os Centros Históricos – “secteur sauvegardé”.

Depuis 1962 la loi, dite loi Malraux donne la possibilité de créer des Plans de sauvegarde et de mise en valeur (PSMV). Ils furent les premiers signes d'un intérêt qui allait se généraliser dans les années 1970, pour les valeurs culturelles et tout ce qui pouvait contribuer à nourrir la mémoire collective des lieux et leur identité. Très vite nombre de municipalités ont souhaité disposer de tels moyens pour faire obstacle à la léthargie ou au déclin de leur centre et elles ont eu à choisir entre procédure très centralisées et celle plus flexible des ZPPAUP [Zone de protection du patrimoine architectural urbain et paysager]. (CHALINE, 2007, p. 111)

Seguindo essa senda, importa, mormente, debruçar-se sobre a constelação de mutações do setor protegido da cidade. Nunca é demais lembrar que na data de 9 de novembro de 1973 “un arrêté ministériel” cria um “secteur sauvegardé” de 90 hectares. No ano de 2008, “l'arrêté préfectoral n° 02-08 du 16 janvier 2008 portant extension du secteur sauvegardé et prescrivant la révision du plan de sauvegarde et de mise en valeur du secteur sauvegardé de la ville de Tours” (FRANCE, 2012, p. 1-3).

O setor foi estendido em mais 60 hectares, passando a englobar os imóveis “du

XIXe siècle des boulevards Béranger et Heurteloup; la cité Mame construite entre 1860 et 1875 [...]; le secteur de la rue Lamartine et ses

maisons du XVe siècle; la partie sud de la Rue Blanqui autour de l'église Saint-Pierre Ville." Quase 40 anos depois, é aprovada a modificação do plano de salvaguarda do setor, "et mise en valeur du secteur sauvegardé de la ville de Tours – Secteur du Haut de la rue Nationale" (Arrêté, 9 de maio de 2012). Seguindo essa senda, o antigo bairro decadente e abandonado, que possuía uma grande concentração populacional e uma importante quantidade de comércios, sofre uma gigantesca intervenção urbana.

Ao abrir jornais, artigos reverberam outros tipos de notícias. O lugar considerado "quartier difficile" começa a abrigar outros habitantes de nível econômico mais elevado. Tours chega à aurora nos anos de 1970 com uma nova aparência. Entre os anos de 1965 e 1973, o bairro foi reconstruído, e a problemática sofrida com a crise das habitações tornou-se algo secundário. O setor – que sofreu renovação das "îlots insalubres" e renovação dos prédios considerados de relevância arquitetônica – ao entorno da Place Plumereau agora esbanja ruas limpas, fachadas e interiores reformados e áreas verdes criadas.

No novo cenário criado, a partir da operação de renovação/restauração/reabilitação urbanas, não é a população de baixíssima renda que continuará a residir no bairro, nem os comerciantes de antes: o Vieux Tours passa a ser residência dos mais abastados. Os antigos comerciantes são retirados e um novo comércio é instalado para atender a elite local, como padarias, mercearias, lojas, entre outros estabelecimentos. Os feixes luminosos permitem ler algo novo: o fenômeno da gentrificação. O bairro antigo "ganha" uma nova roupagem, resplandece uma nova imagem. No cerne desse feixe de transformações, cultura e patrimônio se abraçam e passam a delinear uma nova imagem da cidade. O bairro passa a ser visitado não somente pelos moradores de Tours – que antes o evitavam – mas também por turistas.

A REALIDADE DE RESIDIR EM UM "CARTÃO-POSTAL": OS CONFLITOS NO VIEUX TOURS

Quem anda pelas ruas do Vieux Tours possivelmente já se deparou com um grande cartaz amarelo de um desenho de um indivíduo com as mãos nas orelhas com a seguinte frase em letras garrafais: "LE BRUIT en sourdine: pour mieux vivre ensemble". Logo na esquina da Rua do Commerce com a Rua Constantine, a mensagem e o desenho

chamam à atenção. Quiçá, o passante que faz um passeio diurno pelas ruas tranquilas do Vieux Tours não compreenda a razão de tal cartaz e nem imagina o que ele significa. Para os moradores do bairro antigo, denota noites em claro ou despertar súbito de madrugada, volume alto das músicas nas casas ou bares, conflitos com os vizinhos, telefonemas para a polícia, e assim por diante.

O cartaz faz parte da campanha denominada “Le bruit en sourdine”, cujo objetivo é sensibilizar frequentadores de reuniões festivas a reduzir o volume sonoro. “Mais avec seulement quelques affiches disposées aux entrées du Vieux-Tours, l’impact semble limité” (WEYNANTS, 2012, p. 16). A campanha contra a poluição sonora é também abraçada pela Associação dos Habitantes do bairro.

Criada em 1986, a Association des Habitantes Plumereau-Halles-RésistanceVictoire surgiu como uma forma de reação à proliferação das atividades noturnas no bairro. A presidente da Associação explica que a fundação ocorreu em um momento crítico, quando o barulho se instalou no bairro após a transformação de ruas em passagem para pedestre e com a abertura em grande número dos bares e terraços. Naquela época, houve reuniões na Mairie, mas sem sair como o planejado. As atividades da Associação pararam em 1988, aproximadamente. Mas em 1993 o problema do barulho agravou-se de modo tão intenso que a atual presidente teve de recriar a Associação. No mesmo ano, a Associação foi convidada para participar de reuniões, todo mês, com os serviços “municipaux” e “préfectoraux”.

M.: les activités se sont arrêtées en quatre vingt huit ou neuf/ et puis en mille neuf cent quatre vingt treize/ les nuisances étaient tellement intenses que moi j’ai recréé l’association/ quelqu’un est devenu président/ j’étais secrétaire/ on a trouvé un trésorier et on a eu des adhérents qui sont montés jusqu’à cent trente huit/ ce qui est beaucoup pour une association du quartier/ de mille neuf cent quatre vingt treize à quatre vingt quinze j’ai eu des réunions chaque mois/ avec des réunions qui s’appelaient inter-polices avec la police nationale et la police municipale et un élu/ un représentant du maire et on a vu des progrès/ en mille neuf cent quatre vingt quinze il y a eu un nouveau maire/ donc

il ne voulait plus de ces réunions/ l'association a continué / on a écrit / on a fait paraître des articles dans les journaux et finalement la nouvelle équipe municipale nous a reçu en mille neuf cent quatre dix sept / et depuis janvier mille neuf cent quatre dix huit jusqu'à maintenant nous avons une réunion chaque mois sauf au mois d'août avec les élus donc la X juin à la police municipale/ le directeur de la police municipale/ quelqu'un de la police nationale/ quelqu'un du service des déchets et du nettoyage et chaque mois nous faisons le point que tout ce qui se passait/ tapage euh : hygiène alcoolisme et sécurité voilà/ nous continuons notre prochaine réunion qui aura lieu en septembre/ début septembre et une en octobre / novembre etcetera alors il y a quelques améliorations mais pas beaucoup / il faut être vraiment vigilant et je sais pas comment ça va se passer à la rentrée de septembre...

Association des Habitantes Plumereau-Halles-Résistance-Victoire.Tours.

Entrevista concedida a autora, na cidade de Tours/ França.

Para os aderentes, é uma janela aberta para negociação e a Associação ajuda a multiplicar forças em defesa do bairro. Sem dúvidas, a soma de esforços facilita realizar as solicitações junto a Mairie. Encaminhar os papéis com ajuda da Associação agrega mais vantagens, como explica um aderente.

H bah parce que ça a commencé pour défendre le quartier / pour pouvoir aller à la mairie / parce que quand on est seul pour demander des trucs / quand j'ai voulu demander pour faire des pétitions pour le bruit de la rue / pour les cafés / j'étais seul / tandis qu'avec l'association on avait l'avantage de quoi / on a été plusieurs fois avec madame X / on a été plusieurs fois à la mairie / à la préfecture / tandis que / étant seul / on peut pas faire grand chose / tandis qu'en faisant parti de l'association /

on a beaucoup plus de poids / c'est pour ça que je me suis mis dans l'association / pour pouvoir avoir davantage de possibilités d'avoir des entrevues / d'aller à la mairie et ainsi de suite

A ça marche monsieur / c'est mieux avec l'association que tout seul ↑

H ah bah oui c'est mieux avec l'association parce que / quand on est un groupe / on peut avoir davantage de poids / pour pouvoir demander quelque chose / tandis qu'avant je faisais des pétitions avec mes voisins pour / j'écrivais à la mairie / mais y avait pas de suite / alors quand j'ai été à l'association / à ce moment-là tout de suite on m'a aidé avec madame X

A et il y a beaucoup de problème / que l'association a résolu ↑

H y a eu beaucoup de travail pour faire ça / ah oui oui

A par exemple ↑

H si on est seul / on dit oh / tandis qu'avec l'association on rouspète davantage

A et la première fois que vous avez cherché l'association pour le problème du bruit ↑

H c'était pour le problème du bruit

A quelle année monsieur ↑

H j'ai commencé à faire les / c'était dans les années quatre vingt dix / mille neuf cent quatre vingt dix / quand j'ai commencé à m'occuper de faire des pétitions pour avoir / même avant / en mille neuf cent quatre vingt cinq / d'abord je me suis beaucoup investi dans le quartier pour refaire faire les trottoirs / pour refaire faire la rue / pour refaire faire la lumière / j'ai demandé tout ça à la mairie / j'étais tout seul à ce moment-là / j'ai fait ça seul / alors c'est là que je me suis occupé du quartier pour pouvoir rénover / puis après quand il y a eu le bruit / je me suis mis avec l'association.

A et ça c'est améliorer ↑

H ah bah ça s'est amélioré beaucoup / quand on fait partie d'une association

H. D. morador e aderente da Associação des Ha-

bitantes Plumereau-Halles-Résistance-Victoire.
Entrevista concedida a autora, na cidade de Tours/
França.

Em caso de ocorrências, os aderentes ou qualquer habitante do bairro entram em contato com a Associação através de telefone ou e-mail para transmitir as reclamações. Normalmente, é necessário que o morador informe o tipo de ocorrência, local, dia e horário. Na primeira segunda-feira de cada mês, das 20h até as 23h, ocorre a reunião da Associação, em que são lidas todas as reclamações para conhecimento geral. Os presentes também podem acrescentar quaisquer irregularidades que tenham presenciado ou tomado conhecimento. Tais reclamações versam sobre diversos problemas, como: segurança, coleta de lixo, meio ambiente, estacionamentos, degradação, terraços, desobediência às regulamentações por parte dos donos de bares, restaurantes e discotecas, ou seja, as dificuldades assinaladas durante todo o mês. Mas a poluição sonora e a segurança são as questões mais assíduas nos encontros da Associação.

Quando telefonam para a polícia, e o chamado é atendido, a polícia chega e resolve o problema daquela noite. Mas a situação em essência não é de fato solucionada, porque na outra semana reaparece. Se não é com o mesmo vizinho é com outro... Ou ainda com os proprietários de bares que colocam música amplificada... Ou com pessoas que se agrupam nas ruas que fazem grande ruído...

Na maioria das vezes os entrevistados declaram que chamar a polícia para vizinho é complicado. As pessoas, de modo geral, não almejam que as coisas cheguem a esse ponto, pois sempre vão encontrar o vizinho no espaço comum do prédio, algo nada confortável. Segundo uma entrevistada, ao chamar a polícia, esta intervém uma primeira vez e adverte para não haver reincidência. Na segunda vez, a polícia aplica um processo verbal. Acrescenta, ainda, que é verdade que todo mundo hesita em chamar a polícia, porque não é isso que vai possibilitar um bom entendimento entre os vizinhos. Segundo uma entrevistada, a polícia intervém uma primeira vez e adverte para coibir reincidências. Na segunda vez, a polícia aplica um processo verbal. A informante acrescenta que, no geral, hesita-se em chamar a polícia, pois não é esse o caminho que viabilizará o bom entendimento entre

os vizinhos. Os conflitos gerados entre os moradores e os que querem fazer a festa são por vezes intermediados pela polícia acionada, que aplica o ônus de multa em caso de barulho acima da tolerância. No entanto, os festins regados à música alta e bebida alcoólica não sinalizam redução de índices.

Os dados sobre a quantidade de intervenções da polícia, publicados no Jornal “La Nouvelle République”, são reveladores, apesar de envolver toda a cidade. Em 2011, entre 21h e 5h da manhã ocorreram 1.242 intervenções: “831 chez des particuliers, 203 sur la voie publique et 208 auprès des établissements recevant du public.” Já em 2010, a polícia arrolou 872, e em 2009 foram 669 intervenções. (Weynants, 2011, p. 16).

Mais de 100 bares e 7 discotecas apontam a evolução do problema, estimulando a introdução de drogas e de atos violentos. Ao todo, são 346 estabelecimentos distribuídos em cafés, hotéis e restaurantes concentrados no “secteur sauegardé”, segundo dados do “Observatoire de Touraine” (C. G; A. B., 2013, s.p). O número de restaurantes rápidos – que vendem sanduíches, *quebabs* – cresce a olho nu e transforma igualmente a paisagem. Somente na Rue Colbert, por exemplo, somam-se 11 estabelecimentos desse tipo.

Na contramão desse processo, a Associação reúne forças que visam fazer valer as regras existentes e negociar também no sentido de promover novas regulamentações dentro do contexto local. Normalmente, são proprietários que aderem a essa causa. Ainda residem no bairro cidadãos de alto poder aquisitivo (*bourgeois*), porém o número não é tão expressivo como antes, e até indivíduos de classe média, profissionais liberais, professores universitários, comerciantes etc.

A constante vigilância configura outro elemento nessa aliança. Isso se fez notável, sobretudo, durante as reuniões da Associação. Os que participam dessa luta em menor sinal de não observância às regras registram a situação – dia, horário, rua – e transmitem as informações à Associação. Basta um simples passeio ou caminhada pelo bairro: quaisquer irregularidades presenciadas requerem adoção do procedimento. Isso porque é através da Associação que os moradores têm acesso aos procedimentos burocráticos. Nesse sentido ela representa uma janela de diálogo e um meio de ação coletiva.

JOÃO PESSOA: O CENTRO HISTÓRICO

Foi nas margens do Rio Sanhauá há 429 anos que nasceu a terceira cidade fundada no Brasil, João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. O nascedouro da cidade distinguiu-se das várias cidades litorâneas do país, que foram erigidas em frente ao mar. Vale ressaltar a típica divisão entre Cidade Alta (onde predominam prédios administrativos, conventos, igrejas e residências) e Cidade Baixa (concentrando pequenas casas, o porto e a maior parte do comércio).

O porto do Capim em meados do século XIX esteve em pleno funcionamento, como bem persevera Sales (2008), e a proximidade dos armazéns com o porto viabilizava o rápido escoamento dos produtos, o que possivelmente tenha atraído a Capitania dos Portos e a construção de estabelecimentos comerciais. No que concerne ao comércio de varejo, foram erigidos casarios – no piso inferior funcionava o comércio e no superior ficava a habitação. “Algumas ruas da Cidade Baixa aglomeraram estabelecimentos comerciais provocando a centralização física destas atividades no bairro do Varadouro. Uma destas ruas ficou conhecida como Rua do Comércio, atual Maciel Pinheiro. (SALES, 2008, p. 47)”

Até a década de 60, João Pessoa se concentrava na atual região central, com ocupação mais rarefeita na medida em que se distanciava do centro. Tudo contido pelos elementos naturais do sítio urbano, visto que estes elementos naturais como o Rio Sanhauá no lado oeste, o vale do Rio Jaguaribe no sudeste, o vale do Rio Paraíba no noroeste limitava o seu crescimento, obrigando-a a se expandir na direção leste. (Ibidem, p. 15).

Já para a cidade do futuro, abraçou-se o conceito de extensão: que sobrepujaria as barreiras da insalubridade representada pela Lagoa dos Irerês, expandindo a cidade até o bairro da Torre. O mesmo conceito definiu algumas áreas, quais sejam: o bairro 13 de Maio, axiais da Avenida Epitácio Pessoa até a praia de Tambaú e definiu a atual Avenida Rui Carneiro, beneficiando o acesso para estimular a expansão da região das praias. Vale lembrar que nesse período a cidade concentrava-se na atual região central desde os idos de 1920.

Diante do panorama instaurado, torna-se curial salientar o papel fundamental da Avenida Epitácio Pessoa para o desdobramento desse quadro. Após 32 anos do princípio das obras, em 1952, inaugura-se em clima de festa a tão esperada avenida que passa a galvanizar as terras banhadas pelo mar. Se antes a população fluía para praia para desfrutar dos momentos de lazer, para a prática do veraneio, com a conclusão da Avenida uma boa parte da população começa a migrar para o litoral, mas, agora, com o intuito de fixar residência. Em um breve espaço de tempo, a Avenida começa a ganhar uma roupagem com residências luxuosas. A Avenida Epitácio Pessoa passa a ser o novo endereço da elite.

Chega-se um ponto crucial para o processo de expansão da cidade rumo às praias, momento em que o rio vai desbotando sua influência e sentido para a cidade, e o mar vai ganhando significado maior e valor para os pessoenses. A “cidade nova” começa a ser sonhada como local de morada, a cidade do “passado” que aos poucos vai sendo “esquecida”.

Os grandes investimentos em infraestruturas foram igualmente fatores determinantes para a expansão urbana e consequente valorização de outras áreas da cidade, que ganham com isso valor imobiliário. Ilustrativo a esse respeito foi a construção dos eixos rodoviários da BR-101 e da BR-230. Investimentos esses que dilataram os limites de ocupações e deslocamentos. Além disso, as implantações de investimentos de grandes envergaduras, a exemplo do Distrito Industrial – à margem da BR-101 – e da Cidade Universitária (Universidade Federal da Paraíba, UFPB), tiveram como manifestação o crescimento da malha urbana no sentido Sul e Sudeste. Esse leque de transformações influenciou, sobremaneira, a incorporação de outras áreas distantes do centro da cidade, “que recolheriam muitas vezes populações das muitas favelas que proliferavam rapidamente na capital a partir da década de 1970 – a periferização atingiria uma escala vertiginosa com a construção de enormes conjuntos habitacionais.” (TRAJANO FILHO, 2006, s.p.).

De acordo com dados apresentados pela Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba (FIPLAN), até os anos de 1970 existiam 16 favelas na capital. O número toma impulso e praticamente dobra na década seguinte, chegando 31 favelas (SANTOS, J, 2007, p. 32-33). É nesse período que se iniciam as primeiras ocupações da Favela Porto do Capim, localizada no Bairro Varadouro. Os contornos dessa narrativa teve início nos anos de 1930, momento em que o porto fluvial na

cidade baixa é desativado, possibilitando o surgimento de uma colônia de pescadores que ocupou parte de suas instalações. Essa situação, conjugada com o crescimento da cidade e as dificuldades econômicas verificadas nos últimos anos, propiciou a formação da atual Favela Porto do Capim (PLANO, 1994, p. 89).

Ainda conforme dados da FIPLAN, na Favela Porto do Capim, na década de 1980, havia 91 moradores e 22 domicílios. Vinte anos depois, o número de pessoas que vivem no local multiplica-se por seis, ou seja, chega a atingir 550 moradores. O número de domicílios, por sua vez, avoluma-se em quase igual proporção, apresentando 130 domicílios no ano de 2000.

No entanto, dados presentes no texto do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa revelam que, em 1993, a Favela possuía um quantitativo populacional ainda maior, cerca de 870 moradores, cuja renda média mensal apresentada era de um salário mínimo. O estudo destaca ainda que 38,46% da população ativa encontravam-se desempregada, tendo como meio de sobrevivência trabalhos ocasionais. Os baixos índices de escolaridade são igualmente preocupantes: -71,43% dos moradores não concluíram o ensino fundamental (antigo 1º grau) e a taxa de analfabetismo atingia a casa dos 24,24%.

Além disso, os anos de 1970 pavimentaram outras significativas transformações na capital paraibana, com a implantação do Projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA). Visando a instalação de infraestrutura básica nas cidades de todo país, o CURA possibilitou em João Pessoa o desenvolvimento de obras de infraestruturas que viabilizaram os velhos estoques imobiliários e a consolidação de novos subcentros, a exemplo dos bairros de Tambaú, Manaíra, Cabo Branco, Cristo Redentor e Mangabeira. Torna-se, portanto, oportuno mencionar que a implantação do CURA teve como desdobramentos a duplicação da cidade. Cumpre ainda aduzir que “tais fenômenos contribuíram fortemente para o quadro de abandono e subutilização do patrimônio construído para uso residencial e mais recentemente do patrimônio para uso comercial, que caracterizam o Centro Histórico da cidade de João Pessoa no presente momento” (CASTRO, 2008, p. 4-5).

Com a decadência física da área central, os então locais de convivialidade passam, igualmente, por processo de abandono, tornando-se espaços considerados de insegurança. O estigma é alimentado

ainda mais pela animação noturna que se efetiva através da presença conhecida dos cabarés – ou casas de prostituição. Assim, as palavras violência, insegurança, prostituição são os rótulos que passam a designar essa parte da cidade.

O vento das transformações chega na segunda metade da década de 1980 com a implantação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, que integra a cidade ao Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Ibero-América, mantido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional em vários países da América Latina. No bojo desse “vendaval”, criou-se a Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa – CPDCH/ JP, que teve como desiderato viabilizar a implantação do Projeto de Revitalização:

Esta parceria, em 22 anos, promoveu um grande impacto no Centro Histórico de João Pessoa, sendo o mais relevante a visibilidade ao nosso Patrimônio Cultural, reforçando nossa identidade e contribuindo para o desenvolvimento da cidade; incorporando o Centro Histórico no imaginário da população (COMISSÃO, 2012, s.p).

Apesar das intervenções ocorridas, o bairro na sua maior parte encontra-se ainda em estado de deterioração, sendo comum até encontrar imóveis em ruínas.

Uma nova onda é inaugurada a partir de 1997 com a realização da segunda fase do processo de revitalização do Centro Histórico, quando foram implementados novos comércios e lugares destinados ao lazer noturno e consumo cultural. As festividades, que outrora eram comemoradas no Varadouro e que por dilatado tempo ficaram esquecidas, como o carnaval e o São João, regressam ao Bairro. No rastro desse mar de transformações, o antigo bairro que foi abandonado e por isso tornou-se desconhecido para os pessoenses ganha ressonância na mídia, e os olhos são voltados para essa parte esquecida da cidade: nasce o Centro Histórico.

Nunca é demais sublinhar que uma pletora de eventos culturais, apresentações artísticas, shows, dança, lançamento de livros etc., passaram a ter o Varadouro como endereço. E nesse frenesi quem passa

a desfilarem nas ruas do antigo bairro é a classe média. Em outras palavras: nessa nova etapa, não são os moradores de baixíssima renda que vão desfrutar das lojas, bares, restaurantes e discoteca. A partir disso, deriva-se igualmente o fenômeno da gentrificação.

Outras propostas de mudanças de usos e funções do Varadouro foram realizadas. Nesse sentido, é possível citar as seguintes iniciativas: a reforma da Casa da Pólvora, criação do programa AnimaCentro, Projeto Residencial Villa Sanhauá (casarões foram reformados com o fito de abrigar artistas) e implementação do Projeto de Revitalização do Porto do Capim – Construção do Parque Ecológico Sanhauá, que prevê a construção de praça de eventos. No que se refere ao Projeto de Revitalização do Porto do Capim, uma nova realidade é urdida e os fios dessa trama ganham cores mais berrantes, isso porque o projeto retira do papel, ou seja, coloca em ação, algo que há décadas preocupava os moradores da Favela Porto do Capim: o medo de serem retirados do local. E, nesse particular, o projeto marca uma face dramática das políticas urbanas, a saber: a expulsão dos habitantes. - **De quem é o Centro Histórico? Gentrificação em João Pessoa**

Na década de 1920, foi aprovado o projeto de construção do Porto Internacional do Varadouro às margens do Rio Sanhauá, mas o porto não possuía condições necessárias para receber embarcações de grande porte. Por não corresponder às funções de escoamento da produção, o Porto foi desativado. Nessa ocasião, o local passou a ser ocupado por uma população de baixíssima renda, o que incluía antigos trabalhadores do porto e famílias de pescadores. Ao longo dos anos, as habitações foram erigidas e um pequeno comércio a elas destinado; pode-se ainda citar a construção de escola e associação de moradores. Os habitantes ao longo dos tempos foram em conjunto construindo espaços necessários à própria permanência, tais como praça, parque para as crianças, locais de sociabilidade. Sendo comum pescadores buscarem outras atividades econômicas para ajudar na renda familiar, como a venda de produtos nas ruas das cidades, o trabalho informal marca notadamente a vida desses moradores que têm na aproximação com o Rio e com o Centro da Cidade meios de sustento das suas famílias, mas também de interação e construção da sua identidade.

Um novo elemento surge a partir do “Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim” elaborado pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, que prevê inter-

venções urbanas nas áreas habitacionais de população de baixíssima renda, mais precisamente onde se encontram o Porto do Capim e a Vila Nassau. Então, desde os anos de 1990, foi desenhado o projeto que previa a retirada da população. E, desde o dilúculo dos anos 2010, o debate sobre o destino do Porto do Capim volta à cena, sobretudo a partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Vale Sanhauá: dignidade às famílias e o “rio da cidade”. Atinente a esse aspecto, é importante trazer o texto divulgado no Jornal da Paraíba, modo como o Programa foi divulgado na época:

Em solenidade no bairro do Varadouro, no início da noite desta quarta-feira (3), o prefeito Ricardo Coutinho lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Vale do Sanhauá, que vai beneficiar 297 famílias que moram em condições precárias à margem do rio, sem ter nenhum tipo de infraestrutura e em meio a esgoto, insetos e expostos a várias doenças. O PAC Sanhauá representa um investimento de R\$ 11,8 milhões e vai beneficiar as comunidades Porto do Capim, Frei Vital, Praça 15 de Novembro, Trapiche e Vila Nassau. (...)

A Ordem de Serviço para o início das obras foi assinada pelo prefeito, que esteve acompanhado de secretários municipais envolvidos no projeto. A previsão para a conclusão é de 18 meses. Além das unidades habitacionais, serão aplicados ainda R\$ 147.897,19 no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), que será realizado pela Secretária de Desenvolvimento Social (Sedes), durante o período de 27 meses, com as 297 famílias a serem beneficiadas. (Jornal da Paraíba, 2010, s.p.)

Se de um lado há reportagens que destacam um bem a ser feito ao retirar a população do local oferecendo a esquecida dignidade e segurança, ou ainda exemplificando a saída como uma benesse que é acolhida com gratidão pelos moradores que passarão a habitar em apartamentos, passando a imagem de um consenso e aceitação; já por outro, o debate é marcado por embates fortíssimos mostrando que a compreensão e sentimentos são distintos. Os protestos dos

moradores foram frequentes e contou com o apoio de instituições e associações. Foi nesse lugar que gerações nasceram e desejam continuar. Além de algo muito importante que marca essa população, existe a estreita relação com o Rio. Os moradores reivindicaram seu direito de permanecer no local, onde constituíram laços de pertencimento, identidade, rede de sociabilidade e solidariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades de Tours e João Pessoa vêm seguindo o receituário que pululam nos “quatro cantos” do mundo e que notadamente marcam a cena contemporânea no que diz respeito às políticas de intervenções urbanas, que têm como desiderato seguir a prescrição baseada na compreensão empresarial de gestão urbana. Os grandes projetos se inscrevem nessa receita que almeja se inserir nas cidades na rota competitiva (serviços de infraestrutura como hotéis de luxo, centros de convenções, museus etc.) e assim ganhar espaço na vitrine mundial de venda das cidades. À medida que os grandes projetos colocam visibilidade aos espaços modificados, não apenas fisicamente, como também em suas funções e usos, a intenção é alavancar o valor imobiliário dos imóveis e áreas vicinais (KARA-JOSÉ, 2007).

No bojo dessas estratégias, a cultura e o patrimônio tornam-se elementos capazes de impulsionar o turismo. E, nesse sentido, torna-se imperioso criar um cariz de cidade atrativo ao capital. Seguindo essa senda, tradições locais e o patrimônio são colocados em relevo, passam a ser valorizados e corroborados como elementos constitutivos da identidade. Nesse novo limiar, evocados são igualmente a história e a origem da cidade. Em João Pessoa, passou-se a exaltar o nascimento da cidade em frente ao Rio, as construções erguidas no passado e as manifestações culturais. Tours posiciona-se de modo semelhante ao Rio: faz parte das peças publicitárias que visam passar uma ideia de cidade voltada para a natureza e, por isso, atrativa a todos que desejam um lugar para trabalhar ao ar livre ou fruir dos dias de férias ou de tempo livre. Para além do construído, a natureza começa a ganhar força nessa nova etapa da busca incansável por consumidores.

Nunca é demais lembrar que, nesse âmbito, símbolos são revistos ou (re)criados com o intuito primordial de alimentar uma imagem distintiva de lugar único e especial; dito de outro modo, uma “marca na-

cional” (Sánchez, 1999), capaz de resplandecer na cena local ou internacional através de copiosas campanhas de marketing que têm como fito criar, como elucida Sanchez, uma “ampla adesão social a um determinado modelo de gestão e administração da cidade” (1999, p. 115).

Em nossa análise, o marco em que podem ser situadas as novas políticas promocionais de imagem das cidades é o da valorização da dimensão local no contexto da globalização econômica. A mobilidade produtiva e financeira permite uma maior liberdade de localização, o que aumenta a importância das diferenças e atrativos locais. É por este marco que os agentes da cidade vêm tomando consciência da permanente competição com outras localidades por novos capitais, aquilo que passou a ser caracterizado como uma verdadeira “guerra dos lugares” (Alessandri, 1996, p. 39; Santos, 1996, p.197). Para Vainer (1999, p.03), entretanto, aquilo que é apresentado como guerra dos lugares até pela literatura acadêmica deve ser melhor discutido, pois, segundo o autor, se trata de um fetiche, uma forma ideológica do novo discurso do planejamento estratégico para legitimar a produção generalizada de facilidades locais, um “rebatimento, para as cidades do modelo de abertura e extroversão econômica propugnado pelo receituário neoliberal” (SANCHEZ, 1999, p. 117).

Nesse contexto, uma nova dinâmica ganha relevo, qual seja: a competição entre cidades pela atração de investimentos e turistas ou ainda pelas marcas que garantam uma melhor exposição e visualização na “vitrine mundo”, como títulos de Patrimônio Mundial, Cidades Criativas, Cidades da Cultura, entre outros.

Seguindo essas pegadas, lugares como os centros históricos passam a ser incorporados à compreensão empresarial da cultura com fortes consequências no que se refere aos projetos de recuperação do patrimônio histórico. E as antigas áreas das cidades outrora abandonadas e, portanto, desvalorizadas assumem papel crucial no novo enredo citadino traçados pela compreensão empresarial de gestão urbana. Atinente a esses aspectos, torna-se comum a implementação

de grandes projetos que guardam em seu cerne o objetivo de vender a imagem da cidade e têm como deslindes as perversas expulsões dos seus antigos moradores, ou ainda alterados são os usos e funções que delimitam e determinam quem pode frequentar ou quem pode está lá somente como trabalhador.

Ora, comumente observa-se, nesse contexto, a criação de barreiras, sejam elas físicas ou simbólicas. Para atender aos requisitos, assiste-se nesse limiar aos estreitamentos entre as chamadas parcerias envolvendo o público e o setor privado. O potencial do marketing é explorado e torna-se responsável por galvanizar as trocas no mercado onde tudo se vende. Diferente de Tours, onde ocorreu a retirada da população que habitava o Centro Histórico antes das operações de renovação urbana, substituindo-a por moradores mais abastados, registrando, assim, um caso exemplar de gentrificação, em João Pessoa a recente retirada dos moradores do Porto do Capim ocorre no contexto de realização dos grandes projetos com evidentes anseios de projeção da imagem da cidade para a atração turística e de valorização imobiliária do local.

O discurso higienista e o apelo à dignidade aparecem como meio de justificar a retirada da população das suas moradas, ambos consistem em outro aspecto que merece ser salientado. Deslizam nesse mesmo caminho os argumentos que parecem plausíveis à expulsão da população, como a ideia de que os bairros foram abandonados e que, por isso, precisam ser dinamizados e revitalizados. E, nesse sentido, ignoram que a vida se tece nesses lugares. Ora, nas duas cidades os habitantes possuíam e construíram espaços de convivência social e forte rede de solidariedade. Afora, nos dois Centros Históricos, a população não foi partícipe das alterações e destino dos lugares que tiveram por dilatado tempo suas dinâmicas de sociabilidade e construção da memória.

Assim, é profícuo destacar que, desde a década de 1970, vem ocorrendo a imbricação entre patrimônio histórico e cultura, e a transformação desses elementos em produto a ser consumido. Nessa vereda, as intervenções urbanas vêm trazendo a lume um fenômeno, qual seja: a gentrificação e com ela os conflitos, contendas e luta dos que são expulsos das suas moradias, pelo direito de habitar e permanecer nos lugares com os quais criaram liames de pertencimento, solidariedade, sociabilidade e identidade como exemplificados nas duas realidades pesquisadas, de João Pessoa e Tours.

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Amaro Muniz. Centro Histórico de João Pessoa: ações, revitalização e habitação. [Mestrado em Engenharia Urbana]. João Pessoa: UFPB; Centro de Tecnologia, 2006.
- CAVALCANTE, Roberta Paiva. Intervenções de Recuperação no Centro Histórico de João Pessoa: Bairro do Varadouro. (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental). João Pessoa: UFPB; Centro de Tecnologia, 2009.
- CENTRO HISTÓRICO de João Pessoa Monumento Nacional. Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa 1987 – 2000. João Pessoa:
- Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa/ Convênio Brasil / Espanha, out. 2002, p. 50. Fonte: Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Paraíba – IPHAN-PB.
- CHALINE, Claude. Les nouvelles politiques urbaines: une géographie des villes. Paris: Ellipses Édition Marketing, 2007.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- CLERVAL, Anne. La gentrification à Paris intra-muros: dynamiques spatiales, rapports sociaux et politiques publiques. (Doctorat de géographie, d'aménagement et d'urbanisme). Paris: Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne; École Doctorale de Géographie de Paris (ED434), 2008.
- _____ Gentrification. Hypergeo. <http://www.hypergeo.eu/spip.php?article497>. Acesso: set. 2021.
- COMISSÃO Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, PB. Centro Histórico de João Pessoa. Centro Histórico JP Blog. João Pessoa, 14 mar. 2012. Disponível em: <http://centrohistoricojp.blogspot.com.br/2012/03/comissao-permanente-dedesenvolvimento.html>. Acesso em: mar. 2023.
- C. G; A. B., 2013, s.p L'été dans le Vieux-Tours c'est le retour au calme. La Nouvelle République. Tours, 17 août 2013. Disponível em: <http://www.lanouvellerepublique.fr/Indre-et-Loire/Actualite/Environnement/n/Contenus/Articles/2013/08/17/L-ete-dans-le-Vieux-Tours-c-est-le-retour-aucalme-1580624>. Acesso em: jan. 2023.
- COMISSÃO Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, PB. Centro Histórico de João Pessoa. Centro Histórico JP Blog. João Pessoa, 14 mar. 2012. Disponível em: <http://centrohistoricojp.blogspot.com.br/2012/03/comissao-permanente-de-desenvolvimento.html>. Acesso em: MAR. 2023.
- FRANCE, Débats Assemblée Nationale n° 67, 23 juillet 1962. Présentation du projet de loi complétant la législation sur la protection du patrimoine historique et esthétique de la France et tendant à faciliter la restauration. Journal Officiel de la République Française. Paris, Assemblée Nationale, 24 juil. 1962, p. 2775-2780. Disponível em: www.assemblee-nationale.fr/histoire/andre-malraux/discours/malraux_23juil1962.asp. Acesso: out. 2022.

- FRANCE, Arrêté du 9 mai 2012. Plan de Sauvegarde et de mise en valeur du secteur sauvegardé (PSMV). Approbation de la modification du plan de sauvegarde et mise en valeur du secteur sauvegardé de la ville de Tours – Secteur du Haut de la rue Nationale. Arrêté préfet d’Indre-et-Loire. Tours, p. 1-3.
- LIVRE Blanc. Tours, 1959/1988. Fonte: Archives Municipales de Tours, Código: 258/3.
- PAC Vale do Sanhauá beneficia 297 famílias do Varadouro, 2010, s.p. Jornal da Paraíba, 3 mar. 2010. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/vida_urbana/pac-vale-do-sanhaua-beneficia-297-familias-dovaradouro/. Acesso em: mar. 2023.
- PREWYSZ-KWINTO, Sophie. Evolution du Secteur Sauvegardé de Tours. Paris: Université de Paris-Sorbonne [Maîtrise d’Aménagement & d’Urbanisme], 1990.
- PLANO de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. João Pessoa; TCI – Planejamento, Projeto e Consultoria Internacional; Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 1994, p. 89. Fonte: Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Paraíba – IPHAN-PB.
- POUR combattre avec vigueur la crise du logement: 2.500 logements nouveaux peuvent être construits en 1966 dans les chantiers de la ville. L’Espoir. Tours, p. 01 e 04, 22 jan. 1966.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. Políticas culturais e negócios urbanos: a instrumentalização da cultura na revitalização do Centro de São Paulo (1975– 2000). São Paulo: FAPESP; Annablume, 2007.
- SALES, Andrea Leandra Porto. O centro principal de João Pessoa: espacialidade historicidade e centralidades. (Mestrado em Geografia). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba-UFPB; Centro de Ciências Exatas e da Natuteza, 2008, p. 47.
- SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. N. 1, p. 115-116, mai. 1999.
- SANTOS, Jocélio Araújo dos. Análise dos riscos ambientais relacionados às enchentes e deslizamentos na favela São José, João Pessoa – PB. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Geografia [Mestrado em Geografia], 2007. Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Organisme_d%27habitations_%C3%A0_loyer_mod%C3%A9r%C3%A9_%28France%29.
- SANITAS. Wikipédia. Disponível em: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Sanitas>. Acesso: Dez de 2022.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Do rio ao mar: uma leitura da cidade de João Pessoa entre duas margens. In.: Arqutextos. Ano 07, Nov. 2006. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/07.078/298. Acesso em: set. 2011.
- WEYNANTS, Émilie. ...La lutte contre les nuisances sonores. La Nouvelle République Tours, p. 16, 28 avr. 2012. Fonte: Association des Habitants Plumereau-Halles-Resistance-Victoire.

Cidades excludentes: desigualdade e direitos no Brasil contemporâneo

*Luiz Belmiro Teixeira
Maria Tarcisa Silva Bega*

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta nossa proposta de pesquisa na área de sociologia urbana, retomando temas trabalhados na tese de doutorado de um dos autores: desigualdade e direitos. A desigualdade social é um problema que afeta o mundo inteiro, especialmente os países em desenvolvimento, e aqui será trabalhada em dois momentos. O primeiro, teórico, buscando cotejar a bibliografia internacional e nacional, nos seus pontos de consenso e dissenso, seguida pela discussão dos principais indicadores reconhecidos internacionalmente, tendo como campo empírico a dimensão de um município brasileiro, Curitiba, cidade polo de uma região Metropolitana. A desigualdade pode ser medida por faixas de renda, considerando as médias dos mais ricos em comparação às dos mais pobres. No caso brasileiro, a desigualdade social é reconhecida nacional e internacionalmente como uma de nossas principais (senão a principal) mazelas, a ponto de ser um tema recorrente de debates em diversas áreas. Seja pela mídia ou pela academia, a desigualdade ocupa importante lugar em debates sobre os rumos de nossa sociedade¹.

¹ Segundo Bega e Nogueira (2021, p.11), “a sociologia tem longa tradição nos estudos sobre desigualdade social e autores brasileiros como Fernandes; Salata; Carvalhaes (2017), Scalon; Santos (2010), Arretche (2015), Hasenbalg; Silva (2003), entre outros apresentaram importantes análises sobre o tema. Sem entrar nas diferentes vertentes analíticas, destacamos que é consenso o entendimento de que a desigualdade social brasileira não pode ser tomada somente a partir dos indicadores de renda, uma vez que ela é multidimensional e geograficamente heterogênea, atinge de forma distinta mulheres, pobres e pretos, impacta grupos sociais tradicionais como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, com maior ou menor nível de escolaridade e renda)”..

A questão dos direitos sociais vem na contraparte do processo de desigualdade social, também resultante do processo histórico de constituição da sociedade brasileira, colonial, escravocrata, patriarcal, cuja noção de direitos vem antes precedida pela ideia de dádiva, numa teia intrincada entre senhores, escravos e homens livres pobres (SALES, 1994) produzindo aquilo que Wanderlei Guilherme dos Santos denominou uma cidadania regulada e Kowarick (2009) de subcidadania.

Este *paper* traz nossas primeiras reflexões sobre a desigualdade no Brasil contemporâneo, tomando as metrópoles do país como produto de um processo de urbanização excludente, espaço socio territorial onde enfeixam desigualdades, exclusão social e violação de direitos. Trazemos o caso de Curitiba (capital do Paraná), apresentando indicadores de desenvolvimento humano que nos permitem identificar o lugar da desigualdade na conformação do espaço urbano da cidade, e mensurar os impactos sobre a vida das populações mais vulneráveis.

A DESIGUALDADE BRASILEIRA

Não é difícil constatar que a desigualdade social é um problema histórico do Brasil, somos o país mais desigual entre aqueles com estimativas disponíveis com base em dados tributários (SOUZA, 2018), quadro que já se verificava no início do século passado, e o contraste com os países desenvolvidos só veio aumentar desde então. Basta conferirmos que a remuneração da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do país nunca acompanhou os índices de produtividade de nossa economia, mesmo em décadas com altos índices de crescimento o país combinava desenvolvimento econômico e pauperização, com a remuneração da imensa maioria dos assalariados vendo seus ganhos se deteriorarem enquanto os lucros e a produtividade batiam recordes. Que dirá em época de crise, a espiral inflacionária que tomou conta de nossa conjuntura econômica na década de 1980, aliada à adesão ao neoliberalismo na década seguinte, acentuaram ainda mais as disparidades, e ocupou importante lugar nas reflexões dos cientistas sociais brasileiros.

O pensamento social ao se voltar para a temática desde sempre enfatizou o caráter “excludente” de nosso capitalismo, o entendimento era que mudanças significativas – diversificação e cresci-

mento econômico, migração para as cidades e as oportunidades socioeconômicas e políticas que estes processos abriam – sempre deixavam de incorporar grandes parcelas nos benefícios do desenvolvimento e da modernização. Estes eram incompletos, inacabados, elitistas ou até predatórios, para as versões interpretativas que associavam o crescimento à pobreza, cuja síntese combinava os desiguais em um conjunto tenebroso: a Belíndia, mistura atrofiada de Bélgica e Índia, espécie de “ornitorrinco tupiniquim” (KOWARICK, 2009).

Entre 1988 (promulgação da Constituição em vigor) e 2015, passamos de 37% para menos de 10% da população brasileira abaixo da linha da pobreza. No início do século XXI – especificamente o período 2002-2017 –, o Brasil retirou da pobreza mais de 28 milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que a grande concentração de renda no topo se manteve estável. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2015 houve uma redução no principal índice de desigualdade no Brasil, o chamado Índice de Gini², passando de 0,508 para 0,494. Infelizmente nos últimos anos o índice voltou a aumentar, chegando a 0,501 em 2016 e 2017, e subindo para 0,509 em 2018.

Embora tenham diminuído as desigualdades sociais no Brasil nas últimas décadas, dados do IBGE mostram que ainda permanece desigual a distribuição de renda no Brasil. Na média nacional, os 10% mais ricos chegam a receber 17,6 vezes mais que os 40% mais pobres. O rendimento médio mensal (incluindo, além da renda proveniente do trabalho, os rendimentos de aposentadoria, pensão, aluguel, programas sociais etc.) per capita domiciliar em 2017 foi de R\$ 6.629 para a parcela que representa os 10% dos brasileiros mais ricos, enquanto os 40% mais pobres tiveram seus rendimentos médios limitados a apenas R\$ 376.

Segundo o levantamento do IBGE, em 2017 o grupo dos 10% com os maiores rendimentos concentrava 43,1% da soma de toda a renda do país, ao passo que os 40% com os menores rendimentos detiveram

² Procurando uma forma de quantificar a desigualdade, o estatístico e sociólogo italiano Corrado Gini criou em 1912 o índice ou coeficiente que leva o seu nome (Índice Gini), uma fórmula que permite medir e classificar a desigualdade social, baseada principalmente na renda. O índice varia de 0 a 1, sendo 0 a condição perfeita, onde não há desigualdade social, e 1 o maior índice possível de desigualdade.

apenas 12,3% da massa. Falando em termos territoriais, há regiões no país em que os 10% mais ricos detinham cerca de 5,5 vezes mais que os 40% mais pobres. Apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres, e os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%.

A recessão econômica da década passada (2010-2020) reverteu a tendência de melhoria da distribuição de renda da primeira década do século XXI (ASSUNÇÃO, 2021). Segundo a autora, desde então a desigualdade e pobreza aumentaram, os indicadores voltaram a níveis iguais ou piores aos observados no começo da década, e nem mesmo o aumento da renda média entre 2017 a 2018 conseguiu atingir o nível de 2014. Mais de 80% do crescimento observado entre 2015 e 2018 ficou em poder dos mais ricos, mostrando que o período de instabilidade econômica iniciado no fim de 2014 não afetou da mesma forma os diferentes estratos de renda. Para os mais pobres, a crise foi mais severa, provocando reversão parcial dos ganhos distributivos experimentados anteriormente. Estes permaneceram reféns da instabilidade no mercado de trabalho, e dependentes das políticas de proteção social, que sofreram severos cortes nos anos recentes. Enquanto isso, para os mais ricos a crise, concentrada em 2015, foi superada rapidamente: em 2018 a recuperação econômica já seguia a pleno vapor para o topo da pirâmide de renda.

Até 2015 a renda média mensurada pela PNAD Contínua³ seguia uma tendência de crescimento já observada na antiga PNAD, aumentando 6,6% entre os anos de 2012 e 2014. Mas em 2015 tudo mudou: a renda média real caiu 3,3%, a maior queda da década. Nos anos seguintes houve estagnação, com recuo acumulado de menos de 1% entre 2015 e 2017. Somente em 2018 vimos uma retomada do crescimento econômico, com alta de 4% da renda média – embora ainda insuficiente para alcançar o patamar pré-crise. A média de renda de R\$ 1.338, de 2018, continuou abaixo do pico de R\$ 1.342, de 2014.

Como medir os impactos da desigualdade sobre as vidas das pessoas? As famílias com renda menor geralmente têm mais dificuldades em acessar bens e serviços no mercado consumidor, o que acaba de-

³ No Brasil, o IBGE faz a medição da desigualdade mediante a avaliação dos rendimentos de todos os tipos de trabalho e de outras fontes de pessoas residentes no Brasil, incluída na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua).

finindo as condições em que vivem, a “qualidade de vida” em nossos termos. Para mensurar este impacto foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que quantifica e classifica a escolarização, o acesso à cultura e o acesso a serviços básicos — como saúde, segurança, saneamento etc. O IDH é utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual, se trata de uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. No Brasil, os estudiosos do tema têm à disposição o Atlas do Desenvolvimento Humano⁴ que reúne 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade para os municípios brasileiros

A desigualdade social, em sua dimensão urbana, se manifesta principalmente na segregação espacial, como bem demonstra Maricato (2003); a pobreza se concentra em determinadas áreas ou regiões, mal estruturadas e com difícil acesso a serviços e equipamentos públicos. Os altos preços de algumas áreas e a invisibilidade das classes populares para o Estado produziram um quadro em que a ocupação irregular de terras se dá num ritmo ainda mais acelerado do que o verificado no crescimento das grandes cidades, a segregação aparece então como uma das faces mais importantes da desigualdade social e promotora da mesma. Segregação e desigualdade social são estruturais nos países da periferia do capitalismo mundial.

À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discrim-

⁴ Tal qual o Índice Gini, o IDH varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano. No Brasil a metodologia utilizada nesta medição foi adaptada em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro desde 2012 para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros, formando a base do Atlas do Desenvolvimento Humano elaborado e publicado por estas instituições.

inação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 2003 p.152)

A FACE URBANA DA DESIGUALDADE

Propomos tomar a urbanização brasileira em suas propriedades, que se manifestam em três dimensões: temporal, espacial e social. Começando pela questão do tempo, devemos reconhecer uma propriedade que determina em grande medida os rumos de nossa urbanização: a velocidade com que ocorreu. No período de um século, o Brasil deixou de ser um país predominantemente rural para se tornar urbano; segundo o IBGE, saltamos de 10% da população em cidades em 1900, para 83% em 2010, níveis de urbanização equivalentes aos países desenvolvidos. Em 60 anos a população rural aumentou cerca de 12%, enquanto a população urbana passou de 13 para 138 milhões de habitantes, um aumento da ordem de mais de 1.000%. Para sermos mais precisos, este crescimento foi mais intenso entre as décadas de 1950 a 1970, período em que conseguimos identificar mais claramente as propriedades que falamos se manifestarem de maneira relacionada.

Com esse ritmo de crescimento, ações do planejamento urbano que demandam um andamento mais lento para sua aplicação ficam seriamente comprometidas; este é o caso dos processos decisórios democráticos, que devem passar por várias instâncias para sua efetivação. Até mesmo os procedimentos estritamente técnicos necessitam de tempo para serem colocados em prática, pois passam por diversas mãos desde suas fases iniciais de elaboração, até a realização de seus objetivos. Lembrando que esses processos compreendem também o momento pós-execução, com a avaliação de seus impactos sobre a vida dos envolvidos⁵. Podemos então concluir que não foram essas ações e procedimentos que ditaram o ritmo da urbanização no Brasil,

⁵ Embora não seja o escopo deste trabalho discutir teoricamente políticas públicas, neste momento estamos tratando da faceta técnica (o planejamento) da política urbana. O que está envolvido no debate é o ciclo das políticas públicas que tem como etapas: o reconhecimento do problema, construção da agenda, formulação, determinação das agências envolvidas, implementação, monitoramento desta implementação, avaliação e redesenho da mesma. Sobre o tema ver, entre outros: CAPELLA (2007). KINGTON (1984), OLIVEIRA (2013), SECCHI e PIRS (2019) e SOUZA (2006).

o que nos leva a procurar por elementos que atuam não apenas sobre o meio urbano, mas sobre a sociedade como um todo.

Alguns autores apresentam fatores de ordem econômica como os principais condicionantes da velocidade que verificamos, o principal deles sendo a industrialização (SANTOS, 1993; GROSTEIN, 2006). De acordo com Sposito (2015), a criação do parque industrial nos grandes centros teria funcionado como um dos principais indutores do deslocamento da população da área rural para área urbana; concomitantemente, como motor da mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Prosseguindo com a autora, várias redes foram articuladas e se consolidaram na segunda metade do século XX, a partir das economias regionais. Mas a industrialização se deu num ritmo acelerado e desordenado, numa configuração desigual, enquanto algumas regiões ficaram altamente industrializadas outras permaneceram rurais.

Esta é a segunda propriedade do processo de urbanização brasileiro, que manifesta sua dimensão espacial sob a forma altamente concentrada. Um sistema urbano se constituiu a partir dos polos que vieram a se tornar nossas metrópoles; algumas delas, devido sua centralidade, adquiriram importância não apenas regionalmente, como Rio de Janeiro e São Paulo. A estrutura urbana do país foi formada inicialmente calcada em nove Regiões Metropolitanas (RM's), com a institucionalização das primeiras na década de 1970 por iniciativa da União. Atualmente, o Brasil urbano está estruturado em 29 regiões metropolitanas e, segundo estimativas, a população metropolitana está concentrada em 463 municípios (distribuídos em 18 estados e no Distrito Federal), enquanto o país possui 5.560 municípios (GARSON, 2009). Mas sem um planejamento efetivo e políticas públicas consistentes em diversas áreas, uma série de problemas sociais marcaram profundamente o meio urbano.

O que nos leva à propriedade que revela a dimensão social de nossa urbanização: o seu caráter excludente. As maiores cidades não concentravam somente a maior parte da riqueza nacional, também possuíam os maiores focos de pobreza e de exclusão social (DAVIDOVICH, 2001); formava-se um círculo vicioso e contraditório: ao mesmo tempo em que produziam espacialmente a exclusão, as metrópoles eram produzidas por ela.

A partir das investigações realizadas por Teixeira (2019), em sua tese de doutoramento, foi elaborado o conceito de “cidade excluden-

te”: a cidade produzida pelo processo de urbanização empreendido sob o “capitalismo periférico” no Brasil, que possui como principal propriedade a exclusão, infringida a uma parcela significativa da sociedade em termos econômicos, políticos, sociais e espaciais. A exclusão aparece no trabalho como propriedade do processo de urbanização brasileira, expressa na segregação espacial, que além de apartar milhares territorialmente, também os mantém à margem no que diz respeito a bens, serviços e oportunidades de melhorar de vida.

A URBANIZAÇÃO COMO UM PROCESSO DE EXCLUSÃO

A chave explicativa de maior destaque em meio aos debates sobre a desigualdade no meio urbano foi aquela que tratava das especificidades que esse modo de produção assumiu por aqui. Assim como os demais países da América Latina, o sistema vigente no Brasil foi denominado de “capitalismo periférico”, em referência às relações de dependência econômica estabelecidas em relação aos países centrais. Nesse sentido, Kowarick e Campanário (1988) trabalham com a noção de “industrialização subdesenvolvida”, que combinava modernização, alta produtividade e formas absolutas de extração da mais-valia: contenção salarial, extensão da jornada de trabalho, precarização das condições de trabalho. Por essa ótica, o setor moderno da economia nacional faria “uso” do setor “atrasado”, revelando uma relação dialética entre os dois setores ou “polos”, de modo que a expansão do capitalismo no Brasil teria ocorrido pela introdução de relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, configurando uma relação não apenas desigual, mas combinada. Dessa combinação advém o caráter excludente assumido pelo nosso capitalismo, algo já muito discutido pelo pensamento social brasileiro em diversas áreas.

A principal referência nesses debates foi a obra de Oliveira (1972). Para o autor a dinâmica de criação e apropriação do excedente econômico sob o “capitalismo periférico” gera tanto a acumulação do capital quanto um alto grau de pauperismo, por meio de múltiplas modalidades de rebaixamento do custo de reprodução e reposição da mão de obra. O resultado seria o rebaixamento do valor da força de trabalho, advindo de medidas que visavam diminuir os custos de sua manutenção: alimentação provinda dos produtos produzidos da agricultura de subsistência, e principalmente um modelo habitacional baseado na autoconstrução da moradia operária. Durante a expansão

econômica a geração de empregos ainda conseguia contrabalancear as baixas remunerações, mas nas últimas décadas marcadas pela recessão, muitos não conseguiram nem ao menos se tornar trabalhadores superexplorados, o caráter excludente do “capitalismo periférico” se intensificou, baseado principalmente em formas de extração de mais-valia absoluta.

Em suas últimas obras, como “*O Ornitorrinco*” (2003) e “*A era da indeterminação*” (2007), o autor trabalha com a ideia de “exceção do subdesenvolvimento” para falar de um capitalismo, que na esteira da liberalização financeira, mobiliza e reproduz o “trabalho sem forma”. Seguindo por esse caminho, Vera Telles afirma que isso se generaliza no cenário de nossas cidades, basta voltar os olhos para os circuitos ilegais da economia, que ela chama de mais uma das “incompletudes de nossa modernidade”: “em um tal intrincamento entre o oficial e o paralelo, entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito que essas binaridades perdem sentido e tornam obsoletas as controvérsias clássicas em torno do formal e do informal” (TELLES, 2009 p.167).

Em suma, o modo de produção capitalista no Brasil foi implementado mediante a superexploração da classe trabalhadora, justamente durante o período em que foram verificadas as maiores taxas de crescimento econômico de nossa história, milhares nunca receberam uma parcela mínima de toda a riqueza gerada ou tiveram direitos fundamentais reconhecidos. E além dos poucos ganhos milhares sempre foram alijados de seus direitos civis, o que infelizmente também tem se intensificado.

Durante as décadas de 1980 e 1990 passamos por uma abertura democrática com o fim de mais de duas décadas de ditadura civil-militar, foram eleitos presidentes pelo voto direto e chegou a haver alternância de poder; no entanto, isso não significou uma ampliação no campo dos direitos sociais, que permaneceu sendo uma grande questão do nosso país. A igualdade perante a lei não era observada de fato e os mais pobres permaneceram sem condições de acessar bens considerados universais; falamos não apenas do direito à habitação, mas do direito à cidade. O país que se abria à modernidade capitalista, recebendo tecnologias avançadas, ainda mantinha elementos que para além de tradicionais são arcaicos e ultrapassados. A democracia nascente não conseguiu superar as barreiras excludentes que estavam consolidadas, e essas pessoas permaneceram em situação de vulnerabilidade econômica e social; vale lembrar a ausência ou

precariedade das políticas sociais compensatórias: os irrisórios valores referentes ao auxílio desemprego, pensões e aposentadoria etc.

O que coloca nossa discussão não apenas em termos econômicos, ao trazer para o centro do debate a questão dos direitos sociais, o campo teórico que se dedica a investigar este quadro é definido por Kowarick (2009) como “vulnerabilidade socioeconômica e civil”: a situação de desproteção em que os pobres se encontram submetidos no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros direitos sociais básicos que fazem parte do que chamamos de cidadania. O autor inclusive define a condição de vulnerabilidade em que vivem essas camadas como “subcidadania”:

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades. Não se trata apenas do inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania urbana (KOWARICK, 2000, p. 54).

Enquanto subcidadãos tais indivíduos são considerados perigosos e desordeiros pelo discurso oficial, e como tal devem ser controlados, vigiados constantemente. Previamente o poder público (via polícia) os caracteriza como potenciais criminosos, justamente por apresentarem os traços que demonstram a exclusão que sofrem. Essa discriminação e segregação não é importante apenas por impulsionar a acumulação capitalista por uma espécie de mais-valia absoluta urbana. A concepção de ordem presente também é importante para fundamentar uma forma de controle social pela vistoria da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinquente, é jovem, de tez morena ou escura, malvestido, de aparência subnutrida. De preferência não porta ou não tem carteira de trabalho e mora nos cortiços das áreas centrais ou nas favelas das periferias. Sobre essas modalidades de moradia, o imaginário social constrói um discurso que esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que

fomentam os germes de degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade. Esse é também o conteúdo do discurso do crime e do medo (CALDEIRA, 2000), que classifica todos aqueles em maior situação de vulnerabilidade (negros, pobres, nordestinos) como criminosos perigosos e os principais autores da violência urbana; sendo que na verdade são as maiores vítimas dela, seja aquela infringida pelo crime organizado ou pela polícia, o que a torna legítima até mesmo para eles. A precariedade em que vivem milhões nos centros urbanos os deixa expostos a toda sorte de desastre natural ou crise sanitária, desde a epidemia de varíola no início do século XX até mais recentemente a Covid-19 em 2020:

Este é o cenário perfeito para que os pobres sejam justamente os mais atingidos por desastres naturais (enchentes e desabamentos), além de pandemias como a do coronavírus. As condições precárias das moradias, geralmente geminadas às casas vizinhas, em muitos casos superlotadas (com mais de 3 pessoas por dormitório), dificultam a adoção das medidas mais eficazes contra a transmissão do vírus, como o isolamento social. Além de que a maioria não pode deixar de trabalhar um dia sequer: devido à fragilidade de seus vínculos empregatícios, não teriam qualquer fonte de renda se ficassem em casa. (TEIXEIRA, 2020, p.206)

E a pandemia teve seus impactos em termos de renda também (BARBOSA et al., 2020), a desigualdade de renda se elevou de forma expressiva nos dois primeiros trimestres de 2020, associando a crise econômica que já se apresentava com os efeitos da pandemia. A média do Índice de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas do Brasil subiu de 0.603 no 4º trimestre de 2019, para 0.610 no 1º trimestre de 2020, e para 0.640 no 2º trimestre do mesmo ano, o que representa um aumento de 6,1% no intervalo de apenas dois trimestres. E novamente os estratos de rendimento que tiveram perda mais expressiva foram os mais pobres, os 10% mais ricos de cada região metropolitana tiveram redução de -3.2% em seus rendimentos, ao passo que para os mais pobres a queda foi de -32.1%.

Vemos assim como a desigualdade e seus impactos estão intimamente relacionados, e saímos do campo estritamente econômico, só que surgem nossas questões de pesquisa: diante de todas as categorias apresentadas (vulnerabilidade, subcidadania, incompletude, exceção) qual define melhor o nosso capitalismo? Por que não adotar simplesmente a categoria de exclusão? Por vezes vemos que desigualdade e exclusão são utilizadas como se fossem sinônimas, em outras não há uma definição clara de exclusão. Nesse sentido, antes de fazermos nossa opção metodológica devemos olhar mais atentamente para os usos que o pensamento social brasileiro tem feito dela, como faz José de Souza Martins:

Todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente a essa coisa vaga e indefinida a que chamam de exclusão (...) como se a exclusão fosse um deus-demônio que explicasse tudo. Quando, na verdade, não explicada nada. Ao contrário, confunde a prática e a ação da vítima, que anseia por justiça e por transformações sociais. De repente, essa categoria extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a exclusão, substitui a ideia sociológica de processos de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização). O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações (MARTINS, 1997, p. 16).

Parece um caminho promissor considerarmos a exclusão como um processo ao invés de uma condição, que se perpetua e atua de forma contínua desapossando os mais pobres não apenas de bens materiais, mas também os alijando de seus direitos. Embora opte aqui por manter a ideia de exclusão, o próprio Martins a descarta:

... temos de admitir que a categoria de exclusão é pobre e insuficiente. Ela nos lança na cilada de discutir o que não está acontecendo exatamente como sugerimos, impedindo-nos, portanto, de dis-

cutir o que de fato acontece: discutirmos exclusão e, por isso, deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão (MARTINS, *idem*, p. 21).

A nossa insistência se deve à leitura feita da proposta do autor em pensarmos processos excludentes, e da discordância que sobre com a ideia de uma inclusão insuficiente dos pobres. Quando vemos historicamente que em matéria de direitos sociais não avançamos muito, podemos claramente perceber que não se trata de processos malsucedidos, pelo contrário, são muito eficazes se considerarmos que seu principal objetivo é a exclusão, através da qual uma determinada ordem social é mantida.

Retomando os apontamentos de Kowarick (2009) sobre o descompasso existente no Brasil entre democracia política e direitos civis nos arriscamos a dizer que eles foram superados, mas não pelo avanço de direitos como acabamos de ver, e sim pelo recrudescimento da democracia em nossas terras. Desde que a crise econômica internacional chegou ao país a instabilidade também tomou conta de nosso cenário político; a Presidenta eleita em 2014 sofreu um impeachment envolto em controvérsias na metade de seu mandato, as eleições presidenciais de 2018 aconteceram com o principal candidato e ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva atrás das grades, enquanto o vencedor se elegeu com um discurso autoritário que pregava abertamente a violência em máximas como “bandido bom é bandido morto”. No que tange aos direitos especificamente, se consolidou o expediente de adotar a truculência na retirada de direitos básicos, como durante a tramitação da reforma trabalhista no Congresso Nacional, ou as reformas da previdência em municípios e estados pelo país a fora.

Somos levados a discutir outras obras de Kowarick como “*A Espoliação Urbana*” (1979), escritas ainda durante a ditadura civil-militar, onde o autor argumentava que o surgimento do regime autoritário se devia à necessidade do “capitalismo periférico” em manter os elevados patamares de pauperização no país. Os recentes acontecimentos nos sugerem que em momentos de grave crise econômica essa necessidade é mais premente, o que poderia ser uma explicação para o fato da democracia brasileira ser tão frágil.

A pesquisa aqui proposta terá de se haver com todas estas questões, passando por um debate teórico acerca das especificidades de

nosso capitalismo até por uma reconstituição da trajetória dos direitos sociais na história do país. A ideia de “processos excludentes” ainda está muito vaga, necessita de um aprofundamento, bem como o conceito de “cidade excludente”, o que demandará uma ampla discussão da própria categoria de exclusão, suas potencialidades e limites. Isso sem deixar de analisar os dados que mensuram os impactos da desigualdade, que permitem visualizar como ela se materializa no espaço das cidades brasileiras, além de evidenciar a relação que mantém com a qualidade de vida, ou a baixa qualidade de vida mais precisamente.

CURITIBA COMO CIDADE EXCLUDENTE

Partimos da seguinte questão de pesquisa: como medir os impactos da desigualdade sobre as vidas das pessoas? Verificaremos a relação existente entre desigualdade e qualidade de vida da população por meio dos indicadores que medem o bem-estar social, que compõem o IDHM. Tomaremos Curitiba e o litoral paranaense a partir da divisão dos setores censitários do IBGE, localizando onde estão os melhores e os piores resultados do IDHM no território, e comparando a evolução do seu desempenho nas últimas décadas, de 2000 a 2022⁶.

Nossos objetivos são, do ponto de vista teórico consiste em discutir a ideia de processos excludentes. Para tanto trabalharemos as perspectivas teóricas que discutem o modo de produção capitalista no Brasil; discutir teoricamente os conceitos de desigualdade social e exclusão; discutir e aprofundar o conceito de “cidade excludente” e as dimensões da cidadania no Brasil, a partir do levantamento histórico dos direitos sociais no Brasil. Do ponto de vista empírico elaborar uma série histórica dos índices de desenvolvimento humano nas regiões estudadas e mensurar os impactos da pandemia da Covid-19 sobre os indicadores de desenvolvimento humano nas regiões analisadas.

Esta proposta nasce de dois movimentos: a elaboração, em 2019, da tese de doutoramento de Luiz Belmiro Teixeira e do esforço no sentido aqui proposto foi empreendido em 2019 com nossa participação no “Seminário Políticas Públicas e Desenvolvimento Urbano em Curitiba: Desafios para os Planos Setoriais na Próxima Década”, orga-

⁶ Consideramos aqui uma análise comparativa dos indicadores que formam o IDHM a partir dos dados censitários coletados para 2000, 2010 e 2022. Tomando como ponto inicial as informações de 2000, buscaremos avaliar as questões de pesquisa ao longo de duas décadas.

nizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Nesta oportunidade analisamos os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano para Curitiba, considerando apenas alguns indicadores (longevidade, renda, educação), e comparamos somente os cinco melhores e os cinco piores resultados, agora a ideia é ampliar a análise, incluindo mais indicadores e trazendo os casos situados entre os extremos. Verificamos um cenário que combina perigosamente desigualdade, segregação espacial, violência e degradação ambiental.

Quando olhamos para os dados gerais de Curitiba, que detém um alto IDHM, verificamos que ainda é um indicador sintético geral, que não permite entender os mecanismos socioespaciais da exclusão. Em 2010, Curitiba conta com um bônus demográfico, resultado da queda da fecundidade e do aumento da expectativa de vida, ou seja, sua população está envelhecendo. Isto representa um bônus educacional, com uma menor carga sobre o sistema educacional, que permite investir com qualidade na primeira infância, e investir no aprendizado ao longo da vida. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 4 SM (2017); a população ocupada em 2017 era 53,3 %; o PIB per capita em 2016 era R\$ 44.239,20. O esgotamento sanitário adequado em 2010 era 96,3 %, arborização de vias públicas 76,1 %, a urbanização de vias públicas 59,1 %.

Agora devemos atualizar os dados, verificando o que persiste, o que piorou e o que teve melhoras no quadro que identificamos a partir de fontes e datas diversas ao longo da década de 2010 e coletadas em 2019. O exercício analítico realizado anteriormente, em que tomamos os 5 melhores e os cinco piores setores censitários da cidade, apontam a distância social, geográfica e econômica, sinônimas de um processo que, por hipótese mostra a situação de uma cidade excludente nos termos teóricos apontados anteriormente.

Escolhemos aqui as informações sobre apenas três indicadores – IDHM, esperança de vida ao nascer e renda per capita – como ilustrativos de nossa hipótese de trabalho. Para uma cidade cujo IDHM, em 2010 era de 0,823, as distâncias sociais internas oscilam entre 0,956 e 0,623 e mostra, em termos comparativos que há uma distância de mais de 0,300 pontos entre os mais ricos e os mais pobres, com persistência ao longo da década de 2000, apesar das políticas voltadas aos mais pobres levadas a efeito. (tabela1)

Tabela 1: IDHM dos cinco melhores e cinco piores setores censitários de Curitiba, 2000 e 2010.

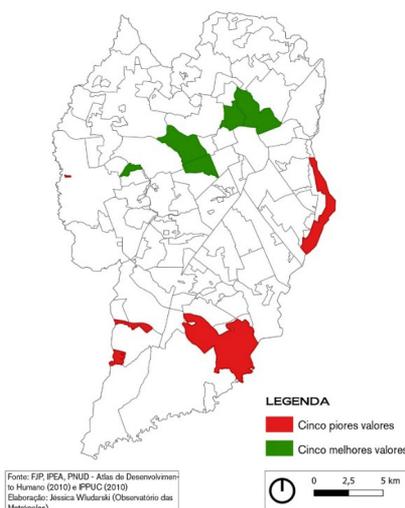
Setores censitários	Ano de 2000	Ano de 2010	Diferença 2010/2000
Água Verde	0,931	0,956	0,025
Batel / Bigorrião	0,927	0,948	0,021
Alto da Glória / Juvevê / Centro Cívico / Ahú	0,925	0,949	0,024
Cabral / Hugo Lange / Jardim Social	0,919	0,954	0,035
Campo Comprido : Eduardo Sprada	0,915	0,954	0,039
Augusta : Bela Vista do Passaúna	0,525	0,623	0,098
Tatuquara : Terra Santa	0,525	0,623	0,098
Tatuquara : Monteiro Lobato	0,525	0,623	0,098
Umbará : Hebron	0,525	0,623	0,098
Cajuru / Uberaba : APA do Iguaçu	0,504	0,665	0,161

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2014 FJP- IBGE

Nota: elaboração pelos autores

Abaixo trazemos um mapa para localizarmos os setores censitários na cidade, o que nos permite assim ter uma noção do que significa “bem localizado” em Curitiba. As áreas centrais são aquelas que apresentam os melhores índices em quase todos os indicadores, o que podemos ver claramente a partir do primeiro mapa, que traz justamente o IDHM no ano de 2010.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
IDHM (2010)



Entre 2000 e 2010, em que pese que todos os setores censitários tenham apresentado melhoria na Esperança de Vida ao Nascer (EVN), os mais ricos foram os que mais ganharam, aumentando a distância que era de 9,85 em 2000 para 12,01 em 2010. Ou seja, um morador típico do bairro do Água Verde tem a EVN de 81,48 anos, enquanto os moradores de bairros com grande concentração de ocupações irregulares -Tatuquara, Umbará e CIC - todos na área sul da cidade tem sua EVN de 69,47 anos. (tabela 2)

Tabela 2: Esperança de vida ao nascer dos cinco melhores e cinco piores setores censitários de Curitiba, 2000 e 2010.

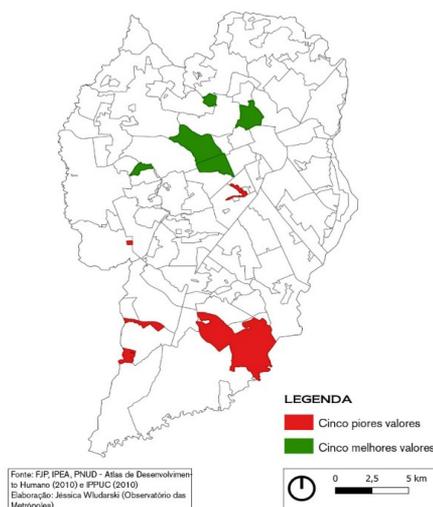
Setores censitários	Esperança de Vida 2000	Esperança de Vida 2010	Diferença 2010/2000
Água Verde	77,63	81,48	3,85
Cabral / Hugo Lange / Jardim Social	77,54	81,45	3,91
Campo Comprido : Eduardo Sprada	76,87	81,45	4,58
Vista Alegre : Jardim Schaffer	76,87	81,45	4,58
Batel / Bigorriho	77,7	81,37	3,67
Tatuquara : Terra Santa	67,93	69,47	1,54
Tatuquara : Minteiro Lobato	67,93	69,47	1,54
Umbará : Hebron	67,93	69,47	1,54
CIC : Concórdia	67,85	69,47	1,62
Guaíra : Ferroviária / Parolin : Vila Parolin	67,85	69,47	1,62

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2014 FJP- IBGE

Nota: elaboração pelos autores

Quando vemos o mapa com a apresentação deste indicador verificamos que se repete o padrão do anterior, com as áreas centrais tendo a população com a maior expectativa de vida, acompanhadas de perto por setores de ocupação e urbanização mais antigas, ao norte. O único setor próximo ao centro da cidade com baixo índice é uma área surgida a partir de ocupação irregular, os demais que apresentam os piores valores estão ao sul, nas divisas com municípios da Região Metropolitana.

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2010)



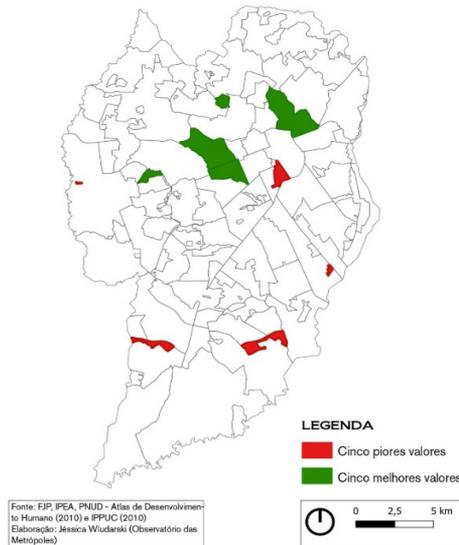
Os dados de renda per capita corroboram a nossa hipótese, sendo que a distância social entre ricos e pobres se mantém (os mais ricos ganham 1000% a mais) embora proporcionalmente, tendo como base a renda de 2000, tenha havido um leve ganho dos mais pobres. (tabela 3)

Tabela 3: Renda per capita dos cinco melhores e cinco piores setores censitários de Curitiba, 2000 e 2010

Setores censitários	Renda per capita. 2000	Renda per capita 2010	Diferença 2010/2000
Água Verde	4148,34	4645,6	497,26
Cabral / Hugo Lange / Jardim Social	3923,21	4570,57	647,36
Vista Alegre : Jardim Schaffer	3923,21	4570,57	647,36
Campo Comprido : Eduardo Sprada	3923,21	4570,57	647,36
Batel / Bigorrião	4156,58	4421,92	265,34
Tatuquara : Terra Santa	286,56	439,73	153,17
Augusta : Bela Vista do Passaúna	286,56	439,73	153,17
Jardim Botânico / Prado Velho : Vila das Torres	354,84	439,73	84,89
Boqueirão : Parque Náutico	354,84	439,73	84,89
Ganchinho : 23 de Agosto / Sítio Cercado : Sambaqui	354,84	439,73	84,89

No último mapa vemos que mais uma vez o único setor próximo à área central com baixos indicadores é outro que surgiu a partir de um movimento de ocupação irregular, os demais com as piores rendas estão mais ao sul, em áreas que tiveram a mesma história praticamente. Enquanto isso, as maiores rendas se localizam no centro e ao norte novamente.

RENDA PER CAPITA



Podemos estabelecer, com bastante segurança, os seguintes achados, que precisam agora de atualização, discussão e tratamento sociológico:

- Fica evidente a divisão territorial entre ricos e pobres.
- Concentração de pobres na região Sul.
- As áreas de ocupação, mesmo já regularizadas não modificam substancialmente sua condição social de origem.
- Mulheres mais velhas e famílias menores nas áreas centrais.
- Famílias extensas e/ou com maior número de crianças nas periferias geográficas e/ou áreas de regularização fundiária.
- Ricos: renda alta, infraestrutura urbana completa, rede de bens e serviços, população com maior predominância de mulheres, população mais velha, famílias menores, altas taxas de ocupação entre os adultos em idade de trabalhar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar da primeira apresentação para discussão, de um projeto de pesquisa que está em desenvolvimento, carecendo da incorporação das informações relativas à década de 2010-2020, período que combinou, no plano econômico uma grave recessão com uma crise política que levou o país à experiência autoritária numa associação entre uma lógica econômica ultraliberal com conservadorismo nos costumes. A ela se somou políticas públicas de subtração e exclusão de direitos sociais como as reformas trabalhista, da previdência e o congelamento dos gastos sociais por 20 anos. É neste paradoxo da história recente brasileira que julgamos pertinente e indispensável a discussão, no plano das políticas urbanas, como se constroem cidades excludentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ASSUNÇÃO, M. A. Desigualdade acelera em tempos de pandemia e da autocracia burguesa no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, v. 12, p. 43-54, 2021.
- BARBOSA, Rogério Jerônimo; SOUZA, P. H. G. F.; SOARES, Sergei. Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 2610, p. 1, 2020.
- BEGA, M.T.S. e SOUZA, M. N. Pandemia e efeito-território: a desigualdade social como catalisadora da Covid-19. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.09, Nº. 21, jan-abr/2021 (7-36)
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M. et al. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 87-121.
- DAVIDOVICH, Fany Rachel. **Metrópole: Escalas, Questões e Situação no Brasil**. **Encontro Nacional da ANPOCS, Anais**. Caxambu, 2001.
- GARSON, Sol. **Regiões metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrópoles, 2009.
- GROSTEIN, Marta Dora; MEYER, Regina Maria Prosperi. **Metrópoles Brasileiras: seus desafios urbanos e suas perspectivas**. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo** da FAU/USP, São Paulo, p. 34-59, 2006.

- HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KINGDON, J. (2003 [1984]), **Agendas, alternatives, and public policies**. 3 ed. Nova York, Harper Collins.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais na cidade: São Paulo Passado e Presente**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1988.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos Cebrap, n.2, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (org.). **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Editora Boitempo Editorial, 2007.
- OLIVEIRA, V. E. As fases do processo de políticas públicas. In: MARCHETTI, V. (Org). **Políticas Públicas em debate**. São Bernardo do Campo: ABCD Maior, UFABC, 2013.
- SALES, Tereza. Desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº.25, p. 26-37, 1994
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, W.G. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, W. **Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3. Ed. São Paulo: Cengage, 2019.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, Pedro Ferreira de. **Uma História da Desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)**. 1. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2018.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, Alvaro; MATTOS, Regina Célia; RUA, João (Org.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- TEIXEIRA, Luiz Belmiro. **Da lama ao caos: a urbanização de Curitiba vista do Bolsão Audi-Únião**. 2019. 296 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

_____. A urbanização preparou o terreno para o coronavírus no Brasil.

In: Miriam Pillar Grossi; Rodrigo Toniol. (Org.). **Cientistas sociais e o coronavírus**. 1ed. Florianópolis: ANPOCS; Tribo da ilha, 2020, v. 1, p. 204-208.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a Cidade. **Novos Estudos CEBRAP** (Impresso), v. 84, p. 142-173, 2009.

Rede Urbana e Meio Ambiente: um olhar sobre a construção de redes sustentáveis

Fábio Bacchiogga

INTRODUÇÃO

Na realização dos estudos urbanos sabe-se que os municípios não podem ser pensados como unidades isoladas e analisadas como “peças administrativas únicas”, em especial a partir das grandes transformações da Revolução Técnico-Científica que culminou na sociedade globalizada que vivemos atualmente. Esta causou uma gigantesca mudança na maneira como a hierarquia urbana se constrói, pois, a ampliação das redes materiais, como sistemas de transportes, e imateriais, como fluxo de informações, cada vez mais mundializadas serviu para integrar espaços que, mesmo distantes fisicamente, apresentam-se “próximos” no ambiente virtual ou, como nos apresentam inúmeros autores, o espaço para ser suprimido pela velocidade da técnica e do tempo (HARVEY, 1996; IANNI, 1995; SANTOS, 2001). Assim, pensar as cidades, no contemporâneo, envolve pensar em redes estabelecidas com o entorno e muitas vezes como estas redes podem alcançar escalas planetárias. Esta nova configuração da hierarquia urbana, promotora de transformações marcantes na forma de lidar com o mundo, precisa ser considerada na análise espacial contemporânea onde espaços se modelam e reconfiguram a partir das ligações com outros territórios, primordialmente estas apresentam-se engendradas a partir da esfera econômica, como nos mostra Furtado (2019) ao apresentar a maneira como cidades da região conhecida como MAPITOBA¹ nos Cerrados do Centro Norte brasileiro se reestruturaram para atender a demanda do mercado chinês pela produção sojicultora nacional, muitas vezes com incentivos, na forma de contratos ou empréstimos de

¹ MAPITOBA trata-se de um acrônimo formado pelas iniciais dos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia que representa a nova “fronteira agrícola” da expansão do agronegócio brasileiro na produção de produtos como grãos e carne de boi por áreas do Cerrado brasileiro.

bancos chineses. Dito de outra forma, cidades no interior do Piauí acabaram por se organizar a partir da demanda econômica de um país a mais de 17 mil quilômetros de distância do Brasil.

Dito de outra forma, diferentes cidades apresentam as mais diversas conexões umas com as outras. Estas são facilitadas ou incentivadas dependendo de fatores como existência de fluxos de transportes, proximidade geográfica ou as mais diversas disponibilidades de serviços oferecidos. Estas conexões ou interações, que chamamos de redes urbanas, explicam as relações estabelecidas por diferentes cidades e as hierarquizam também, de acordo com o alcance geográfica destas redes e a intensidade de seus fluxos.

Os estudos das redes urbanas e sua hierarquia tornam-se instrumentos de reflexão na facilidade da fluidez entre diferentes áreas, ou elementos considerados na promoção de políticas públicas que integrem regiões, como na formação das dinâmicas das regiões metropolitanas no Brasil e tem bases de dados e análises construídas e repensadas constantemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017; 2020).

No campo teórico, os primeiros estudos das redes urbanas aparecem com o geógrafo Walter Christaller ao publicar *Central Places in Southern Germany* em 1966 apresentando a chamada “Teoria dos Lugares Centrais” e o impacto destas áreas nos outros centros menores do entorno. No Brasil, este tema vem sendo tratado seriamente por muitos pesquisadores e é considerado fundamental para pesquisas sobre planejamento regional e territorial, mas podemos considerar Pedro Pinchas Geiger (1963), Roberto Lobato Corrêa (1989, 1997, 1999, 2000) e Lysia Bernardes (1960, 1969a, 1969b) como pioneiros e referências nos estudos de redes urbana brasileiras.

Inicialmente este artigo busca retomar brevemente a construção teórica das perspectivas das cidades em rede e da construção da hierarquia urbana refletindo sobre seus usos políticos no ordenamento territorial brasileiro bem como seus aspectos econômicos e sociais. Posteriormente, propõe-se uma reflexão acerca de como as perspectivas ambientais e de sustentabilidade estão inseridas nas análises da rede urbana brasileira e quais seus potenciais limites de ação na construção do que chamaremos de “redes urbanas sustentáveis” na crença de que as conexões estabelecidas entre as cidades são fun-

damentais para compreender e promover o ordenamento territorial e que estas precisam inserir componentes socioambientais, como as trocas dos serviços ecossistêmicos intermunicipais e, portanto, ter noções de sustentabilidade como bases norteadoras de políticas públicas compartilhadas.

REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DAS REDES URBANAS

A partir da realidade nas relações e trocas comerciais e relações de interesses multilaterais colocam novos desafios para análises como possibilidades de aprofundar as novas dinâmicas das cidades a partir da perspectiva das redes urbanas e seus fluxos, considerando o elevado grau de conectividades que podem possuir. Santos (1979) nos apresenta a perspectiva da “formação espacial” onde no espaço natural ou socialmente construído encontramos o reflexo das materialidades das atividades humanas, seus anseios, necessidades e condições históricas estabelecidas. Assim, analisar a construção de um determinado espaço, como uma cidade e suas relações, implicaria em perceber como sua formação econômica e social se expressa ali historicamente. Expandindo esta noção para a perspectiva das redes urbanas, interpretá-las como expressões espaciais de múltiplas demandas e condições históricas, seria analisar a formação e possíveis transformações que são construídas naquele espaço específico compreendendo como este, se integram em regiões maiores e multiescalares.

A partir de Corrêa (1997), podemos dizer que a rede urbana seria:

“Um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. (...) um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros (...) a rede urbana é um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel é articular toda a sociedade em uma dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução” (93)

Destacamos aqui três tópicos que julgamos serem fundamentais na compreensão de redes urbanas sob o viés deste artigo. Inicialmente, (1) a percepção de como as redes são estruturas funcionalmente articuladas, ou seja, conexões físicas, como através dos meios de transportes ou virtuais, pelos sistemas de comunicação, telefonia e internet, por exemplo, são elementos primordiais à funcionalidade das redes. Estas também (2) são produtos sociais, portanto historicamente construídos, passíveis de análises e também transformações cuja principal função, destacando aqui o terceiro e central ponto da definição, seria a existência e reprodução de toda sociedade. (3) As trocas e conexões de diferentes espaços de uma dada rede urbana são criadas para fortalecer esta existência e o modelo de reprodução da vida material dos habitantes de um determinado espaço geográfico.

A análise da construção das redes urbanas tem inúmeros estudos em diferentes contextos históricos e países (CORRÊA, 1989) ganhando impulso a partir da aceleração da urbanização nas áreas mais ricas ao longo do século XIX e dos processos de desenvolvimento do capitalismo dependente nas áreas emergentes a partir da segunda metade do século XX mantendo sua centralidade epistêmica graças ao desenvolvimento e interligação dos diferentes circuitos econômicos a partir da globalização marcante do final do século XX e presente nos dias atuais. Como dito mais acima, o desenvolvimento dos sistemas de comunicação e agilidade dos transportes do capitalismo informacional, marca um novo cenário da integração entre as cidades numa instigante dialética de aprofundamento de contato e desigualdades simultaneamente. Mas nos estudos territoriais chama-nos a atenção o fato de, historicamente, dois elementos importantes para a definição das redes urbanas terem sido a densidade demográfica e a renda (CORRÊA, 2000) onde a formação espacial destas geralmente foram pensadas “a partir da unidade entre produção, circulação, consumo, estrutura política, relações sociais e padrões culturais” (p. 127). Assim, as redes foram construídas socialmente ignorando, por exemplo, padrões ambientais e seus serviços ecossistêmicos. O uso cotidiano das redes urbanas se construíram com bases exclusivamente econômicas e de exploração predatória dos recursos naturais pelo simples fato das bases ecológicas do espaço nunca terem sido consideradas na formação das redes urbanas.

Historicamente, é pelo trabalho do geógrafo alemão Walter Christaller² (1893-1969) que temos o começo acadêmico dos trabalhos associados às redes urbanas que utilizamos nos dias de hoje. Em 1933, publica “*Die zentralen Orte in Süddeutschland*”, sua principal obra que só teria grande repercussão em 1966 ao ser traduzida para o inglês como “*The Central Places in Southern Germany*” onde encontra-se a apresentação da chamada Teoria dos Lugares Centrais, fundamental para a compreensão geográfica das cidades em rede.

Neste texto, Christaller (1966) estuda a importância de determinadas cidades no sul da Alemanha e como o alcance destas áreas afetaria diretamente outras cidades ao redor. Seu objetivo era compreender a ordem de padrão do povoamento em uma área a partir da função urbana e da área de influência de determinadas cidades que seriam cidades mais centrais. Assim, “all regions have some centers wich are closer, yet theirs centers of a higher order are found in larger towns wich satisfy those demands of the country and of the smaller tows wich the little towns are not able to satisfy” (p. 16) e esta demanda seria a capacidade de oferecer bens e serviços disponíveis no municípios. Dito de outra forma, a Teoria dos Lugares Centrais estabeleceria uma distinção entre cidades considerando sua disponibilidade do setor terciário e o alcance desse setor para além das fronteiras destas cidades atendendo os interesses de consumo e acesso aos serviços de habitantes de outros municípios. Existiriam centros com uma variedade e quantidade enormes de bens para venda e serviços que se tornariam atrativos para consumidores oriundos de cidades menores. Destes “lugares centrais de ordem superior” (*central places of a higher order*) sairiam estruturas físicas, como o sistema de transportes, interligando cidades com menor disponibilidade de serviços para áreas com mais itens do setor terciário construindo uma rede entre diferentes cidades e hierarquias a partir das necessidades de consumo.

² O alemão Walter Christaller nasceu em 1893 na cidade de Berneck e lutou com o exército alemão na 1ª Guerra Mundial. Estudou Filosofia e Economia Política e, em seu trabalho de pós graduação, elaborou a Teoria dos Lugares Centrais que seria a base de seus estudos. Com uma biografia contraditória e muito paradoxal, foi membro do Partido Nazista e usou seus estudos teóricos para elaborar planejamento territorial pra áreas invadidas pela Alemanha na Europa Oriental durante a 2ª Guerra Mundial mas, logo após a guerra filia-se ao Partido Comunista Alemão onde torna-se um militante muito ativo. Falece em 1969 na cidade de Königstein im Taunus. (MECHTILD, 1989)

Sabe-se que alguns problemas estão presentes nesta lógica explicativa de Christaller, seja pelo seu caráter extremamente tecnofuncionalista, deixando de abarcar realidades socioterritoriais, como por exemplo, o fluxo de consumidores entre centros urbanos também depende fortemente da disponibilidade da renda e não apenas de bons sistemas de transportes ou excelentes serviços nos lugares centrais. Além disso, Christaller considera que a formação destas áreas concentradas em serviços se daria de forma orgânica ao território, num processo puramente liberal e de lógica de oferta-procura e, como nos alerta Bradford e Kent (1987), ignorando que “a distribuição, dimensão e funções de lugares centrais também são influenciadas pelo próprio governo e pelos gabinetes de planejamento” (p. 43).

Porém, é a partir de Christaller que a Geografia e os Estudos Territoriais em geral passarão a observar conexões e hierarquias entre as cidades. Nota-se que áreas que oferecem mais bens e serviços teriam alguma influência nas áreas médias e menores e, através de uma série de relações de deslocamento, como sistemas de transportes e comunicações, passariam a desenhar no território infraestruturas que estabeleceriam cidades em rede.

Apesar deste foco nas relações econômicas, em especial no setor terciário como elemento de diferenciação entre as cidades, desta hierarquização teríamos a construção do desenho territorial interligando algumas áreas e distanciando outras e este apresenta um importante caráter social e político determinando índices de povoamento, concentração dos mais variados investimentos econômicos, dinâmicas migratórias, em especial o movimento pendular, e disponibilidade de infraestrutura.

No Brasil a organização da rede urbana sempre ordenou a promoção do desenho territorial, mobilizando investimentos de infraestrutura interligando diferentes áreas do país a partir da noção de sua zona de influência. Segundo o IBGE (2020), estas áreas de influência “realiza-se por vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. Dessa forma, a região de influência possui feição espacial reticular, ou seja, em formato de rede constituída por um conjunto de unidades urbanas que realizam ligações entre si.” (p. 72).

Dias (1995a; 1995b) nos apresenta como moldou-se a espacialidade da rede urbana brasileira, desde o crescimento da importância

e dinâmica das “cidades portos” no período colonial, áreas centrais para a conexão da colônia com a metrópole e vetores da orientação do adensamento populacional e da acumulação do capital no país, até o desenvolvimento das ferrovias no auge do ciclo do café, interiorizando a economia nacional, em especial para o Oeste paulista, expandindo núcleos urbanos conectados pelo deslocamento ferroviário, especializados na estocagem e transporte do café e também na manutenção das máquinas férreas e aumentando a concentração da elite rural em São Paulo, cidade vista como “nó central” das conexões ferroviárias que partiam para o porto de Santos e área da presença dos principais bancos financiadores das lavouras e centros de negociação dos produtos agrícolas, portanto, importante área do setor de serviços. Esta centralidade de São Paulo se mantém até os dias de hoje, desde sua importância na formação da dinâmica industrial brasileira (MENDONÇA, 2004) até sua centralidade nos processos de financeirização do capitalismo informacional mais recente, por isso encontra-se como a única Grande Metrópole Nacional³ brasileira.

Assim, transformações tecnológicas ampliando o alcance dos mercados, promovem dinamização e transformações nas conexões e intensidades das redes urbanas como “decorrência da necessidade crescente do transporte de pessoas e mercadorias, como também dos fluxos de informações” (SPOSITO, 2008:60) estas novas dinâmicas das redes, intensificadas pelos alcances globais da internet e pela agilidade dos deslocamentos aéreos por exemplo, nos mostram quão volátil podem ser as análises das redes urbanas e sua constante reflexão torna-se fundamental para compreender a gestão do território. Surgem, por exemplo, “cidades globais” apresentando redes urbanas que deslocam-se além das fronteiras nacionais, como Nova Iorque, Tóquio e Londres (SASSEN, 1996; 2001) e os circuitos de produção-consumo-circulação capitalista também apresentam alcances frequentemente supranacionais criando as chamadas “redes globais de produção” co-

³ “A rede da Grande Metrópole Nacional, São Paulo, é a que concentra a maior população do País e a maior renda. São 49 milhões de habitantes em 2018 e mais de R\$ 2 trilhões anuais de PIB, o que corresponde a 23,6% da população e 33,3% da renda total do País (...) a rede urbana de São Paulo alcança 679 Cidades, sobretudo Centros Sub-Regionais, mas também o maior número de Capitais Regionais brasileiras localizadas, principalmente, no interior do Estado de São Paulo. O alcance da influência direta de São Paulo ultrapassa o próprio Estado, atingindo Mato Grosso do Sul, algumas Cidades do norte paranaense, parte do sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro, onde divide influência com Belo Horizonte” (IBGE, 2020:13)

nhecidas como “um conjunto de redes interorganizacionais agrupadas em torno de uma mercadoria ou produto, ligando domicílios, empresas e Estados um ao outro no interior de uma economia mundial” **(GEREFFI, KORZENIEWCZ & KORZENIEWCZ, 1994:2)** transformando a dinâmica das redes urbanas.

Em outras palavras, com a globalização novos modelos hierárquicos surgem entre as cidades, como as cidades globais, e novas dinâmicas de contato foram estabelecidas, com a mundialização do comércio capitalista, transformando a verticalização da relação entre as cidades onde cidades menores estabeleciam contato e interdependência de cidades maiores mais próximas no atendimento das suas necessidades de serviço. Nos dias atuais, com as facilidades de transportes e comunicações, espaços menores conectam suas necessidades de bens com um click interligando áreas muitas vezes distantes e a rapidez dos deslocamentos físicos, nos direcionarmos para cidades maiores, mesmo que mais distantes, torna-se uma possibilidade ao alcance de um voo de distância. De um modelo vertical das relações hierárquicas das cidades, mudamos para um formato de ampliação da área de contato entre as cidades de diferentes hierarquias. Assim, hierarquia urbana e cidades centrais, como metrópoles, ainda existem, mas a fluidez da rede acelera-se, sua densidade aumenta e complexificam as relações de contato entre as urbes.

Porém, apesar das transformações na dinâmica das redes urbanas após das mudanças promovidas pela Terceira Revolução Industrial, um aspecto ainda se mantém como base das organizações das cidades em rede: a importância do modelo de produção capitalista, em especial do seu setor terciário, para a formulação da dinâmica de fluidez e densidade das diferentes redes. De Christaller e seus “lugares centrais de ordem superior” até as “cidades globais” de Saskia Sassen, são as disponibilidades de bens e serviços que promovem a centralidade de uma cidade, formação de suas redes e sua intensificação nos fluxos. E este aspecto apresenta-se como fundamentalmente preocupante. Harvey nos apresenta que a “rede urbana é a forma espacial por meio da qual, no capitalismo, se dá a criação, a apropriação e a circulação do valor excedente” (*apud* SPOSITO, 2008: 63) e sabe-se que “a globalização da economia encontra no espaço urbano metropolitano as possibilidades de reprodução de sua lógica de dominação, agora fundada na segmentação da produção e do consumo da acumulação flexível” (BARBOSA, 2007:139).

Assim, a estruturação do espaço sob a égide exclusivamente econômica, dentro da lógica neoliberal, colabora com a ampliação das desigualdades sociais inviabilizando a principal perspectiva da associação do espaço e cidadania promovendo redes urbanas

“com significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo. Há, num extremo, os que podem utilizar todos os recursos aí presentes, seja porque são atingidos pelos fluxos em que, tornado mercadoria, o trabalho dos outros se transforma, seja porque eles próprios, tornados fluxos, podem sair à busca daqueles bens e serviços que desejam e podem adquirir. Na outra extremidade, há os que nem podem levar ao mercado o que produzem, que desconhecem o destino que vai ter o resultado de seu próprio trabalho, os que, pobres de recursos, são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para estes, a rede urbana é uma realidade onírica, pertence ao domínio do sonho insatisfeito, embora também seja uma realidade objetiva” (SANTOS, 2020:140)

Dito de outra forma, convém repensarmos as estruturas das redes urbanas para fins da cidadania e na esfera do político, com um planejamento territorial que considere dos fluxos e o setor terciário, mas que atue para favorecer a distribuição de recursos e não sua desigualdade na distribuição e que considere aspectos praticamente negligenciados na história da dinâmica da construção das redes urbanas, como a questão ambiental.

REDES URBANAS SUSTENTÁVEIS: REFLEXÕES SOBRE A TEMÁTICA AMBIENTAL

As redes urbanas se apresentam, conforme supracitado, como uma realidade objetiva formada a partir de fluxos de produção e reprodução de capital, mas não são (e nem devem) ser reféns desse aspecto, pois a partir de sua formação econômica, destacando diferentes redes e a interação dentro delas, a importância do aspecto social e político é fundamental para garantir a existência destas interações.

Por exemplo, os deslocamentos de mão de obra através das migrações pendulares e dos bens produzidos pela atividade industrial e vendidos nos grandes magazines, dependem da infraestrutura de transportes produzida, em sua grande maioria pelo capital público, como reflexo de ações da esfera política. A questão mais relevante é, este capital público fortalece e estrutura a rede para atender às demandas exclusivas do econômico ou favorece o contexto social preocupado com a inclusão da população nos circuitos desta fluidez de forma adequada. Em outras palavras, constrói-se estradas para facilitar o acesso da indústria à mão de obra regional mais barata ou para ampliar o acesso da população aos mercados e à geração de emprego e renda?

Deste modo, por trás de toda dinâmica da formação e estruturação das redes urbanas temos que refletir sobre a produção e as bases do ordenamento ou planejamento territorial. Este ordenamento territorial pode ser considerado um processo de institucionalização do uso do espaço que “busca estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades” (POLETTI, 2008: 58). Dito de outra forma, trata-se de um instrumento político para nortear políticas públicas, visando o melhor aproveitamento das competências espaciais. No Brasil, a carência de ordenamento territorial efetivo na esfera política transformou nosso território em área livre para exploração econômica mantendo uma lógica que territórios teriam vitalidade e funcionalidade exclusivamente pelo viés da exploração dentro da lógica do capital (GONÇALVES, 2017; PARÉDIO, 2012), ignorando outros aspectos da formação social.

Embora não seja restrito à isso, um bom exemplo de planejamento territorial e redes urbanas é a formação das regiões metropolitanas no Brasil. Segundo o Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015), a região metropolitana seria uma “unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 2015), ou seja, municípios limítrofes, unidos por uma forte rede urbana, capazes de instituírem uma governança interfederativa a fim de buscarem regras e leis para problemas comuns aos municípios de dentro da região.

Uma maneira eficaz de orientar o planejamento para fins de qualidade de vida da população na dinâmica da rede urbana seria inserindo um princípio orientador nesse desenvolvimento que promovesse in-

clusão, igualdade social e desenvolvimento econômico e garantisse a manutenção da rede urbana como as noções de sustentabilidade ambiental. E neste aspecto encontramos um ponto central da dinâmica das redes urbanas, porém algo que foi historicamente negligenciado. Qual o papel da temática ambiental na construção e perpetuação destas redes?

As trocas econômicas forjaram a formação das redes e as bases políticas foram promotoras do desenvolvimento da infraestruturas que as mantinham, mas todos esses processos ocorrem em bases físicas do território, que possuem recursos hídricos, terras agricultáveis, mata e as mais diversas vegetações nativas, etc e este aspecto nunca foi considerado nos estudos e dinâmicas explicativas das redes urbanas como se fossem possíveis conexões entre cidades fora das estruturas materiais de formação do território, algo irreal na dinâmica cotidiana.

A globalização já alterou o modelo das relações nas redes urbanas contemporâneas e acredita-se que incorporar a esfera ambiental seria uma nova e necessária dinâmica para orientar as redes e seu planejamento territorial.

Cidades se interligam com a infraestrutura, a partir do setor terciário, mas também compartilham natureza, em especial, os elementos ecológico representados pelos mais diferentes serviços ecossistêmicos, inclusive no passado, em inúmeros exemplos, destes seriam fundamentais para as primeiras dinâmicas de redes urbanas nas cidades brasileiras. Tomemos como exemplo a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) no Estado de São Paulo, instituída em 2012, pertencente à chamada Macrometrópole Paulista e possuindo 39 municípios tendo São José dos Campos como cidade central, sendo uma Capital Regional A, seguida por Guaratinguetá como Capital Regional B (IBGE, 2020), Nesta rede, apesar o longo histórico de integração regional através do avanço das ferrovias com o desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba durante o século XIX e com todo desenvolvimento promovido pela industrialização estratégica na segunda metade do XX, como no setor aeroespacial (EMBRAER e Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e armamentista (ENGESA), além da criação da importante Rodovia Presidente Dutra (1951) interligando a região da Grande São Paulo até a Grande Rio de Janeiro (FORLIN & COSTA, 2000; OLIVEIRA & RUIZ, 2018; RICCI, 2006), encontramos as origens da rede urbana na interligação entre diferentes cidades atra-

vés da navegação e uso do rio Paraíba do Sul que até os dias de hoje. Portanto, a origem de uma das redes urbanas mais importantes do país está no compartilhamento de serviços ecológicos deste recurso hídrico tão importante.

A governança das cidades precisa, sob múltiplos aspectos, levar em consideração a rede urbana regional, mas acrescenta-se que é fundamental considerar a sustentabilidade como pauta central da produção de políticas públicas compartilhadas. Se usos de materiais ecológicos, água e solo agricultável, por exemplo, são compartilhados, a preservação destes também precisa de políticas coletivas.

Ainda tomando a RMVPLN como exemplo, encontramos a pequena cidade de Canas, com uma população estimada de 5.268 habitantes (2021⁴) e uma área de 84,97% tomada pelo uso do solo para práticas agrícolas, segundo análises do MapBiomias Brasil⁵, com itens que serão vendidos por toda região suprimindo a necessidade de alimentos de parte da população da região metropolitana. Assim, todos os impactos do uso do solo em Canas são absorvidos pelo pequeno município, mas seus produtos são utilizados por outros da rede urbana, portanto, caso problemas associados ao uso do solo impactem negativamente a produção agrícola da cidade, outras áreas ao redor serão afetadas com redução da oferta de alimento. Pensar em políticas de proteção e preservação dos solos agricultáveis deve ser de interesse de todos os incluídos na rede urbana do Vale do Paraíba e não apenas da pequena Canas.

Considerando outro recurso importante, temos a cidade de Areias, com apenas 3.906 habitantes (2021), segundo estimativas do IBGE, mas onde encontramos a nascente do rio Paraitinga que, ao se encontrar com o rio Paraibuna, formam o importante rio Paraíba do Sul, eixo econômico e histórico fundamental para a formação de toda rede urbana que apresentamos em torno de São José dos Campos (SP). Degradar o rio Paraitinga e outros do entorno de Areias seria atingir diretamente o fornecimento de água para o Paraíba do Sul e as cidades que fazem uso de recurso. Dito de outra forma, a preservação dos mananciais de uma pequena cidade com menos de 4.000 habitantes presente na rede urbana da RMVPLN pode ser fundamental para

⁴ Utilizamos aqui as estimativas do site IBGE Cidades disponíveis em cidades.ibge.gov.br.

⁵ Dados disponíveis em mapbiomas.org.

o abastecimento de muitas áreas densamente povoadas ao longo dos rios. Trata-se de um problema da rede urbana e não apenas da cidade de Areias e, conforme nos mostra Dunder & Zanirato (2019) na pequena Areias e em suas vizinhas Arapeí (2.452 habitantes em 2021) e São José do Barreiro (4.141 habitantes em 2021), temos inúmeras mudanças no uso do solo com o avanço da pecuária e implementação da silvicultura de eucalipto, aumentando o uso e a poluição da água local implicando na “diminuição da água que chega às bacias, visto a alta demanda de água da silvicultura. Sendo assim, existe a tendência de maiores impactos na qualidade e na quantidade de água dos mananciais” (p. 1334).

Nos dois exemplos apresentados, encontramos uma forte conexão ambiental entre as cidades, pois temos a troca de serviços ecossistêmicos específicos, porém ressalva-se que nestes exemplos encontramos a importância dos pequenos municípios na participação da rede urbana como fornecedores de recursos naturais que precisariam de uma ótica sustentável para que sejam mantidos em logo prazo. Aqui encontramos uma diferença funcional entre o modelo dos estudos da rede urbana tradicional com a dinâmica proposta no âmbito de uma rede urbana sustentável, a importância de compreender a rede como fluxos regionais onde a hierarquia urbana não se concentra necessariamente na importância dos lugares centrais. Dito de outra forma, se no modelo tradicional da rede urbana e seus estudos, as pequenas e médias cidades apresentariam necessariamente uma dependência dos lugares centrais na necessidade e uso do setor de serviços, orientando a circulação e fluxos das áreas menores rumo às maiores, em um modelo de rede urbana sustentável, a análise precisa considerar todos os serviços ecológicos existentes dentro desta rede e não necessariamente estes estarão concentrados nas maiores cidades e o foco da preservação precisa, portanto, para como estas cidades em rede trocam estes serviços e as políticas públicas de proteção e preservação precisariam necessariamente focar na interação entre cidades onde muitas vezes o foco da preservação pode ser os pequenos municípios.

“É, portanto, de fundamental importância garantir que os serviços ecossistêmicos sejam incorporados ao planejamento do desenvolvimento. Primeiro, eles são essenciais para o crescimento e o desenvolvimento equitativos e sustentáveis. Segundo, a

maioria das pessoas e dos governos não pode se dar ao luxo de arcar com os custos econômicos e sociais de longo prazo associados à degradação e perda dos ecossistemas.” (KOSMUS, RENNER & ULLRICH, 2012: 03)

Porém, planejar o território sob a ótica da sustentabilidade requer o enfrentamento de dois grandes desafios iniciais. Primeiramente, é necessário a compreensão de que políticas públicas feitas em rede com bases ecológicas necessita de dados e informações precisas. Na rede urbana regular ou tradicional, os dados disponíveis versam sobre densidade populacional, presença de sistemas de transportes e infraestruturas, concentração do PIB de serviços, mas em uma política sustentável precisa-se conhecer os elementos ecológicos presentes na rede urbana, que sempre foram utilizados por ela, mas que diante da ótica fundamentalmente economicista predominante, sempre foram ignorados ou tratados de forma isolada como questão de uma única cidade. Investir no levantamento dos dados referentes aos elementos ecológicos presentes e que são trocados na rede é fundamental para decidir políticas adequadas para manutenção da sustentabilidade da rede urbana, otimizando a alocação dos recursos públicos e tendo a consciência de como os serviços ecológicos atuam em rede.

O segundo ponto a se considerar nessa nova dinâmica da rede, é compreender o meio natural como riqueza, independente da cidade onde se encontra e nisso precisamos ampliar a perspectiva de que rede urbana sustentável é troca e fluxo entre todas as cidades e para todas as direções, ou seja, a riqueza ambiental dos pequenos municípios precisa ser considerada e veementemente valorizada, pois se serviços ecossistêmicos são trocados entre cidades, então a degradação ambiental precisa ser mitigada no espaço em que ela ocorre, mas com a consciência de que esta também prejudica as áreas ao redor. Por exemplo, a retirada de uma mata nativa diante do avanço desmedido de empreendimentos imobiliários sobre uma cidade média da rede, impacta na redução da capacidade de captação de carbono de toda região, não trata-se, portanto de um impacto local.

O que torna a perspectiva supracitada mais relevante é o fato de termos o grande desafio de tornar o meio natural como valor para que seja preservado. Historicamente, o desenvolvimento econômico

predatório acompanhado por decisões políticas que contribuíam com a degradação imperaram na dinâmica do ordenamento territorial nacional (GONÇALVES, 2017; PARÉDIO, 2012), e foi nesse aspecto que as grandes cidades, consideradas hierarquicamente superiores na rede e para onde se orientam os fluxos e análises, se desenvolveram. Se este modelo de desenvolvimento precisa ser urgentemente repensado e conjugado com a dinâmica ambiental, os pequenos e médios municípios não podem ver sua riqueza ambiental como impecilho para modernização das atividades econômicas e sim como patrimônio capaz de gerar renda, investimentos e preservação. Em outros termos, repensar a rede urbana e inserir sustentabilidade em suas análises que vão orientar políticas públicas, torna-se inserir também novos modelos de desenvolvimento ambientalmente mais positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo buscou-se apresentar a importância e os desafios de inserir a sustentabilidade ambiental nas relações que as cidades estabelecem em redes. Com esta perspectiva, aumentaria-se a possibilidade de produzir políticas públicas ambientalmente mais interessantes e mais pontuais.

A formação histórica da rede urbana se transformou muito com o advento da Globalização e a Revolução Tecno-Científica facilitando a circulação de dados, pessoas, informações e capitais por sistemas de transportes mais eficientes e conexões em infovias cada vez mais rápidas, “aproximando” cidades e levando a uma supressão do espaço pelo tempo cada vez mais ágil (HARVEY, 1992). De uma rede urbana fortemente verticalizada, passamos para uma perspectiva de maior fluidez entre diferentes categorias ou hierarquias das cidades.

Porém, apesar de todas as transformações, a centralidade econômica da formação a análise das redes, em especial no setor de comércio e serviços, ainda permanece e orienta políticas públicas de desenvolvimento a planejamento territorial, como na formação das regiões metropolitanas brasileiras. Este modelo orienta a formação e desenvolvimento de diferentes redes e ignora a presença de recursos naturais que precisam ser devidamente preservados e seus serviços ecossistêmicos que são constantemente utilizados.

Neste trabalho, pensa-se em propor uma nova mudança na lógica da rede urbana, através da franca inserção do critério sustentabilidade na orientação da formulação de políticas públicas de forma coletiva entre as diferentes cidades conectadas em rede. Uma rede urbana sustentável, seria a consciência de que os recursos naturais são valores a serem preservados coletivamente e usados de forma racional também de forma comunitária. Cidades trocam diferentes fluxos, mas não apenas na esfera dos bens e mercadorias, mas também fluxos ecológicos que precisam orientar políticas públicas para uma rede urbana mais resiliente.

Para tanto, torna-se mister conhecer efetivamente os recursos naturais presentes na rede urbana para então serem protegidos e lançar luz para todos os municípios da rede, não apenas os lugares centrais, pois os recursos naturais são distribuídos de forma irregular numa área e muitas vezes distantes dos grandes centros, mas ainda assim, conectados a ele.

O desafio de inserir sustentabilidade na rede urbana vem agregar com outros desafios maiores da realidade brasileira, como o de produzir um planejamento territorial ambientalmente positivo, o de construir políticas públicas que promovam desenvolvimento sustentável e o de pensarmos novas formas de desenvolvimento econômico para a promoção de cidades resilientes e sustentáveis.

Adir sustentabilidade no debate das redes urbanas é estar em consonância com os inúmeros esforços de defesa dos recursos naturais e de uma nova economia mais preservativa, seja ela “verde” ou “circular”, mas consciente de como a preservação ambiental protege o próprio sistema produtivo. Significa também a busca de orientar políticas públicas mais comprometidas com a busca de equidade social e promoção da qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, J. L. “O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada”. In SANTOS, M et al, *Territórios, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BERNARDES, L. “Elementos para o estudo geográfico das cidades (exemplos brasileiros)”. *Boletim Geográfico do IBGE*, Rio de Janeiro, vol. 18 (154), p. 41-48, 1960.

_____. “Integração dos núcleos populacionais”. *Boletim Geográfico do IBGE*, Rio de Janeiro, vol 28 (210), p. 3-45, 1969a.

- _____. "Comentários sobre o processo de metropolização no Brasil". *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, n. 71, 1969b.
- BRADFORD, M. G. & KENT, W. A. *Geografia Humana: teoria e suas aplicações*. Lisboa: Editora Gradiva, 1987.
- BRASIL. *Institui o Estatuto da Metr pole, Lei 13.089 de 12 de janeiro de 2015*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm Acesso em 04 de agosto de 2022.
- CHRISTALLER, W. *Central Places in the Southern Germany*. New Jersey: Prentice Hall, 1966.
- CORR EA, R. L. "Globaliza o e reestrutura o da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades." *Revista Território*, Rio de Janeiro: Laget/UF RJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999
- _____. Rede urbana e forma o espacial – uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, n. 8, jan-julho, 2000. p.121-129.
- _____. *Traj t rias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- _____. *A rede urbana*. Rio de Janeiro:  tica, 1989.
- DIAS, L. C. *Réseaux d'information et reseau urbain au Brésil*. Paris: L'Harmattan, 1995a.
- _____. Redes: emergência e organiza o. In CASTRO, I. E. & GOMES, P. C. da C. & CORR EA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b.
- DUNDER, B. D. & ZANIRATO, S. H. *Transforma o no Uso e Ocupa o do Solo no Vale Histórico Paulista e seus Reflexos nos Recursos Hídricos*. Anais do IX Encontro Nacional da ANPPAS (Associa o Nacional de Pós Gradua o e Pesquisa em Ambiente e Sociedade). Brasília, 2019.
- FORLIN, L. G. & COSTA, S. M. F. da "Urbaniza o e Segrega o Sócio-Espacial na Cidade de São José dos Campos: o caso Pinheirinho". *Revista Geosul*, v. 25, n. 49, p. 123-158, Florianópolis, 2010.
- GEIGER, P. P. *Evolu o da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.
- GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. P. "Introduction". In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (Org.). *Commodity Chains and Global Capitalism*. West Port: Praeger, 1994.
- GONÇALVES, F S *Parâmetros Ambientais para o Ordenamento Territorial Municipal e Proposta para o Estado do Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal do rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017
- HARVEY, D. *A condi o pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, SP: Edi oes Loyola, 1996
- IBGE. *Classifica o e Caracteriza o dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil: uma primeira aproxima o*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

- _____. *Região de Influência das Cidades 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1995
- KOSMUS, M., RENNER, I & ULLRICH, S *Integração de Serviços Ecológicos ao Planejamento do Desenvolvimento*. Brasília, 2012. Disponível em http://www.aboutvalues.net/es/data/six_steps/integr_ecosys_serv_in_dev_planning_pt.pdf Acessado em 02 de Agosto de 2022.
- MENDONÇA, S. R. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Moderna, 2004.
- MECHTILD, R. Applied Geography and Area Research in Nazi Society; Central Place Theory and Planning, 1933 to 1945. *Visual Communication*. Vol. 7(4), p. 57-76, 1989.
- OLIVEIRA, R.; RUÍZ, A. E. L. (Orgs.). *Geografia histórica do café no Vale do Rio Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro: PUC, 2018.
- PARÉDIO, J L *Ordenamento Territorial: uma análise das políticas territoriais estaduais no Estado do Amazonas* Dissertação de Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012
- POLETTI, *Ordenamento territorial no Brasil e a promoção do desenvolvimento local: uma aproximação geográfica*. Revista Ágora, UNSC, v. 14, n. 1, p. 49-72, 2008
- RICCI, F. "A Economia Cafeeira e as Bases do Desenvolvimento no Vale do Paraíba Paulista". *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Vol 1, n. 1, 2006.
- SANTOS, M. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, São Paulo, 2001
- _____. "Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método", In *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1979
- _____. *"O Espaço do Cidadão"* EdUsp, São Paulo, 2020.
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1996.
- _____. *The Global Cities: New York, Toquio, Londres*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- SPOSITO, E. S. *Redes e Cidades* São Paulo: Editora Unesp, 2008.



PARTE III

FAVELAS NA MACROMETROPOLE PAULISTA: TENDÊNCIAS ATUAIS

*Suzana Pasternak
Lucia Maria Machado Bógus*

INTRODUÇÃO

O artigo parte de duas inquietações: a percepção que várias das dinâmicas identificadas historicamente como típicas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ultrapassaram seus limites físicos e são perceptíveis em municípios e regiões contíguas, e a necessidade de um olhar para além da metrópole tradicional, para a compreensão de novas dinâmicas que devem estar se formando. Diversos autores, com Soja (2000, 2013), insistem em dizer que a era da metrópole chegou ao fim: o processo de dispersão das atividades econômicas, da população e da mancha urbana implode o urbano e a região metropolitana, conformando uma vasta região policêntrica (LENCIONE, 2020). Esta ideia de metropolização regional policêntrica se vincula aos conceitos de cidade-região, megalópole, megarregião, metápole. O texto de Lencione (2020) historia a discussão entre cidade e região, desde Guedes (Cidades em Evolução), Lefebvre, (1970), Gottmann (1961), Scott et al (2010), De Mattos (1999), entre outros. Este último trabalha com o conceito de metrópole-região: a incontrolável tendência à suburbanização, a estrutura metropolitana segregada ou polarizada e novos artefatos urbanos com capacidade de estruturar o espaço.

A Emplasa (2009) - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - elaborou um “Estudo sobre a morfologia e hierarquia funcional da rede urbana paulista e para a regionalização do Estado de São Paulo para fins de planejamento”, propondo um recorte regional, onde colocou o nome de macrometrópole para denominar uma cidade-região, um aglomerado de cerca de 150 quilômetros de raio a partir do centro geográfico da cidade de São Paulo (ABDAL, 2009). Para a Emplasa, a macrometrópole paulista “abriga a Região Metropolitana de São Paulo (...) além das RMS da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e do Vale do Paraíba e Litoral Norte, as

Aglomeramentos Urbanos de Jundiaí e de Piracicaba e a Unidade Regional Bragantina, num total de 174 municípios, com população de mais de 33 milhões de pessoas em 2022, representando 74,59% da população do Estado de São Paulo (nas tabelas no decorrer do texto vão se encontrar as populações de 2000, 2010 e 2022 de cada município, por unidade territorial da macrometropole), 83,4% do Produto Interno Bruto estadual e 27,6% do PIB brasileiro, abrigo 50% da área urbanizada do Estado.

Em artigo anterior (PASTERNAK e BOGUS, 2019), as pesquisadoras colocaram uma série de questões sobre a macrometropole: a primeira se referia se seria aplicável à macrometropole o conceito de cidade –região. Esta questão já foi respondida pelo texto de Lencione (2020). A segunda questão referia-se às formas de organização econômica e social presentes na cidade-região paulista e como têm mudado? O artigo de 2019, que especializa as categorias sócio-ocupacionais na macrometropole, esboça alguma resposta. Por fim a terceira, que envolve as espacialidades criadas na macrometropole paulista, ou seja, como se alocam plantas industriais, moradia e demais equipamentos, tem parte de sua resposta no presente artigo, que trata da espacialização e caracterização da moradia precária neste novo espaço. Outro trabalho já tentou olhar a precariedade habitacional na macrometrópole, com um olhar a partir do nível de integração dos municípios em cada unidade territorial (D’OTTAVIANO, PASTERNAK e BARBON, 2019)

A precariedade habitacional, que estruturava o espaço na metrópole periférica de São Paulo, continua sendo estruturante na macrometropole que se formata atualmente? Está havendo um processo de interiorização de favela, antes majoritariamente localizadas em áreas metropolitanas, e que agora se perceberam em cidades menores, tanto dentro como fora das áreas metropolitanas tradicionais? A partir destas inquietações, propõe-se aqui uma descrição e análise inicial da precariedade de moradia, expressa pelas favelas, nesta macrometropole.

As perguntas que se pretende responder neste artigo são:

- As favelas têm aumentado nesta porção do território?

- Apresentam alguma localização específica?
- Espacialmente se concentram nos polos das regiões metropolitanas ou tem se espalhado por outros municípios da macrometrópole?
- Suas características mudaram em relação às áreas precárias da metrópole tradicional?
- A taxa de crescimento da população favelada continua maior nas áreas metropolitanas tradicionais?

EVOLUÇÃO DAS FAVELAS ENTRE 2000, 2010 E 2019

Macrometropole total

Neste artigo estamos usando dados do IBGE dos Censos de 2000, 2010 e de 2022. Para os domicílios favelados, usamos informações da pesquisa preliminar feita pelo IBGE em 2019, para o pré censo. Embora preliminares, são os dados mais atuais disponíveis. É provável que, entre 2019 e 2022, domicílios e população moradora em favelas tenha aumentado, sobretudo devido à pandemia e à crise econômica então vigente.

A favela é um fenômeno macrometropolitano: em 2010, entre os 55 municípios com favelas no estado de São Paulo, 44 eram municípios no que se convencionou chamar de macrometropole paulista. Em 2019, o número de municípios da MMP entre os municípios com favelas aumentou para 77, entre 98 municípios estaduais com presença de favelas em seu território. Nota-se um aumento grande no estado, de 55 para 98 municípios onde aparecem favelas...Dados de 2019 mostram um aumento da proporção de municípios com favelas na região Sudeste, de 6,38% das cidades em 2010 para 8,10% das cidades na região em 2019. Para o Estado de São Paulo, em 2010, 5,84% dos seus municípios apresentavam favelas. Em 2019 este percentual sobe para 7,09%. E na MMP, a proporção de municípios com favelas subiu de 25% para 44 %, entre seus 174 municípios.

Nota-se aumento de cidade com favelas tanto no estado de São Paulo (de 55 para 98) com no MMP (de 44 para 77). As favelas se espalham no território paulista.

Tabela 1: Macrometropole paulista: municípios com favelas, 2010 e 2019, por unidade territorial

Unidades Territoriais da MMP	municípios com favelas		total de municípios	% com favelas	
	2010	2019		2010	2019
Região Metropolitana de São Paulo	20	31	39	51,28%	64,52%
Região Metropolitana da Baixada Santista	4	8	9	44,44%	50,00%
Região Metropolitana de Campinas	6	5	20	30,00%	25,00%
Região Metropolitana Vale do Paraíba Litoral Norte	3	14	39	7,69%	21,43%
Região Metropolitana de Sorocaba	1	8	27	3,70%	12,50%
Aglomerado Urbana de Jundiaí	2	4	7	28,57%	50,00%
Aglomerado Urbana de Piracicaba	3	5	23	13,04%	60,00%
Unidade Regional Bragantina	1	2	10	10,00%	50,00%
Macrometropole Paulista	40	77	174	22,99%	51,95%

Fonte: Censo Demográfico de 2010; IBGE, 2019

Existiam mais de 2000 aglomerados favelados na macrometropole em 2010, com 742.998 domicílios, com 2.691.127 moradores. Isto representava um percentual de 7,93% do total de domicílios e 8,95% da população macrometropolitana. Em 2019, O IBGE publicou apenas a estimativa de domicílios em favelas: eram 1.054.147, numa proporção de 9,37% do total de domicílios estimados em 2019. Um crescimento estimado de 3,96% ao ano entre 2010 e 2019, comparado ao crescimento de domicílios totais entre 2000 e 2022, de 2,14% ao ano. Domicílios em favela estão crescendo a um ritmo 1,85 de vezes os domicílios totais. No Brasil o crescimento dos domicílios favelados está se dando a uma taxa ainda superior, de 5,29% anuais. No Estado de São Paulo a taxa entre 2000 e 2019 atinge, para os domicílios favelados, 4,01% ao ano.

Tabela 2: Macrometropole Paulista: Domicílios totais e favelados, 2010,2019 e 2022

região	domicílios totais			domicílios em favela		% domicílios em favela	
	2010	2019	2022	2010	2019	2010	2019
RMSP	6.048.199	7.071.321	7.605.023	596.479	955.252	9,86%	13,51%
BAIXADA SANTISTA	526.841	571.738	667.945	83.543	95.809	15,86%	16,76%
RM CAMPINAS	861.632	1.085.846	1.157.706	43.508	49.913	5,05%	4,60%
RM VPLN	648.375	927.515	890.665	5.019	22.780	0,77%	2,46%
RM SOROCABA	563.678	656.005	767.636	1.126	6.285	0,20%	0,96%
AU JUNDIAÍ	205.797	280.464	300.441	6.176	9.995	3,00%	3,56%
AU PIRACICABA	396.774	489.667	532.307	4.963	2.790	1,25%	0,57%
UR BRAGANTINA	116.738	161.933	162.871	353	951	0,30%	0,59%
Brasil	57.324.167	65.557.130	72.446.745	3.224.529	5.127.747	5,63%	7,82%
São Paulo - Estado	12.827.153	15.056.590	16.244.606	748.801	1.066.813	5,84%	7,09%
MMP	9.368.034	11.244.489	12.084.594	742.998	1.054.147	7,93%	9,37%

Fonte: Censos de 2010 e 2022; IBGE, 2020

A maior proporção de domicílios favelados situa-se na Região Metropolitana da Baixada Santista, seguida da Região Metropolitana de São Paulo e a de Campinas. Nas outras unidades territoriais o fenômeno não é tão marcante, a não ser em Jundiaí, onde a percentagem de domicílios favelados alcança 3,56%. Mas o que se nota é- com exceção da Região Metropolitana de Campinas - o forte aumento da proporção de domicílios favelados na década, de 7,94% do total de domicílios para 9,39%, num aumento do número absoluto de 311.149 unidades de moradia.

Região Metropolitana de São Paulo

Na Região Metropolitana de São Paulo se observa uma piora em relação à precariedade habitacional. Seus 1.703 aglomerados em 2010 comportavam quase 600 mil domicílios e mais de 2 milhões de favelados. Em 2019, o total de domicílios favelados na RMSP subiu para 955.252, com taxa de crescimento entre 2010 e 2019 de 4,79% ao ano, 2,5 maior que a taxa de crescimento domiciliar no período intercensitário e superior à taxa de crescimento no período anterior, de 2000 a 2010, de 3,70% anuais. Com isso, a proporção de domicílios favelados na metrópole aumentou continuamente: se, em 1991, era de 5,72% dos domicílios totais, em 2000 já alcançava 8,44% dos domicílios, em 2010 aumentou para 9,89% e para 13,52% em 2019.

Tabela 3: Região Metropolitana de São Paulo: domicílios totais e favelados, 2000 a 2019

municípios	domicílios			
	permanentes totais			
	2000	2010	2019	2022
Arujá	14.517	20.608	22.821	29.348
Barueri	55.395	71.790	89.807	109.460
Biritiba Mirim	5.384	7.204	8.753	10.435
Caieiras	18.324	24.833	26.257	32.684
Cajamar	13.045	18.894	30.146	32.640
Carapicuíba	90.903	108.592	143.648	136.883
Cotia	38.380	59.038	79.807	95.672
Diadema	98.139	117.344	129.500	144.824
Embu	52.925	68.225	73.242	87.994
Embu Guaçu	14.052	17.611	18.724	23.396
Ferraz de Vasconcelos	36.335	47.218	51.049	61.301
Francisco Morato	33.944	43.858	48.548	57.668
Franco da Rocha	25.845	35.464	48.778	49.319
Guararema	4.746	6.642	8.177	11.086
Guarulhos	284.036	360.540	421.297	450.563
Itapeçerica da Serra	33.366	42.388	42.442	54.563
Itapevi	41.778	57.604	63.396	81.821
Itaquaquecetuba	68.831	89.670	95.449	122.134
Jandira	24.443	32.536	36.898	42.009
Juquitiba	4.481	6.702	8.991	10.005
Mairiporã	12.887	20.616	37.881	32.971
Mauá	98.965	125.348	157.056	152.619
Mogi das Cruzes	84.035	111.066	135.564	158.172
Osasco	181.012	201.894	245.057	262.977
Pirapora do Bom Jesus	3.248	4.384	5.416	6.100
Poá	24.898	30.268	30.664	35.377
Ribeirão Pires	28.264	33.844	37.199	41.451
Rio Grande da Serra	9.722	13.191	14.270	15.740
Salesópolis	2.411	2.969	5.271	5.397
Santa Isabel	9.003	11.995	15.881	18.733
Santana do Panaíba	18.598	31.610	35.576	52.312
Santo André	185.461	215.617	254.216	280.389
São Bernardo do Campo	194.478	235.509	278.056	300.683
São Caetano do Sul	43.415	50.492	66.495	61.995
São Lourenço da Serra	2.723	3.905	4.580	5.798
São Paulo	2.954.732	3.561.505	4.104.611	4.307.693
Suzano	57.713	72.370	87.105	105.760
Taboão da Serra	52.378	72.314	90.116	99.423
Vargem Grande Paulista	8.464	12.541	14.703	17.628
total RMSP	4.931.276	6.048.199	7.067.447	7.605.023

Tabela 3: Região Metropolitana de São Paulo: domicílios totais e favelados, 2000 a 2019

			taxas de crescimento			
favelados			domicílios totais		domicílios favelados	
2000	2010	2019	2000-2010	2010-2022	2000-2010	2010-2019
0	0	88	3,57%	2,99%	0,00%	100,00%
2.958	704	1.732	2,63%	3,58%	-13,37%	9,42%
0	0	466	2,95%	3,14%	0,00%	100,00%
0	670	1.501	3,09%	2,32%	0,00%	8,40%
382	786	3.263	3,77%	4,66%	7,48%	15,30%
9.170	7.800	19.299	1,79%	1,95%	-1,61%	9,48%
293	352	2.600	4,40%	4,10%	1,85%	22,14%
21.977	24.728	26.606	1,80%	1,77%	1,19%	0,73%
5.274	8.966	10.929	2,57%	2,14%	5,45%	2,00%
0	0	222	2,28%	2,40%	0,00%	100,00%
406	3.100	7.154	2,65%	2,20%	22,54%	8,72%
0	2.470	6.128	2,60%	2,31%	0,00%	9,51%
723	2.559	4.804	3,21%	2,79%	13,47%	6,50%
0	0	0	3,42%	4,36%	0,00%	0,00%
41.124	57.906	60.038	2,41%	1,87%	3,48%	0,36%
755	387	1.966	2,42%	2,13%	-6,46%	17,65%
806	848	3.177	3,26%	2,97%	0,51%	14,12%
144	7.410	21.025	2,68%	2,61%	48,30%	10,99%
0	578	1.320	2,90%	2,15%	0,00%	8,61%
0	0	0	4,11%	3,40%	0,00%	0,00%
0	0	1.192	4,81%	3,99%	0,00%	100,00%
17.167	22.884	35.881	2,39%	1,65%	2,92%	4,60%
0	0	3.063	2,83%	2,99%	0,00%	100,00%
28.463	21.630	24.423	1,10%	2,23%	-2,71%	1,22%
0	0	0	3,04%	2,79%	0,00%	0,00%
0	0	623	1,97%	1,31%	0,00%	0,00%
364	891	1.190	1,82%	1,70%	9,36%	2,94%
0	0	1.520	3,10%	1,48%	0,00%	100,00%
0	0	0	2,10%	5,11%	0,00%	0,00%
0	0	0	2,91%	3,78%	0,00%	0,00%
94	1.172	1.020	5,45%	4,29%	28,70%	-1,38%
17.090	23.855	28.546	1,52%	2,21%	3,39%	1,81%
37.368	43.052	50.465	1,93%	2,06%	1,43%	1,60%
0	0	0	1,52%	1,73%	0,00%	0,00%
0	0	0	3,67%	3,35%	0,00%	0,00%
227.234	356.692	529.921	1,89%	1,60%	0,00%	4,04%
0	1.523	4.323	2,29%	3,21%	0,00%	11,00%
4.351	7.351	10.767	3,28%	2,69%	5,38%	3,89%
0	0	0	4,01%	2,88%	0,00%	0,00%
416.143	598.324	955.252	2,06%	1,93%	3,70%	4,79%

Fonte: Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022: IGE, 2020

Na sua distribuição pelo tecido metropolitano nota-se uma diferença proporcional: se, em 1991, 61% dos domicílios favelados localizavam-se no município de São Paulo, em 2000 esta proporção cai para 54%, tornando a subir em 210 para 59% e caindo em 2019 para 44,5%. As favelas se espalham pela metrópole.

Em 2000, 18 municípios metropolitanos não apresentavam favelas; em 2010, este número cai para 14, já que Caieiras, Francisco Morato, Jandira e Suzano mostravam um início de favelização. Em 2019, apenas Guararema, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis, Santa Isabel, São Caetano do Sul, São Lourença e Vargem Grande não tinham favelas. Na sub região Norte, surpreende o favelamento de Caieiras, de Francisco Morato e de Mairiporã, onde as taxas de crescimento dos favelados eram nulas na década de 2000.

Alguns municípios, com Mauá (22,85%), Itaquaquecetuba (22,03%), Diadema (20,55%) mostram proporções maiores que 20% de unidades residenciais em favela em 2019. Outros, como São Bernardo do Campo (18,15%), Embu (14,92%), Guarulhos (14,25%), Ferraz de Vasconcelos (14,01%), Carapicuíba (13,43%), São Paulo (12,91%), Francisco Morato (12,62%), Taboão da Serra (11,95%), Santo André (11,23%), Cajamar (10,82%) e Rio Grande da Serra (10,65%) apresentam proporção de casas faveladas maiores que 10% do total de casas no município. (Tabela 4)

Nalguns municípios, com Barueri, uma anterior redução de casas favelas entre 2000 e 2010 foi anulada pelo incremento notado entre 2010 e 2019. No ABC, o crescimento do parque domiciliar total é maior que o de casas faveladas.

Vale a pena notar, também, o crescimento fora do padrão dos domicílios em Santana do Parnaíba, onde a estimativa de 2019 fornecia a cifra de 35.576, bastante condizente com a de 31.610 de 2010, e o Censo de 2022 apurou um total de 52.312 domicílios, numa taxa de crescimento de 4,29% anuais. O município já acusava crescimento intenso entre 2000 e 2010, quando passou de 18.598 unidades habitacionais para 31.610. Sabe-se, por fontes indiretas, que o município, além de condomínios horizontais para rendas médias, teve muitos empreendimentos de Minha Casa, Minha Vida, o que talvez possa explicar este forte. Aumento. O número de casas faveladas também subiu bastante no município, de 94 para 1.172 entre 2000 e 2010 e para 1.020 em 2019.

Tabela 4: Região Metropolitana de São Paulo: proporção de domicílios em favelas, 2000, 2010 e 2019

municípios	percentual domicílios favelados		
	2000	2010	2019
Arujá	0,00%	0,00%	0,39%
Barueri	5,34%	0,98%	1,93%
Biritiba Mirim	0,00%	0,00%	5,32%
Caieiras	0,00%	2,70%	5,72%
Cajamar	2,93%	4,16%	10,82%
Carapicuíba	10,09%	7,18%	13,43%
Cotia	0,76%	0,60%	3,26%
Diadema	22,39%	21,07%	20,55%
Embu	9,97%	13,14%	14,92%
Embu Guaçu	0,00%	0,00%	1,19%
Ferraz de Vaconcelos	1,12%	6,57%	14,01%
Francisco Morato	0,00%	5,63%	12,62%
Franco da Rocha	2,80%	7,22%	9,85%
Guararema	0,00%	0,00%	0,00%
Guarulhos	14,48%	16,06%	14,25%
Itapeerica da Serra	2,26%	0,91%	4,63%
Itapevi	1,93%	1,47%	5,01%
Itaquaquecetuba	0,21%	8,26%	22,03%
Jandira	0,00%	1,78%	3,58%
Juquitiba	0,00%	0,00%	0,00%
Mairiporã	0,00%	0,00%	3,15%
Mauá	17,35%	18,26%	22,85%
Mogi das Cruzes	0,00%	0,00%	2,26%
Osasco	15,72%	10,71%	9,97%
Pirapora do Bom Jesus	0,00%	0,00%	0,00%
Poá	0,00%	0,00%	2,03%
Ribeirão Pires	1,29%	2,63%	3,20%
Rio Grande da Serra	0,00%	0,00%	10,65%
Salesópolis	0,00%	0,00%	0,00%
Santa Isabel	0,00%	0,00%	0,00%
Santana do Panaíba	0,51%	3,71%	2,87%
Santo André	9,21%	11,06%	11,23%
São Bernardo do Campo	19,21%	18,28%	18,15%
São Caetano do Sul	0,00%	0,00%	0,00%
São Lourenço da Serra	0,00%	0,00%	0,00%
São Paulo	7,69%	10,02%	12,91%
Suzano	0,00%	2,10%	4,96%
Taboão da Serra	8,31%	10,17%	11,95%
Vargem Grande Paulista	0,00%	0,00%	0,00%
total RMSP	8,44%	9,89%	13,52%

Fonte: Censos Demográficos de 2000 e 2010; IBGE, 2020

Região Metropolitana da Baixada Santista

Embora a proporção de domicílios favelados tenha crescido em praticamente todas as unidades territoriais da macrometropole, é na Região Administrativa da Baixada Santista onde sua proporção, já a mais alta em 2000 e 2010, aumenta para mais de 16,76% dos domicílios em 2019. No incremento de 44.897 domicílios entre 2010 e 2019, 12.317, ou seja, 27,43% se deram por aumento dos domicílios favelados. O censo de 2022 forneceu um número bem maior de domicílios para a região, de 667.945, mais que 96 mil casas. Seria importante aferir o número de domicílios favelados após a publicação do Censo de 2022.

Tabela 5 Região Metropolitana da Baixada Santista - Domicílios totais e favelados, 2000 a 2019

municípios	domicílios totais				domicílios favelados			% domicílios favelados		
	2000	2010	2019	2022	2000	2010	2019	2000	2010	2019
Bertioga	8.425	14.468	16.047	22.728	1.552	2.917	4.187	18,42%	20,16%	26,09%
Mongaguá	9.770	14.512	15.070	21.512	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Itanhaém	20.259	27.974	27.312	41.964	0	0	135	0,00%	0,00%	0,49%
Peruibe	14.035	19.027	20.642	20.012	0	0	120	0,00%	0,00%	0,58%
Cubatão	29.993	36.464	39.420	40.089	9.116	14.834	13.693	30,39%	40,68%	34,74%
Guarujá	72.008	84.955	83.686	99.388	21.889	26.082	29.081	30,40%	30,70%	34,75%
Praia Grande	55.018	83.445	99.168	130.046	755	4.841	6.554	1,37%	5,80%	6,61%
São Vicente	83.431	101.495	105.946	119.668	9.690	24.054	27.664	11,61%	23,70%	26,11%
Santos	130.478	144.501	162.428	167.478	5.998	10.764	14.375	4,60%	7,45%	8,85%
total Baixada	423.417	526.841	571.738	667.945	49.000	83.492	95.809	11,57%	15,85%	16,76%

Fonte: Censos de 2000,2010 e 2022; IBGE, 2020

Entre os 9 municípios da Baixada Santista, apenas Mongaguá não apresenta favela no seu tecido urbano. Até 2010, 3 municípios da Baixada não tinham favelas: Mongaguá, Itanhaém e Peruibe. Já em 2019, nota-se um favelamento incipiente nestes dois últimos municípios. Entre os outros, em Cubatão há uma redução de mais de 1000 unidades habitacionais em favelas, o que se reflete num percentual, em 2019, menor que o de 2010.

Tabela 6: Região Metropolitana da Baixada Santista: taxas de crescimento dos domicílios totais e favelados

municípios	taxas de crescimento			
	domicílios totais		domicílios favelados	
	2000-2010	2010-2022	2000-2010	2010-2019
Bertioga	5,56%	3,84%	6,51%	4,10%
Mongaguá	4,04%	3,33%	0,00%	0,00%
Itanhaém	3,28%	3,44%	0,00%	100,00%
Peruibe	3,09%	0,42%	0,00%	100,00%
Cubatão	1,97%	0,79%	4,99%	-0,89%
Guarujá	1,67%	1,32%	1,77%	1,22%
Praia Grande	4,25%	3,77%	20,42%	3,42%
São Vicente	1,98%	1,38%	9,52%	1,57%
Santos	1,03%	1,24%	6,02%	3,27%
total Baixada	2,21%	2,00%	5,47%	1,54%

Fonte: Censos Demográficos de 200,2010 e 2022: IBGE, 2020

Nota-se, pela Tabela 6, que as taxas de crescimento dos domicílios favelados eram mais altas que a dos domicílios totais na década de 2000, mas nos anos 2010, embora a proporção de favelados tenha aumentado, a taxa de crescimento das casas em favela é de 1,54% anuais, enquanto a dos domicílios totais é de 2% ao ano. O aumento de favelas na Praia Grande na década de 2000-2010 foi impressionante, com taxa anual de mais de 20%, atingindo uma proporção de 30,40% dos domicílios totais. Este aumento decresceu muito entre 2010 e 2019, com taxa ainda alta, de 3,42% ao ano, menor que a taxa dos domicílios totais, de 3,77% ao ano. De certa forma, as favelas estão crescendo bem menos na Praia Grande.

Mesmo no Guarujá, onde a percentagem de domicílios favelados é alta (quase 35% do total de casas em 2019) as taxas se reduziram. Santos, o polo da Região Metropolitana da Baixada Santista, ainda apresenta taxas elevadas (2,64 vezes a taxa total), chegando a uma proporção de quase 9% de suas moradias em favelas. E Bertioga, Cubatão, Guarujá e São Vicente apresentam mais de 25% de seus domicílios em favelas.

Região Metropolitana de Campinas

Na Região Metropolitana de Campinas a proporção de moradias faveladas vem diminuindo desde os anos 2000: era 5,44% dos domicílios, passando a 5,08% em 2010 e a 4,33% em 2019, embora em números absolutos tenha aumentado 8.448 unidades habitacionais entre 2000 e 2010 e 6.377 entre 2010 e 2019.

Nesta unidade territorial apresentam favelas os municípios de Americana, Campinas, Cosmópolis, Hortolândia e Sumaré, ou seja, 5 municípios entre os 20 (25% dos municípios). A cidade polo, Campinas, tem visto sua proporção de domicílios favelados diminuir a cada década, embora o número absoluto cresça, de 31 mil, para 40 mil em 2010 e para 44,6 mil em 2019. As cidades com favelas são as maiores da região, Campinas, Hortolândia, Sumaré e agora, nesta década, Americana. A exceção é Cosmópolis, com apenas pouco mais de 20 mil moradores, e com 2,73% dos seus domicílios em favela.

Tabela 7: Região Metropolitana de Campinas: domicílios totais e favelados, 2000 a 2022

municípios	domicílios totais				domicílios favelados			proporção de domicílios favelados		
	2000	2010	2019	2022	2000	2010	2019	2000	2010	2019
Americana	52.394	67.373	98.938	89.207	0	0	120	0,00%	0,00%	0,13%
Artur Nogueira	8.272	12.249	14.624	18.150	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Campinas	280.359	345.311	410.559	429.384	31.883	40.097	44.676	11,37%	11,61%	10,40%
Cosmópolis	11.886	17.212	20.185	21.683	122	219	592	1,03%	1,27%	2,73%
Engenheiro Coelho	1.828	3.318	5.668	6.884	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Holambra	1.082	2.453	3.896	5.171	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Hortolândia	40.381	55.393	69.173	80.803	724	771	1.125	1,79%	1,39%	1,39%
Indaiatuba	39.755	60.732	79.305	90.752	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Itatiba	19.625	29.307	40.080	43.931	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Jaguariuna	6.994	13.182	18.614	21.443	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Monte Mor	9.043	13.808	17.839	22.385	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Morumbaga	3.349	4.230	3.957	5.600	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Nova Odessa	11.520	15.563	22.709	22.197	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Paulínia	13.745	24.222	32.170	37.896	0	98	0	0,00%	0,40%	0,00%
Pedreira	9.381	12.625	14.065	15.759	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Santa Bárbara d'Oeste	46.302	54.522	66.993	66.074	333	155	0	0,72%	0,28%	0,00%
Santo Antônio da Posse	4.057	5.755	6.648	7.986	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Sumaré	53.332	73.026	91.204	98.548	2.026	2.196	3.400	3,80%	3,01%	3,45%
Valinhos	22.247	32.109	43.864	46.372	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Vinhedo	12.595	19.242	25.355	27.481	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
RMCampinas total	648.147	861.632	1.085.846	1.157.706	35.088	43.536	49.913	5,41%	5,05%	4,31%

Fonte: Censos Demográficos de 2000, 2010, 2022 e IBGE, 2020

Região Metropolitana Vale do Paraíba Litoral Norte

Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba /Litoral Norte a proporção de domicílios favelados era pequena em 2000 (0,34%), continuava pequena em 2010 (1,11%), mas aumenta fortemente em 2019 (2,46%). O número de domicílios favelados aumentou 3 vezes entre 2000 e 2010 e 4,5 vezes entre 2010 e 2019. Apenas 3 municípios 20200 tinham favelas (Caçapava, Jacareí e São Jose dos Campos.) Em 2010, além destes 3, surgiram domicílios favelados em Taubaté. Em 2019, entre os 39 municípios da unidade territorial, 14 mostram favela no seu tecido urbano.

São Sebastião aparece com um total alto de domicílios favelados, de mais de 6 mil, mostrando um tecido urbano com mais de $\frac{1}{4}$ das moradias em favelas. Deve ser lembrado que o município foi um dos mais castigados pelas enchentes e deslizamentos de terra nos últimos anos. No Litoral Norte, Caraguatatuba, com 1.376 casas favelas, Ubatuba, com 3.029 e Ilha Bela, com 1.612 9 dados de 2019) mostram que estâncias turísticas são exemplo claro de segregação, com casas de veraneio bastante luxuosas e moradias em favelas vizinhas.

Até 2010, de alguma forma, a favelização se concentrava nos municípios mais industrializados, sobretudo no polo industrial e maior município da região. Na última década, percebe-se uma favelização nas cidades ligadas ao lazer, tanto nas montanhas (como Campos do Jordão) como no litoral (Caraguatatuba, Ubatuba e Ilha Bela)

Tabela 8: Região Metropolitana Vale do Paraíba/Litoral Norte: domicílios totais e favelados, 2000 a 2022

municípios	domicílios totais			
	2000	2010	2019	2022
Aparecida	8.906	10.180	10.808	11.364
Arapei	526	608	858	885
Areias	615	726	1.174	1.231
Bananal	2.001	2.639	3.528	3.710
Caçapava	18.848	23.434	28.169	33.656
Cachoeira Paulista	5.770	7.415	10.280	10.905
Campos do Jordão	11.320	14.216	138.911	16.144
Canas	762	1.127	1.305	1.575
Caraguatatuba	21.215	30.696	37.919	48.634
Cruzeiro	18.883	22.531	26.462	26.776
Cunha	3.112	3.949	7.789	8.574
Guaratinguetá	26.759	32.576	36.214	41.905
Igaratá	1.631	2.233	3.040	3.926
Ilhabela	5.667	8.956	9.146	12.710
Jacareí	49.530	63.313	83.530	85.076
Jambeiro	535	792	1.958	2.297
Lagoinha	842	1.083	1.973	2.079
Lavrinhas	1.314	1.709	2.023	2.392
Lorena	20.267	24.403	28.155	30.025
Monteiro Lobato	403	554	1.267	1.568
Natividade da Serra	861	1.010	2.306	2.838
Paraibuna	1.920	2.206	5.645	6.628
Pindamonhangaba	30.632	41.417	50.375	57.994
Piquete	3.848	4.127	4.448	4.570
Potim	3.325	4.589	4.665	5.742
Queluz	2.000	2.552	3.091	3.249
Redenção da Serra	454	704	1.964	1.680
Roseira	2.062	2.713	3.161	3.637
Santa Branca	3.183	3.698	4.412	5.161
Santo Antonio do Pinhal	821	1.195	2.381	2.606
São Bento do Sapucaí	1.365	1.640	3.480	4.289
São José do Barreiro	715	940	1.316	1.446
São José dos Campos	142.789	185.640	233.815	248.026
São Luis do Paraitinga	1.796	2.030	3.451	4.165
São Sebastião	16.125	23.503	23.735	28.961
Silveiras	652	848	1.817	2.230
Taubaté	64.114	82.047	99.611	112.842
Tremembé	7.505	9.883	14.145	15.160
Ubatuba	17.745	24.493	29.188	34.009
VPLN total	500.818	648.375	927.515	890.665

Região Metropolitana de Sorocaba

A Região Metropolitana de Sorocaba também apresentava proporção pequena de domicílios favelados em 2000 (0,12% e 2010 (0,20%). Mas já acusava aumento entre 2000 e 2010, de 500 domicílios para 1.126 casas faveladas. Este aumento se acentuou entre 2010 e 2019, para um total, em 2019, de 6.285 casas faveladas, que perfazem 0,96% do total de domicílios da região. Assim o número de unidades faveladas aumentou 2,25 vezes entre 2000 e 2010 e 5,6 vezes entre 2010 e 2019. Vala a pena observar que o fenômeno favela está se estendendo pelas regiões metropolitanas da MMP. Em 2000, apenas Votorantim apresentava favelas no teu tecido urbano; em 2010, já apareciam em Itu, além de Votorantim e em 2019, surgem em Cesário Lange, Ibiúna, Itu, Salto, São Roque, Sorocaba e Tatuí, De um município em 2000, para 7 municípios, 20 anos depois.

Tabela 9: Região Metropolitana de Sorocaba: domicílios totais e favelados, 2000 a 2022

municípios	domicílios totais				domicílios favelados			% domicílios favelados		
	2000	2010	2019	2022	2000	2010	2019	2000	2010	2019
Alambari	973	1526	1.714	2.139	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Alumínio	4045	4990	4.732	5.944	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Araçariguama	2885	4940	5.221	7.399	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Araçoiaba da Serra	5551	8572	13.491	11.778	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Boituva	9282	14743	16.389	21.719	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Capela do Alto	3851	5245	5.194	7.119	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Cerquillo	8275	12206	13.191	15.904	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Cesário Lange	3371	4471	4.594	6.140	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Ibiúna	16637	21441	24.025	26.134	0	0	272	0,00%	0,00%	1,13%
Iperó	4606	7796	7.966	11.765	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Itapetininga	33424	42816	46.634	54.547	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Itu	36260	46545	53.542	59.545	0	323	755	0,00%	0,69%	1,41%
Jumirim	587	885	987	1.002	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Mairinque	10736	12986	12.880	17.003	0	0	45	0,00%	0,00%	0,35%
Piedade	12899	15438	19.181	19.056	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Pilar do Sul	6223	7808	8.728	9.571	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Porto Feliz	12252	14566	15.809	18.661	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Salto	25463	31883	39.804	46.795	0	0	30	0,00%	0,00%	0,08%
Salto de Pirapora	8948	11495	13.060	15.302	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
São Miguel Arcanjo	7772	9485	10.401	11.243	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
São Roque	18333	23766	24.186	28.469	0	0	823	0,00%	0,00%	3,40%
Sarapuá	2166	2835	3.132	3.710	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Sorocaba	135214	178871	216.764	261.509	0	0	3.146	0,00%	0,00%	1,45%
Tapiraí	2261	2353	2.393	2.812	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Tatuí	25580	32529	38.520	44.201	0	0	120	0,00%	0,00%	0,31%
Tietê	8849	11493	11.510	13.834	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Votorantim	25384	31994	41.957	44.335	500	803	1.094	1,97%	2,51%	2,61%
RM Sorocaba	431827	563.678	656.005	767.636	500	1126	6.285	0,12%	0,20%	0,96%

Fonte: Censos Demográficos de 2000, 2020 e 2022; IBGE, 2020

Aglomeración Urbana de Jundiaí

A aglomeração Urbana de Jundiaí apresenta a maior taxa decréscimo domiciliar entre as unidades territoriais da macrometrópole entre 2000 e 2010, de 3,79% ao ano. Esta taxa se mantém alta entre 2010 e 2022, com valor de 3,20% anuais. A unidade territorial com taxa imediatamente inferior é a Unidade Regional Bragantina, com taxa no período 2010-2022 de 2,81% anuais. A macrometropole como um todo tem seu crescimento domiciliar em 2,14% ao ano.

Trata-se de unidade territorial com crescimento forte, tanto populacional como econômico. Trabalho anterior das Autoras (PASTERNAK E BOGUS, 2019), já comentava a mudança no perfil ocupacional de Jundiaí. A proximidade com o município de São Paulo e os preços menores de seu parque imobiliário tem atraído camadas altas e médias. De outro lado, estes fortes aumentos do número de moradias, sobretudo na década de 2000-2010 (quase 75 mil na década) atraiu também camadas populacionais ligadas a serviços pessoais, com pouco poder aquisitivo, que vão se localizar em terrenos invadidos por falta total de opção de moradias públicas no mercado privado. Nas favelas, o aumento de domicílios nos anos 2010 foi de mais de 3.800.

A proporção dos domicílios favelados no total de casas aumente de 2,32% em 2000, para 3,98% em 2010, alcançando 3,56% em 2019. Se, até o ano 200, só se percebiam favelas em Jundiaí e em Várzea Paulista, em 2019 elas já aparecem em Cabreúva e em Campo Limpo Paulista. Nesta unidade regional também, além do aumento da proporção de domicílios favelados, vão existir mais municípios com a presença desse tipo de assentamento

Tabela 10: Aglomeração Urbana de Jundiaí: domicílios totais e favelados, 2000 a 2022

municípios	domicílios totais				domicílios favelados			% de domicílios favelados		
	2000	2010	2019	2022	2000	2010	2019	2000	2010	2019
Cabreúva	7.319	10.852	12.470	15.550	0	0	260	0,00%	0,00%	1,67%
Campo Limpo Paulista	16.303	21.958	28.102	26.667	0	0	293	0,00%	0,00%	1,10%
Itupeva	5.178	11.621	19.938	23.690	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Jarinu	2.963	5.507	12.686	12.965	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Jundiaí	86.263	113.581	157.848	163.147	4.102	4.972	5.956	4,76%	4,38%	3,65%
Louveira	5.805	10.666	15.159	17.930	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Várzea Paulista	24.466	31.612	34.261	40.492	298	1.155	3.486	1,22%	3,65%	8,61%
total AU Jundiaí	148.297	205.797	280.464	300.441	3.440	6.127	9.995	2,32%	2,98%	3,33%

Fonte: Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022; IBGE, 2019

Aglomeração Urbana de Piracicaba

A aglomeração urbana de Piracicaba também apresenta percentual reduzido de favelados, de, 1,06% do total de domicílios em 2000, subindo para 1,25% em 2010 e tornando a descer para 0,57% em 2019, Na década de 2010 nota-se inclusive uma diminuição do número absoluto de domicílios favelados, que desaparecem em Laranjal Paulista, diminuem em Capivari e em Piracicaba, embora surjam em Cordeirópolis, Rio Claro e São Pedro. Mas, sintetizando o fenômeno favela na Aglomeração Urbana Piracicaba, ele surge como expressão quantitativa maior só no polo da unidade territorial, o município de Piracicaba, com 1,65% dos seus domicílios, ou seja, uma proporção ainda pequena.

Tabela 10: Aglomeração Urbana de Piracicaba: domicílios totais e favelados, 2000 a 2022

município	domicílios totais				domicílios favelados		
	2000	2010	2019	2022	2000	2010	2019
Águas de S Pedro	611	990	988	1.153	0	0	0
Analândia	983	1.375	1.429	1.679	0	0	0
Araras	28.426	36.330	48.262	47.974	0	0	0
Capivari	10.898	984	15.715	17.193	0	729	160
Charqueada	3.437	4.413	4.401	5.340	0	0	0
Conchal	5.958	7.147	7.095	9.455	0	0	0
Cordeirópolis	4.867	6.421	7.552	8.530	0	0	125
Corumbataí	1.054	1.214	1.395	1.458	0	0	0
Elias Fausto	3.585	4.416	4.539	5.967	0	0	0
Ipeúna	1.186	1.776	1.992	2.392	0	0	0
Iracemópolis	4.255	5.948	7.139	7.543	0	0	0
Laranjal Paulista	6.200	7.940	7.942	12.077	0	466	0
Leme	21.863	27.920	32.758	35.750	0	0	0
Limeira	69.218	84.414	101.206	104.444	0	0	0
Mombuca	790	941	947	1.232	0	0	0
Piracicaba	92.674	112.724	136.319	155.428	3479	3768	2.249
Rafard	2.228	2.524	2.835	3.101	0	0	0
Rio Claro	47.269	59.727	75.364	74.084	0	0	30
Rio das Pedras	6.110	8.690	8.701	10.674	0	0	0
Saltinho	1.620	2.163	2.401	2.915	0	0	0
Santa Gertrudes	4.376	6.650	7.224	8.141	0	0	0
Santa Maria da Serra	1.290	1.682	1.680	1.854	0	0	0
S Pedro	8.097	10.385	11.783	13.923	0	0	226
AU Piracicaba total	326.995	396.774	489.667	532.307	3479	4963	2.790

Fonte: Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022; IBGE, 2020

Unidade Regional Bragantina

Na Unidade Regional Bragantina, até 2020, apenas o município de Atibaia apresentava favelas, com 295 domicílios em 2000 e 354 em 2010. Em 2019 este número de domicílios praticamente triplicou. Além disso, em Bom Jesus dos Perdões, onde não havia favelas até 2010, surgem 30 unidades domiciliares faveladas. De qualquer forma, a proporção de unidades faveladas no total de domicílios da Unidade Regional Bragantina é pequena: 0,33% em 2000, 0,30% em 2010 e 0,59% em 2019.

Tabela 12: Unidade Regional Bragantina - Domicílios totais e favelados, 2000 a 2022

municípios	domicílios totais				domicílios favelados		
	2000	2010	2019	2022	2000	2010	2019
Atibaia	30315	38353	52.510	56.521	295	354	921
Bragança Paulista	34359	44635	65.614	63.444	0	0	0
Bom Jesus dos Perdões	3513	6120	7.999	7.695	0	0	30
Joanópolis	3115	3891	5.106	4.663	0	0	0
Nazare Paulista	3983	5190	7.258	6.724	0	0	0
Pedra Bela	1579	1831	2.585	2.462	0	0	0
Pinhalzinho	3189	4219	5.407	5.651	0	0	0
Piracaia	6307	7825	9.811	9.524	0	0	0
Tuiuti	1402	1895	2.335	2.527	0	0	0
Vargem	1990	2779	3.308	3.660	0	0	0
UR Bragantina	89752	116738	161.933	162.871	295	354	951

Fonte: Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022; IBGE, 2020

Sumarizando:

- As taxas de crescimento domiciliar na macrometropole aumentaram entre a década de 2000 e o intervalo 2010- 2022, de 2,08% ao ano para 2,14% ao ano, um aumento de 2,63%. No Brasil, neste mesmo intervalo, a taxa de crescimento domiciliar caiu -0,21% e no estado de São Paulo a taxa diminuiu 0,08%.
- De outro lado, as taxas de crescimento dos domicílios favelados apresentam valores grandes: no Brasil, entre 2000 e 2010, foi de 6,93% ao ano; entre 2010 e 2019, manteve-se elevado, no valor de 5,29% anuais. Para o estado de São Paulo, a taxa de incremento dos domicílios favelados entre 2010 e 2019 atingiu 4,01% ao ano, enquanto na macrometrópole elevou-se de 3,84% anuais entre 2000 e 2010, para 3,96% ao ano entre 2010

e 2019. Percebe-se que as taxas de crescimento dos domicílios favelados têm ultrapassado as taxas dos domicílios totais.

- A população da macrometropole paulista atingiu 33.132.100 pessoas em 2022, quando o estado de São Paulo teve 44.420.459 residentes (74,59% na macrometropole). Em relação aos domicílios, o estado de São Paulo, em 2022, apresentou 19.605.375 domicílios particulares permanentes, e a MMP, 14.499.585 (73,98% dos domicílios). Como já foi colocado, entre estes domicílios, 7,93% eram favelados em 2019.
- Repetindo, a maior proporção de domicílios em favela na MMP está na Região Metropolitana da Baixada Santista (16,76%). Logo após computa-se a Região Metropolitana de São Paulo, com 13,51% das unidades habitacionais em favelas. Na Região Metropolitana de Campinas a proporção diminui para 4,60%, acima do percentual de 3,56% da Aglomeração Urbana de Jundiaí. Percebe-se também um crescimento do percentual de unidades faveladas na Região Metropolitana de Vale da Paraíba/Litoral Norte, que atinge 2,46% em 2019. Nas outras unidades regionais, embora crescente em relação a 2010, a proporção de domicílios favelados é pequena. Mas vale a pena notar que o número de municípios com favela em 2019 (77) é bem superior ao de 2010 (40).
- Uma questão se coloca com clareza: o quanto deste aumento de domicílios dos chamados assentamentos subnormais se deveu à melhoria e atualização das bases do IBGE em 2010, quando este instituto contou com fotos de satélite para apurar a coleta de dados, e quanto foi devido a um real aumento de favelados? Em 2019 a contagem preliminar foi feita dentro da grade de 2010. Segundo técnicos, na região Sudeste o levantamento de 2000 era bastante satisfatório, sendo que as bases de 2010 não acusaram grande diferença. De qualquer forma, para 2022, é mais prudente aguardar os resultados do Censo de 2022.

ASPECTOS URBANÍSTICOS DAS FAVELAS METROPOLITANAS

O Censo de 2010 fez um levantamento urbanístico com questões sobre capacidade de circulação da via, equipamentos, calçadas, pavi-

mentação e arborização. das favelas brasileiras, através de questionário específico, publicando a chamada Leitura Territorial. Não há dados mais recentes sobre estes aspectos. O Censo de 2022 Realizou uma pesquisa urbanística do entorno dos domicílios, com questões sobre capacidade de circulação e equipamentos das vias, calçadas e arborização. Não foi repetida a pesquisa urbanística específica das favelas.

Como é o único levantamento urbanísticos do tecido favelado disponível até agora, para toda a região da macrometrópole, achamos conveniente sumariá-lo, a fim de fornecer um retrato das favelas em cada unidade regional, ao menos até 2010

A tabela 13 mostra que 23,73% dos domicílios favelados na macrometropole alocavam-se, em 2010, em terrenos com declive acentuado, ou seja, são 176 mil unidade habitacionais sujeitas a deslizamentos (cerca de 550 mil pessoas). Em termos proporcionais, a situação mais grave se dá na Região Metropolitana de Sorocaba (onde metade dos domicílios favelados encontram-se nesta situação) e na Aglomeração Urbana de Jundiaí, com 30% das moradias faveladas sujeitas a deslizamentos. Mas é na Região Metropolitana de São Paulo onde 166 mil unidades de habitação, que abrigam mais de 530 mil pessoas, quase 3% da população da metrópole paulista em 2010, devem ser retiradas por se situarem em terrenos de alta declividade que apresentam perigo de escorregamento

Tabela 13: Macrometropole paulista: declividade dos terrenos das favelas, 2010

unidades territoriais	domicílios ocupados em aglomerados subnormais							
	Plano		declive moderado		declive acentuado		total de domicílios	
RM São Paulo	205 156	34,39%	225 293	37,77%	166 030	27,84%	596 479	100,00%
RM Baixada Santista	71 971	86,15%	9 568	11,45%	2 004	2,40%	83 543	100,00%
RM Campinas	15 036	34,56%	24 170	55,55%	4 302	9,89%	43 508	100,00%
RM Vale do Paraíba e LN	2 391	77,73%	326	10,60%	359	11,67%	3 076	100,00%
RM Sorocaba	247	21,94%	322	28,60%	557	49,47%	1 126	100,00%
AU Jundiaí	2 728	44,18%	1 577	25,54%	1 870	30,28%	6 175	100,00%
AU Piracicaba	919	18,52%	3 723	75,02%	321	6,47%	4 963	100,00%
Unidade Regional Bragantina		0,00%	354	100,00%		0,00%	354	100,00%
total MMP	298 448	40,37%	265 333	35,89%	175 443	23,73%	739 224	100,00%
total Estado de São Paulo	304 403	40,65%	268 467	35,85%	175 931	23,50%	748 224	100,00%

Fonte Censo Demográfico de 2010- Leitura Territorial

Tabela 14: Macrometropole paulista: localização das favelas, 2010

unidades territoriais	margens de córregos rios ou lagos/lagoas	sobre córregos, lagos ou mar (palafitas)	prais/dunas	manguezal	unidades de conservação	aterros anitários, lixões áreas contaminadas			
RM São Paulo	24,91%	1,53%	0,00%	0,00%	1,71%	0,33%			
RM Baixada Santista	6,63%	6,26%	1,30%	6,32%	1,95%	0,34%			
RM Campinas	41,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			
RM Sorocaba	56,31%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			
AU Jundiaí	49,54%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			
AU Piracicaba	33,79%	0,00%	0,00%	0,00%	50,13%	0,00%			
UR Bragantina	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%			
total MMP	24,13%	1,95%	0,15%	0,72%	1,95%	0,36%			
total Estado São Paulo	24,11%	1,92%	0,15%	0,70%	1,96%	0,35%			

unidades territoriais	rodovia	Ferrovia	gasodutos e oleodutos	linhas de alta tensão	encosta	colina suave	plano	outros	total
RM São Paulo	0,85%	0,76%	0,38%	1,81%	24,78%		52,56%	19,60%	3,06%
RM Baixada Santista	4,49%	1,29%	0,40%	0,55%	3,07%		37,75%	58,07%	1,11%
RM Campinas	0,00%	4,49%	0,00%	0,00%	9,34%		48,39%	25,29%	16,98%
RM Sorocaba	6,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		62,52%	21,94%	15,54%
AU Jundiaí	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	19,74%		69,81%	0,00%	10,45%
AU Piracicaba	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	13,16%		83,92%	0,00%	2,92%
UR Bragantina	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		100,00%	0,00%	0,00%
total MMP	1,22%	1,03%	0,36%	1,53%	21,23%		51,03%	24,00%	3,74%
total Estado São Paulo	1,22%	1,08%	0,35%	1,51%	21,18%		50,80%	24,31%	3,71%

Fonte: Censo Demográfico de 2010- Leitura Territorial

Cerca de 178 mil domicílios favelados, ou quase 700 mil pessoas, em 2010, moravam em margens de cursos d'água, sujeitos a alagamentos e solapamentos, além da contaminação provável destes córregos/rios/lagos. Nas unidades territoriais de Campinas, Sorocaba, Jundiaí e Piracicaba esta proporção era superior a 30%, mostrando um grande risco à saúde pública. Na metrópole de São Paulo o percentual de 25% de casas margeando cursos d'água alcança 25%, o que representam 177.600 casas, 562 mil pessoas em situação de perigo.

Para a macrometropole como um todo, fatores locais como declividade acentuada e localização às margens de córregos/rios/lagos colocavam em perigo cerca de 1,25 milhão de pessoas. A ocupação de terras inadequadas pela população pobre em busca de moradia gerou risco forte à saúde e sobrevivência deste grupo populacional, o que demandaria atuação imediata do poder público.

Outro risco à saúde pública estava nos 2.600 domicílios localizados em áreas contaminadas: lixões, aterros, terra contaminada, a maior parte deles na metrópole de São Paulo. Mas chama a atenção que as 354 unidades de moradia faveladas em Atibaia estavam em área contaminada.

A Tabela 15 mostra a grande verticalização das moradias faveladas, onde mais de 50% das unidades da macrometropole apresentavam mais de um pavimento. Este fenômeno, entretanto, se dava basicamente na Região Metropolitana de São Paulo, onde 62,29% (mais

de 371 mil moradias faveladas) tinham mais de um andar em 2010. Esta proporção foi influenciada pelas unidades alugadas no polo, onde apenas 30,5% eram térreas. Nas outras unidades territoriais, dominavam as moradias térreas, Na Baixada Santista aparecia uma ligeira verticalização, com 1869 casas com mais de um andar, e na Região Metropolitana de Campinas 307 habitações tinham dois andares. Pela observação atual, a verticalização continua forte nas favelas da metrópole paulistana, sobretudo no seu polo.

A mudança nos materiais de construção, com a introdução de lajes de concreto e alvenaria de bloco, aliada à falta de espaços vagos mesmo nas favelas, resultou num tecido verticalizado, bem distinto das favelas dos anos 1960, horizontais e em madeira. Este fenômeno intensificou-se na década seguinte, sobretudo na cidade de São Paulo, onde se enxergam pequenos prédios, não raro para alugar. Na Baixada Santista isso começa a ser visto, assim como em Campinas. É provável que nas outras unidades territoriais a favela clássica, horizontal, domine, mas provavelmente já com o uso de alvenaria.

Tabela 15: Macrometropole paulista - domicílios em favela, por número de pavimentos

unidades territoriais	um pavimento		dois pavimentos		três pavimentos ou mais		total	
RM São Paulo	224.928	37,71%	345.794	57,97%	25.757	4,32%	596.479	100,00%
RM Baixada Santista	81.674	97,76%	1.624	1,94%	245	0,29%	83.543	100,00%
RM Campinas	43.201	99,29%	307	0,71%	0	0,00%	43.508	100,00%
Rm Vale Paraiba L Norte	3.076	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	3.076	100,00%
RM Sorocaba	1.126	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.126	100,00%
AU Jundiaí	5.228	84,66%	947	15,34%	0	0,00%	6.176	100,00%
AU Piracicaba	4.747	95,65%	216	4,35%	0	0,00%	4.963	100,00%
UR Bragantina	354	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	354	100,00%
total MMP	364.334	49,29%	348.888	47,20%	26.002	3,52%	739.224	100,00%
total Estado São Paulo	373.822	49,92%	348.977	46,60%	26.002	3,47%	748.801	100,00%

Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Leitura Territorial

A falta de espaço entre as unidades domiciliares é evidenciada pela Tabela 16: em 82,80% dos domicílios não há nenhum espaço entre eles. As grandes exceções são a Região Metropolitana de Sorocaba e a Aglomeração Urbana de Piracicaba, onde a existência de espaçamento entre domicílios vai facilitar os trabalhos de urbanização e arruamento. Na Região Metropolitana de Campinas também existiam, em 2010, quase 20 mil domicílios favelados, entre o total de 43,5, que também

apresentam espaçamento. Já nas favelas do Vale do Paraíba/Litoral Norte a densidade de construção era grande, assim como na metrópole de São Paulo e Baixada Santista. A favela do município de Atibaia, além de se localizar em aterro sanitário, era extremamente densa. Esta densidade se refletia na existência de vias de circulação (Tabela 16). Na Unidade Regional de Bragantina a favela não tem ruas, apenas becos. Nas favelas do Vale do Paraíba/Litoral Norte, embora haja pouco espaçamento, a presença de ruas permitia a circulação. Nas favelas de São Paulo e da Baixada Santista, predominavam os becos e travessas. Na capital de São Paulo, a situação era ainda mais precária, com 64% dos domicílios se abrindo para becos e 3,3% para escadarias. E os 13 mil domicílios da Grande São Paulo e os 1400 da Região Metropolitana de Campinas que não tem nenhum acesso à via de circulação com certeza deveriam ter sido realocados.

Tabela 16: Macrometropole paulista. Existência de tipos de acesso

unidades territoriais	rua	beco/ travessa	escadaria	rampa	passarela/pinguela	trilha	sem circulação	total
RM São Paulo	201.629 33,80%	348.914 58,50%	19.683 3,30%	797 0,13%	1.432 0,24%	10.742 1,80%	13.282 2,23%	596.479 100,00%
RM Baixada Santista	29.552 35,37%	48.584 58,15%	936 1,12%	0 0,00%	1.574 1,88%	2.153 2,58%	744 0,89%	83.543 100,00%
RM Campinas	27.664 63,58%	12.611 28,99%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	1.761 4,05%	1.472 3,38%	43.508 100,00%
Rm Vale Paraíba L Norte	2.329 82,79%	484 17,21%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	2.813 100,00%
RM Sorocaba	252 22,38%	874 77,62%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	1.126 100,00%
AU Jundiá	545 8,83%	5.560 90,04%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	70 1,13%	6.175 100,00%
AU Piracicaba	4.484 90,35%	330 6,65%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	149 3,00%	0 0,00%	4.963 100,00%
UR Bragantina	0 0,00%	354 100,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	0 0,00%	354 100,00%	
total MMP	266.455 36,06%	417.711 56,53%	20.619 2,79%	797 0,11%	3.006 0,41%	14.805 2,00%	15.568 2,11%	738.961 100,00%
total Estado São Paulo	269.899 36,04%	422.873 56,47%	20.619 2,75%	848 0,11%	3.006 0,40%	15.479 2,07%	16.077 2,15%	748.801 100,00%

Fonte Censo demográfico de 2010- Leitura Territorial

O arruamento deficiente leva a problemas de acessibilidade: na macrometropole, apenas 35,79% podiam ser acessados por caminhão ou automóvel. Na Baixada Santista, Sorocaba e Jundiá a situação torna-se calamitosa, dado que mais de 60% das unidades domiciliares só podiam ser acessadas a pé ou com bicicleta. Na Região Metropolitana de São Paulo o cenário mais precário vai existir na capital, onde 61% dos domicílios só conseguem ser acessados a pé ou com bicicleta. Isto gerava problemas para o transporte de mercadorias e de pessoas doentes ou com dificuldade de locomoção, além de dificultar passagem de carros de polícia, bombeiros, ambulâncias

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de olhar para além da metrópole, dado o momento atual de dispersão urbana, trouxe junto a questão inicial: como seria a precariedade habitacional neste novo espaço analítico? Esta precariedade, expressa pelas favelas, aumentou na década? E onde aumentou?

A leitura dos dados dos assentamentos subnormais- *proxy das favelas* – mostrou um forte aumento dos domicílios favelados entre 2000 e 2010, com o número de domicílios em favelas aumentando mais de 233 mil unidades domiciliares na década. Dados preliminares de 2019 mostram que o aumento continua forte, sendo que nos 9 anos de intervalo o incremento de unidades faveladas foi de 311 mil domicílios, cerca de 37 % do incremento domiciliar na macrometropole. A macrometropole concentrava 98,81% das casas faveladas da MMP em 2019. A favela é, assim, um fenômeno macrometropolitano.

As taxas de crescimento dos domicílios favelados têm sido maiores que as taxas de crescimento dos domicílios totais: entre 2000 e 2010, ela foi 1,6 vezes maior que a dos domicílios totais. Entre 2010 e 2019, foi de 1,34 vezes a dos domicílios totais.

Este crescimento não se deu de maneira uniforme em todo o tecido urbano metropolitano. Na Região Metropolitana de São Paulo é onde se concentram a maior parte dos domicílios favelados (80,28% em 2010 e 90,62% em 2019). Assim, apesar das favelas estarem se espalhando pela macrometropole, a proporção de domicílios favelados aumenta na Região Metropolitana de São Paulo. A pobreza se concentra no antigo polo industrial.

A taxa de crescimento dos domicílios favelados na RMSP entre 2010 e 2019 alcança 5,37% anuais. Na Região Metropolitana da Baixada Santista, ela era 5,48% ao ano na década de 2000, e entre 2010 e 2019 se reduz para 1,53% anuais, embora a Baixada continue com grande proporção de domicílios em favela. As taxas de crescimento dos domicílios favelados entre 2010 e 2019 nas Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba, Sorocaba e Na UR Bragantina atingem valores altos (18,30%, 21,05% e 11,64%, respectivamente), mas como o número absoluto inicial nestes locais é ainda baixo, isso não se reflete num crescimento absoluto tangível. A única taxa notável de crescimento das unidades residenciais faveladas se dá na Aglomeração Urbana

de Jundiaí, com 5,59% anuais entre 2000 e 2019. Nota-se também, no Vale do Paraíba/Litoral Norte, cidades turísticas tanto do litoral como da Mantiqueira se favelizando.

Em relação aos aspectos urbanísticos, dados de 2010 mostram que a maior parte dos assentamentos favelados se situavam em terrenos planos ou de declividade reduzida, embora naquela data percebia-se que cerca de 550 mil pessoas estavam sujeitas a deslizamentos e quase 700 mil pessoas moravam às margens de cursos d'água, sujeitas a inundações e solapamentos, além do problema da contaminação hídrica.

A verticalização era, em 2010, uma característica da metrópole de São Paulo. E parece continuar a ser, ao menos na cidade polo e no ABCD.

Em relação aos aspectos urbanísticos, a verticalização talvez seja a maior diferença entre os assentamentos da metrópole paulistana e das outras unidades territoriais. Mas a precariedade é o fator comum a todos os assentamentos. E, embora a pobreza esteja se concentrando na RMSP, o número de municípios com favelas na MMP traz um ponto de reflexão: estão as favelas se repetindo nas cidades menores, numa situação em que a precariedade está se mimetizando?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDAL, Alexandre (2009) São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista. São Paulo, Papagaio
- EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (2009) Estudo sobre a morfologia e hierarquia funcional da rede urbana paulista e para a regionalização do Estado de São Paulo para fins de planejamento. São Paulo
- DE MATTOS, Carlos (1999) Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existía sigue existiendo. EURE Revista latino-americana de Estudios Urbanos y Regionales 77, p 29-56
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia e Meio Ambiente. (2020) Aglomerados subnormais 2019. Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID- 19. Maio de 2020 (acesso em novembro de 2020)
- D'OTTAVIANO, Camila e PASTERNAK, Suzana (2015) Políticas recentes de melhoria urbana: municípios pequenos e médios e favelas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais v 17, nº 1, p 77-85
- D'OTTAVIANO, Camila; PASTERNAK, Suzana e BARBON, Angela Luppi (2019) Precariedade

habitacional na macrometropole paulista: um primeiro olhar a partir dos Níveis de Integração. Trabalho apresentado na XVII ENANPUR, Natal

GUEDDES, Peter (1994) Cidades em evolução. Campinas, Papirus

GOTTMANN, Jean (1961) Megalopolis. The urban northeastern seaboard of the United States. New York, The Twentieth Century Fund

LEFEBVRE, Henri (1970) La révolution urbaine. Paris, Gallimard

LENCIONE, Sandra (2020) Concepções da metamorfose metropolitana In BOGUS, L, PASTERNAK, S e MAGALHÃES, L. F. Aires (org) Metropolização, governança e direito à cidade: dinâmicas, escalas e estratégias. São Paulo, EDUC, no prelo

PASTERNAK, Suzana e BOGUS, Lucia (2019) Macrometropole paulista: estrutura sócio-ocupacional e tipologias dos municípios. Mudanças na primeira década dos anos 2000. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais vol 21,nº 2, p 431-450

SCOTT, Allen John; AGNEW, John; SOJA, Edward William e STORPER, Michel (2001) Global city-regions: an overview In SCLTT, Allen John (ed) Global city-regions: trends, Theory, Policy. New York, Oxford University Press, p 11-32

SOJA, Edward Willian (2000) Critical Studies of Cities and Regions. Oxford, Blackwell

SOJA, Edward Willian (2013) Para além da postmetropolis. Revista UFMG, nº 20, p 137-167

Mulheres e Direito à Cidade: Análise interseccional sobre a vida urbana na vivência da mobilidade

Mércia Maria Alves da Silva

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui posto traz a centralidade da questão social no urbano e o impacto na vida das mulheres, sobretudo as mulheres negras e populares, como elemento concreto que marca o contexto das cidades, mediados pela mobilidade urbana/transporte coletivo. Problematizamos, a partir da observação empírica, as condições e circunstâncias em que as mulheres, moradoras das periferias urbanas do Recife, circulam pela cidade considerando que esta é a expressão das desigualdades da sociedade capitalista, racista e patriarcal, apontando interdições, mas também resistências individuais e coletivas para se viver e conviver no ambiente controversos das cidades.

A crise urbana é verso e reverso de uma crise civilizatória, de opções de modelos econômicos/políticos que marcam, e redesenham os investimentos na cidade definindo para quem estão destinadas. É uma cidade para e com o mercado, razão pela qual os investimentos nas políticas urbanas, nos últimos 20 anos, revelam essas marcas produtivistas, sendo a mobilidade uma expressão de um crescente urbanismo corporativo.

Desde 2014 com os investimentos para realizar os jogos da Copa do Mundo nos entornos da Arena da Copa, grandes montantes foram investidos para “favorecer” os corredores da mobilidade e transporte público nas cidades, o que significou também empreendimentos imobiliários e comerciais. Ocorre que em meio aos inúmeros investimentos com recursos públicos, e no modelo de empreendedorismo urbano na parceria público-privado, vários problemas foram ocorrendo neste percurso, o principal deles: desocupações e perdas das moradias; precariedade do transporte com superlotação; aumento do tempo de deslocamento, e o incremento das violências sexista e racistas nestes territórios e adjacências; inúmeras interdições para as mulheres, em

razão da insegurança ao transitar na cidade, e viver a liberdade de ir e vir, o direito à cidade.

Consideramos que esta análise numa perspectiva feminista interseccional tem sua relevância por trazer elementos da vida cotidiana, tomando por referências as contribuições de Henri Lefebvre (1973, 2010) que expressam as dificuldades da experiência das mulheres na mobilidade urbana, que diz respeito ao ir e vir, ao trajeto cotidiano em razão da vida produtiva e da reprodução social e de cuidado, e que muitas vezes os estudos no campo sociológico, urbanista, serviço social, dentre outros campos acadêmicos, sobre a questão do transporte, mobilidade e tempo social gasto neste percurso é invisibilizado sob a perspectiva de gênero e racial. Ao falarmos da cidade, como território socialmente produzido, e como expressão das relações da produção e de reprodução do capital, é profundamente a marca do seu tempo e das relações sociais de classe, gênero e racial.

No entanto, é relevante compreender como o espaço social se revela como *lócus* de vivências e se desdobram no cotidiano do bairro, da comunidade, onde há uma vida pulsante, marcada por violações e resistências, e as mulheres são parte desta força produtiva e política na cidade. Recorrendo, portanto, as reflexões de Maricato (2013,2015) destacamos que a cidade é o espaço múltiplo e contraditório de vivências e de inúmeros conflitos sociais, por ser parte da disputa pelo capital-mercado, ou nas palavras de Harvey (2014), pela criatividade destrutiva do capital.

Essa dimensão também se explica porque as forças em disputa na comercialização da cidade, da cidade-mercadoria, muitas vezes com projetos negociados com o fundo público, sob o argumento de beneficiar a coletividade, intervêm na cidade em prol de uma perspectiva de desenvolvimento, cujo impacto só se avaliará a posteriori, a exemplo dos investimentos na mobilidade urbana pró Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas 2016.

É no espaço contraditório e desigual das cidades, como o *lócus* do vivido, que se experencia as desigualdades e as segregações, como também os distanciamentos dos sentidos reais do direito à cidade. **Di-
reito à cidade** aqui entendido como expressão da luta coletiva, para atender e dialogar com as necessidades coletivas, e por isso, é constitutiva de uma movimentação política que se contrapõe a perspectiva capitalista e neoliberal (Harvey, 2013). Em tempos atuais é uma dispu-

ta constante de sentidos porque a luta pelo direito à cidade é esforço coletivo para construir um novo patamar civilizatório, anticapitalista, onde a questão urbana e as lutas dos sujeitos sociais, em especial das mulheres, sejam visíveis nas cidades.

A perspectiva feminista crítica agrega à leitura sociourbana, da exploração e produção capitalista do espaço, a compreensão de que a dominação e a subordinação patriarcal, que estruturam as relações sociais de sexo/gênero determinam como homens e mulheres se inserem na estrutura da produção e reprodução social, conformando a divisão sexual e racial do trabalho e territorial, criando por conseguinte uma divisão socio e racial do espaço, reafirmada pela dicotomia na relação público-privado, e na maneira em que homens e mulheres ocupam e vivem na cidade na relação com as dimensões de classe, sexo/gênero e racial. E, de forma particular, os interditos cotidianos para as mulheres viverem os diversos espaços na cidade, diferente e desigualmente, a partir dessas intersecções no cotidiano da cidade.

A invisibilidade política das mulheres na história, e sua presença no cotidiano das cidades, se deve à naturalização e a clássica separação das esferas público e privado, afirmada pelo binarismo das relações de gênero na sociedade ao longo da história. Essa separação, acaba por reforçar que o mundo público, da política, da rua, não é das mulheres, e legitima as tarefas creditadas a estas como estritas ao trabalho doméstico e de cuidados, a casa. E, em pleno século XXI, a luta das mulheres, ainda, é para superar essas interdições da sua presença no espaço público, ainda marcado por infinitas contradições, como a sub-representação na política, desvalorização do trabalho, violência sexista e racial, sendo palco das reivindicações constantes do movimento de mulheres e feministas negras, sobretudo nesta conjuntura de recrudescimento do conservadorismo pelo real direito à cidade.

E, destacamos, mais adiante em diálogo com os elementos da investigação e exposição que as situações vivenciadas pelas mulheres, apontam para um crescente medo frente aos riscos de violências físicas - roubos, abusos sexuais, estupros - a qualquer hora do dia e em qualquer local, somado ao tempo, desgaste e exposição gerado pela precariedade dos transportes públicos e coletivos, na sua dinâmica cotidiana nas atividades da produção e reprodução social – doméstica e cuidados. Essas questões apontam para a crescente violência sexista que é geradora de medo e insegurança, e muitas vezes impeditivas

para a participação política, social, lazer e laboral das mulheres, sobretudo mulheres negras em virtude das maiores desigualdades que se colocam sobre os corpos negros racializados.

DIREITO À CIDADE E A MOBILIDADE URBANA: DESIGUALDADES DE GÊNERO E RACIAL NA VIVÊNCIA TERRITORIAL

A centralidade sobre às desigualdades de gênero no espaço urbano, em especial as interdições das mulheres negras em sua mobilidade na cidade, mediada pelo transporte público coletivo é de fundamental importância para desvelar as repercussões da estrutura patriarcal e racista no urbano e na vida dos sujeitos. Problematizamos como a cidade é expressão constitutiva, material e simbólica, do sistema de dominação-exploração (Saffioti, 2013) que se consolida por meio das desigualdades de classe, gênero e raça, promovendo processos segregatórios e de violência sexista profundamente racializados na vivência territorial.

Na totalidade da problemática urbana, o processo de urbanização determinado pelo sistema de acumulação de capital, ocorre a partir das formas de exploração-dominação, com repercussões múltiplas nas condições de vida dos/as trabalhadores/as e na luta de classes. Nestes termos, o alto custo da mobilidade com o preço da passagem, a forma mercadoria que permite esse deslocar-se na cotidianidade cidade, aponta como esses elementos são reveladores desse processo de mercantilização da vida nas cidades, com significativo impacto no poder aquisitivo da população trabalhadora, mas também pelo tempo-espaço gasto diariamente neste ir e vir pela inserção produtiva e reprodutiva.

A lógica e prevalência de urbanização do capital (Harvey, 2014) não só define a forma estrutural socioespacial das cidades, cujo domínio do poder das classes dominantes não se resume à organização administrativo-financeira, mas também se efetiva no plano da ideologia, construção de valores, representações, que erguem a materialidade, gentrificação; e também imaterial, como: monumentos, símbolos, as ruas e praças que transportam construções sociais, patriarcais da supremacia da branquitude para a disposição e ocupação deste espaço territorial.

E, a este se mescla, se articula, outras formas e perspectivas socio-políticas, que estruturam as relações sociais de classe, gênero e raça,

transformando o acesso à cidade como o “não lugar” para alguns sujeitos políticos, a exemplo das mulheres que em muitas situações vê-se como ‘forasteiras’ em seus próprios territórios, por muitas vezes por ser este um ambiente inóspito, indiferente às suas vivências, ao passo que também constroem resistências nesse processo para ocupar e viver os espaços da cidade.

Ao longo da argumentação para construção da problemática incorporamos as contribuições da produção crítica feminista e do feminismo negro decolonial e interseccional, para compreender as múltiplas expressões da questão social urbana na perspectiva de totalidade. Todas essas contribuições nos deram base para apreender as diversas e complexas expressões da questão social no urbano e seu impacto na vida das mulheres negras, na particularidade da mobilidade urbana em Recife.

A própria vivência na mobilidade urbana e a observação acerca da mobilidade de outras mulheres, notadamente das mulheres negras e periféricas, foram aos poucos se constituindo em reflexões decisivas para a elaboração do objeto de estudo. Problematizamos, as condições e circunstâncias em que as mulheres, sobretudo, as mulheres negras, moradoras das periferias urbanas do Recife, circulam pela cidade, marcada por insegurança e violências de gênero e raça. À primeira vista a circulação pela cidade, parece ter fluxo contínuo e linear, compartilhado igualmente entre homens e mulheres na vivência da cidade ao utilizar os meios de locomoção rodoviário.

Mas, as contribuições feministas antirracistas adensam essas reflexões ao trazer aportes conceituais e categoriais como a produção e reprodução social, a divisão social do trabalho que numa perspectiva decolonial e interseccional revelam a marca estrutura de um sistema de dominação-subordinação que é produtor de hierarquias que contribuem e adensam processos de desigualdades e uma divisão social, sexual, racial e espacial na vivência das cidades em sua re-produção para circularidade desse sistema-mundo que alijam sujeitos de uma vida urbana com habitabilidade real, o direito à cidade.

Essas chaves de leitura e a observação empírica, mediante os depoimentos das mulheres nos encontros e reuniões de organizações feministas na cidade, traziam sempre o desafio da mobilidade, em todas as circunstâncias de suas vidas. E, apontavam para diversas expressões das desigualdades na sociedade capitalista-patriarcal-racista,

geradoras de profundas interdições, inclusive para a circulação, mas também na vida laboral, política e cultural. Mas, no contramovimento de ações de resistências individuais e coletivas das mulheres para viver nas cidades, como territórios de vida.

O desenvolvimento do estudo, em suas fases de investigação e reflexão, apontou para novas dimensões do conhecimento, do ativismo e das conexões da produção feminista com áreas do conhecimento das ciências sociais e humanas, ampliando à leitura do problema com outras abordagens e perspectivas, numa análise estrutural das relações sociais de gênero, classe e raça sobre a materialidade da vida urbana.

Os diferentes aportes, sobretudo, as contribuições do feminismo negro, de Lélia Gonzalez (2020), Joice Berth (2022), Carla Akotirene (2019), Claudia Pons Cardoso (2012), Patricia Hill Collins (2019, 2021), bell hooks (2019), dentre outras e de feministas antirracistas (Heleeith Saffioti (2013), Betânia Àvila (2009), Ana Falú, (2022), reforçaram o diálogo com as experiências das mulheres negras na mobilidade urbana. Essa dimensão diz respeito ao ir e vir, ao trajeto cotidiano em razão da vida produtiva, da reprodução social e de cuidado, muitas vezes invisibilizado nos estudos do transporte urbano e da mobilidade, o que pode ser valorizado neste trabalho a partir da interseccionalidade, como elemento estruturante das relações sociais de gênero, classe e raça.

Trabalhamos com categorias e conceitos que nos auxiliaram no processo de análise e síntese na compreensão e interpretação do fenômeno, autoras e autores clássicos como Heleieth Saffioti (2004, 2013), Lélia Gonzalez (1984), Ermínia Maricato (2013,2015), Milton Santos (1988, 2005), Florestan Fernandes (2006), Henri Lefebvre (1973, 2010), dentre outros, fundamentais para desvelar as múltiplas expressões da questão social urbana, corporificando, dando materialidade ao corpo, ao sujeito que produz e se (re)produz nesta urbe.

Essas contribuições teórico-metodológica foram a lente de análise para compreender como a **cidade** é espaço social, o *lócus* de experiências, vivências e ações que se desdobram no cotidiano do bairro, da comunidade, onde há uma vida pulsante, marcada por violações e resistências. As mulheres são parte desta força produtiva e política na cidade, um grupo social profundamente invisibilizado nesta construção material e imaterial das cidades, e que muitas vezes são silenciadas pelas violências sexistas, deveras racializada, como analisamos à luz das experiências dos sujeitos desta pesquisa.

A cidade como espaço social e territorial historicamente produzido, converte-se em ambiente produtor de desigualdades socioeconômicas, e interseccional (classe, sexo/gênero e raça), compreendendo a cidade e o urbano como dimensões de um mesmo processo. Segundo Arlete Moysés Rodrigues (2007), a cidade como espaço é lugar de decisão política, e também de vivência da produção e re-produção social que se expressam no espaço-socio-territorial.

A questão social no urbano se intensifica ao longo das últimas décadas do século XXI, como dimensão do ciclo de recomposição do capital e consequência de um modelo neoliberal de planejamento, que massifica e mercantiliza o urbano, transformando-o em parte da lógica de investimento público, em que a cidade é objeto de negócio dentro do modelo global de expropriação e espoliação urbana.

Compreendendo aqui que as relações sociais são territorializadas, situadas no tempo espaço, e na análise das manifestações sociais da questão social no espaço urbano, marcada por desigualdades e injustiças territoriais, as periferias urbanas, parte constitutivas das cidades revelam as contradições e complexidades estruturais de um lugar social que é grafado pela interseccionalidade das opressões e promotora de uma representação social negativa, criminaliza, os diferentes sujeitos sociais que nelas residem.

Nos termos de Anete Ivo (2010), numa relação dialética entre questão social urbana e periferia, aponta que:

A periferia como lugar a partir do qual se pode interrogar a questão social no espaço urbano. O lugar que expressa, de forma agudizada, a crise urbana e o processo recente de precarização social e das desigualdades sociais nessas cidades. Um lugar de vivência contraditória de amplos segmentos populares adensadas pela expansão imobiliária e pelo disciplinamento do espaço urbano promovido pelo poder público (IVO, 2010a, p. 9).

Portanto, a periferia é o lugar que questiona de forma incessante e histórica as contradições na conformação da cidade, seja pela criminalização e racismo ambiental, seja pela invisibilidade que este território, nominado como favela, comunidade, morros, podem revelar pelo perfil da população que nela ocupou historicamente, pela

ausência da ação pública na promoção de políticas estruturadoras no âmbito do direito à cidade, como terra urbanizada, moradia digna, saneamento ambiental, transporte coletivo.

Portanto, entendendo a questão urbana como o *'lôcus'* de reprodução das desigualdades impostas pelo sistema de acumulação capitalista, e manifestação

[...] particular da 'questão social', é a expressão da distribuição desigual das atividades humanas na organização socioespacial do processo de produção e reprodução do capital e é também forma de resistência e de luta entre as classes sociais que compõem a estrutura social no contexto das cidades (BURNETT, 2012; SILVA, 1989). (CFESS, 2016, p.11).

A professora Isabel Cristina da Costa Cardoso (2018), nos traz um alerta para as reflexões no campo da questão urbana, agrária e ambiental para que evitemos uma análise compartimentada, temática, e que possamos ter como caminho teórico metodológico uma perspectiva crítica e de totalidade social. Analisando-os a partir de sua expressão particular e singular no contexto da formação sócio-histórico brasileira, e suas conexões e inserção como movimento do ciclo de acumulação capitalista, e incorporação subordinada dos países de capitalismo periférico.

E, na visão da autora, e sob a qual nos ancoramos, é que

[...] ao analisar a relação entre o movimento mais universal do capital como relação social e a história da formação social brasileira, o que inclui seu processo de transição e desenvolvimento ao capitalismo, a questão da terra e da propriedade é uma determinação estrutural desse processo, que se singulariza e se particulariza em diferentes formas e relações sociais, como nas questões agrária, urbana e ambiental, que entram em conflito, porque fundadas sobre as contradições dessa 'longa história' (CARDOSO, 2018, p.48).

O capital, desta forma, se impõe pela força retirando a classe trabalhadora, povos originários e tradicionais da sua terra, separando-os dos meios do trabalho e se apropriando dos bens naturais e comuns. Contando, ainda, com o Estado para que, via medidas legais e institucionais privatize os bens comuns. Um exemplo desta ação capital-estatal é a venda ao mercado estrangeiro dos bens naturais da região amazônica; a legalização de terras indígenas e quilombolas para o agronegócio, mineração e latifundiários; a venda dos royalties do petróleo, e nas cidades com a construção de empreendimentos imobiliários residenciais, modelos de consumo centrados em habitacionais de luxo, a exemplos de Alfavilles.

A constituição das cidades sempre foi marcada por relações desiguais, base e expressão das relações do capital, de exploração, dominação e subjugação. E, concordando com Taciana Gouveia (2011), quando nos coloca que a presença e vivência das mulheres na cidade é um paradoxo para garantia do direito à cidade:

Acontece que há grandes distâncias entre as letras postas em palavras que formam conceitos e promulgam direitos e a vida experimentada no cotidiano. No cotidiano, a separação estrita entre público e privado ainda é a lei que demarca a experiência das mulheres, tanto que para muitas mulheres a cidade não é um lugar onde elas estão, mais sim um lugar que vão quando necessitam. E vão para cidade com um sentimento que são 'fora do lugar', estrangeiras, ainda que na formalidade do direito sejam cidadãs. (GOUVEIA, 2011, p. 7).

Aportar e produzir conhecimento neste campo é uma luta política e teórica constante em tornar visível a problemática das desigualdades de gênero e racial, em suas múltiplas dimensões na vida urbana. Como também demarcar que a violência contra às mulheres tem sua face perversa no espaço público, na rua, nos equipamentos e serviços, pela impunidade e silenciamento gerado pelo patriarcado.

Essas questões indicam que a crescente violência sexista é geradora de medo e insegurança, e muitas vezes impeditivas para a participação política, social e laboral das mulheres. Para as mulheres oriundas das classes populares, e moradoras das periferias urbanas, em sua maioria

negras, chefes de família, a situação é ainda mais grave, pois sua mobilidade urbana depende dos transportes coletivos e os trajetos de acesso a estes: casa - bairro- centro comercial. E neste percurso até o(s) local(is) de destino, para atender as suas necessidades de: trabalho, escola, cuidados com saúde pessoal e da família, lazer, busca por serviços etc.; experenciam nessa relação espaço-tempo situações de violência sexista, abusos, importunações.

O padrão de mobilidade urbana que impera no país desde 1950, centrado num modelo rodoviarista para produção e na individualização do transporte em detrimento do transporte coletivo de qualidade, vem sendo a tônica dos investimentos nos últimos 20 anos e acentua, ainda mais, as desigualdades sociais e territoriais. O que denota um impasse, uma centralidade na produção de carros, motos, e um sistema público de transporte e trânsito que se mostra em colapso. Na pandemia, este se revelou num problema nacional pelo desinvestimento no setor, mas também pela desestruturação com as demissões em massa da categoria, com a crescente tendência de informatização do sistema e massificação dos terminais e corredores da mobilidade, como herança da Copa do Mundo de 2014.

Esses elementos apontam para importância de se analisar as condições e a estruturação da malha urbana, que passa por inúmeras adaptações a fim de atender a dinâmica urbano-industrial, financeirista, mediante uma relação situada pelas condições de vida dos sujeitos que utilizam deste serviço e suas conexões com as categorias de classe, gênero e racial. E, o modelo rodoviário em curso, favorece o processo ativo da produção e reprodução social, que constrói cidades afetas a vivência das mulheres, em cidades historicamente patriarcais e racistas, adensando as expressões das desigualdades em territórios marcados pelo racismo ambiental.

Aqui nos interessa pontuar, que ao analisar as implicações da mobilidade urbana na vida das mulheres populares, negras, nos territórios, deve-se considerar que o desenvolvimento urbano e rodoviário, tratado no tempo-espaço é expressão da formação social brasileira, marcado por um modelo colonial-escravocrata, que expulsa a população pobre, negra para as áreas mais periféricas e em precárias condições, gerando com isso um alto custo na renda da população usuária. Tanto do ponto de vista da infraestrutura urbana, como também na oferta de serviços, de forma particular o transporte

público coletivo. Nas análises de Milton Santos (2005) e Flávio Villaça (2011), a distância entre local de moradia e trabalho, estruturado pela dinâmica do transporte público, encarece e precariza a vida da classe que vive do trabalho, no tocante ao tempo gasto no deslocamento e o custo preço da moradia e mobilidade.

As dimensões de **classe, gênero e raça** encontram-se presentes nas cidades e no seu processo de deslocamento cotidiano em razão da estruturação do sistema de dominação-exploração estar materializado na segregação socioespacial tanto material quanto simbólico. A classe que vive do trabalho, em sua maioria usuária do transporte público coletivo, é levada como dimensão do sistema de produção, circulação, consumo e distribuição que se efetiva por meio da vida produtiva, pela inserção no mercado de trabalho, a deslocar-se de um lugar para outro, conforme as suas necessidades de reprodução social. E, geralmente é o lugar de moradia esse ponto de partida, numa mobilidade da periferia ao centro, periferia-periferia, centro-centro, considerando aqui o espaço territorial que empreende uma dinâmica econômica que insere a população em sua dinâmica produtiva, serviços, comércio, dentre outros.

É, portanto, essa população, pobre, moradoras de bairros distantes que padecem de uma infraestrutura e serviços urbanos que possam lhe assegurar condições objetivas e de qualidade neste ir e vir. O transporte público é um exemplo concreto neste recorte de classe, que mediado pelo tempo, e as opressões interseccionais são reveladores das fragilidades em torno da garantia real do acesso ao direito à cidade, uma vez que é este um dos serviços mercantilizados, impactando nas condições de vida e econômica com o alto custo da passagem no rendimento individual e familiar da população usuária.

A abordagem das **relações de gênero** na análise sobre a constituição da mobilidade urbana se manifesta nas relações de poder entre homens e mulheres, em suas múltiplas expressões socioespacial. E, por ser uma construção social, marcada por uma fixidez que determina papéis sociais definidos pelo binarismo de cisgênero, isso também se corporifica na forma cotidiana como nós mulheres vivemos esse urbano.

Mas, esse território e a mobilidade urbana exige a disponibilização dos sujeitos nas cidades, que é imensamente grafado, geograficamente em sua imagem urbana. Como a constituição de lugares sociais

que são aquilombamentos, como vivências coletivos em espaços sociais negros, constituídos por uma organização social, que revelam modos de vida de uma geração que no pós-abolição ocupou as áreas periféricas, cortiços, favelas pelo processo de expulsão, segregação, do povo negro dos espaços sociais mais estruturados, e destinado para uma classe social de maior poder aquisitivo, geralmente branca. **O racismo** estrutural é materializado no território com as formas precárias de vida e ambiental, segregando a população de viver à cidade e promovendo injustiças territoriais

Nestes termos, a expressão do racismo e do sexismo na organização espacial se efetiva de forma multidimensional nesta conformação, material e simbolicamente, sendo, portanto, um marcador hierárquico nas relações sociais, se espraiando em várias dimensões da vida social e nas lutas que marcam essa disputa no urbano. E as cidades brasileiras são estes ambientes que reproduzem processos de subalternização da população negra como herança da escravidão, que se materializa na segregação e formação de comunidades, bairros, favelas como geradora das desigualdades socio-espaciais, mas também de resistências.

Nesta interlocução e análise interseccional verificamos que essas dimensões de análises mediadas pelo uso do transporte público coletivo, seja por meio da mobilidade ativa, a pé e/ou de bicicleta, aponta que em vários estudos e pesquisas, que a vivência entre homens e mulheres ocorrem diferenciadamente pelas desigualdades das relações sociais de gênero que se concretizam no território como expressão da divisão social, sexual e racial do trabalho que também estrutura esse espaço urbano, concretizado por um modelo de planejamento e serviços urbanos.

Como nos aponta Marina Kohler Harkot, o sistema de mobilidade não é planejado para atender as necessidades daqueles que não estão inseridos ou estão de forma precária (total ou parcialmente) na lógica do trabalho produtivo. O grupo social formado majoritariamente por mulheres, apresentam demandas diferenciadas (HARKOT, 2018, p.45).

E nesta interface entre mulheres e **mobilidade urbana**, é fundamental compreender que neste estudo o conceito de mobilidade está relacionado a uma abordagem interdisciplinar e interseccional. Interdisciplinar porque como vimos, os campos da geografia, arquitetura, serviço social e no urbanismo feminista, trazem grandes aportes para corporificar, materializar nossos corpos, como sujeitos

que vivem à cidade, sexualizando e racializando às análises, a fim de ampliar na investigação sobre o urbano, as implicações na vivência das mulheres e homens, as relações sociais de gênero e raça para o direito à cidade. E a interseccionalidade como articulação fundamental dos elementos que estruturam as desigualdades – classe, gênero e raça. Mas, também como uma ferramenta analítica que aponta para sinergias entre investigação e práxis, no desvelamento das complexidades que estruturam as assimetrias do ponto de vista das experiências das mulheres negras.

À dimensão **tempo-espaço** no deslocamento das mulheres agrega-se as recorrentes manifestações de violência sexista, ao qual encontram-se sujeitas no espaço urbano-territorial. Desde abordagens verbais, assovios, importunações, que revelam atitudes patriarcais de dominação e subjugação dos corpos das mulheres nos espaços públicos e privados, até ações mais brutais, que resultam em violências físicas e sexuais.

Há um crescimento, nos últimos anos, de denúncias de violência sexista feitas pelas mulheres que ocorrem no interior do transporte coletivo e seus entornos. Essas violências e suas expressões se reconfiguram na atual conjuntura e contexto de crescimento de ideias, ações e pensamentos conservadores, que buscam re-adestrar e subjugar os corpos das mulheres, com o incremento de casos de importunação sexual na via de acesso e no interior do transporte coletivo (ônibus, metrô e trens) em escala nacional e local.

Por fim, a **violência na esfera pública** também é masculina, corporificada pelo poder patriarcal, que se revela na dominação, subjugação e medo, particularizada na vivência comum e desigual das mulheres no cotidiano das cidades. Me interessa com esse estudo analisar a experiência das mulheres populares, negras, usuárias do transporte coletivo público urbano, na cidade do Recife, em seus deslocamentos e para responder às suas demandas da produção e reprodução social, que sustentam a vida familiar e comunitária.

E, ao trazer para análise da mobilidade articulada as dimensões de gênero e raça, a compreendemos como um deslocamento dos corpos físicos, o ir e vir, com preocupação sobre o movimento das mulheres populares e negras, num espaço territorial marcado por uma cidade assentada nos pilares do patriarcado e racismo, e que muitas vezes impulsiona para o confinamento nestes territórios, pelos impedimentos

objetivos e subjetivos que marcam a vida nessas cidades. Tratamos essas dimensões como geradoras das (in) mobilidades físicas, materiais e subjetivas, e que impactam nas condições de vida, na totalidade da população usuária do transporte público, e em particular na vivência das populações vulneráveis, como negras, mulheres e LGBTQIA+.

Para dialogar com as referências conceituais definimos por um caminho teórico- metodológico que empreendeu uma revisão teórico-metodológica da problemática do objeto; análise documental e mapeamento de fontes de dados secundários – Dossiê FNRU (Santos Junior, 2020, 2021); acompanhamento e análise de 03 jornais locais por três meses (segundo semestre de 2021) - Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Commercio, no formato online, para acompanhamento das notícias de casos de importunação sexual nos transportes coletivos e levantamento da condição do sistema em Recife; realização de 15 entrevistas, e observação da dinâmica de 2 terminais integrados na cidade do Recife na zona norte e oeste, como fonte de observação para analisar as condições de vida das mulheres na relação com a mobilidade urbana e o direito à cidade.

Dentre os achados empíricos, destacamos a violência sexista racializada, marcadas pelo medo, violências - verbais, físicas, etc., e a insegurança das mulheres neste deslocamento incontornável no espaço urbano. E nesta relação cotidiana neste ir e vir, as mulheres criam estratégias individual ou coletivamente, para “driblar” os espaços inseguros da cidade, do bairro. E, neste descolamento diário e multi, poligonal, que são promotores de inseguras, seja pela precária iluminação, becos e vielas estreitos, e com pouca circulação de pessoas, ou mesmo dentro do transporte coletivo evitando ficar em área de maior circulação masculina para escapar das importunações e abusos sexuais, uma invasão sobre seus corpos femininos, muitas vezes invisibilizados pela violência sofrida.

Mas, além do problema da violência sexista em suas múltiplas expressões ser uma questão real na vida das mulheres, esta assume novos contornos no âmbito da esfera pública. E, conforme os dados foram revelados há um aumento no âmbito do transporte coletivo, colocando as mulheres, de qualquer faixa etária, classe social e raça, sujeita às violências praticadas por um ser desconhecido que autoritariamente, e de forma arbitrária invade, se apossa sobre seu corpo.

Ao analisarmos as implicações da organização da ordem espacial-urbana e suas conexões com a divisão social do trabalho, e nexos com as categorias de classe, gênero e raça, verificamos com essa relação é indissociável, e marca as condições de vida dos sujeitos nos territórios, em especial às mulheres, às mulheres racializadas, impulsionadas pela dinâmica produtiva e reprodutiva na mobilidade cotidiana das cidades.

CONCLUSÃO

Estas tendências corporativas no urbano colocam em questão a efetividade do direito à cidade em termos de ações e políticas, mas também como um dever ser, por se tratar de um novo tipo de vida urbana, uma construção da luta política nas cidades diante de um cenário de criminalização nos territórios periféricos, e o desinvestimentos nas políticas urbanas nos últimos 6 anos, o que fragiliza a efetividade do direito à cidade como princípios e condições dignas de habitabilidade.

Somado a um contexto de apropriação, gentrificação do urbano, e do apossamento do que é bem comum, bem coletivo, como parques, praças, aos interesses do capital sob o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade nos centros urbanos. Estas disputas, pela sociedade, movimento sociais e setor privado, acentua o debate coletivo sobre a materialidade do direito à cidade para as populações em territórios dotados de precária infraestrutura e ocupado pela maioria da população negra.

A mobilidade urbana e o transporte público, tem sua estruturação na esfera produtiva. O mundo do trabalho é a referência para o sistema de transporte e, portanto, para o deslocamento. Além disso, a origem-destino da mobilidade urbana se organiza pelo sexismo, prevalece a dinâmica baseada na categoria de sexo, masculina, dito como provedor familiar. As mulheres não são consideradas no sistema de transporte como parte da classe trabalhadora, portanto, suas demandas por deslocamento geralmente mais complexas em razão das construções de gênero são invisíveis. A circulação provocada pela reprodução social, biológica e de cuidado, requisita das mulheres uma locomoção múltipla, poligonal, como mulheres trabalhado-

ras e pobres, e em sua maioria depende do sistema de transporte coletivo, ônibus e metrô.

O deslocamento no sistema de transporte coletivo, ônibus e/ou metrô, tem outros ônus a exemplo do tempo social gasto pelas mulheres, sobretudo trabalhadoras, negras, chefes de família, que não é computado nem visível como tempo gasto que compõe o percurso do trabalho cotidianamente, foi naturalizado como parte da vida das mulheres. Esse tempo de deslocamento é normatizado como “parte das obrigações” com o cuidado da família, dinâmica doméstica com manutenção de suprimentos de alimentação, saúde, rotinas que se perdem ao se deslocar dentro e fora do bairro, entornos, onde a vida das mulheres tomam materialidade. Um tempo intenso, extenuante, intermitente, cujo ritmo segue o das demandas para com o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres nos territórios.

E quanto mais distante do local da vida de trabalho ou para o acesso aos serviços públicos, educação, saúde, comércio, mais o fator tempo, desgaste físico e emocional, neste deslocamento é revelador das desigualdades no acesso à cidade. A mobilidade urbana, e sua mediação pelo transporte público, revela a expropriação do tempo das mulheres, é um tempo longo num veículo para atender demandas do cotidiano, evidenciando como os problemas e nós do sistema de transporte público, congestionamentos, precariedade dos coletivos, superlotação, transforma-se num processo que desencadeia adoecimentos e promotor de violências sexistas, racistas, gordofóbicas, nos espaços em que o deslocamento se efetiva, neste ir e ir urbano.

E, nestes termos, a presença das mulheres, das mulheres negras, nessa dinâmica indissociável do urbano (material e imaterial, produção-reprodução social), incide de forma complexa e múltiplas sobre suas condições de vida, revelando desigualdades e diversidades. São inflexões na fruição do tempo, na dissociação do tempo do trabalho remunerado e não remunerado e para a cultura, lazer, política, estes últimos profundamente secundarizados, mascarados. E, deparando-se diariamente com uma cidade que é inóspita para as mulheres, diuturnamente, marcador de medo e silenciamento, e em alguns momentos por estratégia de sobrevivência apagamentos das violências sexistas, racistas presenciadas ou sofridas.

Desta forma, o tempo, de desgaste e exposição gerados pela precariedade dos transportes públicos e coletivos em na sua dinâmica cotidiana são promotores de adoecimento mental e físico, sobretudo

no contexto mais grave da pandemia por Covid-19. Também apontam que neste tempo-social gasto no deslocamento pelas mulheres negras revelam uma expropriação do tempo e das mulheres sobre si mesmas. Não há tempo para pensar sobre outras dimensões da vida e de cuidado, num dinâmica e ritmo acelerado da mobilidade da cidade que também impulsiona o deslocamento individual e coletivo no urbano, e passam a ser gerador de adoecimento mental, físico, medo por lidar com um espaço que favorece violência sexista, racial sobre os corpos femininos neste deslocamento diário.

Assim, identificamos como campo de possibilidades, duas questões fundamentais para continuarmos ampliando o debate sobre as mulheres negras e o direito à cidade que é alargar os diálogos entre organizações do movimento de mulheres e problematizar, desvelar, a estrutura do sistema de mobilidade urbana como promotora de segregações, desigualdades e injustiças territoriais por não dialogar com as reais demandas das mulheres, mas também por não considerar nesta estruturação, na sua origem-destino a outra categoria de sexo, feminino que também está de forma ativa na dinâmica da produção e reprodução social, acoplado-se também a dimensão do cuidado como vetor deste múltiplo deslocamento. E, segundo reforçar as iniciativas, no campo acadêmico e ativismo, das ações de incidência na construção e divulgação de plataformas feministas que coloque no centro as desigualdades de gênero e racial no contexto das cidades, impulsionando um repensar à luz das contribuições do urbanismo feminista, o planejamento urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ÁVILA, M. B. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/ exploração e resistência*. Recife: Editora UFPE, 2009.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Suely Carneiro; Pólen, 2019.

BERTH, Joice. São Paulo e o urbanismo daltônico: como isso define a sua vida. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/opiniao/joice-berth/sao-paulo-e-o-urbanismo-daltonico-como-isso-define-a-suavida,526072c2f571eaa7f613485e5fc8c1999gi5j6cl.html>. Acesso em: 13 out. 2022.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras Falas**: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.

- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. *In*: SANTANA, Joana Valente. **Habitação e serviço social**: dimensões teóricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018. p.43-69.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais na política urbana**: subsídios para reflexão. Brasília, 2016. Série 5. Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v.5, n.1, p.6-17. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- _____. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política de empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ELVIR, Maria Amanda Martínez. **Mulher e mobilidade urbana, uma perspectiva de classe**: retratos da mobilidade urbana de mulheres da comunidade do Coque-Recife. Recife, 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano, ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Coletânea de texto de Lélia Gonzales organizada por Flavia Rios e Marcia Lima.
- _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-
- FALÚ, A. En un mundo hecho para hombres blancos es preciso feminizar la arquitectura. *El País*, [S. l.], 23 set. 2022. Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2022-09-23/ana-falu-en-un-mundo-hecho-para-hombres-blancos-es-preciso-feminizar-la-arquitectura.html>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- GOUVEIA, Taciana. Mulheres e Direito à Cidade: o sentido da liberdade. Fundação Bento Rubião. **Revista a liderança feminina nas lutas urbanas**. Rio de Janeiro, Número 1. Dez 2011, p. 06-09.
- HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres**: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo. São Paulo, 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes. 2014. p. 9-170.
- _____. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 25-32.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins.

IVO, A. B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. *Cadernos Centro de Recursos Humanos*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 05-33, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das relações de produção.** Porto: Publicações Escorpião. 1973. p. 47-104.

_____. **O Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2010, p. 105-118.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

RODRIGUES, Arlete Moysés Rodrigues. Conceito e definição de cidades. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos (Orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira.** Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2007, p. 77-100.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

_____. **A Mulher na sociedade de classes.** 3ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MOROSO, Karla. **Dossiê de Monitoramento das Políticas Urbanas Nacionais 2021.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. dos Autores, 2021, p. 103-117. Livro digital. Disponível em: https://forumreformaurbana.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Dossie2021_final.pdf. Acesso em: 10 jul 2022.

_____; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; SAULE JUNIOR, Nelson (Orgs.). **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades:** violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 99 - 140.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico-metodológico da geografia.** São Paulo: Hucitec, 1988.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: Segregação Urbana e desigualdades. **Estudos avançados**, v. 25, n. 71, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v25n71/04.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

Cidade e imigração: territorialização em polo têxtil paulista

Juliana Carvalho Ribeiro
Rosana Baeninger
Luís Felipe Aires Magalhães

INTRODUÇÃO: O ALCANCE DE AMERICANA-SP PELA MI- GRAÇÃO INTERNACIONAL

Os países que compõem a América Latina são marcados por uma histórica expropriação. Suas riquezas naturais seguem despertando a cobiça de brancos ditos civilizados — em alguns, para exploração da prata, em outros, pelo petróleo e pelo gás natural, ou por quaisquer outros recursos —, fazendo com que suas terras e seus povos fossem espoliados e massacrados (NÓBREGA, 2008; NOVICK, 2008; DOMENCH; MAGLIANO, 2007). Neste contexto, grifa-se o genocídio de suas populações que, quando não dizimadas, foram (e continuam sendo) reduzidas a meros e muito baratos instrumentos de trabalho a serem superexplorados.

Com um passado essencialmente emigratório, esses povos seguem deixando seus países e o Brasil se inseriu recentemente de forma ativa na rota dessas/es migrantes. Observamos, neste século 21, ampla atratividade, sobretudo pelo potente desenvolvimento econômico alcançado a partir de 2003. E, antes restritos à São Paulo-SP, aonde chegavam e permaneciam, revelam agora maior mobilidade. Em anos recentes, portanto, seguem com a migração interna, respaldados pela documentação — acessível desde o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia e Chile, regulamentado em fins de 2009.

Neste contexto, Americana-SP e seu tradicional setor têxtil passam a contar com a presença desses/as migrantes. Este estudo é um convite a conhecer a apropriação desta cidade média por migrantes Sul-Sul, buscando o fim da invisibilidade à qual são sub-

metidos — sobretudo quando da sua chegada ao novo “espaço da migração” (BAENINGER, 1999) — e o combate às vulnerabilidades inerentes aos seus processos migratórios.

O estudo que aqui se apresenta desdobra-se de um projeto mais amplo — intitulado “Migrações Internacionais: Populações Vulneráveis, Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo/Observatório das Migrações em São Paulo”, ele é parte do Convênio MPT-UNICAMP. Para o presente artigo, volta-se o olhar para migrantes Sul-Sul em Americana-SP que, muitas vezes guiadas/os pelas linhas de costura, territorializam-se neste polo têxtil da rede urbana paulista. Dito de forma mais específica, o objetivo é analisar a territorialização de diferentes nacionalidades — bolivianas/os, venezuelanas/os, haitianas/os e paraguaias/os — nesta cidade média, em função (e apesar) de suas vulnerabilidades, a partir do novo quadro econômico, político, social e sanitário imposto pela pandemia promovida pela disseminação da COVID-19.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender esta realidade, recorreu-se à aplicação — entre abril e junho de 2022, a partir do aplicativo WhatsApp — de 76 entrevistas semiestruturadas, com roteiro previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP¹. Entre as/os entrevistadas/os, 31 eram provenientes da Venezuela, 26 da Bolívia, 16 do Haiti, 2 do Paraguai, e 1 do Peru. Todas as entrevistas foram gravadas — mediante anuência das/os participantes — e, posteriormente, transcritas.

Recorreu-se a elas, portanto, para analisar a territorialização de migrantes Sul-Sul em Americana-SP. Trechos das entrevistas são aqui citados, sustentando a reflexão e o debate propostos. É relevante destacar, finalmente, que as transcrições respeitaram as verbalizações, tendo sido realizadas de forma literal. Todas/os as/os interlocutoras/es receberam nomes fictícios e tiveram suas identidades preservadas. O gênero das pessoas entrevistadas também foi respeitado. Todas as informações sobre elas são fidedignas.

¹ CAAE: 49335121.1.0000.8142.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O atual fenômeno migratório internacional é marcado pela intensificação das migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014; BAENINGER et al., 2018; 2015; 2014; 2013), que seguem alcançando novos espaços. Nesse processo, elas materializam o global no local ao revelarem “territórios circulatórios” (TARRIUS, 1993) — territorialidades produzidas pelos (e nos) circuitos transnacionais de populações migrantes, sendo uma expressão da necessidade de integração entre essas pessoas que deixaram suas origens para serem força de trabalho e viverem suas vidas em terras distantes.

Por constituir uma das maiores economias e populações da América Latina, condição que se traduz em um amplo mercado consumidor, o Brasil atrai, de forma cada vez mais intensa, o capital financeiro internacional. Conseqüentemente, migrantes internacionais também são atraídas/os, e se apresentam como força de trabalho para essas empresas. Esta atratividade se verifica para o Brasil, apesar de ele não se apresentar como o país desejado, mas como o país possível no âmbito da geopolítica global das migrações internacionais (BAENINGER et al., 2018). Entender os atuais processos migratórios exige ver o Brasil como país de trânsito, compondo os “novos espaços de circulação migratória” (PELLEGRINO, 2003).

Tecendo a teia formada pelas rotas transnacionais, Americana-SP se apresenta como importante espaço apropriado por migrantes Sul-Sul — mais especificamente bolivianas/os, venezuelanas/os, haitianas/os e paraguaias/os. Concretizada como destacado polo têxtil na rede urbana paulista, o mercado global (e regional) da costura se revela fundamental no processo que delinea tais trajetórias. Volta-se aqui o olhar para a territorialização dessas/es migrantes internacionais nesta cidade média, em função (e apesar) de suas vulnerabilidades, a partir do novo quadro econômico, político, social e sanitário imposto pela pandemia promovida pela disseminação da COVID-19 (BAENINGER et al., 2020).

Ao alcançarem esta cidade média, migrantes Sul-Sul encontram diversas barreiras, uma vez que a migração ganha outro sentido quando se tem um corpo preto ou indígena, racializado, marginalizado e pobre. Nessas condições, essas/es migrantes se veem susceptí-

veis a todos os tipos de violências. O mundo globalizado é neoliberal, é xenorracista, é heterossexual e é patriarcal, o que se materializa em relações de violência, opressão e subordinação, a partir de uma hierarquia historicamente imposta que oprime as/os participantes desta pesquisa. Dessa forma, descobertas/os de qualquer privilégio — de classe, de raça e de sexualidade, privilégios que garantem acesso a direitos, incluindo o direito de se estabelecerem no “novo espaço da migração” (BAENINGER, 1999) sem serem assediadas/os, superexploradas/os, perseguidas/os, criminalizadas/os ou assassinadas/os —, apresentam grandes dificuldades de se portarem como cidadãs/os.

Portanto, essas/es migrantes Sul-Sul dificilmente terão *direito à cidade*² (LEFEBVRE, 2006) em terras estrangeiras-estranhas, que as/os colocam como não pertencentes e como invasoras/es. E, para lutarem contra esta realidade, as/os participantes desta pesquisa constroem resistências e produzem territorialidades para (sobre)viverem — processo analisado a partir das entrevistas aplicadas.

A partir delas, observou-se, por exemplo, a centralidade da discriminação em suas relações cotidianas com a sociedade, quando migrantes internacionais se sentem tratadas/os como estranhas/os e como ameaças. A ambivalência hospitalidade-hostilidade (DERRIDA, 2003) revela-se explícita em situações nas quais o xenorracismo é imposto. Esta prática permeia a vida dessas/es migrantes desde o cruzamento da fronteira, em especial pela sua origem periférica (BASSO, 2013). A hospitalidade incompleta (DERRIDA, 2003) se manifesta, nesse contexto, em diferentes aspectos que são intrínsecos à *vida migrante*, e as entrevistas qualitativas permitiram identificar manifestações dessa hos(til)pitalidade.

Entre as questões relatadas por migrantes internacionais em Americana-SP, a dificuldade para regularizar a situação migratória — dela/e ou de outros membros da família — merece destaque. Apesar das facilidades trazidas pelo *Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia e*

² Lefebvre (2006) fala em *direito à cidade* e não *na cidade*. O *direito à cidade* é muito mais amplo, incorpora a ideia utópica de uma vida melhor, uma cidade imaginada em outros termos. O *direito na cidade* é mais redutor, apesar de que nem isso é alcançado pelas/os interlocutores desta pesquisa, pois seria a ideia de terem acesso aos direitos que já são garantidos por lei.

Chile, a pandemia se apresenta como agravante nos processos de regularização migratória. Esta queixa é extremamente grave, considerando que a regularização se apresenta como via para minimizar vulnerabilidades migrantes:

No... No hay podido. Solamente tengo CPF, mas aquello otro no. Porque cómo na pandemia estábamos, ya o era podido conseguir. Mi documento he sacado. Dos veces he sacado antecedentes, todo esto, pero cómo es agendamento no fue posible [...] Actualmente, necesito de mi documentación [...] No tengo RNM porque no he podido sacar aún por la pandemia. Y porque es un poco lejos. Más que todo por el agendamento. Estaba travando mucho. Ahora me dijeron que está más rápido (Julia, migrante boliviana).

Fue difícil [regularizar la situación migratoria]. Tube que pagar una taxa. Y andar mucho. Pero gracias a Dios yo conseguí. Pero fue muy difícil. Tuve que pagar a un abogado para que hiciera todo el papeleo. Pero me las resolví. Gracias a Dios. Lo único que falta ahora son mis hijos [...] Yo cómo madre y cómo padre de mis hijos tengo solamente la preocupación con mis niños. Ellos están sin documentos y esto es mi única preocupación hoy (Graziela, migrante boliviana).

Fue difícil y largo. Piden muchos documentos... Y eu le pagué a un gestor para ayudarme. Para correr detrás de esto. ¿Entiende? (Luis, migrante venezolano).

Lo proceso fue largo (Yvete, migrante venezolana).
Fue un pouquinho más difícil (Veleriano, migrante venezolano).

Então... A permanente foi um pouco difícil porque eu teve que ir lá Brasília porque perdi um certidão na época. Pra mim... Depois ficou mais maneiro. Mas no começo ficou difícil pra permanente. Mas depois dessa aí saiu... Era só pro RNM que foi um pouco

difícil. Mas eu consegui. Eu fui lá em Brasília procurar. Na verdade, o que ficou difícil no é pela... no é por lado brasileiro, mas por lado da embaixada haitiana mesmo que é lá em Brasília só. E eu fui lá. Depois deu tudo certo (Marco, migrante haitiano).

Foi super difícil e complicado. E meus pais são brasileiros ainda. Eu tinha 5 anos quando a gente veio para o Brasil (Elis, migrante paraguaia).

Bueno... Así... Al comienzo, parecía que ia ser fácil. Pero, después, para hacer, principalmente el permanente, fue más complicado (Yasmil, migrante paraguaia).

Tá difícil. A gente tem que agendar. Para ir lá no Piracicaba. Na Polícia Federal. Para a gente consegue ter esse documento (Ester, migrante haitiana).

Ademais, a dificuldade com a língua portuguesa, observada durante as entrevistas e recorrentemente explicitada pelas/os participantes, apresenta-se como uma das principais barreiras, inclusive refletindo na regularização migratória, como relatou Verónica:

Fue difícil... Primeramente yo no conseguía... Eu no sabia ainda ler, certinho... No conhecia muito bem... Eu leio en español, mas tudo é en portugués. Este me atrapalhava bastante. Y para aprender, eu precisei de ajuda, né? Y las moças me ayudaram también. Mi filha, más que todo. Ela que começou a entrar na internet, pesquisar como que ia montar a papelada para os documenos, y todo esto. Mas fue difícil (migrante boliviana).

A dificuldade com a língua portuguesa também foi queixa de Yvete, que explicitou as consequências disso para a sua socialização em Americana-SP:

Bueno, cómo no entiendo mucho el portugués, no sayo de casa. Me quedo en casa y tanpoco tengo lugar donde ir. Solo vivo aquí em mi casa (migrante venezolana).

Voltando à regularização migratória e seus entraves, no caso de Rosa, as limitações se deram em função da falta de recursos financeiros para os trâmites legais:

Foi difícil porque a gente tem que conseguir dinheiro, né? Pra fazer... A documentação. Eu demorei. Até meu filho mais velho, ele também já tem. Mas eu demorei por causa do dinheiro (migrante boliviana).

Relatos de manifestações xenorracistas em situações cotidianas também foram frequentes. Diante disso, a permanência dessas/es migrantes em terras *estrangeiras-estranhas* requer resistência, sobretudo no que diz respeito às interações sociais com a nova sociedade:

A gente é rejeitado... Mesmo no posto de saúde, primeramente son los brasileiros. Aí vem os bolivianos. Ainda eles ficam bravos. Falam: “por que você no vai para seu país?; aquí você atrapalha...”. Son varias, también na escola: “você, bolivianos, deviam voltar para seu país” (Verónica, migrante boliviana).

Los inmigrantes as veces somos mal vistos (Sonia, migrante boliviana).

Verónica relatou sua dificuldade em conseguir um emprego em decorrência desta realidade:

[...] no tem trabajo pra mim. Toda vez que falavam pra mim entregar currículo, eu entregava currículo y falavam pra mi: “ah... eu vou te chamar”... Y nunca chamavam. Ninguém ligava pra mim (migrante boliviana).

Foram relatadas ainda as muitas vulnerabilidades inerentes à *vida migrante*, que ampliam as desigualdades e dificultam ainda mais o cotidiano dessas/es migrantes no País. O desemprego — que atinge não apenas as/os interlocutoras/es mas, também, outros membros da família — traz dificuldades diversas:

Ahorita, mi preocupación son meus filhos, sabe? No estoy teniendo empleo... Está sendo difícil, sabe? Porque... Sabe? Hay muitas personas que ten pre-conceitos... Mas hay otras que no... Sabe? Y muitas personas que veem que nós somos inmigrantes, quieren explorar las pssoas. Y hay varias personas que han me ofrecido empleo, sabe? Así, cómo em-pregada doméstica. En este caso, o día da faxina está 150 reais, y la pessoa cuando sabe diz: "ah... você é venezolana...". Y quieren pagar a mi 50 o 60 reais... (Angeles, migrante venezolana).

[...] eu estou desempregada, né? Eu tenho três crianças que está usando fralda... Leite... A gente paga aluguel, né? A gente tem mais um filho [no] Haiti a gente precisa mandar pra ele, né? Ficou lá com a mia mãe, ele tá doente... E a gente precisa, né? (Ester, migrante haitiana).

Por lo económico, é un trabajo. Porque nós tenemos acá casi três años y principalmente as mujeres, no caso de nós como familia, és difícil para nós mujeres de conseguir un trabajo. Os homens da familia, para ellos fue posible consertar un trabajo fijo. Mas para nós mujeres tem sido un poco difícil (Sara, migrante venezolana).

[Mia principal preocupação] És tener un servicio estable, no? Siento por nosotros no tenerlo (Yale, migrante boliviana).

A verdade é que precisamos de un poco más de atención en cuanto a inmigrantes, cómo con trabalho, en cuanto trabalho... (Marta, migrante venezolana).

Falo por todos los venezolanos que llegan com muchas ideias, proyectos. Pero falta oportunidades (Rafael, migrante venezuelano).

[Mia principal preocupação és tener] Um bom emprego (Yasmil, migrante paraguaia).

Mesmo entre as/os migrantes que se encontram ocupadas/os, a maior parte delas/es não têm registro de emprego formal³, sendo essa outra queixa das/os participantes da pesquisa:

No tenemos un contrato. Nosotros bolivianos nos dedicamos a la costura. Hay personas, digamos, que tienen sus oficinas. Aquí nos ayudan, costuramos así. Trabajamos con otros bolivianos (Julia, migrante boliviana).

Eu estava trabalhando antes da pandemia, mas não tenho registro desde 2018 [...] não tenho nenhum contrato [...] [Trabalho] No mínimo 10 horas por dia [...] Fazendo unha e bolo pra vender [...] As vagas de emprego se limitaram muito [após a pandemia]. Nem quem tem estudo e profissão está conseguindo emprego... imagina quem não tem... O Brasil já foi um ótimo país, muito bom pra viver, mas hoje em dia só estou aqui ainda por falta de opção (Elis, migrante paraguaia).

Não tenho contrato [...] Eu faz um bico de vez em construção civil, mas nem todas as vezes porque ficou difícil, depois da pandemia (Marco, migrante haitiano).

Eu trabalho na mesma casa onde mi filho costura. Eu trabalho fazendo comida para las personas que trabajan aquí. Yo estoy junto con mi hijo aquí. Pero no tengo contrato (Eliz, migrante boliviana).

En este momento, tem días que tengo [trabajo], tem días que no... És muito poco. No tengo trabajo formal (Verónica, migrante boliviana).

[...] estoy a hacer bicos, pero no estoy registrada por causa de la pandemia. Estube trabajando haciendo bicos (Sonia, migrante boliviana).

³ Entre as/os 76 interlocutoras/es da pesquisa, relataram ter carteira de trabalho assinada: apenas 1 boliviana, 3 haitianas/os e 9 venezuelanas/os.

Ahorita sí, estoy trabajando, pero no tengo ningun contrato. Só informal (Nina, migrante boliviana).

[...] estoy trabajando, pero sin contrato (René, migrante venezuelano).

Trabalho sí, mas no tenho contrato (María, migrante boliviana).

Esta realidade traz, por sua vez, dificuldades para que elas consigam pagar suas contas mensalmente ou seguir com projetos pessoais:

[...] o que más me preocupa és o lugar que a gente mora, né? Porque todo día você tem que lutar para conseguir pagar a conta do aluguel e da água e a energia también (Verónica, migrante boliviana).

Minha preocupação agora és que... Eu gostaria ver minha mãe e eu no tenho condição pra ta indo lá (Marco, migrante haitiano).

Minha primeira preocupación hoje é que a gente mora aqui na favela, né? Mora em um barraco. E não é só de hoje a minha preocupação. Eu quero sair daqui. Eu moro aqui em um barraco de madeira, a gente fez tudo certinho, só que eu no gosto de morar así. Eu quero sair. Só que a gente já pagou aluguel e ficava muito apertado. A gente pagava aluguel, pagava as contas, fazia mercado e ficava apertado pra nós (Daniela, migrante venezuelana).

Meu principal preocupación é el pago de las dívidas, né? [...] Muitas vezes, o que nosotros fazemos, o que ganhamos, casi tudo se vai para pagar aluguel e servicios e comprar comida, né? Enton nós temos duas filhas e elas precisam também de muitas coisas [...] Mas é minha principal preocupación. [...] poder dar para elas lo que elas precisam. Para minha filha maior, que tem 14 años, e la pequeña, que tem 4 años (Luiza, migrante venezuelana).

Minha maior preocupação é... É muito complicado aqui pra procurar uma casa. Um lugar donde morar. Tem que pagar aluguel e tudo isso enton eu acho que essa é minha maior preocupação que eu tenho hoje (Jose Garcia, migrante venezuelano).

A superexploração da força de trabalho torna-se mais frequente nesta realidade de escassez e raros foram os relatos que negaram a vivência de tais situações:

Muitas veces [me sentí explotada]. As primeras veces fui ruim [choro]. Muito ruim. Porque no tinha cómo sair. Nem para preguntar. Eu quis voltar para a minha terra. Só que eu no sabía falar, yo no sabía ni cómo salir de lá. En frente tenia un cachorro que no deixava salir. Essa casa fue en San Paulo, cuando eu trabalhei en San Paulo, desse jeito. Pero conseguimos salir y comenzamos a trabalhar así autónomos. Y depois poco a poco fomos melhorando. Y hace dos años ya que estamos pagando aquele documento para a oficina. CNPJ. Mas foi muito ruim aquela época. Os donos de lá se separaron. Y aí a oficina faliu porque muitos fugiron. Y cuando eles se separaron, se divorciaron, pra nós fue más fácil salir. Eu y meu marido. Havia un canal, no lembro... que tenia aquele señor que llamava Gugu, que podia ligar lá, y eu queria pedir ayuda [choro], eu queria voltar de volta à minha terra, pero no conseguí. Eu no sabía escrever, nada. Acho que foi ano pasado que ele ya morreu. Eu sentí tanto dó daquele señor porque eu queria pedir ayuda naquela época. Que eu estava grávida de minha filha, da minha primera filha. Y eu queria pedir ayuda. Muito. Y eu olhava y pensava: “será que pode me ayudar aquele señor?”. Pero cómo eu no sabía escrever nada, eu fiquei así. Y pasó un tiempo nós salimos daquela casa y fomos trabalhar otro lugar (Gabriela, migrante boliviana).

He acontecido una cosa aquí... Muchas veces no querian pagar la diaria que devian. Pero yo salir

fuera rápido. Porque soy una persona que no nega servicio, soy un profesional, y cobro lo combinado. Si lo combinado fuera 150, debe pagar 150. Entonces yo salir fuera rápido. Aconteceu una vez, pero yo salir fuera. Pero ficaron me devendo un dinero, una diaria que no me pagaron... (Rafael, migrante venezolano).

[...] eu me sentiu explorado uma vez [...] Era um serviço que eu fazia, por empreiteira, e eu ia fazer esse serviço e, na verdade, eu contava com o dinheiro... E no fim a pessoa pegou e não pagou... E ficou com o dinheiro. Era pra mim ter levado para a justiça, mas por ser que eu estava lá em uma terra estrangeira, eu não queria arrumar mais problemas pra mim... Eu larguei pra lá, mas era só isso que eu poderia reclamar. Mas o resto está tudo normal. Só que eu não levei pra frente, eu deixei quieto. Por eu ser estrangeiro mesmo, ele não pagou (Marco, migrante haitiano).

Eu trabalhava além do horário e fazia tudo o que me pedia e não recebia por isso... e quando eu reclamava, ele dizia que ia me dispensar (Elis, migrante paraguaia).

[...] yo trabajé aquí en Americana, mas yo trabajé en una oficina con compatriotas bolivianos mismo. [...] mas no me pagaram. Praticamente um año intero no me pagaron. Quando fui a cobrar, no tenia nada. Y se escapó para San Paulo, né? El dono de la oficina. Lo encargado dizia que era el administrador y yo confié. Porque él dije que era administrador de la empresa. Entonces se escaparam y no pude hacer más nada (Sonia, migrante boliviana).

[...] segundo o que cuenta mi irmão, que no há podido trabajar un poco más con servicio fijo, sí. Ele fala que sí. As vezes, por ser extranjero, dejaron de pagar a ele por su trabajo (Sara, migrante venezolana).

[...] muchas veces. Porque yo no podía... Ni siquiera podía llevar a mis hijos a lo postinho [posto de saúde do SUS] cuando estaban enfermos porque tenía que pagar las horas no trabajadas (Graziela, migrante boliviana).

Eu me sentí [explotada]. Foi outro boliviano mesmo, né? Eu trabalhava pra ele então meu filho ficava doente na creche e ele não deixava pra eu poder levar o meu filho para hospital, as vezes ele deixava sair mas eu tinha que completar o horário fora do horário do trabalho. As vezes eu trabalhava fim de semana... Ele era muito exigente conmigo e yo me sentía muito mal (Joana, migrante boliviana).

Mi hijo [18 años] podría comenzar a trabajar, mas como ele no tem documento, entonces no consigue, só estamos trabalhando ajudando a otras pessoas. Compatriotas. Con costura. [...] Donde estoy aquí ahora és una familia de bolivianos, né? Y eles me dieron un cuarto para morar junto con eles y yo estoy aquí trabajando junto con eles. Junto. Morando juntos en esta casa con eles. Eu trabalho de segunda a sábado y a gente trabaja desde siete horas de la mañana hasta siete de la noche (Eliz, migrante boliviana).

Inclusive foi por viver nesta condição de superexploração e por ter que passar muitas horas no seu trabalho, que Eliz, segundo seu relato, não teve tempo para regularizar a situação migratória dos seus filhos:

Yo conseguí, lo mio sí. Mas só que o dos meus filhos no conseguí fazer porque yo entré para trabalhar aquí en una firma y no dava tiempo para mi fazer. De salir y fazer eso. Entonces yo no conseguí fazer para meus filhos que estan conmigo aqui (migrante boliviana).

Além disso, as dificuldades financeiras geram uma realidade de permanente insegurança alimentar:

La pandemia foi muy difícil para mi. El pan no faltou en la mesa. Tive ajuda de mia iglesia. Uma cesta que yo ganava todo el mes. Aí, cuando comenzo la pandemia, mio esposo también fue en busca de trabalho lá y no voltou. Ahora no estoy sabendo si ele voltou a mia terra, porque ele saiu a trabalhar no San Paulo y no voltou. Aí no deu más notícias. No deu más notícias y ahora no estamos sabendo o que fue (Eliz, migrante boliviana).

[...] quando apertou a pandemia, que eu tava mais precisado, eu corri atrás que as pessoas falava que tinha uma cesta básica [...] [mas] eles cortaram. Depois que cortaram eu corri atrás e no consegui até hoje (Marco, migrante haitiano).

[Durante la pandemia, pedí ayuda] A la asistencia social para leche de mi niño. Y cesta básica. Mas me cadastraron para leche, pero no... Después no me llamaran (Lilith, migrante venezolana).

Sim, pedi sim. Fiz o cadastro na Prefeitura e consegui pegar apenas uma vez... no CRAS foi a mesma coisa... Inclusive fiz cadastro único, dei entrada no Bolsa Família, e até agora nada. Não recebo nem uma ajuda do governo. Tenho que me virar com o que tenho e com ajuda das pessoas (Olgue, migrante haitiana).

Pedi cesta básica na Prefeitura (Verónica, migrante boliviana).

Sim, fui no CRAS. Uma vizinha que falou de CRAS pra mim porque eu tava sem leite para neném, tava muito apertada. [...] Deron cesta básica, mas eu no sei porque três vezes que eu consegui só. Três vezes (Ricardina, migrante haitiana).

Eu gostaria que as coisas baixarem os precios. Ta tudo muito caro, o arroz, tudo. [...] Eu preciso de cesta básica (Ana, migrante boliviana).

São também as dificuldades financeiras que impedem essas/es migrantes de comprar um imóvel próprio, sendo o pagamento do aluguel uma preocupação constante em suas vidas:

Bueno... Mi principal preocupación es con vivienda. Teníamos una casa en mi país, mas por problemas en mi país venimos a Brasil. Y ya no tengo una casa propia. Estoy pagando alquiler. Y esta es mi preocupación hoy (Ana, migrante venezolana).

Eu só me preocupo é... Digamos... Si eu no construísse un sonho así... Digamos... Una casa para meus filhos morassem... Así se eu deixasse un lugar para meus filhos morassem. Porque vivir de alquiler en alquiler é ruim. Essa é minha preocupación. Si un día eu fosse embora, o mi marido, así, de repente, deixar uno lugar pra morar a meus filhos. Essa é minha preocupación. Ter una casa para deixar para eles (Nora, migrante boliviana).

No tener casa. Falando de forma más general. Gos-taria de un proyecto de casa, apartamento, es lo más difícil para nós, inmigrantes (Marco, migrante venezolano).

Alguna cosa que me ayudaría hoy sería dinero... Sería así o financiamiento de una casa... O principal, né? (Mariana, migrante boliviana).

Minha maior preocupação é... É muito complicado aqui pra procurar uma casa. Um lugar donde morar. Tem que pagar aluguel e tudo isso enton eu acho que essa é minha maior preocupação que eu tenho hoje (José Garcia, migrante venezuelano).

Hoje a preocupación mia é tener casa propia. Porque eu no gosto de ficar preocupada. Tengo que pagar alquiler y siempre quis. Hace 20 años que estoy aquí ya (Gabriela, migrante boliviana).

A falta de apoio dos diversos âmbitos dos governos — em todos os âmbitos da vida dessas/es migrantes — também foi mencionada por muitas/os das/os interlocutoras/es, evidenciando as lacunas no seu acolhimento. Dentre os casos mais graves, está a dificuldade em conseguir vaga para seus filhos em creches, o que traz diversas limitações como o impedimento de trabalhar, conforme relatou Nicole:

Yo tengo una hijita de nueve meses. Necesito vaga para a creche. Estoy buscando isso. Para yo trabajar para pagar mi alquiler. Porque estoy viviendo solita. Me quedaran con dos hijos. Mi esposo hay falecido año pasado. Recentemente (migrante boliviana).

Voltando o olhar para as mulheres, soma-se às já mencionadas dificuldades a sobrecarga das mães migrantes, que têm suas vidas marcadas pelo sexismo, pela exploração sexista e pela opressão de gênero (hooks, 2021). A definição de que o correto é a submissão aos maridos torna esta opressão masculina mais fácil de ser praticada. Na cultura boliviana, por exemplo, observa-se frequentemente esta submissão da mulher em relação ao homem, o que contribui para agravar a violência doméstica (RIBEIRO, 2021).

Agravando esse rol de dificuldades, a pandemia de COVID-19 se revela determinante ao aprofundar vulnerabilidades e desigualdades no que toca aos mais variados aspectos da vida das/os interlocutoras/es da pesquisa:

[...] agora después de la pandemia está se tendo más cómo que reflejo do que fue la pandemia. A comida está ficando un poco cara, o servicio está ficando más difícil. [...] subiron los servicios, los precios se elevaron muito da comida. És muy difícil porque tenemos cuatro crianças que necesitan de las cosas que estan un poco caras (Sara, migrante venezolana).

Mi preocupación és que vá embora a la pandemia e vulten las cosas como éran antes. Esta és mi preocupación hoy. Porque está muy difícil (Sonia, migrante boliviana).

[...] imagine o tanto de pessoal que perdeu serviço [por causa da pandemia]... Entendeu? E ainda no conseguiu... (Slovensky, migrante haitiano).

As vagas de emprego se limitaram muito [desde a pandemia]. Nem quem tem estudo e profissão está conseguindo emprego... imagina quem não tem... O Brasil já foi um ótimo país, muito bom pra viver, mas hoje em dia só estou aqui ainda por falta de opção difícil (Elis, migrante paraguaia).

[...] se quedó más difícil pagar aluguel, la luz, esas cosas que agravó a todos (Teresa, migrante venezuelana).

La situación de muchos bolivianos está muy difícil. Mucho (Graziela, migrante boliviana).

Por la pandemia, se quedó difícil tener trabajo (Carla, migrante venezuelana).

[Desejo] Que a pandemia acabe por completo, né? Pra poder melhorar (Joana, migrante boliviana).

Las condiciones empeoraron porque todo es caro (Malva, migrante venezuelana).

Dessa forma, lidas/os como migrantes periféricas/os e vulneráveis desde a origem, elas/es veem suas vulnerabilidades sendo agravadas pela pandemia de COVID-19. Todas essas questões, capturadas a partir das entrevistas qualitativas realizadas, possibilitaram, portanto, apreender vulnerabilidades vivenciadas por diferentes nacionalidades — mais especificamente bolivianas/os, venezuelanas/os, haitianas/os e paraguaias/os — residentes em Americana-SP. Diante das barreiras impostas — em função (e apesar) delas —, tais migrantes se territorializam nesta cidade média. E, apesar das dificuldades marcarem a recepção e a vivência dessas/es migrantes, elas/es demonstram gratidão e desejo de permanecerem em Americana-SP — um dos indícios da sua territorialização:

Eu pretendo continuar porque tenho dos filhos y ele vai continuar, yo pretendo pelo menos até 18 años deles aquí. Aí, cuando eles for mayor de idade, dá para decidir si eles vai ficar o si eu vou embora. Para a Bolivia (Mariana, migrante boliviana).

[...] aquí en Americana hay muchas personas que me hay servido, conto con muchas personas que viven aquí. Hay cariño y amor de verdad. No pienso en irme daquí para otra ciudad o otro país. Me gusta aquí de Americana (Fernanda, migrante venezolana).

Sí, tengo. Porque mis hijos están muy bien acá en Americana. Vivimos mucho mejor acá (Graziela, migrante boliviana).

[...] voy quedarme aqui porque és una región que hay muita segurança, sabe? É muy tranquilo, de verdade yo gostar... Tengo conocidos que estan en uma ciudad que se llama Recife... És así que fala? Recife. Ellos dicen que hay muita oportunidade de empleos para allí, só que ellos falan que la delinquencia y la inseguridad és muito forte. Enton yo tengo un poco de miedo (Angeles, migrante venezolana).

Sí, me quiero quedar unos años más, porque yo vejo que estoy mejor aqui (Julia, migrante boliviana). Ah sim, com certeza tenho intención de quedarme! Eu adorei, eu gostei (Rosa, migrante boliviana).

Eu gostei muito de aquí, me he acostumbrado con aqui (Eliz, migrante boliviana).

Eu vou ficar muito tempo eu acho aquí, en Americana (Ana, migrante boliviana).

[...] minhas filhas no querem salir (Gabriela, migrante boliviana).

Eu pretende morar aqui, digamos, ter uma casa em Santa Bárbara o Americana (Nora, migrante boliviana).

Nós esperamos, com esta pesquisa, contribuir para ampliar a visibilidade de migrantes internacionais periféricos em Americana-SP. Que elas/es possam acessar os seus direitos e que possam estar (bem) onde quiserem viver, como é o desejo de todas/os, representado no relato de Slovensky

[...] o estrangeiro [migrante], sempre ta buscando o melhor... Né? No só estrangeiro... A vida humana sempre ta buscando viver a vida melhor (migrante haitiano).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TERRITORIALIZAÇÃO EM AMERICANA-SP DE MIGRANTES SUL-SUL E O DIREITO À CIDADE

Com um passado essencialmente emigratório, povos latino-americanos seguem deixando seus países e o Brasil se inseriu recentemente de forma ativa na rota dessas/es migrantes. Observamos, neste século 21, ampla atratividade, sobretudo pelo potente desenvolvimento econômico alcançado a partir de 2003. E, antes restritos à São Paulo-SP, aonde chegavam e permaneciam, revelam agora maior mobilidade. Em anos recentes, portanto, seguem com a migração interna, respaldados pela documentação — acessível desde o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Bolívia e Chile, regulamentado em fins de 2009.

Neste contexto, Americana-SP — município pertencente à Região Metropolitana de Campinas — e seu tradicional setor têxtil passam a contar com a presença de migrantes Sul-Sul. A migração Sul-Sul, impulsionada pela indústria têxtil, configura, no âmbito de periferias metropolitanas, como o é Americana-SP, territórios — nos quais se conectam diferentes dimensões: locais, regionais e globais.

Esse estudo toma este polo têxtil na rede urbana paulista como recorte espacial, e analisa a vida de migrantes internacionais que vivem nesta cidade média, a partir da leitura das entrevistas feitas com

as/os interlocutoras/es da pesquisa. Inserido no Projeto “Migrações Internacionais: Populações Vulneráveis, Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo/Observatório das Migrações em São Paulo”, como parte do Convênio MPT-UNICAMP, seu objetivo é enfatizar a importância contemporânea de Americana-SP para diferentes nacionalidades — mais especificamente bolivianas/os, venezuelanas/os, haitianas/os e paraguaias/os. Voltou-se o olhar para a territorialização dessas/es migrantes internacionais nesta cidade média, em função (e apesar) de suas vulnerabilidades, a partir do novo quadro econômico, político, social e sanitário imposto pela pandemia de COVID-19.

Foram aplicadas 76 entrevistas semiestruturadas, com roteiro previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP e, entre as/os entrevistadas/os, havia migrantes provenientes da Venezuela (31), da Bolívia (26), do Haiti (16), do Paraguai (2), e do Peru (1). Todas as entrevistas foram gravadas — mediante anuência das/os participantes — e, posteriormente, transcritas. A migração ganha outro sentido quando se tem um corpo preto ou indígena, racializado, marginalizado e pobre.

Dessa forma, segundo relatos das/os participantes da pesquisa, elas/es encontra(ra)m diversas barreiras quando da sua chegada, barreiras estas que seguem compondo seu cotidiano. Nessas condições, essas/es migrantes se veem susceptíveis a todos os tipos de violências. O mundo globalizado é neoliberal, é xenorracista, é heterossexual e é patriarcal, o que se materializa em relações de violência, opressão e subordinação, a partir de uma hierarquia historicamente imposta que oprime as/os participantes desta pesquisa. Descobertas/os de qualquer privilégio — de classe, de raça e de sexualidade, privilégios que garantem acesso a direitos, incluindo o direito de se estabelecerem no “novo espaço da migração” (BAENINGER, 1999) sem serem assediadas/os, superexploradas/os, perseguidas/os, criminalizadas/os ou assassinadas/os —, apresentam grandes dificuldades de se portarem como cidadãos/os.

Entre as barreiras mencionadas, destaca-se: as burocracias que impedem a regularização da situação migratória; os empecilhos impostos pelo novo idioma; as dificuldades de socialização em Americana-SP (seja pelo idioma, seja pelo xenorracismo); a falta de recursos financeiros aprofundada pela falta de apoio do Estado; as diversas formas de xenorracismo voltadas para essas/es migrantes, tratados

como estrangeiras/os-estranhas/os; as dificuldades em conseguir um emprego, sobretudo se formal e digno; a insegurança alimentar; a impossibilidade de comprar um imóvel próprio e a extenuante dificuldade de arcar com os altos valores de aluguel; a pandemia de COVID-19, que se revela determinante ao aprofundar vulnerabilidades e desigualdades.

Diante de tantas e tamanhas dificuldades, essas/es migrantes Sul-Sul veem-se distantes de alcançarem o tão sonhado *direito à cidade* em terras estrangeiras-estranhas, onde nacionais as/os colocam como não pertencentes e como invasoras/es. E, para lutarem contra esta realidade, as/os interlocutoras/es constroem resistências e produzem territorialidades para (sobre)viverem. Produzir territorialidades é uma forma dessas populações se inserirem no urbano, revelando resistência. Então, elas o fazem a partir de diversas estratégias. E o desejo de permanência em Americana-SP, que explicita o estabelecimento de identidades, revela sua territorialização neste polo têxtil paulista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (coord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.
- BAENINGER, Rosana et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. **Migrações e trabalho**. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 79-86.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.
- BAENINGER, Rosana (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2013.
- BAENINGER, Rosana. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996**. 1999. 234f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

- DOMENECH, Eduardo; MAGLIANO, María José. Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, Buenos Aires, v. 21, n. 62, p. 3-41, 2007.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo, SP: Centauro, 2006.
- NOBREGA, Ricardo. Migraciones y modernidad brasileña: italianos, nordestinos y bolivianos em San Pablo. In: NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p.113-130.
- NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008. p.113-130.
- PELLEGRINO, Adela. **Las migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes**. Santiago do Chile: CELADE, 2003. (Serie Población y Desarrollo, n. 35).
- PHELPS, Erin. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist: A Collaborative International Migration Blog**, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://themigrationist.net/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. **Annales de la Recherche Urbana**, Paris, n. 59-60, p. 51-60, 1993. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/aru_0180-930x_1993_num_59_1_1727.

A GESTÃO DAS POLÍTICAS 'PÚBLICAS' NAS METRÓPOLES: A PRIVATIZAÇÃO ESTRUTURAL DO CONCEITO DE 'PÚBLICO'

Francisco Fonseca
Lúcio Hanai Valeriano Viana

INTRODUÇÃO, CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO¹

Ascidades, de características distintas, que compõem as metrópoles no Brasil têm sido transformadas, desde os anos 1990, pela agenda neoliberal, cujo poder de influência extrapola seu corpus doutrinário/ideológico ao representar manual prático (empírico) de aplicação de receituários de políticas “públicas”, cujo teor e características são crescentemente advindos do “gerencialismo” privado, paralelamente ao poder crescente da financeirização das economias em escala global.

Os pressupostos conceituais e os instrumentos de elaboração, análise, monitoramento e execução da gestão de políticas urbanas, em relação aos meios e às ações finalísticas, são pautados por princípios ancorados nas “best practices” do “management” e da “boa governança”.

No que tange à execução, crescentemente as Organizações Sociais (OS) assumem inteiramente aparatos públicos, caso paradigmático da área de Saúde, em que as Organizações Sociais de Saúde (OSS) recebem verbas bilionárias para gerir políticas “públicas”. Idem em relação às Organizações Sociais de Interesse Público (Oscips), as Parcerias Público-Privadas (PPPs), entre outras figuras jurídicas criadas sob a égide das ideias neoliberais. São, portanto, agentes privados que manejam e gerem recursos públicos a serem aplicados a diversas áreas, a partir de concepções, métricas e ferramentas privadas, advindas do gerencialismo. Esse processo tem esvaziado, de forma estrutural, as capacidades estatais, que por seu turno são cada vez menos capazes de

¹ Este texto expressa a junção, atualizada, ajustada e complementada de dois artigos: A “governança empresarial” das metrópoles sob o predomínio neoliberal: o papel da gestão pública gerencial da privatização do sistema Político. (FONSECA, F. 2019). A excepcionalidade normalizada: Organizações sociais de saúde (OSS) na pandemia. (FONSECA, F, et al., 2020).

fiscalizarem esses agentes privados. Disso resulta que órgãos do Estado, tais como secretarias municipais e estaduais, Tribunais de Contas, Ministério Público, Parlamentos etc, tornam-se em boa medida espectadores e “controladores” meramente formalísticos das – privatizadas/terceirizadas – políticas “públicas”, isto é, sua concepção, métricas e ferramentas de gestão (reitere-se), assim como os recursos públicos são transferidos ao setor privado que, portanto, concebe e executa políticas nas mais distintas áreas. O fato de as OS serem constituídas por empresas privadas, ou por associações sem fins lucrativos, não altera a constatação de que as cidades estão em célere processo de privatização de suas inúmeras áreas, tornando o Estado, em seus três níveis federativos, esvaziado de poder. Mas, mesmo quando o próprio Estado executa políticas públicas, observa-se notável presença de atores (consultorias, assessorias etc) como dos referidos conceitos e métricas privados que contribuem para a “modelação” neoliberal do próprio Estado, à luz do que Dardot e Laval (2016) chamaram de “governos empresariais”.

Com vistas a analisar esse processo, são examinados o macro contexto do surgimento da OS, e particularmente das OSS (Organizações Sociais de Saúde), da região metropolitana de São Paulo, particularmente o município de São Paulo (por fontes documentais, indicadores e bibliografia específica), como forma de evidenciar a prevalência de “governos empresariais” na cada vez mais indistinta gestão “pública”/privada dos recursos e das políticas “públicas”.

Objetiva-se, portanto, analisar os padrões neoliberais instituídos na gestão pública brasileira desde a Reforma do Estado, promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no contexto do movimento internacional da New Public Management, cujas características são: contratualização entre órgãos do Estado e agentes privados, com ou sem interesses lucrativos, por meio das Organizações Sociais (OSs) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), e sobretudo o padrão gerencial da administração privada transposta à administração pública. Nas áreas fins, destaque deve ser dado às Parcerias-Público Privadas (PPPs), que são, por sua vez, viabilizadas por intensos processos financeirizados, assim como a participação sistêmica de consultorias privadas nas distintas etapas da gestão pública: as referidas áreas meio e áreas finalísticas.

A origem desse processo, como apontado, remonta aos anos 1990, quando o Governo FHC tentou adotar padrões empresariais à gestão pública: notadamente conceitos de “eficiência” e “eficácia” nas aludidas atividades “meio” (processos de gestão) e “fim” (políticas públicas e outras ações finalísticas do ato de governar). Essa dimensão gerencial tem levado a regimes de “governança” empresariais”, ou sejam, a vigorosa privatização do próprio conceito de governança, com efeitos contrários aos códigos legais, como a Constituição Federal, o Estatuto das Cidades e diversos outros normatizadores dos regimes urbanos.

Mas, muito além do governo federal (Poder Executivo), tais padrões empresariais inscrevem-se na dinâmica e na estrutura federativa do Estado brasileiro, portanto nos três níveis da federação, particularmente nos correspondentes poderes Executivos. Tais padrões têm, portanto, perpassado governos de distintas colorações partidárias/ideológicas.

Para além das OSs, das Oscips e das Parcerias Público-Privadas (PPPs), os regimes de concessão urbanos (de equipamentos e de serviços públicos), a miríade de “consultorias” e “assessorias” privadas, que majoritariamente inserem visões/ instrumentos privatistas à esfera pública, e as variadas formas de atuação do setor privado, com ou sem fins lucrativos, denominados ideologicamente “terceiro setor”, têm solidificado o híbridismo da administração pública brasileira. O predomínio privado na governança das metrópoles impõe a chamada “gestão por resultados”, cujas métricas são não apenas advindas do setor privado como, por vezes, sem sintonia com o setor público. Da mesma forma, as chamadas “Operações Urbanas Consorciadas” transferem, em larga medida, a intervenção pública nas zonas urbanas ao empresariado disposto a “investir” nas políticas “públicas” urbanas. Aqui a financeirização da especulação imobiliária urbana adquire novos contornos.

A PRIVATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Concepções e práticas público-administrativas no Brasil basearam-se, sobremaneira, em modelos concebidos para realidades sociais bastante adversas. O modelo gerencial, também denominado por “nova gestão pública” (NGP), baseou-se, em larga medida, na experiência europeia de países que passaram primeiramente pela Quarta

Revolução Industrial, que se caracteriza pela inteligência artificial, robótica e outras tecnologias da chamada Indústria 4.0.

Nesse contexto e visando à geração de resultados, que deveriam ser mensuráveis nos grandes segmentos econômicos, conceitos desenvolvidos no âmbito empresarial passaram a ser incorporados à gestão pública. Concepções formuladas, notadamente na Grã-Bretanha, sob influência de Margareth Thatcher (1979 - 1990) passaram a fazer parte do léxico das políticas públicas. França, Nova Zelândia, Suécia e Austrália não demoraram para se tornarem referências do novo modelo gerencial em voga. Acepções como “melhores práticas” (best practices, aludida), “unidades de eficiência” (efficiency units), “garantia do cidadão” (citizens chart), entre outras “modas” tornaram-se paradigmática e conquistaram influência global.

Esses novos paradigmas logo se transformaram em agenda do novo modelo de gestão, que se difundiu por meio de agências internacionais, como o Grupo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, entre outros atores propagadores do “Consenso de Whashington”, e da ideologia neoliberal, em seus diagnósticos e preceitos. O receituário de tais organizações, sobretudo na América Latina e demais países economicamente dependentes de exportações e investimentos externos, voltava-se para a austeridade fiscal, redução do gasto estatal e aumento de segurança jurídica e econômica para investimentos internacionais (VIANA, 2019), diferentemente do norte global.

Os princípios neoliberais ganharam forma e conteúdo a partir desse movimento internacional concebido em realidades em que o Estado de Bem-Estar Social havia se consolidado. Contudo, a aplicação de estratégias forâneas em realidades distintas, em que o poder público e a dinâmica capitalista não conseguiram produzir transformações sociais adequadas para a vida em sociedade, resultou no agravamento das contradições sociais. Essas também ocorreram nos países centrais, mas em condições menos drásticas do que nas periferias do sistema.

Dado esse vetor, a década de 1990 foi marcada pela consolidação do ideário neoliberal nas políticas públicas latino-americanas e, sobretudo, nas brasileiras. Refere-se, em larga medida, à implementação estrutural e sistemática de uma forma de gestão cuja racionalidade dissocia o caráter social das relações econômicas. Suas métricas, pautadas na gestão por resultados, tendem a relegar as questões sociais em segundo plano, atendendo prioritariamente aos interesses do grande capital e de elites entronizadas.

Tal dinâmica, que se estende aos dias atuais, tende a conceber o desenvolvimento social como resultado espontâneo do crescimento econômico. Assim, o Estado, bem como o seu instrumental executor, isto é, as políticas de interesse público, são paulatina e sistematicamente transformados em avaliadores de práticas e métricas que compreendem exclusivamente elementos mensuráveis de análise a partir de lógicas empresariais, isto é, uma das facetas do referido “governo empresarial”.

Dessa forma, a reforma gerencial no Brasil que ocorreu a partir da criação do Ministério Administrativo da Reforma do Estado (MARE) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) intentou a criação de um arcabouço legal que permitisse novas possibilidades entre o setor público e privado. Segundo Matias-Pereira (2008), essa nova forma de pensar a administração pública surge de algumas premissas, entre as quais se destaca a crise do Estado e da administração burocrática – situação que engloba a relação entre as esferas públicas e privadas; o conceito de Estado regulador, isto é, o poder público colocado apenas como entidade reguladora – a perspectiva do Estado mínimo; a dissociação dos conceitos de planejamento e gestão, o que, na prática, distancia o poder público do *modus operandi* das políticas públicas; e, por fim, o conceito de ajuste fiscal que, posteriormente, foi materializado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar no 101/2000). Note-se que ajustes fiscais são invariavelmente aplicado aos pobres, mantendo intacto os privilégios das elites.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE - 1995) na prática desvinculou o “núcleo estratégico” das “atividades exclusivas” no âmbito do Estado. Os “serviços não exclusivos” e a “produção de bens e serviços” seriam executados pelo setor privado.

Portanto, a Nova Gestão Pública, fortemente amparada em princípios empresariais, englobou diversos aspectos da gestão transformando, em diferentes dimensões, os mecanismos de governança que alicerçavam significativamente o caráter público das políticas públicas (*domain public*).

Enfatize-se que a racionalidade privada foi incorporada à dinâmica das políticas públicas, exigindo mudanças significativas, notadamente em seu arcabouço legal, para serem colocadas em prática. As novas tipologias contratuais entre o setor público e o privado fizeram emergir as agências executivas e reguladoras que preconizavam, em nome

da descentralização do poder público, leis que regulamentariam as parcerias público e privadas (PPPs), notadamente por meio da criação de Organizações Sociais (OSs) e Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) amparadas pela Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Dentre as estratégias propostas destaca-se a desoneração da ação estatal direta no campo dos serviços públicos considerados “não exclusivos”. Daí a criação das Agências Autônomas e das Organizações Sociais (OS), tidas como fundamentais para “a descentralização visando dotar o Estado de uma estrutura organizacional moderna, ágil e permeável à participação popular” (MARE, 1995, p. 58). A implementação das OS implicaria publicização de parte das atividades executadas pelo Estado a entidades que teriam autorização legislativa para celebrar o Contrato de Gestão (FONSECA et al. p.468, 2020).

Note-se que esse novo paradigma organizacional na administração pública vem gerando controvérsias quanto à sua aplicação, sobretudo quando se analisam os seus pressupostos fortemente amparados no conceito de accountability, transparência e controle social, todos advindos da lógica gerencial no norte global.

O CASO DA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE (OSS)

Dissociar o modelo gerencial de gestão da ideologia neoliberal exigiria generoso esforço imaginativo; afinal, seus preceitos se desenvolveram em ambiente empresarial visando à otimização dos processos com a finalidade última de maximizar os lucros. Ademais, é importante destacar que, ainda que tais ideias tenham sido desenvolvidas visando melhorias e oportunidades de negócio, tais conceitos foram concebidos em realidades que nada, ou muito pouco, se assemelham ao contexto latino-americano e brasileiro.

O pensamento liberal, vigorosamente associado às escolas de pensamento de países de capitalismo avançado, entre as quais pode-se destacar a Escola Austríaca (F.A. Hayek), a Escola de Chicago, a Escola da Virgínia e a Sociedade Mont Pèlerin, apresentam referências e possibilidades difíceis de serem implementadas em países como o Brasil,

uma vez que o Estado necessita, notadamente por meio de políticas públicas, organizar a sociedade em seus aspectos mais fundamentais como a saúde pública, por exemplo.

No município de São Paulo, a contratualização na área da saúde vem sofrendo uma série de modificações. Primeiramente havia sido formalizada pela Lei n. 14.132 (2006), posteriormente modificada pela Lei 14.664 (2008), que havia sido regulamentada por meio de decretos que levaram dez anos para ocorrer: decreto n. 58.376/2018 ((FONSECA et al. p. 2020). Além disso, outros mecanismos jurídicos, sobretudo aqueles relacionados aos Contratos de Gestão, sofreram uma série de modificações que colocam sob suspeita não apenas a forma e o conteúdo dos mesmos, mas também os impactos gerados na gestão.

Na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), o instrumento jurídico do CG vem sendo utilizado desde 2007, sofrendo significativas alterações desde 2014, tais como: a implantação do modelo de “Rede Assistencial”, substituindo os contratos assinados anteriormente e dividindo a cidade entre 9 OSs, por meio de assinatura de 22 CGs. (FONSECA et al. p.470, 2020).

Pode-se observar uma série de situações que pouco se distanciam dos problemas enfrentados pela gestão pública burocrática, mas com o agravante de vultosos recursos públicos estarem sendo direcionados para OSs que consomem cerca de 5 bilhões e meio do orçamento público do município de São Paulo, o que corresponde a 50% do orçamento do município da maior cidade do Brasil.

As OS não apenas gerem recursos públicos de grande magnitude (no caso do Município de São Paulo, apenas na área de saúde representam 50% do orçamento público, isto é, cerca de 5 bilhões de reais), como adotam padrões de gestão (pressupostos, lógica, métricas e instrumentos de gestão) advindos do setor privado, de onde provém. Logo, todo o ciclo das políticas públicas vem progressivamente sendo dominado por agentes

privados, que se beneficiam de recursos públicos e conseqüentemente aprofundam o esvaziamento do Estado como agente de planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas. (FONSECA & VIANA, p.187, 2023).

Observa-se a magnitude dos contratos firmados entre o poder público e as OSs e seus impactos no conjunto das políticas públicas, inclusive em sua concepção fiscal. Evidencia-se, dessa forma, uma contradição evidente aos propósitos da visão gerencial em que o custo-benefício torna-se fundamental.

Segundo Fonseca et al. (2020), o acompanhamento, avaliação e fiscalização dos CG municipais, prevê atribuições distintas para as diversas instâncias:

- a) Coordenadoria de Parcerias e Contratação de Serviços de Saúde (CPCSS): coordena as atividades de contratação e execução dos CG no âmbito da SMS, organiza chamamentos públicos e faz acompanhamento das prestações de contas e avaliação dos resultados;
- b) Supervisões Técnicas de Saúde (STS), órgãos descentralizados da SMS que acompanham diretamente as unidades para fiscalizar a presença de profissionais e a prestação dos serviços;
- c) Sistema de Acompanhamento e Avaliação dos Serviços de Saúde (WEBSAASS): ferramenta com a qual a OSS mantém atualizados dados relativos à prestação de contas;
- d) Comissão Técnica de Avaliação (CTA), formada por membros da CPCSS, da STS e da OSS: analisa trimestralmente o cumprimento das metas, as justificativas para o não cumprimento e eventuais abatimentos cabíveis nos repasses (SMS, 2016);
- e) Comissão de Avaliação e Fiscalização (CAF): formada por poder público e sociedade civil, analisa os relatórios de execução do CG, comparando anualmente resultados com a prestação de contas apresentada pela OSS.

Essas instâncias organizam-se para acompanhar os seguintes requisitos:

1. Equipe mínima - para cada unidade e serviço é estabelecido conjunto mínimo de profissionais que deve ser contratado, com

- retenção de valores mensais em caso de não contratação;
2. Produção - são selecionadas algumas atividades, como consultas, exames e procedimentos para as quais há metas, com previsão de desconto proporcional em caso de não atingimento de 85% do contratado, restando-se valores;
 3. Qualidade - são selecionados oito indicadores com metas de desempenho; o seu não cumprimento implica multa.

Assim como destacou pelos autores, apesar de existir um arcabouço institucional, sua prática está longe de alcançar as formalidades exigidas. A participação social, o princípio da transparência, entre outros apontamentos, é, frequentemente, interpelado pelo Tribunal de Contas do Município (TCM). Nesse sentido, torna-se impossível saber: “se as OSS entregaram os serviços contratados na quantidade e qualidade previstas; se as STS atestaram a presença dos profissionais nas unidades; se as CTA se reuniram; se a CPCSS aplicou os descontos devidos ou se a CAF aprovou os relatórios apresentados. Note-se que tais ocultações colocam em xeque alguns preceitos basilares da Administração Pública” (Fonseca, et al., p. 471, 2020).

Na mesma direção, conforme registro das atas das reuniões ordinárias 253/2019 e 255/2020, o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, órgão do governo, responsável pelo controle de profissionais e usuários, ressalta a falta de informações a respeito da atuação das OSS. Outras considerações são, com frequência apontadas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo como, por exemplo, o atraso na elaboração de relatórios por parte das OSS e a fragilidade de informações que possibilitam avaliar os CG.

Como bem destacou Fonseca et al. (2020), o relatório de fiscalização (TC/003773/2019) verificou não apenas a “fragilidade na justificativa para a realização de chamamento público, devido à falta de demonstração da vantajosidade da adoção do contrato de gestão em comparação com a administração direta dos serviços de saúde”, mas também revelou a baixa funcionalidade dos indicadores na apuração da qualidade dos serviços.

Observa-se, além da baixa participação social ao longo do processo, sistema de transparência das informações marcadamente inconsistente. Contudo, no que tange aos valores repassados, os números chamam a atenção: em 2019, o orçamento total liquidado do Fundo Municipal de Saúde (FMS) foi R\$ 9.271.838.476. Desses,

44,2% (R\$ 4.098.680.000,00) foram destinados ao pagamento de OSS via Contratos de Gestão (Tabela 3).

Tabela 1: Valores liquidados em 2019 por OSS

	Organização Social de Saúde	Valores Liquidados 2019 em R\$	% do total
1	Associação Comunitária Monte Azul*	R\$ 129.540.000,00	3,16%
2	Associação Congregação de Santa Catarina	R\$ 270.690.000,00	6,60%
3	Associação Saúde da Família	R\$ 801.640.000,00	19,56%
4	Casa de Saúde Santa Marcelina	R\$ 643.030.000,00	15,69%
5	Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim - CEJAM	R\$ 393.370.000,00	9,60%
6	Fund. Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem - FIDI	R\$ 24.740.000,00	0,60%
7	Fundação do ABC	R\$ 144.890.000,00	3,54%
8	Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde - IABAS	R\$ 345.120.000,00	8,42%
9	Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI	R\$ 243.870.000,00	5,95%
10	Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM	R\$ 1.101.790.000,00	26,88%
	Total	R\$ 4.098.680.000,00	100%

Fonte: Fonseca, et al., p. 472, 2020.

A análise dos indicadores, dos documentos e o levantamento dos valores que envolvem o universo das OSS no Estado de São Paulo, indicam que a contratualização não se justifica, pois, não comprovam impactos de eficiência e eficácia dos CG em comparação com a administração direta.

Nesse sentido, os princípios de economicidade e publicidade de suas ações parecem não justificar os CG analisados nessa pesquisa e indicados em documentos oficiais pelos órgãos de fiscalização e controle competentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Intentou-se, por meio de distintas variáveis, analisar a substituição, a partir de 1995, dos pressupostos públicos da administração e da gestão públicas devido à introdução progressiva e célere da “reforma gerencial”, por sua vez configurados em mecanismos, ferramentas e

procedimentos gerenciais provindos da administração empresarial. Trata-se, como vimos, de nova realidade do setor público em sua interação com o setor privado, dada a predominância deste último. Afinal, as OSs e as Oscips, ao celebrarem “contratos de gestão” com setores do Estado, impõem, à gestão pública (dimensão administrativa) e às políticas públicas (dimensão finalística), padrões e métricas que, embora voltados nominalmente ao “público”, são elaborados por meios e, sobretudo, lógicas (conceitos e procedimentos) privados, obedecendo, na prática, aos interesses privatistas desses setores: caso, entre inúmeros outros, dos conceitos de “eficiência” e “eficácia”, concebidos à luz dos referidos parâmetros privados. Daí a governança ser simultaneamente empresarial e neoliberal.

Nesse diapasão, as referidas PPPs, a gestão “por resultados” e toda a autonomia que as OSs e Oscips passaram a obter, em termos de recursos financeiros, humanos e administrativos, assim como as formas de atender aos públicos aos quais seus serviços se destinam, descolam-se paulatinamente dos padrões públicos. Nesse sentido, o ciclo completo se dá desde a escolha das OSs, a fiscalização financeira/finalística até o “controle social” (que tende a ser baixo). O processo como um todo não é transparente e tampouco controlável. Essas questões têm transformado substantivamente o Estado brasileiro, impactando vigorosamente a governança – que se torna de outra natureza –, particularmente nas metrópoles.

Em paralelo, observa-se o papel do grande capital ao financiamento de partidos e campanhas, privatizando-se a vida política, assim como o predomínio das finanças e toda sua complexa matematização em prol de empreendimentos privados que se sobrepõem ao conceito mais elementar de “público” que, portanto, se esvazia de significado.

Logo, as hipóteses principais, à luz da discussão acerca da hegemonia, em Antonio Gramsci (2003), e da perpetuação neoliberal contemporânea, em Dardot e Laval (2016), voltam-se à constituição da hegemonia neoliberal (ou ultraliberal) por dentro do aparelho do Estado, assim como das políticas públicas. No dizer destes últimos autores, representam a “nova razão do mundo” no sentido de introduzirem os referidos pressupostos, ferramentas e práticas sem necessariamente derrogar o Estado e as políticas públicas. Portanto, não é necessário privatizar o Estado, em sentido literal, e sim remodelá-lo segundo os moldes da nova razão procedimental neoliberal.

Conclui-se que as evidências apontadas expressam novas estratégias do neoliberalismo em perspectiva internacional, isto é, não apenas a velha agenda privatizante, desreguladora e desregulamentadora das relações econômicas e sociais, mas sua convivência com o Estado e as políticas públicas, mas que são remodeladas, reformadas e redirecionadas no sentido de reestruturarem a gestão “pública” e as políticas “públicas” com contornos privados, gerenciais. São abundantes os exemplos de rodovias, sistemas de transportes, equipamentos sociais, culturais e científicos, e mesmo presídios, entre outros, concedidos a agentes privados com interesses supostamente “públicos”, tornando a esfera pública espécie de sucursal do mundo privado.

Ressalte-se que essa governança convive e se articula com o sistema político privatizado e antipopular voltado às elites, impedindo a “radicalização” da democracia, isto é, seu aprofundamento participativo e redistributivo em termos políticos e sociais. Os próprios acontecimentos ocorridos no Brasil desde 2016, que culminaram com a eleição estruturalmente fraudada de Bolsonaro, apenas confirmam esse manancial de novos poderes em prol da agenda liberalizante. Portanto, deve-se ressaltar que o debate acerca das reformas neoliberais necessita ser refinado, sobretudo quanto ao conceito de “governança” nos regimes urbanos, cujas coalizões são complexas e altamente profissionalizadas pelo grande capital.

Igualmente, torna-se necessário compreender a nova “gramática” da gestão pública privatizada, concedida, contratualizada e financeirizada, assim como o papel dos novos atores que habitam a arena pública, na gestão e nas políticas públicas: os proprietários de OSs, Oscips, PPPs, as consultorias, assessorias, entre inúmeros outros atores privados. Afinal, a “nova gestão pública” gerencial e financeirizada tem o poder de condicionar, remodelar e adaptar, na prática, a gestão pública e as políticas públicas, mesmo que permaneçam códigos legais como a Constituição, o Direito Administrativo, o Estatuto das Cidades, entre outros, que, contudo, têm sido transformados – em tempos e por meios distintos – pela prática neoliberal. São forças opostas que interagem contraditoriamente.

Por fim, a indagação do que é efetivamente público nas políticas públicas implica cada vez mais o poder privado sobre tudo o que se denomina, mais como hábito do que realidade, de “público” na contempora-

neidade, notadamente no Brasil. O caso da saúde é paradigmático, em que o caráter mercantil e a cadeia de negócios em torno dessa política “pública” vem tornando a vida das pessoas mera monetização, paralelamente aos algoritmos que gera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P. (2009). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. São Paulo, Antac. BAHL, R. W. e LINN, J. F. (1992). Urban Public Finance in developing countries. Washington, Oxford University Press.
- BAKER, T. e TEMENOS, C. (2015). Urban policy mobilities research: introduction to a debate. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 4, pp. 824–827. BERNDT, C. e BOECKLER, M. (2009). Geographies of Circulation and Exchange: construction of markets. *Progress in Human Geography*, v. 33, pp. 535-551.
- BRANDÃO, C. A.; FERNÁNDEZ, V. R. e RIBEIRO, L. C. de Q. (2018). Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina. Rio de Janeiro, Observatório das Metrôpoles e Letra Capital. Francisco César Pinto Fonseca Cad. *Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 45, pp. 393-415, maio/ago 2019.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1995). Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, Governo Federal. Disponível em:
<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf> - Acesso em: 30 jul 2018.
- BRITTO, A. L. e REZENDE, S. C. (2017). A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 557-581.
- CANETTIERI, T. (2017). A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 19, n. 3, pp. 513-529.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. (2016). A nova razão do mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo.
- FIX, M. (2011). Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- FONSECA, F. (2005). O consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo, Hucitec.
- FONSECA, F. et al. A Excepcionalidade normalizada: Organizações Sociais de Saúde (OSS) na Pandemia. *GIGAPP Estudios working papers*, v. 7, p. 465-478, 2021. Disponível em <https://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/273>. Acesso em 12 maio 2023.

- FONSECA, F.C.P e VIANA, L.H.V. o Sistema Único de Saúde (SUS) perante a privatização das políticas “públicas” de saúde. In: REFORMA URBANA E DIREITO À CIDADE – São Paulo, Editora Letra Capital, RJ. 2023.
- GRAMSCI, A. (2003). Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HARVEY, D. (1982). Limits to capital. Oxford, Basil Blackwell e Chicago, University of Chicago Press.
- HAYEK, F. A. von (1983). Os fundamentos da liberdade. Brasília, EdUnb e São Paulo, Visão. _____ (1985). Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo, Visão. _____ (1987). O caminho da servidão. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura Instituto Liberal.
- KLINK, J. e BARCELLOS DE SOUZA, M. (2017). Financeirização, conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. Cadernos Metrôpole. São Paulo, v. 19, n. 39.
- KLINK, J. (2018). Metrôpole, Moeda e Mercados. A agenda urbana em tempos de reemergência das finanças globais. Cadernos Metrôpole. São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 717-742. Disponível em:
http://cadernosmetropole.net/system/edicoes/arquivos/000/000/049/original/Book_CM43.pdf?1544811334.
- Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. (1998). Brasília, DF. Recuperado em 2º de abril de 2020.
- MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Europeia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 61-82, jan./fev. 2008.
- PAES DE PAULA, A. P. (2005). Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, FGV. A “governança empresarial” das metrópoles. Cad. Metrôpoles, São Paulo, v. 21, n. 45, pp. 393-415, maio/ago 2019
- PEDROSA DE OLIVEIRA, A. C. (2016). Dinâmica Política e Política de Gestão: partidos de esquerda e a adoção das parcerias com Organizações Sociais no Brasil – 2007 a 2015. Tese de Doutorado. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
- PLANO Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>). Acesso em: 30 jul 2018. RIBEIRO, L. C. de Q. e DINIZ, N. (2017). Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. Cadernos Metrôpole. São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 351-378.
- VIANA, L.H.V. A ideologia na produção do espaço: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo)liberal. Cad. Metrôpoles, São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 79-97, jan/abr 2019.

